

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM

**INSTITUTO BIOATLÂNTICA, ENTIDADE EQUIPARADA ÀS FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO CARATINGA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2017

FEVEREIRO DE 2018

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM

**INSTITUTO BIOATLÂNTICA, ENTIDADE EQUIPARADA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA
DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CARATINGA**

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO
Nº 001/IGAM/2017 DO EXERCÍCIO DE 2017
UGRH05 - CARATINGA**

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos Órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada atendendo exigência contida na Letra N, Inciso I, da Cláusula Terceira do Contrato de Gestão 001/2017, celebrado entre o IGAM e o IBIO.

Governador Valadares - MG, Fevereiro de 2018.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| SUMÁRIO | |
| LISTA DE FIGURAS | 4 |
| LISTA DE TABELAS | 5 |
| LISTA DE SIGLAS | 7 |
| 1. CONTEXTUALIZAÇÃO | 9 |
| 1.1. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE | 10 |
| 1.2. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CARATINGA | 14 |
| 1.3. PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS – PIRH DOCE..... | 15 |
| 1.4. PLANO DE AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - PARH..... | 18 |
| 1.5. CONTRATOS DE GESTÃO | 19 |
| 1.6. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP DOCE | 23 |
| 2. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO | 32 |
| 2.1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL..... | 32 |
| 2.2. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO | 32 |
| 2.3. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PACTUADOS NO CONTRATO DE GESTÃO | 33 |
| 2.4. GLOSSÁRIOS SOBRE OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO | 34 |
| 2.5. COMPROMETIMENTO DE METAS | 38 |
| 3. INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES | 44 |
| 3.1. META 1A - CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO CBH-CARATINGA..... | 44 |
| 4. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO | 47 |
| 4.1. META 2A – ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE APLICAÇÃO | 47 |
| 4.2. META 2B – ACOMPANHAMENTO DO PLANO PLURIANUAL DE APLICAÇÃO | 47 |
| 4.3. META 2C – IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS | 48 |
| 4.4. META 2D – CONCLUSÃO DOS COMPROMISSOS REMANESCENTES – CONTRATO DE GESTÃO IGAM/IBIO Nº 001/2011 | 48 |
| 5. INDICADOR 3 – APLICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS | 51 |
| 5.1. META 3A - ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%) | 51 |
| 5.2. META 3B – ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO | 52 |
| 6. INDICADOR 4 – GERENCIAMENTO INTERNO | 53 |
| 6.1. META 4A – ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA | 53 |
| 6.2. META 4B – ATUALIZAÇÃO DO CNARH | 61 |
| 7. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL | 63 |
| 7.1. META 5A – RECONHECIMENTO SOCIAL | 63 |

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 68 |
| ANEXOS..... | 79 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Organograma Geral do IBiO..... | 10 |
| Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce | 12 |
| Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce | 12 |
| Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga..... | 14 |
| Figura 5 – Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Doce. | 54 |
| Figura 6 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do IBiO..... | 54 |
| Figura 7 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Caratinga. | 55 |
| Figura 8 - E-mail marketing enviados aos membros do CBH-Caratinga..... | 64 |
| Figura 9 - Arte enviada via WhatsApp para os membros do CBH-Caratinga | 64 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce | 14 |
| Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos | 19 |
| Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água..... | 20 |
| Tabela 4 - Deliberações aprovando a prorrogação da indicação do IBIO para funções de Agência de Água | 22 |
| Tabela 5– Deliberações aprovando o Orçamento IBIO (Recurso Estadual) para 2017 | 23 |
| Tabela 6 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP | 23 |
| Tabela 7 - Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP..... | 24 |
| Tabela 8 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP | 26 |
| Tabela 9 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pelo IGAM..... | 26 |
| Tabela 10 - Deliberações que aprovaram a realocação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP | 29 |
| Tabela 11 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA | 30 |
| Tabela 12 - Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação..... | 33 |
| Tabela 13 - Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 1..... | 34 |
| Tabela 14 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 2 | 35 |
| Tabela 15 - Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 3..... | 36 |
| Tabela 16 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 4 | 37 |
| Tabela 17 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 5 | 37 |
| Tabela 18 – Pesos e metas do Indicador 1 | 38 |
| Tabela 19 – Pesos e Metas do Indicador 2..... | 39 |
| Tabela 20 - Pesos e Metas do Indicador 3 | 40 |
| Tabela 21 - Pesos e Metas do Indicador 4 | 41 |
| Tabela 22 - Pesos e Metas do Indicador 5 | 42 |
| Tabela 23 – Planilha de Avaliação | 43 |
| Tabela 24 – Índice de Desembolso para o exercício de 2017 | 51 |
| Tabela 25 – Índice de Desempenho para o exercício de 2017..... | 51 |

| | |
|---|----|
| Tabela 26 – Índice de Desembolso Acumulado | 52 |
| Tabela 27 – Índice de Desembolso Acumulado | 52 |
| Tabela 28 – Outorgas para a Bacia do Rio Caratinga em 2017 inseridas no CNARH. | 62 |
| Tabela 29 – Outorgas para a Bacia do Rio Caratinga em 2017 que não puderam ser inseridas no CNARH | 62 |
| Tabela 30 – Resultado do Questionário de Avaliação CBH-Caratinga | 65 |
| Tabela 31 - Resumo dos programas e recursos previstos no PAP-Doce 2016-2020 | 68 |
| Tabela 32 – Tabela Resumo do PAP 2016-2020. Previsto versus Realizado 2017 | 72 |
| Tabela 33 - Investimento para elaboração de projetos (municípios interessados)Edital de Chamamento Público nº 01/2017..... | 75 |
| Tabela 34 - Recurso PAP 2016-2020 para Rio Vivo, investimento 1ª Etapa e estimativa de recursos para execução da 2ª Etapa | 76 |
| Tabela 35 - Estimativa de recursos disponíveis para a execução da 2ª Etapa do Rio Vivo (três cenários de execução). | 77 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| AGERH | Agência Estadual de Recursos Hídricos |
| ANA | Agência Nacional de Águas |
| APP | Área de Preservação Permanente |
| CBH | Comitê de Bacia Hidrográfica |
| CEP | Código de Endereçamento Postal |
| CERH | Conselho Estadual de Recursos Hídricos |
| CIF | Câmara Técnica de Gestão dos Rejeitos do Comitê Interfederativo |
| CNARH | Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos |
| CNPJ | Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica |
| CNRH | Conselho Nacional de Recursos Hídricos |
| CTGEC | Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos |
| D.O.E.M.G | Diário Oficial do Estado de Minas Gerais |
| D.O.U | Diário Oficial da União |
| DO1 | Bacia Hidrográfica do Rio Piranga |
| DO2 | Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba |
| DO3 | Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio |
| DO4 | Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí |
| DO5 | Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga |
| DO6 | Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu |
| ED | Entidade Delegatária |
| EFVM | Estrada Ferroviária Vitória a Minas |
| ES | Espírito Santo |
| GAT | Grupo de Acompanhamento Técnico |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| ID | Índice de Desembolso Anual |
| IDA | Índice de Desembolso Acumulado |
| IEMA | Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo |
| IGAM | Instituto de Gestão das Águas |
| MG | Minas Gerais |
| PAP | Plano de Aplicação Plurianual |
| PAQE | Parque Estadual do Rio Doce |
| PARH | Plano de Ação de Recursos Hídricos |
| PIRH | Plano Integrado de Recursos Hídricos |
| PMSB | Plano Municipal de Saneamento Básico |
| PPU | Preço Público Unitário |
| SAA | Sistemas de abastecimento de água |
| SEMAD | Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável |
| SIG | Sistema de Informações Geográficas |
| SINGREH | Sistema Integrado para Gestão de Recursos Hídricos |
| TTAC | Termo de Transação de Ajustamento de Conduta |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| UGRH | Unidade de Gestão de Recursos Hídricos |
| UF | Unidade Federativa |
| VD | Valor desembolsado |
| VDa | Valor desembolsado acumulado |
| VR | Valor repassado |
| VRa | Valor repassado acumulado |



1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto BioAtlântica (IBIO), Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011 apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2017 referente ao CBH-Caratinga.

O Instituto BioAtlântica é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. O Instituto tem como finalidade promover a conservação ambiental e a gestão sustentável de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Para cumprir este propósito, o Instituto aplicará os recursos recebidos, inclusive recursos físicos, humanos e financeiros, em projetos, programas ou planos de ações definidos pelo doador, inclusive em apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins, promovendo especialmente as seguintes atividades:

- a) Contribuir para a conservação e recuperação ambiental.
- b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios.
- c) Promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais.
- d) Estimular o estabelecimento de redes de instituições de pesquisa e aplicação nas áreas citadas no inciso c).
- e) Promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre as áreas citadas no inciso c).
- f) Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos incisos acima.
- g) Exercer, através do Comitê Gestor de Águas, as atribuições a serem previamente determinadas pelos, e acordadas com os, Órgãos Gestores para a bacia hidrográfica do rio Doce.

O Instituto BioAtlântica trabalha para melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Enxergamos no futuro territórios organizados, onde os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e sensata por uma sociedade com pleno conhecimento de sua participação na sustentabilidade desse sistema. Fundado em 19 de fevereiro de 2002, é composto por:

Assembleia Geral - Órgão soberano do IBIO - AGB Doce, podendo ser ordinária ou extraordinária.

Conselho Fiscal - Órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva do IBIO.

Conselho Consultivo – Órgão formado principalmente por representantes das empresas doadoras de recursos que forem admitidas como Associadas ou de Associados Fundadores ou outros, a critério

dos Associados Fundadores, que tem por objetivo servir de instrumento de controle externo de suas atividades.

Diretor Presidente – Cria e implementa o macroplanejamento do IBiO, observando as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

Diretoria Executiva - Órgão executor das ações do Instituto BioAtlântica.

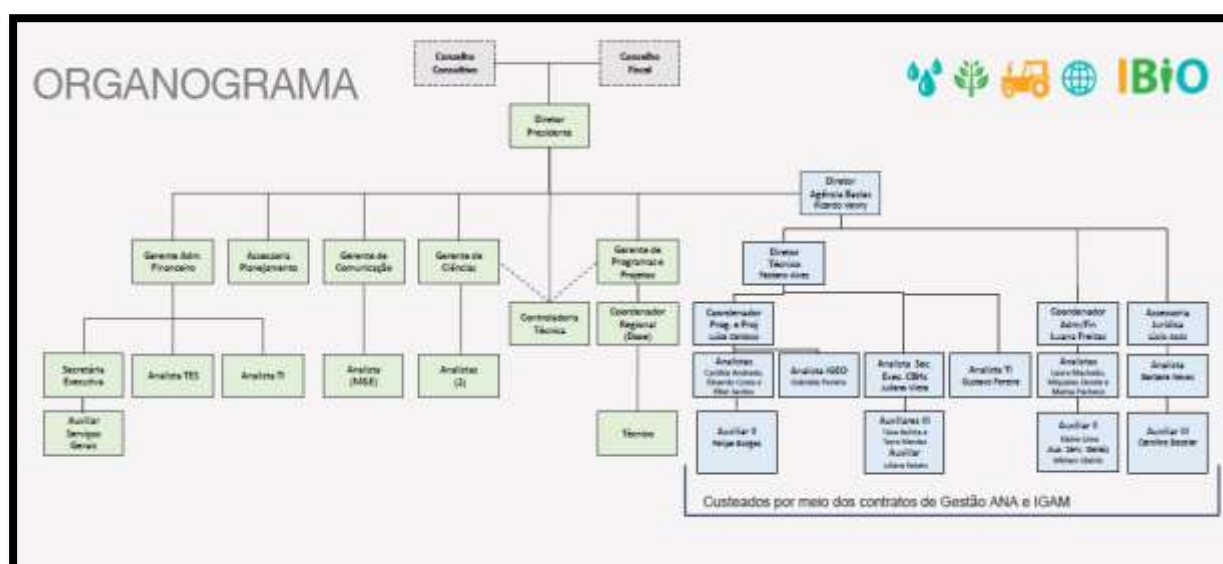


Figura 1 - Organograma Geral do IBiO¹.

1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A bacia do rio Doce situa-se na região Sudeste, entre os paralelos 17°45' e 21°15' S e os meridianos 39°30' e 43°45' W, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste. Esta bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.854 km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 228 municípios. As nascentes do rio Doce situam-se no Estado de Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, sendo que suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o oceano Atlântico, junto ao povoado de Regência, no Estado do Espírito Santo (Figura 2 e Figura 3). Existem dois rios de dominialidade federal na bacia do rio Doce: o rio Doce e o rio José Pedro, afluente do rio Manhuaçu.

A bacia limita-se ao sul com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a sudoeste com a bacia do rio Grande, a oeste com a bacia do rio São Francisco, ao norte e noroeste com a bacia do rio Jequitinhonha, e bacias do litoral sul do Espírito Santo e a nordeste com as bacias do litoral norte do

¹ A equipe apresentada no quadro de funcionários do IBiO – AGB Doce contempla funcionários contratados para atender a ambos os Contratos de Gestão celebrados com a ANA e com o IGAM

Espírito Santo. Os principais afluentes do rio Doce pela margem esquerda são os rios do Carmo, Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande e Suaçuí Grande, em Minas Gerais; São José e Pancas no Espírito Santo. Já pela margem direita são os rios Casca, Matipó, Caratinga/Cuieté e Manhuaçu em Minas Gerais; Guandu, Santa Joana e Santa Maria do Rio Doce no Espírito Santo.

No estado de Minas Gerais a bacia do rio Doce é dividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UGRHs), com Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH01 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga;
- UGRH02 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba;
- UGRH03 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio;
- UGRH04 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Suaçuí;
- UGRH05 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Caratinga; e
- UGRH06 – Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da bacia do rio Doce, têm-se os Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH07 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Guandu
- UGRH08 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria do Doce
- UGRH09 – Comitê das Bacias Hidrográficas Pontões e Lagoas do rio Doce e Comitê das Bacias Hidrográficas do rio Barra Seca e Foz do Rio Doce.

A atividade econômica da bacia do rio Doce é bastante diversificada, destacando-se: a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura.); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica.



Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Na região encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Ao lado da siderurgia estão associadas empresas de mineração, com destaque para a Vale e empresas reflorestadoras, que cultivam o eucalipto para fornecer matéria-prima para as indústrias de celulose. Todo esse complexo industrial é responsável por grande parte das exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose, sendo, portanto, de grande importância para a região onde estão instaladas.

Apesar de ser notável a geração de capital na bacia em função da existência desse complexo siderúrgico, também se verifica a desigualdade no interior da bacia. O maior desenvolvimento das atividades econômicas aconteceu somente em algumas de suas áreas, como o Vale do Aço e na região de influência dos municípios de Governador Valadares, Caratinga, Colatina e Linhares. Os indicadores sociais e econômicos de uma parte significativa dos municípios da bacia mostram que quase uma centena deles são classificados como municípios pobres.

As principais rodovias que dão acesso e passam pela bacia do rio Doce são: a BR 381 que segue na direção sudoeste – nordeste passando por Belo Horizonte e depois importantes cidades da bacia como Ipatinga e Governador Valadares; a BR 116, importante rodovia brasileira que cruza a região do Médio Doce na direção de sul para norte, passando por Caratinga e Governador Valadares; a BR 262 que segue na direção leste – oeste atravessa Belo Horizonte, passa entre João Monlevade e Rio Piracicaba, cruza com a BR 116 nas proximidades de Manhuaçu e depois entra no Espírito Santo, já fora da bacia do Rio Doce; a BR 101, que serve a parte capixaba da bacia, atravessa a região do Baixo Doce de sul para norte passando por Linhares.

Além das rodovias, existe a Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM) que liga Belo Horizonte a Vitória, numa extensão de 898 km passando pelo Vale do Aço, sendo incorporada pela Vale em 1940. Esta ferrovia faz o transporte de passageiros e mercadorias (minério de ferro, carvão mineral, calcário, ferro, aço, produtos agrícolas, etc.). É considerada a ferrovia mais rentável do País e uma das poucas ferrovias que ainda faz o transporte de passageiros.

A bacia tem uma população superior a 3,5 milhões de habitantes. O Vale do Aço tem o maior adensamento populacional da bacia e constata-se a existência de um fluxo migratório que se direciona, sobretudo, para as maiores cidades, como Ipatinga e Governador Valadares. Em decorrência, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população de até 20.000 habitantes, que representam mais de 85% dos municípios da bacia do rio Doce.

A população urbana representa mais de 70% da população total. Entretanto, os mesmos dados mostram que mais de 100 municípios possuem população rural maior que a urbana, evidenciando que a população rural ainda é significativa, absorvidos pela exploração agropecuária. No Médio Doce, essas atividades constituem o principal gerador de renda, emprego e ocupação de mão-de-obra em municípios de menor porte, principalmente onde a população rural predomina. A Tabela 1 sumariza as características gerais da bacia do rio Doce.

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce

| Características Gerais da Bacia do Rio Doce | |
|--|--|
| Área da bacia | 86.854 km ² |
| Extensão do curso principal | Aprox. 879 km |
| Nº de municípios | 228 |
| População na bacia | 3.430.673 |
| Principais atividades econômicas | Mineração; Siderurgia; Silvicultura e Agropecuária |
| Principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos | Contaminação por esgotos domésticos; erosão e assoreamento |

1.2. A Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga

A UGRHO5 - Caratinga insere-se totalmente no Estado de Minas Gerais, envolvendo uma área de 6.677,62 km², conforme Figura 4. É composta pela bacia do rio Caratinga e por uma área incremental a jusante da foz deste rio, cuja drenagem se dá diretamente para o rio Doce.

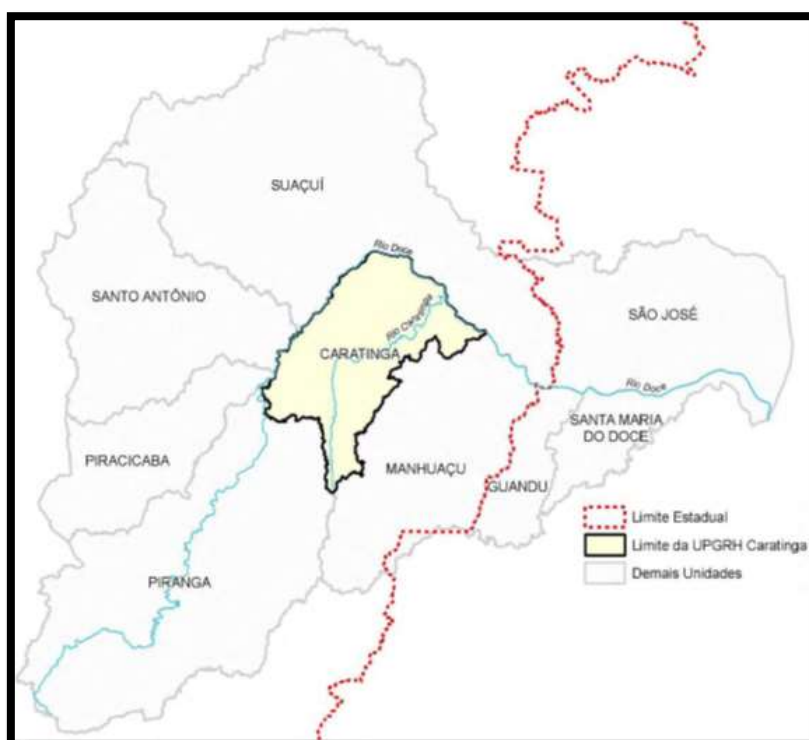


Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga

A bacia insere totalmente em território de Minas Gerais. Os municípios da bacia pertencem às mesorregiões Zona da Mata e Vale do Rio Doce e, com maior relevância, às microrregiões Caratinga e

Governador Valadares, de acordo com a divisão do IBGE. A principal rodovia federal que secciona a unidade é a BR-116, que atravessa inúmeras sedes municipais da UGRH, desde Santa Bárbara do Leste (ao sul da unidade) até Alpercata (ao norte da unidade). O município mais representativo em termos populacionais é Caratinga. No entanto há que se considerar também a mancha urbana de Governador Valadares, que apresenta situação peculiar em relação à sua sede municipal. O rio Doce secciona sua mancha urbana, e com isso, parte do seu território permanece na UGRHO4 - Suaçuí e parte insere-se na UGRHO5 - Caratinga. Porém, em razão desta área ser ocupada por áreas incrementais da UGRHO5 - Caratinga, a abordagem deste município, no que tange à aplicação de recursos para desenvolvimento de programas do PIRH Doce será sempre realizada na UGRHO4 - Suaçuí. A região conta, por isso, com o aeroporto de Governador Valadares como um de seus acessos importantes. Além disto, há a ferrovia Belo Horizonte Vitória que passa pela UGRH junto ao rio Doce.

O principal rio desta região é o Caratinga, afluente da margem direita do rio Doce. Tem suas nascentes no município de Santa Bárbara do Leste, estende-se por cerca de 222 km passando pelas cidades de Santa Rita de Minas, Ubaporanga, Inhapim e Dom Cavati. Deságua no rio Doce, junto à divisa dos municípios de Tumiritinga e Conselheiro Pena. Tem como principal afluente pela margem direita o rio Preto, e os ribeirões Alegre e Queiroga pela margem esquerda. Na bacia incremental, os principais rios e córregos que drenam para o Doce a montante da confluência com o Caratinga são: Ribeirão do Boi, Brejão, Córrego Beija-Flor, rio Branco, ribeirão do Bugre, ribeirão Santo Estevão, ribeirão do Café, Córrego Perdidinha Córrego Perdida, Traíra, entre outros menos representativos. Já na porção a jusante da confluência do Caratinga com o Doce, esta bacia incremental conta com os seguintes rios e córregos: córrego da Virgulina, córrego Sapucaia, ribeirão Itatiaia, córrego da Lapa, Córrego Rochedo do João Pinto Córrego Taquaraçu entre outros.

A bacia abrange, total ou parcialmente, 29 municípios mineiros, envolvendo cerca de 283 mil pessoas, sendo a segunda unidade menos populosa da bacia do Doce, donde 74% reside em áreas urbanas. Do total de municípios, 20 deles tem suas áreas territoriais totalmente inseridas na UGRH. Em se tratando de localização da sede municipal, 3 municípios possuem suas sedes urbanas em outras unidades (Alvarenga, Bom Jesus do Galho e Resplendor) e um município situa-se em duas UGRH's (Governador Valadares). Os demais 25 municípios possuem suas sedes na UGRH.

1.3. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH Doce

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce representa o desejo manifesto de todos os envolvidos no processo participativo, que foi empreendido de junho de 2008 ao final do ano de 2009, no sentido de consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os recursos hídricos na bacia do Rio Doce. O PIRH Doce, nessa primeira versão, constitui o resultado do esforço de representantes dos dez (10) comitês atuantes na bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como dos órgãos gestores de recursos hídricos, representados pela Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, do Espírito Santo,

reunidos em um Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT. Adiante, a relação dos comitês envolvidos na elaboração do PIRH Doce:

- CBH Doce;
- CBH do Rio Piranga;
- CBH do Rio Piracicaba;
- CBH do Rio Santo Antônio;
- CBH do Rio Suaçuí;
- CBH do Rio Caratinga;
- CBH Águas do Rio Manhuaçu;
- CBH do Rio Guandu;
- CBH do Rio Santa Maria²;
- CBH do Rio São José³.

A diretriz máxima que norteou o referido trabalho foi a constante na Lei nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional dos Recursos Hídricos, no tocante à participação pública e espírito democrático, e também a intensa e importante atuação dos comitês de bacias dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além do próprio CBH Doce.

O PIRH Doce foi desenvolvido com o objetivo geral de produzir um instrumento capaz de orientar o CBH-Doce, os CBH's de bacias afluentes, os órgãos gestores dos recursos hídricos da bacia e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a bacia do rio Doce, com vistas à gestão efetiva dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBH's de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce. O PIRH Doce e os Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs – tiveram ainda os seguintes objetivos específicos:

- Estruturar a base de dados da Bacia do Rio Doce relativa às características e à situação dos recursos hídricos e demais feições com implicações sobre as mesmas, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação, após a elaboração do PIRH Doce, de um Sistema Integrado de Informações capaz de apoiar a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Definir as medidas necessárias para proteger, recuperar e promover a qualidade dos recursos hídricos com vistas à saúde humana, à vida aquática e à qualidade ambiental.

² Em 2016 foi criado um novo comitê na unidade de análise Santa Maria do Doce, que agora possui também o Comitê das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Joana.

³ A partir de 2016, a unidade de análise São José passou a abranger dois CBHs: o Comitê de Bacia Hidrográfica Pontões e Lagoas do Rio Doce e o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Barra Seca e Foz do Rio Doce.

- Estabelecer metas de melhoria da qualidade das águas, de aumento da capacidade de produção de água e de uma justa distribuição da água disponível na bacia, acordadas por todos os atores da bacia.
- Fomentar o uso múltiplo, racional e sustentável dos recursos hídricos da bacia mediante avaliação e controle das disponibilidades e determinação das condições em que tem lugar o uso da água na bacia, em benefício das gerações presentes e futuras, levando em conta planos setoriais, regionais e locais em andamento ou com implantação prevista na Bacia.
- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais que envolvam a utilização dos recursos hídricos da bacia, incorporando-os ao PIRH e aos PARHs, dentro de suas possibilidades.
- Articular as ações municipais envolvendo o uso do solo com as diretrizes e intervenções relacionadas ao uso dos recursos hídricos.
- Conceber ações destinadas a atenuar as consequências de eventos hidrológicos extremos.
- Oferecer diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos em lei e contribuir para o fortalecimento do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos pela articulação e participação de todas as demais instâncias da bacia ligadas à gestão dos recursos hídricos.
- Manter e ampliar a participação dos segmentos da sociedade no processo de construção e implementação do PIRH-Doce, bem como nos programas e projetos dele derivados.
- Desenhar um arranjo institucional sustentável para a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Promover iniciativas destinadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de recursos humanos, à comunicação social e à educação ambiental em recursos hídricos na bacia.
- Com vistas ao atingimento dos objetivos anteriores, apontar respostas técnicas, institucionais e legais para os principais problemas diagnosticados/prognosticados na bacia e determinar um conjunto de intervenções estruturais e não estruturais, montadas na forma de programas e projetos, que possam ser realizadas dentro dos horizontes de planejamento adotados, identificando, para cada programa, os recursos necessários para sua realização, as fontes de onde os mesmos deverão proceder e o seu desenvolvimento no tempo.

A consultora desenvolveu seus trabalhos com acompanhamento permanente do GAT, através de reuniões mensais de trabalho, acrescidas de 30 (trinta) reuniões públicas realizadas em diferentes localidades da bacia, quando se apresentaram os resultados das distintas etapas em que o trabalho se desenvolveu, quais sejam: Diagnóstico, Prognóstico, e Programas do Plano Integrado.

Nas duas primeiras etapas foram elaborados o Diagnóstico da Bacia e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Horizonte do Plano, onde se avaliaram, respectivamente, a condição atual da qualidade da água e das disponibilidades hídricas, e a projeção destas condições, conforme distintos cenários, até o ano de 2030. A etapa final constituiu-se na definição das metas sugeridas para a bacia, e na descrição dos programas, projetos e ações preconizadas, incluindo seus objetivos, justificativas,

procedimentos, atores envolvidos e diversos outros elementos que os caracterizam, seguida da análise das condições e perspectivas de atendimentos das metas, a partir da efetiva implantação dos programas, incluindo a viabilidade financeira do Plano.

Nesta última etapa também foram desenvolvidos, entre outros, estudos relacionados a um arranjo institucional viável para a gestão dos recursos hídricos da bacia, bem como diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão definidos na Lei nº 9.433/97, com destaque para o Enquadramento sugerido no âmbito do Plano, como meta de qualidade a ser alcançada. O trabalho também contemplou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, denominado SIG-Plano, repositório de toda a informação coletada durante as distintas etapas de elaboração do Plano, bem como suporte de toda a representação cartográfica contida neste estudo.

1.4. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH

O PARH é parte integrante do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce, e considera os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a bacia do rio Doce. Para cada UGRH da bacia hidrográfica do rio Doce foi gerado um PARH específico caracterizando as peculiaridades de cada região da bacia do Rio Doce, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão. Cada PARH é, desta maneira, um desdobramento do Plano Integrado de Recursos Hídricos, de acordo com as especificidades de cada unidade de planejamento. Os conteúdos e informações aqui apresentados são, portanto, transpostos do Relatório Final do PIRH Doce, devendo o mesmo ser adotado como referência nas questões relativas aos procedimentos metodológicos utilizados e fontes de consulta específicas.

A estrutura dos PARHs segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do PIRH Doce, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada UGRH. Neste documento estão apresentados:

- *Diagnóstico Sumário da UGRH*, contemplando as principais informações que caracterizam a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos frente à bacia do Doce como um todo, com ênfase nas questões que demandam maior esforço de gestão. Este capítulo também apresenta um prognóstico tendencial, buscando caracterizar a situação dos recursos hídricos da UGRH no ano de 2030.
- *O Comitê de Bacia da UGRH*, descrevendo a atual estrutura, órgão normativo e deliberativo que tem por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos na região, envolvendo, em um âmbito maior, a promoção do debate sobre as questões hídricas e o arbitramento dos conflitos relacionados com o uso da água e que, em última instância; irão aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce, e o respectivo Plano de Ação.

- *Os Objetivos e Metas* projetados para a bacia, expressando a realidade possível para o horizonte do Plano, através de metas de planejamento e ações físicas, quantificadas e com prazos estipulados para a sua consecução.
- *Intervenções Recomendadas e Investimentos Previstos*, descrevendo o escopo geral das ações previstas e elencando as ações específicas para a bacia, incluindo, quando pertinente, as indicações de criticidade dos problemas identificados.
- *Conclusões e Diretrizes Gerais para a Implementação do PARH*, onde são discutidas e expostas as motivações e indicações das ações propostas, definindo-se as prioridades e os efeitos esperados para a bacia.

1.5. Contratos de Gestão

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Doce se iniciou em 2011 quando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês dos rios afluentes, no uso de suas atribuições definidas por lei e demais normas complementares, e considerando os compromissos firmados no âmbito do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, celebrado em 24 de março de 2010 entre os dez Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ANA, IGAM, IEMA e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecem os mecanismos e sugere os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce. As decisões estão registradas nas respectivas Deliberações, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos

| Comitê de Bacia Hidrográfica | Deliberação |
|------------------------------|---|
| CBH Doce | Deliberação CBH Doce nº 26, de 31 de março de 2011 |
| CBH Piranga | Deliberação CBH Piranga nº 04, de 12 de abril de 2011 |
| CBH Piracicaba | Deliberação CBH Piracicaba nº 15, de 14 de abril de 2011 |
| CBH Santo Antônio | Deliberação CBH Sto. Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011 |
| CBH Suaçuí | Deliberação CBH Suaçuí nº 28, de 26 de abril de 2011 |
| CBH Caratinga | Deliberação CBH Caratinga nº 09, de 13 de abril de 2011 |
| CBH Manhuaçu | Deliberação CBH Manhuaçu nº 01, de 03 de agosto de 2011 |

Posteriormente, o CBH Doce e os Comitês mineiros aprovam o Edital Conjunto nº 01/2011 para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CBH-Doce indicaria ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a entidade que for selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital, para receber a delegação de competência para o exercício de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce nos termos do art. 51 da Lei 9.433/97.

Os Comitês estaduais de Minas Gerais atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Caratinga, CBH Águas do Rio Manhuaçu

e CBH Suaçuí Grande) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital, para que seja procedido o ato de equiparação à função de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto no art. 37 da Lei 13.199/1999 (MG).

Os Comitês estaduais do Espírito Santo atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Rio Guandu, CBH Rio São José, CBH Rio Santa Maria do Rio Doce) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – CERH/ES, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital – e após sua qualificação no Programa de Organizações Sociais do Estado do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 489/2009 (ES) – para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto nos artigos 45 e 46, parágrafo único, da Lei 5.818/1998 (ES).

Ainda em 2011 os Comitês Mineiros e o CBH Doce aprovam a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar, por prazo determinado no contrato de gestão, funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce como entidade delegatária/equiparada dessas funções, conforme Deliberações da Tabela 3. Na mesma data, é aprovada a minuta dos Contratos de Gestão, a serem celebrados entre o IBIO e ANA, e entre IBIO e IGAM para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água

| Comitê de Bacia Hidrográfica | Deliberação |
|------------------------------|--|
| CBH Doce | Deliberação CBH Doce nº 30, de 24 de agosto de 2011 |
| CBH Piranga | Deliberação CBH Piranga nº 06, de 25 de agosto de 2011 |
| CBH Piracicaba | Deliberação CBH Piracicaba nº 17, de 23 de agosto de 2011 |
| CBH Santo Antônio | Deliberação CBH Sto. Antônio nº 11, 02 de setembro de 2011 |
| CBH Suaçuí | Deliberação CBH Suaçuí nº 30, de 30 de agosto de 2011 |
| CBH Caratinga | Deliberação CBH Caratinga nº 10, de 31 de agosto de 2011 |
| CBH Manhuaçu | Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, 01 de setembro de 2011 |

Após aprovação dos Comitês, o tema foi discutido e a delegação/equiparação do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) foi aprovada pelo CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011 e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais na Deliberação CERH/MG nº 295, de 16 de dezembro de 2011.

O **Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011** foi celebrado em 26 de outubro de 2011 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto BioAtlântica (IBIO), Entidade Delegatária, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, publicado no D.O.U em 04 de novembro de 2011.

- O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, celebrado entre a Agência Nacional de Águas – ANA e o Instituto BioAtlântica, com anuência do Comitê de

Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Doce, para o exercício de funções de Agência de Água foi celebrado em 22 de junho de 2015 e teve por objeto promover alteração do CNPJ do Instituto BioAtlântica, que passou de “05.112.703/0001-25”, para “05.112.703/0002-06”, em razão de abertura de filial; bem como indicar o crédito orçamentário e a nota de empenho para custear as despesas no exercício de 2015.

- O Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, foi celebrado em 28 de dezembro de 2015 e teve por objeto promover alteração nas Cláusulas Terceira – Das Obrigações e Competências; Quarta – Dos Recursos Orçamentário e Financeiro; Quinta – Dos Recursos Humanos; Décima – Da Vigência; e no Programa de Trabalho.
- O Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, foi celebrado em 30 de junho de 2017 e teve por objeto promover alterações nas Cláusulas quarta, nona e décima e no Programa de Trabalho. Tendo vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado pelo período de delegação aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O Contrato de Gestão nº 001/2011 entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce), Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água, foi celebrado em 21 de dezembro de 2011 e publicado no D.O.E.M.G em 10 de janeiro de 2012.

- O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 que entre si celebraram o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica, com anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5 e Águas do Rio Manhuaçu – DO6, foi celebrado em 07 de agosto de 2012, e teve como objeto a inclusão do Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2012 a 2015 e a adoção de novo Programa de Trabalho, bem como alteração da Cláusula Quarta – Dos Recursos Orçamentários e Financeiros.
- O Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 teve como objeto a alteração do Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2012 a 2015, conforme deliberações nº 10/2014 do CBH-Piranga, nº 27/2014 do CBH-Piracicaba, nº 20/2014 do CBH-Santo Antônio, nº 45/2014 do CBH-Suaçuí, nº 03/2014 do CBH-Caratinga e nº 30/2014 do CBH-Manhuaçu.
- O Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 foi celebrado em 30 de dezembro de 2015, e teve como objeto a prorrogação do contrato por um período de 120 (cento e vinte) dias, contados de 01 de janeiro de 2016.
- O Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 foi celebrado em 29 de abril de 2016, e teve como objeto a prorrogação do contrato até 31 de dezembro de 2016.

Em 2015, o CBH-Doce através da Deliberação nº 46 de 25 de junho de 2015 propõe a prorrogação do Instituto BioAtlântica IBIO – AGB Doce para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. E em 23 de setembro de 2015 através da Resolução nº 168 o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprova e prorroga até 31 de dezembro de 2020, a delegação de competência ao Instituto BioAtlântica IBIO – AGB Doce para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, observadas as disposições da Lei nº 10.881, de 2004.

Em 2016, como pode ser visto na Tabela 4, os Comitês Mineiros aprovam a indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica IBIO – AGB Doce para exercer até 31 de dezembro de 2020, às funções de entidade equiparada à agência de bacia. E através da Deliberação nº 399 de 23 de novembro de 2016 o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprova a equiparação do Instituto BioAtlântica à Agência de Bacia Hidrográfica no âmbito das Bacias Hidrográficas dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Caratinga, Suaçuí e Manhuaçu.

Tabela 4 - Deliberações aprovando a prorrogação da indicação do IBIO para funções de Agência de Água

| Comitê de Bacia Hidrográfica | Deliberação |
|------------------------------|---|
| CBH Doce | Deliberação CBH Doce nº 46, de 25 de junho de 2015 |
| CBH Piranga | Deliberação CBH Piranga nº 14, de 20 de setembro de 2016 |
| CBH Piracicaba | Deliberação CBH Piracicaba nº 32, de 21 de setembro de 2016 |
| CBH Santo Antônio | Deliberação CBH Sto. Antônio nº 25, 27 de setembro de 2016 |
| CBH Suaçuí | Deliberação CBH Suaçuí nº 50, de 29 de setembro de 2016 |
| CBH Caratinga | Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 22 de setembro de 2016 |
| CBH Manhuaçu | Deliberação CBH Manhuaçu nº 35, 28 de setembro de 2016 |

Em 11 de janeiro 2017, foi assinado o **Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017** entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica - IBIO, Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água.

- O **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017** que entre si celebraram o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica, com anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5 e Águas do Rio Manhuaçu – DO6, foi celebrado em 26 de julho de 2017, e teve como objeto a inclusão do Plano plurianual de aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelos uso de recursos hídricos, plano referente ao período de 2016 a 2020, e a integração ao contrato de gestão do Orçamento IBIO relativo ao ano de 2017 (Tabela 5), ambos, aprovados por cada um dos comitês dos rios afluentes mineiros do Rio Doce mediante Deliberações específicas.

Tabela 5– Deliberações aprovando o Orçamento IBiO (Recurso Estadual) para 2017

| Comitê de Bacia Hidrográfica | Deliberação |
|------------------------------|--|
| CBH Piranga | Deliberação CBH Piranga nº 18, de 21 de fevereiro de 2017 |
| CBH Piracicaba | Deliberação CBH Piracicaba nº 38, de 08 de fevereiro de 2017 |
| CBH Santo Antônio | Deliberação CBH Sto. Antônio nº 29, 22 de fevereiro de 2017 |
| CBH Suaçuí | Deliberação CBH Suaçuí nº 56, de 10 de fevereiro de 2017 |
| CBH Caratinga | Deliberação CBH Caratinga nº 02, de 03 de fevereiro de 2017 |
| CBH Manhuaçu | Deliberação CBH Manhuaçu nº 38, 13 de março de 2017 |

1.6. Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce

O Plano de Aplicação Plurianual, é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio Doce.

- **PAP 2012/2015**

Para o período de 2012 a 2015 o Plano de Aplicação Plurianual teve como objetivo a implementação das metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e no Pacto das Águas e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2012 a 2015. Além de proporcionar o aumento da disponibilidade de água; de reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia e apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo e fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2012 e 2015, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação. O PAP foi inicialmente aprovado pelo CBH Doce e pelos Comitês Estaduais de Minas Gerais em 2012, definidos valores a serem investidos em cada um dos programas do PIRH/PARH, conforme Deliberações da Tabela 6.

Tabela 6 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

| Comitê de Bacia Hidrográfica | Deliberação |
|------------------------------|--|
| CBH Doce | Deliberação CBH Doce nº 32, de 26 de abril de 2012 |
| CBH Piranga | Deliberação CBH Piranga nº 02, de 12 de abril de 2012 |
| CBH Piracicaba | Deliberação CBH Piracicaba nº 22, de 11 de abril de 2012 |
| CBH Santo Antônio | Deliberação CBH Sto. Antônio nº 14, de 13 de abril de 2012 |
| CBH Suaçuí | Deliberação CBH Suaçuí nº 34, de 19 de abril de 2012 |
| CBH Caratinga | Deliberação CBH Caratinga nº 12, de 17 de abril de 2012 |
| CBH Manhuaçu | Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, de 18 de abril de 2012 |

Porém, considerando a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às estimativas mais recentes de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; considerando a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações; e considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da bacia durante os meses de abril a junho de 2014, os Comitês estaduais e federal decidem por readequar alguns itens do documento, assim como os valores alocados para cada programa a cada ano restante dos Contratos de Gestão celebrados entre o IBiO – AGB Doce, a ANA e o IGAM. Na Tabela 7 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP.

Tabela 7 - Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP

| Comitê de Bacia Hidrográfica | Deliberação |
|------------------------------|---|
| CBH Doce | Deliberação CBH Doce nº 42, de 14 de agosto de 2014 |
| CBH Piranga | Deliberação CBH Piranga nº 10, de 03 de junho de 2014 |
| CBH Piracicaba | Deliberação CBH Piracicaba nº 27, de 04 de junho de 2014 |
| CBH Santo Antônio | Deliberação CBH Sto. Antônio nº 20, de 22 de maio de 2014 |
| CBH Suaçuí | Deliberação CBH Suaçuí nº 45, de 21 de maio de 2014 |
| CBH Caratinga | Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 11 de junho de 2014 |
| CBH Manhuaçu | Deliberação CBH Manhuaçu nº 30, de 10 de junho de 2014 |

• **PAP 2016/2020**

Para o exercício 2016/2020 o Plano de Aplicação Plurianual a ser executado com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a bacia hidrográfica do rio Doce⁴, se pauta pelas seguintes premissas:

- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas, estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH, nos Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBiO – AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;
- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos;

⁴ Para fins dessa Deliberação, a área da bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.

- As áreas com maior vulnerabilidade, definidas conforme critérios previstos no Art.14, devem ser priorizadas para implementação dos programas hidro ambientais⁵ previstos neste PAP. O mapa de vulnerabilidade da bacia hidrográfica do rio Doce e estudos complementares a serem realizados pelo IBiO, com base no melhor conhecimento técnico disponível sobre o território, terão como objetivo facilitar a tomada de decisão por parte dos comitês de bacia.

São objetivos do Plano de Aplicação Plurianual, implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2016 a 2020; aumentar a disponibilidade de água e reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia; apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nascentes e de práticas de conservação de água e solo; fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos. São considerados prioritários, para fins de execução no período de 2016 a 2020, os seguintes programas constantes do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs Doce:

- Qualidade da Água/Enquadramento:
 - P11 – Programa de Saneamento da Bacia.
 - P12 – Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos.
- Disponibilidade de Águas/Balanco Hídrico:
 - P21 – Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica.
 - P22 – Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura.
 - P24 – Programa Produtor de Água.
- Susceptibilidade a Enchentes:
 - P31 – Programa de Convivência com as Cheias.
- Universalização do Saneamento:
 - P41 – Programa de Universalização Saneamento.
 - P42 – Programa de Expansão do Saneamento Rural.
- Incremento de Áreas Legalmente Protegidas:
 - P52 – Programa de Recomposição de APPs e Nascentes.
- Implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos:
 - P61 – Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.
- Implementação das Ações do PIRH Doce:
 - P71 – Programa de Comunicação Social.
 - P72 – Programa de Educação Ambiental.
 - P73 – Programa de Treinamento e Capacitação.

⁵ Para efeitos deste PAP Doce, os programas hidroambientais a serem efetivados nas áreas consideradas de vulnerabilidade da bacia compreendem: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12), Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21), Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22), Programa Produtor de Água (P24) e Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e Programa de Saneamento Rural (P42).

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2016 e 2020, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação, bem como por meio da pactuação com os Comitês de Bacia Hidrográficas com atuação na Bacia do Rio Doce. A Tabela 8 apresenta as Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020.

Tabela 8 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

| Comitê de Bacia Hidrográfica | Deliberação |
|------------------------------|--|
| CBH Doce | Deliberação CBH Doce nº 48, de 01 de dezembro de 2015 |
| CBH Piranga | Deliberação CBH Piranga nº 11, de 20 de outubro de 2015 |
| CBH Piracicaba | Deliberação CBH Piracicaba nº 29, de 21 de outubro de 2015 |
| CBH Santo Antônio | Deliberação CBH Sto. Antônio nº 21, de 22 de outubro de 2015 |
| CBH Suaçuí | Deliberação CBH Suaçuí nº 47, de 29 de outubro de 2015 |
| CBH Caratinga | Deliberação CBH Caratinga nº 02, de 28 de outubro de 2015 |
| CBH Manhuaçu | Deliberação CBH Manhuaçu nº 31, de 27 de outubro de 2015 |

Na Tabela 9 são apresentados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pelo IGAM.

Tabela 9 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pelo IGAM

| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | VALORES (Mil R\$) | | | | | |
|---|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
| UGRH1 Piranga | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 2.900 | 1.900 | 500 | 1.900 | 500 | 7.700 |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia | 600 | 700 | - | 700 | - | 2.000 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 2.300 | 700 | - | 700 | - | 3.700 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 1.100 | | - | - | - | 1.100 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 1.200 | 700 | - | 700 | - | 2.600 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | - | 500 | 500 | 500 | 500 | 2.000 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 500 | 1.750 | 1.250 | 1.750 | 1.250 | 6.500 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | - | 500 | - | 500 | - | 1.000 |
| P24 - Programa Produtor de Água | - | 250 | 250 | 250 | 250 | 1.000 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 500 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 4.500 |

Relatório de Gestão do Exercício de 2017 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2017

| | | | | | | |
|--|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 600 | 100 | 100 | 100 | 100 | 1.000 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 500 | - | - | - | - | 500 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 1 | 4.000 | 3.750 | 1.850 | 3.750 | 1.850 | 15.200 |
| UGRH2 Piracicaba | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 1.800 | 3.000 | 3.000 | 3.000 | 1.000 | 11.800 |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia | 500 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 3.500 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 1.300 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 4.300 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 400 | - | - | - | - | 400 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 900 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 3.900 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | - | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 4.000 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 4.500 | 9.000 | 9.500 | 8.500 | 10.200 | 41.700 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | - | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 3.700 | 9.700 |
| P24 - Programa Produtor de Água | 500 | 500 | 1.000 | - | - | 2.000 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 4.000 | 6.500 | 6.500 | 6.500 | 6.500 | 30.000 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 100 | 600 | 100 | 100 | 100 | 1.000 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | - | 500 | - | - | - | 500 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 2 | 6.400 | 12.600 | 12.600 | 11.600 | 11.300 | 54.500 |
| UGRH3 Santo Antônio | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 2.210 | 1.310 | 1.310 | 1.310 | 1.310 | 7.450 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 1.250 | 350 | 350 | 350 | 350 | 2.650 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 900 | - | - | - | - | 900 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 350 | 350 | 350 | 350 | 350 | 1.750 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 960 | 960 | 960 | 960 | 960 | 4.800 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | | | | | | |

Relatório de Gestão do Exercício de 2017 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2017

| | | | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| | 960 | 960 | 960 | 960 | 960 | 4.800 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 960 | 960 | 960 | 960 | 960 | 4.800 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 600 | 100 | 100 | 100 | 100 | 1.000 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 500 | - | - | - | - | 500 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 3 | 3.770 | 2.370 | 2.370 | 2.370 | 2.370 | 13.250 |
| UGRH4 Suaçuí | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 800 | - | - | - | - | 800 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 500 | - | - | - | - | 500 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 500 | - | - | - | - | 500 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 300 | - | - | - | - | 300 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 1.000 | 1.000 | - | - | - | 2.000 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 500 | 500 | - | - | - | 1.000 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 500 | 500 | - | - | - | 1.000 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 250 | 100 | 100 | 100 | 100 | 650 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 150 | - | - | - | - | 150 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 4 | 2.050 | 1.100 | 100 | 100 | 100 | 3.450 |
| UGRH5 Caratinga | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 1.350 | 150 | 650 | 150 | 650 | 2.950 |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia | 250 | - | 250 | - | 250 | 750 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 950 | - | 250 | - | 250 | 1.450 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 700 | - | - | - | - | 700 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 250 | - | 250 | - | 250 | 750 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 150 | 150 | 150 | 150 | 150 | 750 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 500 | 500 | 500 | 500 | 500 | 2.500 |

Relatório de Gestão do Exercício de 2017 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2017

| | | | | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 250 | 250 | 250 | 250 | 250 | 1.250 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 250 | 250 | 250 | 250 | 250 | 1.250 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 400 | 100 | 100 | 100 | 100 | 800 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 300 | - | - | - | - | 300 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 5 | 2.250 | 750 | 1.250 | 750 | 1.250 | 6.250 |
| UGRH6 Manhuaçu | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 1.000 | - | - | - | - | 1.000 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 1.000 | - | - | - | - | 1.000 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 200 | - | - | - | - | 200 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 800 | - | - | - | - | 800 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 300 | 740 | 740 | 740 | 740 | 3.260 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 300 | 450 | 450 | 450 | 450 | 2.100 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | - | 290 | 290 | 290 | 290 | 1.160 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 220 | 100 | 100 | 100 | 100 | 620 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 120 | - | - | - | - | 120 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 6 | 1.520 | 840 | 840 | 840 | 840 | 4.880 |
| TOTAL MG | 19.990 | 21.410 | 19.010 | 19.410 | 17.710 | 97.530 |

Na Tabela 10 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP 2016/2020.

Tabela 10 - Deliberações que aprovaram a realocação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP

| Comitê de Bacia Hidrográfica | Deliberação |
|------------------------------|---|
| CBH Doce | Deliberação CBH Doce nº 51, de 16 de junho de 2016 |
| CBH Doce | Deliberação CBH Doce nº 52, de 14 de outubro de 2016 |
| CBH Doce | Deliberação CBH Doce nº 53, de 28 de outubro de 2016 |
| CBH Doce | Deliberação CBH Doce nº 54, de 28 de outubro de 2016 |
| CBH Doce | Deliberação CBH Doce nº 56, de 21 de novembro de 2016 |

Na Tabela 11 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela ANA, após readequações no PAP.

Tabela 11 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA

| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | ESPACIALIZAÇÃO | VALORES (Mil R\$) | | | | | | |
|--|---------------------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|-------|
| | | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | | 6.794 | 4.652 | 3.000 | 3.000 | 2.612 | 20.058 | |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia: | | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 5.000 | |
| Elaborar projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos (SES). | Toda a bacia | | | | | | | |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | | 4.794 | 2.652 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 10.446 | |
| Apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). | Toda a bacia | 3.270 | 1.017 | 0 | 0 | 0 | 4.287 | |
| Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA). | | 1.524 | 1.635 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 6.159 | |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | Para cada uma das 9 UGRHs | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 612 | 4.612 | |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | | 6.650 | 8.050 | 8.050 | 7.671 | 5.488 | 35.909 | |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | Para cada uma das 9 UGRHs | 1.945 | 2.345 | 2.345 | 2.053 | 1.487 | 10.175 | |
| P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica | Para as UGRHs 7 a 9 | - | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 3.000 | |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | Para as UGRHs 1, 4 a 9 | 900 | 900 | 900 | 819 | 819 | 4.337 | |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | Para cada uma das 9 UGRHs | 3.805 | 3.805 | 3.805 | 3.799 | 3.183 | 18.398 | |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | | 4.015 | 5.535 | 5.600 | 3.600 | 2.600 | 21.350 | |
| Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs | | | 2.000 | 2.000 | | | 4.000 | |
| P31 - Programa de Convivência com as Cheias | | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | | 4.000 | |
| Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões. | Toda a bacia | 1.000 | - | | | | 1.000 | |
| Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises/ Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação/ Conjunto de Intervenções não estruturais de convivência com as cheias. | | | | 1.000 | 1.000 | 1.000 | | 3.000 |
| Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta/ Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais. | | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|--|-----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| P61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos | | 1.655 | 1.135 | 1.200 | 1.200 | 1.200 | 6.390 |
| Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2) (Comitê de Integração/ Planejamento anual das atividades dos comitês/ Encontro anual da bacia). | 11 Comitês | 1.305 | 1.135 | 1.200 | 1.200 | 1.200 | 6.040 |
| Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1) | Para Calha e as UGRHs 7 a 9 | 350 | | | | | 350 |
| P71 - Programa de Comunicação Social | | | | | | | |
| Produção e divulgação de peças de comunicação (tais como, folders impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais), incluindo materiais específicos para divulgação dos programas do PAP considerando o público alvo de cada um. | Toda a bacia | 500 | 500 | 500 | 500 | 500 | 2.500 |
| Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH/PARHs. | | | | | | | |
| Sistema de avaliação sistemática do PIRH por meio de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos. | | | | | | | |
| P72 - Programa de Educação Ambiental | | | | | | | |
| Identificação e cadastramento das ações de educação ambiental existentes na bacia com avaliação das oportunidades de inserção dos temas de interesse do PIRH/PARHs. | Toda a bacia | 460 | 500 | 500 | 500 | 500 | 2.460 |
| Realização de parcerias com órgãos de governo estaduais e municipais responsáveis pela política de educação ambiental na bacia e com instituições não governamentais atuantes nesta área. | | | | | | | |
| Elaboração de estratégias e materiais em linguagem regional adequada. | | | | | | | |
| P73 - Programa de Treinamento e Capacitação | | | | | | | |
| Elaborar manuais de procedimentos e normas para a gestão de recursos hídricos, incluindo a legislação vigente. | Toda a bacia | 400 | 400 | 400 | 400 | 400 | 2.000 |
| Estabelecer convênios e parcerias com instituições especializadas em atividades de ensino e capacitação. | | | | | | | |
| Realizar oficinas de treinamento e capacitação com profissionais e técnicos voltados para as atividades de gestão de recursos hídricos. | | | | | | | |
| TOTAL | | 17.459 | 18.237 | 16.650 | 14.271 | 10.700 | 77.317 |

2. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1. Identificação Institucional

Nome da Instituição: Instituto BioAtlântica, Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica dos Rios Afluentes Mineiros do Rio Doce.

CNPJ: 05.112.703/0001-25 (IBIO Institucional); 05.112.703/0002-06 (IBIO - Filial)

Natureza Jurídica: Instituto BioAtlântica, Entidade Equiparada de funções de agência de água, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 19 de fevereiro de 2002, com duração por tempo indeterminado, regendo-se pelas Legislações Federais, Estaduais e demais deliberações dos comitês de bacia hidrográfica para os quais atua como Entidade Delegatária ou Equiparada.

Vinculação: Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM

- Contrato de Gestão N° 001/2017, publicado no DOE-MG em 11/01/2017;
- 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2017, assinado em 26 de julho de 2017;

Endereço: Rua Afonso Pena, 2.590, Centro, Governador Valadares – MG, CEP 35010-000.

Norma de Criação e Finalidade: Estatuto Social - Data: 22/06/2007; Estatuto Social – Alterado em 14/10/2011

Endereço da Página Institucional na Internet: <http://www.ibioagbdoce.org.br/>

E-mail: ibioagbdoce@ibio.org.br

2.2. Identificação do Contrato de Gestão

Instrumento Legal: Contrato de Gestão 001/IGAM/2017, celebrado entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e o Instituto BioAtlântica com a anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – UGRH01, do Rio Piracicaba – UGRH02, do Rio Santo Antônio UGRH03, do Rio Suaçuí – UGRH04, do Rio Caratinga UGRH05 e Águas do Rio Manhuaçu – UGRH06.

Dotação Orçamentária: 2241.18.544.120.4505.0001.33.50.41.01.0.61.1

Fundamentação Legal:

Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999;

Decreto Estadual nº 41.578, de 08 de março de 2001;

Decreto Estadual nº 44.046, de 13 de junho de 2005;

Deliberação Normativa CERH-MG nº 23, de 15 de setembro de 2008.

2.3. Descrição dos Objetivos e Metas Institucionais Pactuados no Contrato de Gestão

O Programa de Trabalho compreende um conjunto de metas a serem alcançadas, cujos resultados são mensurados por meio de indicadores de desempenho.

Na Tabela 12 é apresentado o Programa de Trabalho do Contrato de Gestão com a Entidade Delegatária para o exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, com seus indicadores e respectivos critérios de avaliação.

Tabela 12 - Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação

| Metas Gerais / Indicadores | | Metas Específicas / Critérios de Avaliação |
|----------------------------|---|---|
| 1 | DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES | 1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica dos Comitês Afluentes do Rio Doce e da entidade equiparada à agência de bacia. |
| 2 | PLANEJAMENTO E GESTÃO | 2A. Elaboração do Plano Plurianual de Aplicação. |
| | | 2B. Acompanhamento do Plano Plurianual de Aplicação. |
| | | 2C. Implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos. |
| | | 2D. Conclusão dos compromissos remanescentes – Contrato de Gestão IGAM / IBIO Nº 001/2011. |
| 3 | UTILIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS | 3A. Índice de desembolso sobre o valor anual repassado pelo IGAM (%). |
| | | 3B. Índice de desembolso acumulado repassado pelo IGAM (%). |
| 4 | GERENCIAMENTO INTERNO | 4A. Atendimento ao Usuário em Cobrança. |
| | | 4B. Complementação e atualização do Cadastro de Usuários. |
| 5 | RECONHECIMENTO SOCIAL | 5A. Avaliação pelos membros do Comitê. |
| | | 5B. Avaliação, pelos usuários de água, da cobrança pelo uso de recursos hídricos. |

2.4. Glossários sobre os Critérios de Avaliação

Nas tabelas abaixo são apresentadas as descrições dos critérios de avaliação de cada indicador.

Tabela 13 - Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 1

| Meta Geral / Indicador 1 - Disponibilização de Informações | |
|--|--|
| Detalhamento do conteúdo a ser disponibilizado no site, inclusive links para outras páginas: | |
| Comitês | Decretos de criação, Regimento interno e suas alterações, composição, Deliberações, Moções e Atas das reuniões. |
| Entidade Equiparada | Informações institucionais atualizadas: Deliberação CERH de Equiparação, estatuto e alterações, associados. |
| Relação de Usuários em Cobrança | Relação dos usuários da respectiva Bacia Hidrográfica em cobrança pelo IGAM, no exercício corrente, contendo nome, município, UF, e valor cobrado. |
| Cobrança e Arrecadação | Valores transferidos para a entidade equiparada, despesas efetuadas e os rendimentos financeiros, atualizados trimestralmente. |
| Centro de Documentação | Estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia. |
| Investimentos na bacia | Investimentos aprovados e contratados anualmente com recursos da Cobrança na respectiva Bacia Hidrográfica. |
| Legislação de Recursos Hídricos | Legislação federal e do Estado, incluindo: Constituição, Leis, Decretos, Portarias, Resoluções do IGAM, Deliberações do Conselho. |
| Contrato de Gestão | Contratos e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e Relatórios Financeiros e Contratos firmados. |

Tabela 14 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 2

| Meta Geral / Indicador 2 - Planejamento e Gestão | |
|--|--|
| Metas Específicas / Critérios de avaliação | Detalhamento |
| 2A. Elaboração do Plano Plurianual de Aplicação | Plano Plurianual de Aplicação aprovado pelos respectivos Comitês de Bacia hidrográfica, contendo, necessariamente, a descrição detalhada dos seus programas e itens, evidenciando a origem dos seus respectivos recursos, e consistência ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e o Plano de Trabalho dos respectivos Comitês. |
| 2B. Acompanhamento do Plano Plurianual de Aplicação | <p>1. Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, descrevendo por ação, quando couber:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificação do componente/subcomponente em que a ação se enquadra; ✓ Objeto e valor da ação; ✓ Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de repasse) e financiamento; ✓ Código da ação no Plano Plurianual de Aplicação; ✓ Prazos médios de execução: andamento dos cronogramas físicos-financeiros; e, ✓ Identificação dos principais atrasos e justificativas. |
| 2C. Implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos | <p>Relatório de avaliação da execução das ações previstas no Plano Diretor de Recursos Hídricos, com recursos da cobrança pelos usos de Recursos Hídricos e outras fontes, contendo as principais ações e programas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ As providências adotadas pela Entidade Equiparada para a execução das ações previstas no Plano Diretor (inclusive articulação com outros entes do SINGERH); ✓ Recomendação de ações com vista a aceleração da implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos. |
| 2D. Conclusão dos Compromissos Remanescentes - Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2011 | <p>Concluir os compromissos assumidos remanescentes do Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2011:</p> <p><u>Contrato IBIO nº 02/2015:</u> Empresa: Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC Objeto: Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos Municípios de: Lote 1: Açucena, Braúnas, Dolores de Guanhões, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Mesquita e São Sebastião do Rio Preto. Lote 2: Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Senhora do Porto e Serro. Alocação: CBH Santo Antônio</p> <p><u>Contrato IBIO nº 14/2015:</u> Empresa: Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>Objeto: Prestação de serviços de consultoria especializada para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos Municípios do Lote 01: Água Boa, Cantagalo, Coluna, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Malacacheta, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão e Serra Azul de Minas, e Lote 02: Campanário, Coroaci, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Frei Inocência, Galileia, Goiabeiras, Gonzaga, Itambacuri, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Periquito, Santa Efigênciade Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São José da Safira, Sardoá, Virginópolis e Virgolândia, pertencentes à Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH 4) do Suaçuí.</p> <p>Alocação: CBH Suaçuí</p> |
|--|---|

Tabela 15 - Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 3

| Meta Geral / Indicador 3 - Aplicação e Acompanhamento dos Recursos Oriundos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos | |
|--|--|
| Metas Específicas / Critérios de avaliação | Detalhamento |
| 3A. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%) | <p>Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pelo IGAM, incluindo os rendimentos financeiros.</p> <p><u>Fórmula de cálculo</u> $ID (%) = (VD / VR) * 100$ Sendo: ID = Índice de Desembolso Anual até o limite de 100%; VD = valor desembolsado, em reais por ano; VR = valor repassado, em reais por ano.</p> |
| 3B. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%) | <p>Proporção (%) entre o valor desembolsado acumulado neste Contrato (desde o primeiro repasse até o mês de apuração), e o valor acumulado repassado pelo IGAM.</p> <p><u>Fórmula de cálculo</u> $IDA (%) = (VDa / VRa) * 100$ Sendo: IDA = Índice de Desembolso Acumulado; VDa = valor desembolsado acumulado, em reais; VRa = valor repassado acumulado, em reais.</p> |

Tabela 16 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 4

| Meta Geral / Indicador 4 - Gerenciamento Interno | |
|---|---|
| Metas Específicas / Critérios de avaliação | Detalhamento |
| 4A. ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA | Fornecimento do serviço de atendimentos aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH, no período de segunda à sexta-feira das 08h00 às 18h00 (exceto feriados). |
| 4B. ATUALIZAÇÃO DO CNARH | Inserção, atualização e complementação dos dados dos usuários de recursos hídricos outorgados no CNARH, conforme normas e procedimentos estabelecidos pelo IGAM. |

Tabela 17 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 5

| Meta Geral / Indicador 5 - Reconhecimento Social | |
|---|---|
| Metas Específicas / Critérios de avaliação | Detalhamento |
| 5A. RECONHECIMENTO SOCIAL | Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária no exercício de suas atribuições, aplicada junto aos CBHs, conforme metodologia a ser definida pela IGAM em conjunto com ANA, IEMA tendo foco no: Cumprimento do contrato de gestão; Ações tomadas com vistas à implementação do PARH (com Subsídio do “Relatório de avaliação da execução das ações previstas no PARH”); e, atuação como Secretaria executiva do CBH. |
| 5B. AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELO USUÁRIO | Nota de desempenho do Comitê junto ao CERH-MG. |

2.5. Comprometimento de Metas

INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Na Tabela 18 são apresentados os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 1.

Tabela 18 – Pesos e metas do Indicador 1

| Meta Geral / Indicador 1 - Disponibilização de Informações | | | |
|---|--|---------------------------------|-----------------|
| AVALIAÇÃO | 1A - CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO | | NOTA FINAL (NF) |
| | Peso | | |
| | | 1 | |
| 2017 | Meta | 8 | |
| | Resultado | | |
| | Nota (NP) | | |
| 2018 | Meta | 8 | |
| | Resultado | | |
| | Nota (NP) | | |
| 2019 | Meta | 8 | |
| | Resultado | | |
| | Nota (NP) | | |
| 2020 | Meta | 8 | |
| | Resultado | | |
| | Nota (NP) | | |
| FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS | | | |
| NP = 10 * resultado / meta; 0 ≤ NP ≤ 10 | | | |
| NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$ | | | |
| PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO | | | |
| 1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado | 1 | Comitê | |
| | 2 | Entidade Equiparada | |
| | 3 | Cadastro de Usuários | |
| | 4 | Cobrança e Arrecadação | |
| | 5 | Estudos e Projetos | |
| | 6 | Investimentos na Bacia | |
| | 7 | Legislação de Recursos Hídricos | |
| | 8 | Contrato de Gestão | |
| O Resultado será verificado pelo número de itens disponíveis e atualizados trimestralmente, tendo como referência a lista acima, nos sites eletrônicos dos CBH's Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu, conforme detalhado. Este indicador deverá ser executado durante a vigência do contrato. | | | |

INDICADOR 2- PLANEJAMENTO E GESTÃO

Na Tabela 19 são apresentados, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 2.

Tabela 19 – Pesos e Metas do Indicador 2

| Meta Geral / Indicador 2 - Planejamento e Gestão | | | | | | |
|---|-----------|--|--|---|--|------------------------|
| AValiação | | 2A. Elaboração do Plano Plurianual de Aplicação | 2B. Acompanhamento do Plano Plurianual de Aplicação | 2C. Implementação do Plano Diretor | 2D. Conclusão dos Compromissos Remanescentes - Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2011 | NOTA FINAL (NF) |
| | | Peso | Peso | Peso | Peso | |
| | | 4 | 2,5 | 2,5 | 1 | |
| 2017 | Meta | 1 | 1 | 1 | 1 | |
| | Resultado | | | | | |
| | Nota (NP) | | | | | |
| 2018 | Meta | - | 1 | 1 | - | |
| | Resultado | | | | | |
| | Nota (NP) | | | | | |
| 2019 | Meta | - | 1 | 1 | - | |
| | Resultado | | | | | |
| | Nota (NP) | | | | | |
| 2020 | Meta | - | 1 | 1 | - | |
| | Resultado | | | | | |
| | Nota (NP) | | | | | |
| - A meta 2A será executada a partir do início da vigência do Contrato de Gestão e será executada em 2017, nos demais anos seu peso será redistribuído por igual entre as demais metas. | | | | | | |
| - A meta 2B será executada a partir do início da vigência do aditivo contratual que formalizar a integração do Plano Plurianual de Aplicação mediante Deliberação dos Comitês dos rios Afluentes Mineiros do rio Doce, e deverá continuar a ser executada até o final da vigência deste Contrato de Gestão. | | | | | | |
| - A meta 2C será executada a partir da data em que o Plano Plurianual for aprovada mediante Deliberação dos Comitês, e deverá continuar a ser executada até o final da vigência deste Contrato de Gestão. | | | | | | |
| - A meta 2D será executada em 2017, para os demais anos seu peso será redistribuído por igual entre as demais metas. | | | | | | |
| FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS | | | | | | |
| - Para o indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para elaboração do relatório anual de acompanhamento, desde que atendidos os requisitos mínimos estabelecidos no detalhamento do indicador. | | | | | | |
| - Para o indicador 2C, será atribuído 1 (um) ponto para elaboração do relatório de avaliação da execução das ações previstas no Plano Diretor de Recursos Hídricos, desde que atendidos os requisitos mínimos estabelecidos no detalhamento do indicador descrito no detalhamento dos critérios de avaliação. | | | | | | |
| - Para o indicador 2D, será atribuído 1 (um) ponto para a conclusão dos compromissos assumidos remanescentes do Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2011. | | | | | | |
| $NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}; 0 \leq NP \leq 10$ | | | | | | |
| $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$ | | | | | | |

INDICADOR 3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Na Tabela 20 são apresentados os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 3.

Tabela 20 - Pesos e Metas do Indicador 3

| Meta Geral / Indicador 3 - Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos | | | | | |
|--|-----------|---|---|------------------------|--|
| AValiação | | 3A. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%) | 3B. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%) | NOTA FINAL (NF) | |
| | | Peso | Peso | | |
| | | 5 | 5 | | |
| 2017 | Meta | 50 | 25 | | |
| | Resultado | | | | |
| | Nota (NP) | | | | |
| 2018 | Meta | 65 | 30 | | |
| | Resultado | | | | |
| | Nota (NP) | | | | |
| 2019 | Meta | 70 | 40 | | |
| | Resultado | | | | |
| | Nota (NP) | | | | |
| 2020 | Meta | 80 | 55 | | |
| | Resultado | | | | |
| | Nota (NP) | | | | |
| FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS | | | | | |
| NP = 10 * resultado / meta; 0 ≤ NP ≤ 10 | | | | | |
| NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$ | | | | | |
| - No primeiro ano do Contrato o indicador 3B (índice de desembolso acumulado) não será avaliado e o peso será somado ao indicador 3A (índice de desembolso anual). | | | | | |
| - O indicador 3C será avaliado, em 2017, o desenvolvimento do Portal, para os demais anos será avaliado a disponibilização das informações conforme detalhamento do indicador. Este indicador deverá ser executado durante a vigência do contrato. | | | | | |

INDICADOR 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA

Na Tabela 21 são apresentados os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 4.

Tabela 21 - Pesos e Metas do Indicador 4

| Meta Geral / Indicador 4 - Gerenciamento Interno | | | | |
|--|---|---|---------------------------------|------------------------|
| AVALIAÇÃO | | 4A. ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA | 4B. ATUALIZAÇÃO DO CNARH | NOTA FINAL (NF) |
| | | Peso | Peso | |
| | | 4 | 6 | |
| 2017 | Meta | 12 | 100 | |
| | Resultado | | | |
| | Nota (NP) | | | |
| 2018 | Meta | 12 | 100 | |
| | Resultado | | | |
| | Nota (NP) | | | |
| 2019 | Meta | 12 | 100 | |
| | Resultado | | | |
| | Nota (NP) | | | |
| 2020 | Meta | 12 | 100 | |
| | Resultado | | | |
| | Nota (NP) | | | |
| FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS | | | | |
| NP = 10 * resultado / meta; 0 ≤ NP ≤ 10 | | | | |
| NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$ | | | | |
| PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO | | | | |
| 4A. ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA | Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário. A Central de Atendimento ao Usuário deverá funcionar durante toda a vigência do Contrato. | | | |
| 4B. ATUALIZAÇÃO DO CNARH | Para o indicador 4B, o resultado será calculado da seguinte forma: [(número outorgas de uso consultivo concedidas + número de outorgas de uso consultivo retificadas) inseridas no CNARH pela Entidade Equiparada / (número de portarias de outorgas de uso consultivo concedidas + número de portarias de uso consultivo retificado na bacia)] x (%). As portarias de outorgas a serem consideradas serão aquelas publicadas no site do IGAM do dia 1 de outubro do exercício anterior até o dia 30 de setembro do exercício corrente. o indicador deverá ser executado durante toda a vigência do Contrato. | | | |

INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL

Na Tabela 22 são apresentados os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 5.

Tabela 22 - Pesos e Metas do Indicador 5

| Meta Geral / Indicador 5 - Reconhecimento Social | | | | |
|--|--|----------------------------------|---|------------------------|
| AVALIAÇÃO | | 5A. RECONHECIMENTO SOCIAL | 5B. AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELO USUÁRIO | NOTA FINAL (NF) |
| | | Peso | Peso | |
| | | 5 | 5 | |
| 2017 | Meta | 10 | - | |
| | Resultado | | | |
| | Nota (NP) | | | |
| 2018 | Meta | 10 | - | |
| | Resultado | | | |
| | Nota (NP) | | | |
| 2019 | Meta | 10 | - | |
| | Resultado | | | |
| | Nota (NP) | | | |
| 2020 | Meta | 10 | 1 | |
| | Resultado | | | |
| | Nota (NP) | | | |
| FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS | | | | |
| NP = 10 * resultado / meta; 0 ≤ NP ≤ 10 | | | | |
| NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$ | | | | |
| PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO | | | | |
| 5A. RECONHECIMENTO SOCIAL | O Resultado do indicador se dará pela avaliação da Entidade Equiparada pelos conselheiros dos CBH's, anualmente. Como Resultado será considerado a média das pontuações obtidas nos questionários aplicados pelo IGAM aos conselheiros dos CBH's. o indicador será apurado anualmente. | | | |
| 5B. AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELO USUÁRIO | Aplicação de pesquisa sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a ser feita junto aos usuários em cobrança, e apresentação de relatório de avaliação dos resultados. O indicador será executado e apurado no último ano do Contrato. | | | |

Na Tabela 23 apresentamos a Planilha de Avaliação dos indicadores descritos acima.

Tabela 23 – Planilha de Avaliação

| Planilha de Avaliação | | | | | |
|----------------------------|---|------|-----------------|-----------------|----------------|
| Metas Gerais / Indicadores | | PESO | Nota Final (NF) | Nota Geral (NG) | Conceito Geral |
| 1 | Disponibilização de Informações | 1 | | 0,00 | |
| 2 | Planejamento e Gestão | 2 | | | |
| 3 | Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos | 4 | | | |
| 4 | Gerenciamento Interno | 2 | | | |
| 5 | Reconhecimento Social | 1 | | | |

| Fórmula de Cálculo e Conceitos | | | |
|--|-----------------|--------------|-----------------|
| Nota Geral = $(\sum \text{Nota Final} * \text{Peso Indicador} / \sum \text{Peso Indicador})$ | | | |
| CONCEITOS | | | |
| Ótimo | $NG \geq 9$ | Bom | $7 \leq NG < 9$ |
| Regular | $5 \leq NG < 7$ | Insuficiente | $NG < 5$ |

3. INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

3.1. Meta 1A - Conteúdo Disponibilizado e Atualizado na Página Eletrônica do CBH-Caratinga.

O site do CBH-Caratinga permanece no ar no mesmo endereço informado no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2016, no link <http://www.cbhcaratinga.org.br/>. Seguem abaixo informações sobre a publicação dos conteúdos disponibilizados na página eletrônica do Comitê.

ITEM 1 - CBHs: decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas do Comitê, conforme descrição e links indicados abaixo.

- O Decreto de criação:
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/institucional/decreto-criacao>
- Regimento Interno e as alterações:
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/institucional/regimentos-internos>
- Composição
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/membros>
- Deliberações e Moções
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/institucional/deliberacoes>
- Atas das reuniões
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/institucional/atas-reunioes>

ITEM 2 - Entidade Equiparada: Deliberação CERH de Equiparação, estatuto e alterações, associados.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas da Entidade Equiparada, conforme links abaixo:

- Deliberação CERH de Equiparação
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/resolucoes-de-delegacao-equiparacao>
- O Estatuto do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) e suas alterações:
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia-de-aguas/estatuto>
- Os Associados do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB-Doce):
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/associados>

ITEM 3 - Relação de Usuários em Cobrança: Relação dos usuários da respectiva Bacia Hidrográfica em cobrança pelo IGAM, no exercício corrente, contendo: nome, município, UF e valor cobrado.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre usuários em cobrança.

- Cadastro de Usuários em cobrança pela ANA e IGAM:
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia-de-aguas/cadastro-de-usuarios>

ITEM 4 – Cobrança e Arrecadação: valores transferidos para a entidade equiparada, despesas efetuadas e os rendimentos financeiros, atualizados trimestralmente.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre a Cobrança e a Arrecadação.

- Cobrança e Arrecadação pela ANA e IGAM
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia-de-aguas/cobranca-e-arrecadacao>

ITEM 5 – Centro de Documentação: estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Resultado: Disponibilizado no site do Comitê uma aba denominada “Centro de Documentação”, contendo documentos técnicos sobre a Bacia.

- Documentos sobre a Bacia
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/documentos-sobre-a-bacia>
- Documentos sobre Recursos Hídricos
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/documentos-sobre-recursos-hidricos>
- Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/pirhparhs>
- Relatórios de Atividades
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/relatorios-de-atividades/relatorio-anual-de-atividades>
- Outros Documentos
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/outros-documentos>

ITEM 6 – Investimentos na Bacia: Investimentos aprovados e contratados anualmente com recursos da cobrança na respectiva Bacia Hidrográfica.

Resultado: Todos os dados estão disponíveis no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês da Bacia do Rio Doce. Este site foi criado com o objetivo de divulgar, de forma clara e objetiva, informações sobre ações realizadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia do Rio Doce, propiciando o acompanhamento por parte da sociedade.

No site do CBH-Caratinga há um item, no *menu* lateral direito, denominado “Portal de Acompanhamento de Ações”, que redireciona para o portal, cujos dados também podem ser acessados, diretamente, pelo seguinte link: <http://cbhdoce.org.br/portal/>

Além disso, são publicados no site os **Relatórios Anuais de Acompanhamento das Ações Executadas com os Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Caratinga**, que podem ser acessados no seguinte link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/plano-de-aplicacao-plurianual/relatorios-de-acompanhamento>

ITEM 7 - Legislação de Recursos Hídricos: leis e decretos relativos a recursos hídricos no âmbito federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; portarias do IGAM e IEMA; resoluções da ANA, do CNRH, do CERH-MG e CERH-ES que tenham pertinência com as atividades definidas no PIRH-Doce, contrato de gestão, cadastro e cobrança.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre a Legislação de Recursos Hídricos.

- A Legislação Federal
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/legislacao-federal>
- A Legislação de Minas Gerais
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/legislacao-do-estado-de-minas-gerais>
- A Legislação do Espírito Santo
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/legislacao-do-estado-do-espírito-santo>

ITEM 8 - Contrato de Gestão: contrato e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e prestações de contas apresentadas.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre o Contrato de Gestão.

- Contratos de Gestão
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/contratos>
- Relatórios de Gestão
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/relatorio-de-gestao>
- Relatórios de Avaliação
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/relatorio-de-avaliacao>
- Prestações de Contas
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/prestacao-de-contas-2>

4. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO

4.1. Meta 2A – Elaboração do Plano Plurianual de Aplicação

Plano Plurianual de Aplicação aprovado pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio doce, contendo, necessariamente, a descrição detalhada dos seus programas e itens, evidenciando a origem dos seus respectivos recursos, e consistência ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Plano de Trabalho dos respectivos Comitês.

Conforme 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017 em sua Cláusula Primeira – do Plano Plurianual de Aplicação, fica integrado ao Contrato de Gestão nº 001/2017 firmado entre o IGAM e o IBiO o plano plurianual de aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, plano referente ao período de 2016 a 2020, aprovado por cada um dos comitês dos rios afluentes mineiros do Rio Doce mediante Deliberações específicas.

Desta forma, pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como anexos:

Anexo I – Deliberação Normativa CBH-CARATINGA nº 02, de 28 de outubro de 2015.

Anexo II – Deliberação *AD REFERENDUM* CBH-DOCE nº 48, de 01 de dezembro de 2015 (PAP 2016/2020).

Anexo III – Plano de Trabalho CBH-CARATINGA.

Resultado: Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

4.2. Meta 2B – Acompanhamento do Plano Plurianual de Aplicação

Neste relatório são apresentadas as ações executadas pelo Instituto BioAtlântica na modalidade de execução indireta em que houve contratação de pessoas físicas ou jurídicas para realização das ações com recursos dos 92,5% da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como um documento em anexo disponibilizado no **Anexo IV**.

Resultado: Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

4.3. Meta 2C – Implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos

Neste relatório serão apresentadas as providências adotadas pelo IBiO que envolvem sua estrutura administrativa, corpo técnico e mobilização utilizando 7,5% dos recursos federais e estaduais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A utilização dos recursos estaduais se deve pelo fato de possuímos corpo técnico único para execução dos programas previstos no Plano de Aplicação Plurianual e parte deste corpo técnico foi contratado com os recursos federais e parte com recursos estaduais.

As providências adotadas pelo Instituto BioAtlântica que serão descritas a seguir estão separadas por Programa e Subprograma do PARH. As recomendações de ações com vista na aceleração da implementação do Plano Diretor serão apresentadas para todos os programas e subprogramas em um único tópico.

Consideramos ser a melhor forma de apresentar as recomendações uma vez que a maioria delas visam acelerar a implementação do PARH como um todo e não um programa ou subprograma específico. Pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como um documento em anexo disponibilizado no **Anexo V**.

Resultado: Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

4.4. Meta 2D – Conclusão dos Compromissos Remanescentes – Contrato de Gestão IGAM/IBiO nº 001/2011

Concluir os compromissos assumidos remanescentes do Contrato de Gestão IGAM/IBiO nº 001/2011:

- **Contrato IBiO nº 02/2015**

| Contrato 02/2015 | Programa | P41 / | Recursos | ANA / IGAM |
|------------------|--|---|------------|-------------------------|
| Alocação | CBH Sto Antônio / / | | | |
| Objeto | Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municípios de: Lote 1: Açucena, Braúnas, Dores de Guanhões, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Mesquita e São Sebastião do Rio Preto. Lote 2: Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Senhora do Porto e Serro. | | | |
| Valor | R\$ 1.615.544,23 | Contratado Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC | | |
| Pago | R\$ 1.615.544,23 | Data | 25/03/2015 | Prazo 27/02/2017 |
| Saldo | R\$ 0,00 | Gestor | Cynthia | Aditivos 2 |

Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 02/2015, o prazo de duração era de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBiO e emissão da Ordem de Serviço. Conforme o Parágrafo Primeiro da mesma Cláusula, os produtos devem ser entregues pela contratada dentro da vigência

do contrato, salvo a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante a sua execução e, ainda, em razão do atraso justificado na validação dos produtos por parte dos Municípios constantes dos Lotes 01 e 02, e/ou do IBiO, sem qualquer reajustamento ou correção dos valores.

Logo no início dos trabalhos de elaboração dos PMSB e devido à complexidade dos serviços ora contratados foi verificada a necessidade de acompanhamento técnico especializado dos produtos. Os vencedores da licitação para contratação de profissionais autônomos para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSB foram a consultora Vera Christina Vaz Lanza, para o Lote 01, e o consultor Marle José Ferrari Junior, para o Lote 02, que iniciaram suas atividades aproximadamente 6 (seis) meses após a empresa.

Conforme informado na solicitação para a primeira prorrogação de prazo da empresa, ocorreram atrasos na realização dos seminários (2º e 4º) devido à falta de participação da população, bem como a solicitação de troca de datas para a realização de novos eventos feita pelo poder público. Outro fator de atraso foi a ocorrência de enchentes nos municípios de Ferros, Açucena e Carmésia, impossibilitando o andamento das atividades neste período. Houve também dificuldades na obtenção de informações necessárias junto aos municípios e COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Posteriormente, foi solicitada a elaboração do 2º Termo Aditivo, devido a atrasos por parte dos consultores no retorno com os pareceres parciais e conclusivos do Produto 5, o que conseqüentemente, gerou atrasos na entrega dos produtos seguintes, conforme informado pela empresa. O período eleitoral também ocasionou atrasos, pois a empresa teve dificuldades na marcação das reuniões para os Produtos 6 e 7, com sua devida capacitação, junto aos municípios. No ano de 2016 os PMSB dos municípios pertencentes a este contrato foram corrigidos, aprovados e finalizados, com todos os produtos entregues. Como os Produtos 8 do Lote 02 chegaram ao IBiO no dia 08 de dezembro de 2016 não foi possível incluí-los nos pagamentos do mês, ficando para o próximo ano. No mês de janeiro de 2017 os Produtos 8 do Lote 02 foram devidamente pagos, sendo o contrato encerrado no dia 03 de janeiro deste mesmo ano.

• **Contrato IBiO nº 14/2015**

| Contrato 14/2015 | | Programa | P41 / | Recursos | ANA / IGAM |
|--|------------------|---|--------------|-----------------|-------------------|
| Alocação | | CBH Suaçuí / / | | | |
| Objeto | | | | | |
| Contratação de serviços de consultoria especializada para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios do Lote 01: Água Boa, Cantagalo, Coluna, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Malacacheta, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão e Serra Azul de Minas e Lote 02: Campanário, Coroaci, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Frei Inocência, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Itambacuri, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixo, São José da Safira, Sardoá, Virgínia e Virgolândia, pertencentes à Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH 4) do Suaçuí | | | | | |
| Valor | R\$ 3.780.697,43 | Contratado Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC | | | |
| Pago | R\$ 3.780.697,43 | Data | 29/05/2015 | Prazo | 30/12/2016 |
| Saldo | R\$ 0,00 | Gestor | Cynthia | | Aditivos 1 |

Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 14/2015, o prazo de duração era de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBiO e emissão da Ordem de Serviço. Conforme ainda a mesma cláusula, os produtos devem ser entregues pela contratada dentro da vigência do contrato, salvo a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante a sua execução e, ainda, em razão do atraso justificado na validação dos produtos por parte dos Municípios constantes dos Lotes 01 e 02, e/ou do IBiO, sem qualquer reajustamento ou correção dos valores.

Logo no início dos trabalhos de elaboração dos PMSB e devido à complexidade dos serviços ora contratados foi verificada a necessidade de acompanhamento técnico especializado dos produtos. Os vencedores da licitação para contratação de profissionais autônomos para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSB foram a consultora Vera Christina Vaz e o consultor Marle José Ferrari Junior, que iniciaram suas atividades aproximadamente 4 (quatro) meses após a empresa.

Conforme informado na solicitação para a primeira prorrogação de prazo da empresa, ocorreram atrasos na realização dos seminários (2º e 4º) devido à falta de participação da população, bem como a solicitação de troca de datas para a realização de novos eventos feita pelo poder público. Houve também dificuldades na obtenção de informações necessárias por parte dos municípios, bem como pela COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

No ano de 2016 os PMSB dos municípios pertencentes a este contrato foram corrigidos e finalizados, com todos os produtos entregues. Como a maior parte dos Produtos 8 chegaram ao IBiO no dia 13 de dezembro de 2016 não foi possível incluí-los nos pagamentos do mês, ficando para o ano de 2017. No mês de janeiro de 2017 os Produtos 8 foram devidamente pagos, sendo o contrato encerrado no dia 03 de janeiro deste mesmo ano.

5. INDICADOR 3 – APLICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

5.1. Meta 3A - Índice de Desembolso Anual (%)

Tabela 24 – Índice de Desembolso para o exercício de 2017

| Repasse, Rendimentos de Aplicação Financeira e Desembolso - CBH CARATINGA | | | | | | | |
|---|--|---------|------------|------------|----------------------|------------|----------------------------|
| | | Período | Repasse | Rendimento | Repasse + Rendimento | Desembolso | Índice de Desembolso Anual |
| * INDICADOR COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS | (3A) Índice de Desembolso Anual | 2017 | 147.202,09 | 95.853,76 | 243.055,85 | 112.713,22 | 46,37% |
| | | 2018 | | | | | |
| | | 2019 | | | | | |
| | | 2020 | | | | | |
| | | Total | 147.202,09 | 95.853,76 | 243.055,85 | 112.713,22 | |

Tabela 25 – Índice de Desempenho para o exercício de 2017

| Quadro de Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%) | | | |
|--|------------------|----------------------------|------------------|
| PERÍODO | Meta do Contrato | Índice de Desembolso Anual | Desempenho Anual |
| 2017 | 50,00% | 46,37% | 92,75% |
| 2018 | 65,00% | | |
| 2019 | 70,00% | | |
| 2020 | 80,00% | | |

Resultado: Conforme dados apresentados nas Tabela 24 e Tabela 25 acima, o Instituto BioAtlântica para o exercício de 2017, teve como índice de desembolso anual 46,37% e desempenho anual de 92,75% em relação à meta contratual.

5.2. Meta 3B – Índice de Desembolso Acumulado

Tabela 26 – Índice de Desembolso Acumulado

| Repasse, Rendimentos de Aplicação Financeira e Desembolso - CBH CARATINGA | | | | | | | |
|---|---|--------------|-------------------|------------------|-------------------------|-------------------|----------------------------------|
| * INDICADOR COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS | (3B) Índice de Desembolso Acumulado | Período | Repasse | Rendimento | Repasse + Rendimento | Desembolso | Índice de Desembolso Anual |
| | | 2017 | 147.202,09 | 95.853,76 | 243.055,85 | 112.713,22 | 46,37% |
| | | 2018 | | | | | |
| | | 2019 | | | | | |
| | | 2020 | | | | | |
| | | Total | 147.202,09 | 95.853,76 | 243.055,85 | 112.713,22 | |

Tabela 27 – Índice de Desembolso Acumulado

| Quadro de Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%) | | | |
|--|------------------|--------------------------------|----------------------|
| PERÍODO | Meta do Contrato | Índice de Desembolso Acumulado | Desempenho Acumulado |
| 2017 | 25,00% | 46,37% | |
| 2018 | 30,00% | | |
| 2019 | 40,00% | | |
| 2020 | 55,00% | | |

Resultado: Para o primeiro ano do Contrato o indicador 3B (Índice de desembolso acumulado) não será avaliado e o peso será somado ao indicador 3A (Índice de desembolso anual).

6. INDICADOR 4 – GERENCIAMENTO INTERNO

6.1. Meta 4A – Atendimento ao Usuário em Cobrança

O Instituto BioAtlântica desde o início da campanha de re/ratificação do cadastro de usuários de recursos hídricos está realizando atendimento ao usuário em cobrança, conforme previsto no Indicador 4A do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011, visando sanar dúvidas e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH.

Inicialmente, em janeiro de 2012, o atendimento aos usuários era feito pelos telefones (33) 3276-5477 e (33) 3276-6526 e pelo e-mail cbhriodoce@veloxmail.com.br. Todos os usuários que nos procuraram para sanar suas dúvidas foram atendidos. O IBiO também encaminhou um funcionário para participar do curso CNARH-DIGICOB oferecido pela Agência Nacional de Águas (ANA) às Agências de Bacia habilitando este profissional para atender a todas as dúvidas dos usuários, assim como replicar o conhecimento aos colaboradores do IBiO.

Desde o início de 2013 o atendimento está sendo feito através do telefone 0800 033 1783 criado especificamente para este fim e pelo e-mail ibioagbdoce@ibio.org.br. O atendimento também pode ser feito na sede do Instituto BioAtlântica, localizada na Rua Afonso Pena, 2590, Centro – Governador Valadares – MG. O atendimento por telefone e presencial poderá ser feito das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Estas informações sobre o atendimento (visando sanar dúvidas e orientar os usuários) estão divulgadas nos sites:

- Comitês;
- Instituto BioAtlântica;
- Até ano de 2017, no site do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH (<http://cnarh.ana.gov.br>).

Em 11 de janeiro 2017, foi assinado o **Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017** mantendo no Programa de trabalho o indicador 4A. Atendimento ao usuário em cobrança, desta forma o IBiO continua cumprindo a meta deste indicador.

No final do 2º Semestre 2017 os Órgão Gestores introduziram mudanças na plataforma de cadastro de usuários de recursos hídricos. A ANA (Agência Nacional de Águas) migrou do sistema CNARH para o Sistema Federal de Regulação de Usos – REGLA, isso para usuários de dominialidade federal. O IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas) deixou de usar o sistema proposto pela ANA (Antes CNARH e hoje REGLA) para utilizar uma plataforma própria, o InfoHidro.

Desde a migração para as novas plataformas o IBiO está aguardando treinamento/capacitação para se adaptar aos novo sistemas. Para que os usuários continuem a receber todo o suporte e informações necessárias, os funcionários do IBiO têm estado em contato com o IGAM e ANA para que todas as mudanças/adaptações/informações sejam atendidas com agilidade.

Nos sites dos Comitês há destaque na página principal dos sites conforme ilustrado nas Figura 5 (CBH-Doce), Figura 6 (IBiO) e Figura 7 (CBH-Caratinga). Em seguida, são apresentados os relatos dos atendimentos realizados pelo Instituto BioAtlântica em 2017.

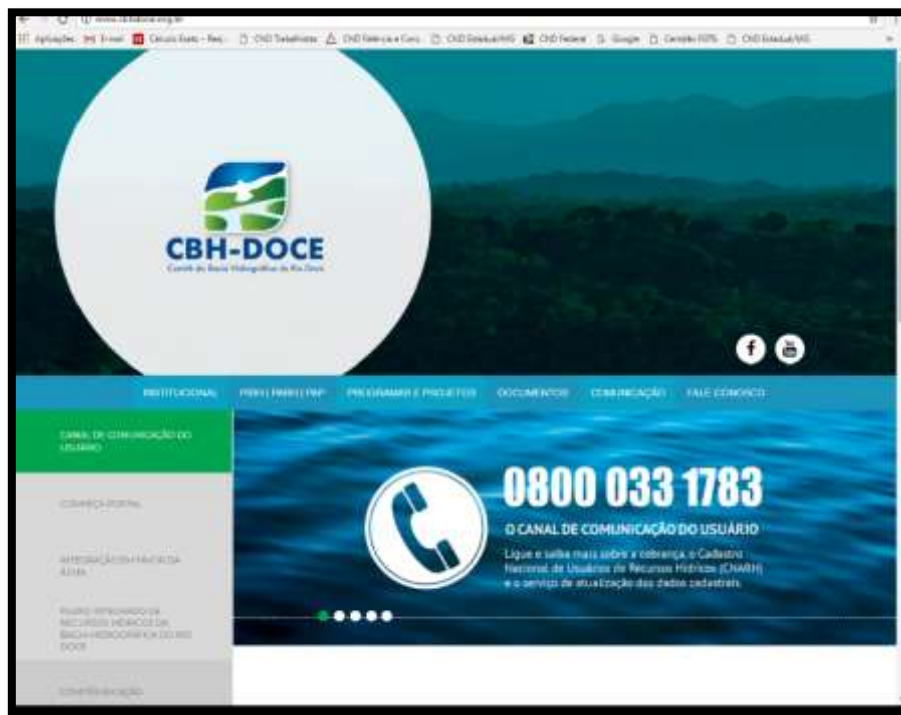


Figura 5 – Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Doce.



Figura 6 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do IBiO.

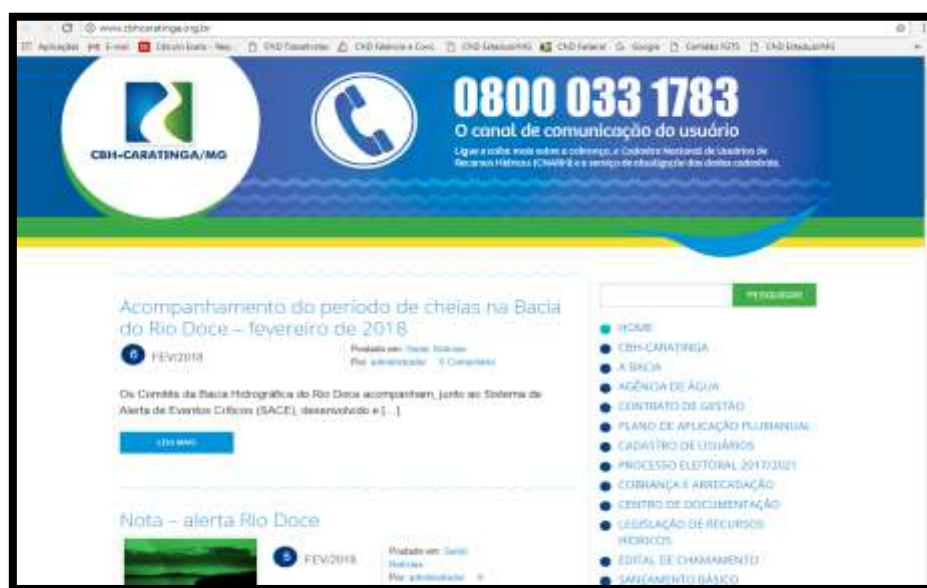


Figura 7 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Caratinga.

| Atendimento 1: |
|---|
| Data da ligação: 08/02/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Sr. Marcos Birchler |
| Telefone/endereço eletrônico: (27) 99740-9440 |
| Assunto tratado: O Senhor Marcos estava com dúvidas sobre como recuperar senha de acesso ao sistema CNARH. |
| Encaminhamentos: Foi orientado a entrar em contato com a central de atendimento da ANA pelo número de telefone Central de Atendimento: 0800 725 2255. |

| Atendimento 2: |
|--|
| Data da ligação: 20/02/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Bruno Moisés Alves Ribeiro |
| Telefone/endereço eletrônico: (31) 98736-6772 / brunoribeiro@emflortec.com.br |
| Assunto tratado: O senhor Bruno questionou se o usuário insignificante deveria ter o seu ponto de captação outorgado junto ao Estado. |
| Encaminhamentos: Foi orientado que, para toda e qualquer quantidade de recursos hídricos utilizados, o usuário deverá regularizar o ponto de captação junto a SUPRAM da sua região. |

| Atendimento 3: |
|---|
| Data da ligação: 20/02/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Bruna Silva Baeta |
| Telefone/endereço eletrônico: 33 3315 8000 |
| Assunto tratado: A senhora Bruna recebeu um boleto de cobrança e questionou a possibilidade de parcelamento. |
| Encaminhamentos: Foi orientada a entrar em contato, pelo telefone (31) 3915 1298, com o setor de cobrança. |

| Atendimento 4: |
|---|
| Data da ligação: 09/03/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Fabricia |
| Telefone/endereço eletrônico: 27 99956-5700 fabricia.jesus@tropbrasil.com |
| Assunto tratado: Página de cadastro com erro ao incluir componente/finalidade |
| Encaminhamentos: Foi realizado, junto ao usuário, um passo a passo das ações realizadas no sistema e detectou-se falha na operação do usuário. A mesma foi orientada e consequentemente conseguiu realizar o cadastro. |

| Atendimento 5: |
|--|
| Data da ligação/e-mail: 08/03/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Micheline C. Fialho Rodrigues/Consórcio UHE Baguari |
| Telefone/endereço eletrônico: (33) 3271-3017 – 99625215/micheline@uhebaguari.com.br |
| Assunto tratado: Solicitação de lista de detentores de outorgas, na calha do rio Doce no perímetro da UHE Baguari até o final do perímetro urbano do município de Governador Valadares, para realização de testes de Vazão da UHE Baguari e levantamento de estudos topobatimétricos. |
| Encaminhamentos: O e-mail foi respondido, no dia 09/03/2017, contendo um arquivo com todos os usuários cadastrados no CNARH pertencente a região solicitada. |

| Atendimento 6: |
|--|
| Data da ligação: 10/03/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Jessica/Elementus |
| Telefone/endereço eletrônico: 27 2142-8322 tecnico@elementus-sa.com.br |
| Assunto tratado: O usuário estava com dúvidas na alteração do cadastro. |
| Encaminhamentos: Foi devidamente orientada. |

| Atendimento 7: |
|---|
| Data da ligação: 29/03/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Glaison/Pref. Municipal de Pancas/ES |
| Telefone/endereço eletrônico: 27 3726-1221 |
| Assunto tratado: Como adquirir outorga para permissão de captação em poço artesiano. |
| Encaminhamentos: O Sr. Glaison foi orientado, primeiramente, a fazer o cadastro no CNARH e, em seguida, procurar a AGERH responsável pela bacia onde se encontra a captação. |

| Atendimento 8: |
|---|
| Data da ligação: 30/03/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira. |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Wilson/Inst. Federal Triângulo Mineiro. |
| Telefone/endereço eletrônico: 34 3233-8823 / wilson@iftm.edu.br |
| Assunto tratado: Dificuldade em fazer o cadastro no CNARH |
| Encaminhamentos: Foi feito, por telefone, um acompanhamento e detectou que o usuário não estava associando o ponto de captação ao uso. As dificuldades foram esclarecidas e o Sr. Wilson conseguiu finalizar o cadastro. |

| Atendimento 9: |
|---|
| Data da ligação: 04/04/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Taísa / Rede HG |
| Telefone/endereço eletrônico: 33 2102-2102 |
| Assunto tratado: Guia (DAE) para pagamento referente ao uso de recursos hídricos. |
| Encaminhamentos: Foi orientada a entrar em contato com a Gerência de Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos (GECOB) pelo telefone (031) 3915-1287 ou pelo e-mail: cobranca.agua@meioambiente.mg.gov.br . |

| Atendimento 10: |
|--|
| Data da ligação: 10/04/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Alex / UNIVALE |
| Telefone/endereço eletrônico: 33 3279-5553 / alex.gomes@univale.br |
| Assunto tratado: Guia (DAE) para pagamento referente ao uso de recursos hídricos. |
| Encaminhamentos: Foi orientado a entrar em contato com a Gerência de Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos (GECOB) pelo telefone (031) 3915-1287 ou pelo e-mail: cobranca.agua@meioambiente.mg.gov.br. |

| Atendimento 11: |
|--|
| Data da ligação: 19/04/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Bianca |
| Telefone/endereço eletrônico: 66 3531-6867 |
| Assunto tratado: O usuário solicitou uma relação da lista de cadastros associados ao seu usuário no sistema CNARH. |
| Encaminhamentos: Foi orientada a entrar em contato com a central de atendimento da ANA pelo número de telefone Central de Atendimento: 0800 725 2255, pois o acesso do funcionário do IBiO cadastrado no CNARH não tem permissão para visualização de dados associados ao estado do Mato Grosso. |

| Atendimento 12: |
|--|
| Data da ligação: 17/05/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Tiago/UFOP |
| Telefone/endereço eletrônico: 31 99502-4141 |
| Assunto tratado: Dúvida sobre taxa cobrada pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce. |
| Encaminhamentos: Foi orientado a entrar em contato com a Gerência de Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos (GECOB) pelo telefone (031) 3915-1287 ou pelo e-mail: cobranca.agua@meioambiente.mg.gov.br. |

| Atendimento 13: |
|---|
| Data da ligação: 24/05/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Marilu/Fibraplac |
| Telefone/endereço eletrônico: 51 3076-8743 |
| Assunto tratado: O usuário enfrenta problemas técnicos para preencher coordenadas do ponto de captação ao preencher o CNRH |
| Encaminhamentos: Foi orientada entrar em contato com o suporte técnico de atendimento ao cadastro (CNARH) pelo telefone de número 0800 725 2255, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h ou enviar e-mail para cnarh@ana.gov.br |

| Atendimento 14: |
|---|
| Data da ligação: 30/05/17 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Marcos / RCM |
| Telefone/endereço eletrônico: 31 98678-7970 / gaiasa@yahoo.com.br |
| Assunto tratado: O usuário vinculado ao cadastro CNAHR de nº 31.0.0094791/19 perdeu a senha de acesso ao sistema. |
| Encaminhamentos: Foi orientado entrar em contato com o suporte técnico de atendimento ao cadastro (CNARH) pelo telefone de número 0800 725 2255, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h ou enviar e-mail para cnarh@ana.gov.br |

| Atendimento 15: |
|---|
| Data da ligação: 06/06/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Audevar |
| Telefone/endereço eletrônico: 27 99837-1870 |
| Assunto tratado: Dúvida sobre o uso não consuntivo |
| Encaminhamentos: Foi orientado da seguinte forma. “Referem-se aos usos que retornam à fonte, praticamente a totalidade da água utilizada. Exs: recreação, piscicultura, hidroeletricidade, etc.” |

| Atendimento 16: |
|--|
| Data da ligação: 08/06/2017 |
| Nome do Atendente: |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Elaine/Renato Bueno de Paula |
| Telefone/endereço eletrônico: 38 3677-5975 |
| Assunto tratado: Pedido de Outorga (Dominialidade Federal) |
| Encaminhamentos: Foi orientada a acessar o link http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/PedidoOutorga.aspx e seguir o passo-a-passo. |

| Atendimento 17: |
|--|
| Data da ligação: 14/07/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Flávia/Incafe |
| Telefone/endereço eletrônico: 27 3371 1601 |
| Assunto tratado: O usuário enfrenta problemas técnicos para preencher coordenadas do ponto de captação ao preencher o CNRH |
| Encaminhamentos: Foi orientada entrar em contato com o suporte técnico de atendimento ao cadastro (CNRH) pelo telefone de número 0800 725 2255, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h ou enviar e-mail para cnarh@ana.gov.br |

| Atendimento 18: |
|--|
| Data da ligação: 17/07/2017 |
| Nome do Atendente: Gustavo |
| Identificação da pessoa/instituição que ligou: Cecília Moreira de Barros |
| Telefone/endereço eletrônico: cmoreiradebarros@gmail.com |
| Assunto tratado: Solicitação de usuários cadastrados na ottobacia Caratinga. |
| Encaminhamentos: Foi exportado, a partir do sistema CNARH, a lista de usuários(xls) e respectiva localização geográfica. Feito isso, os documentos foram enviados para o e-mail do solicitante. |

Resultado: O IBiO tem tomado todas as providências necessárias para capacitar sua equipe, oferecendo assim, meios para que os usuários possam entrar em contato com maior facilidade. Tem realizado a divulgação dos atendimentos nos sites de todos os Comitês da Bacia com o intuito de informar ao maior número de usuários possíveis sobre os serviços de atendimentos oferecidos, assim como atendeu a todos os usuários que entrou em contato pelos telefones informados ou pessoalmente.

6.2. Meta 4B – Atualização do CNARH

No ano de 2017 foram publicadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD um total de 237 portarias de outorgas concernente a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, sendo que desse total, até a data de 30/09/2017, período em que o CNARH estava operante, um total de 169 portarias de outorgas foram publicadas.

Entre 30/09/2017 e 31/12/2017 o IBiO ficou impossibilitado de persistir as informações no sistema CNARH. Os sistemas (www.semاد.mg.gov.br e www.siam.mg.gov.br) nos quais se obtém as informações necessárias para o preenchimento do cadastro de usuário não têm dados suficientes para realização do mesmo, conseqüentemente, obrigando-nos a entrar em contato com o usuário, seja por telefone ou e-mail, que em sua maioria, são tentativas mal sucedidas. Nesse caso, de dados insuficientes, é prática do IBiO, antes de declarar o caso não solucionável, fazer um trabalho investigativo (ligar para possíveis concorrentes, sindicatos, compradores, etc) até que esgote todas as alternativas possíveis.

Na Tabela 28 abaixo estão listadas todas as outorgas emitidas pelo IGAM para o ano de 2017 na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga e inseridas no CNARH. Na Tabela 29 estão a listagem das outorgas, que por algum motivo detalhado na própria tabela, não puderam ser inseridas no CNARH. Especificamente no caso de outorgas de grande poder, nos foram repassadas orientações por parte do IGAM para que não fizessemos a inserção de tais outorgas no CNARH.

Tabela 28 – Outorgas para a Bacia do Rio Caratinga em 2017 inseridas no CNARH.

| DOS – CBH CARATINGA | | | |
|----------------------------|----------------|--------------------|-------------------------------------|
| PORTARIA | PUBLIC. | CNPJ | EMPREENDIMENTO |
| 31894/2016 | 30/03/2017 | 19.963.701/0004-05 | Fazendas RioDoce Ltda |
| 01065/2017 | 30/03/2017 | 19.963.701/0004-05 | Fazendas RioDoce Ltda |
| 01066/2017 | 30/03/2017 | 19.963.701/0004-05 | Fazendas RioDoce Ltda |
| 01067/2017 | 30/03/2017 | 19.963.701/0004-05 | Fazendas RioDoce Ltda |
| 02151/2017 | 06/07/2017 | 16.926.056/0001-01 | Remol Indústria de Móveis Ltda - ME |

Tabela 29 – Outorgas para a Bacia do Rio Caratinga em 2017 que não puderam ser inseridas no CNARH

| PORTARIA | PUBLIC. | CNPJ | EMPREENDIMENTO | OBSERVAÇÃO |
|-----------------|----------------|--------------------|---|-----------------------------|
| 01621/2017 | 24/05/2017 | 26.764.935/0001-38 | Posto JR Faisão III Ltda | Sem Permissão p/Alteração |
| 02516/2017 | 02/08/2017 | 13.569.064/0007-45 | Rede HG Combustíveis Ltda | Sem Permissão p/Alteração |
| 1602 | 05/08/2017 | 19.795.665/0001-67 | Nova Era Silicon S.A | Sem Permissão p/Alteração |
| 1603 | 05/08/2017 | 19.795.665/0001-67 | Nova Era Silicon S.A | Sem Permissão p/Alteração |
| 1604 | 05/08/2017 | 19.795.665/0001-67 | Nova Era Silicon S.A | Sem Permissão p/Alteração |
| 1605 | 05/08/2017 | 19.795.665/0001-67 | Nova Era Silicon S.A | Sem Permissão p/Alteração |
| 1606 | 05/08/2017 | 19.795.665/0001-67 | Nova Era Silicon S.A | Sem Permissão p/Alteração |
| 02912/2017 | 01/09/2017 | 17.281.106/0001-03 | Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA-MG | Infor. Insufic. p/ Cadastro |
| 03185/2017 | 21/09/2017 | 11.479.031/0001-93 | Minas Pérola Ltda - EPP | Infor. Insufic. p/ Cadastro |
| 03709/2017 | 20/11/2017 | 130.207.146-72 | Antônio de Pádua Salgado | Sist. Inoperante |
| 03713/2017 | 20/11/2017 | 13.569.064/0016-36 | Rede HG Combustíveis Ltda | Sist. Inoperante |

7. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL

7.1. Meta 5A – Reconhecimento Social

Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária/Equiparada no exercício de suas atribuições, aplicada junto ao Comitê Caratinga, conforme metodologia a ser definida pelo IGAM em conjunto com a ANA e IEMA, tendo por foco:

- Cumprimento do Contrato de Gestão;
- Ações tomadas com vistas à implementação do PIRH-Doce e PARHs (com subsidio do “Relatório de Avaliação da execução das ações previstas no PIRH-Doce e PARHs”); e,
- Atuação como secretaria-executiva do Comitê.

No dia 17 de outubro de 2017, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) encaminhou e-mail referente ao Indicador 5A do Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº001/2017, que prevê a “Avaliação pelos membros do Comitê sobre a atuação da Entidade Equiparada”. Na ocasião, o IGAM, que é responsável pela aplicação do questionário, disponibilizado de forma online, solicitou apoio ao IBIO para divulgação do mesmo junto aos conselheiros dos comitês, visando o cumprimento da meta contratual, conforme e-mail (**Anexo VI**).

A partir de então, o IBIO iniciou o processo de divulgação junto aos conselheiros. A equipe de comunicação da entidade equiparada providenciou a publicação do questionário no site, visando facilitar o acesso ao formulário, sendo possível acessá-lo no seguinte link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/geral/questionario-igam-cbh-caratinga>

Também foi encaminhado e-mail marketing, conforme demonstrado na Figura 8. A mensagem foi enviada, inicialmente, no dia 17 de outubro, sendo reenviada nos dias 16 de novembro, 05 e 12 de dezembro. Neste intervalo também foi feito contato telefônico com todos os conselheiros – titulares e suplentes – solicitando o preenchimento do questionário.

Além disso, foi feita divulgação nos grupos de WhatsApp. A Figura 8 e Figura 9 ilustram as mensagens recebidas pelos conselheiros no e-mail e WhatsApp.



Figura 8 - E-mail marketing enviados aos membros do CBH-Caratinga



Figura 9 - Arte enviada via WhatsApp para os membros do CBH-Caratinga

Resultado: Os resultados foram avaliados pelo IGAM e estão apresentados na tabela abaixo.

Tabela 30 – Resultado do Questionário de Avaliação CBH-Caratinga

| Questionário - Avaliação do Instituto BioAtlântica pelo CBH-Caratinga | |
|--|-----------------------------------|
| Meta: 10 | Nota do Indicador 5A: 7,32 |
| Participante | Nota |
| Participante 1 | 8,24 |
| Participante 2 | 6,35 |
| Participante 3 | 1,88 |
| Participante 4 | 8,29 |
| Participante 5 | 9,06 |
| Participante 6 | 1,88 |
| Participante 7 | 5,64 |
| Participante 8 | 9,35 |
| Participante 9 | 6,71 |
| Participante 10 | 9,24 |
| Participante 11 | 9,06 |
| Participante 12 | 9,94 |
| Participante 13 | 6,12 |
| Participante 14 | 8,88 |
| Participante 15 | 9,12 |
| Média | 7,32 |

Apresentamos abaixo, as questões aplicadas no Questionário de Avaliação:

Questionário para fim de Avaliação da IBiO pelo CBH DO Rio Caratinga - Resumo

1 - Identificação do Avaliador

Sua participação no Comitê ocorre como Membro:
Você conhece o Contrato de Gestão Celebrado entre o IGAM e a IBiO?
Você conhece claramente as competências da IBiO?
Você tem informações das demandas que o Comitê repassou à IBiO?

2. Questões Objetivas Relativas à IBiO em Tópicos.

2.1 Comunicação Social e Mobilização

- 2.1.1. Você já acessou o site da IBiO alguma vez?
- 2.1.1.1. No site da IBiO as informações são atualizadas e disponibilizadas com frequência e clareza satisfatória? (Responda se você assinalou SIM para a pergunta 2.1.1.)
- 2.1.1.2. Os documentos da IBiO que são de uso e interesse do Comitê são disponibilizados no site? (Responda se você assinalou SIM para a pergunta 2.1.1.)
- 2.1.2. A IBiO responde aos contatos do Comitê de maneira ágil, eficiente e clara?
- 2.1.3. O trabalho de Mobilização Social para as reuniões (Plenárias, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, etc.) tem ocorridos de forma satisfatória?
- 2.1.4. A IBiO tem estabelecido um canal favorável de comunicação entre ele e os comitês?

2.2 Amparos Administrativos

- 2.2.1. As solicitações administrativas do Comitê são atendidas de forma satisfatória pela IBiO?
- 2.2.2. As Convocações e as documentações referentes às reuniões são encaminhadas com a antecedência satisfatória, conforme os prazos regimentais?
- 2.2.3. Os documentos (Atas, Resoluções, Moções, Termos de Referência, Parecer, Ofício e Carta ou outros correlatos) são bem elaborados e de fácil compreensão?

2.3 Amparos Técnicos

- 2.3.1. A IBiO demonstra capacidade técnica para resolver os problemas técnicos demandados pelo Comitê e de propor alternativas?
- 2.3.2. A equipe da IBiO demonstra confiança e habilidade para resolver os problemas de origem técnica e orientar tecnicamente os membros do Comitê?

2.4 Proatividade

2.4.1. Existe postura proativa da IBIO para apresentar propostas ao Comitê e se antecipar aos problemas em potencial?

2.4.2. A IBIO toma as medidas necessárias para a execução das ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia?

2.4.3. A IBIO dispõe de iniciativas para realizar eventos como Seminários, Oficinas, Workshops com vistas a divulgar à sociedade da Bacia sobre a Cobrança pelo Uso da Água?

2.5 Recursos Financeiros

2.5.1. Você tem conhecimento de como os recursos arrecadados com a cobrança são administrados?

2.5.1.1. Os recursos da cobrança são administrados com transparência? (Responder se você assinalou "sim" para a pergunta 2.5.1)

2.5.2. Os recursos da cobrança são investidos na Bacia com eficiência pela IBIO?

2.6 Institucional

2.6.1. A estrutura organizacional da IBIO favorece o atendimento adequado às demandas do Comitê?

2.6.2. A IBIO busca parcerias com outras entidades e instituições a fim de promover Governabilidade?

3. Questão Dissertativa Relativa à IBIO.

Questão dissertativa relativa à IBIO, com a intenção de identificar as expectativas dos membros do Comitê em relação à IBIO, de modo a permitir explicitar críticas e sugestões para o aprimoramento das atividades realizadas sobre os tópicos.

3.1. Como a IBIO poderia melhorar sua atuação junto ao Comitê da Bacia?

8.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do ano de 2015, ocorreu um amplo processo de discussão nos comitês da bacia do rio Doce para aprovação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP-Doce) para o período 2016-2020. Durante esse processo, foi priorizado pelos CBHs o investimento em:

- Programas Hidroambientais, com ênfase nos programas:
 - P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos;
 - P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes;
- Programas de saneamento, com ênfase no programa:
 - P42 – Programa de Expansão do Saneamento Rural.

Apesar de priorizar os programas hidroambientais P12 e P52 e Saneamento Rural P42, que juntos possuem cerca de 60% dos recursos totais alocados até 2020, os CBHs também aportaram significativa quantidade de recursos para a elaboração de projetos de esgotamento sanitário e de otimização de sistemas de abastecimento de água, previstos nos Programas P11 e P41 (20% dos recursos totais).

Tabela 31 - Resumo dos programas e recursos previstos no PAP-Doce 2016-2020

| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | VALORES (Mil R\$) | | | | | | % |
|--|-------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 16.854 | 11.012 | 8.460 | 9.360 | 6.072 | 51.758 | 30% |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia: | 2.350 | 2.700 | 2.250 | 2.700 | 1.250 | 11.250 | 6% |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 12.094 | 4.702 | 2.600 | 3.050 | 1.600 | 24.046 | 14% |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 2.410 | 3.610 | 3.610 | 3.610 | 3.222 | 16.462 | 9% |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 14.410 | 22.000 | 21.000 | 20.121 | 19.138 | 96.669 | 55% |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 2.995 | 6.045 | 5.045 | 5.253 | 5.887 | 25.225 | 14% |
| P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica | - | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 3.000 | 2% |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 900 | 900 | 900 | 819 | 819 | 4.337 | 2% |
| P24 - Prograna Produtor de Água | 500 | 750 | 1.250 | 250 | 250 | 3.000 | 2% |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 10.015 | 13.305 | 12.805 | 12.799 | 12.183 | 61.108 | 35% |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 6.185 | 6.635 | 6.200 | 4.200 | 3.200 | 26.420 | 15% |
| Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs | - | 2.000 | 2.000 | - | - | 4.000 | 2% |

Relatório de Gestão do Exercício de 2017 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2017

| | | | | | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|-------------|
| P31 - Programa de Convivência com as Cheias | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 4.000 | 2% |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 1.920 | 500 | - | - | - | 2.420 | 1% |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 1.905 | 1.735 | 1.800 | 1.800 | 1.800 | 9.040 | 5% |
| P71 - Programa de Comunicação Social | 500 | 500 | 500 | 500 | 500 | 2.500 | 1% |
| P72 - Programa de Educação Ambiental | 460 | 500 | 500 | 500 | 500 | 2.460 | 1% |
| P73 - Programa de Treinamento e Capacitação | 400 | 400 | 400 | 400 | 400 | 2.000 | 1% |
| TOTAL | 37.449 | 39.647 | 35.660 | 33.681 | 28.411 | 174.847 | 100% |

Por meio do PAP 2016-2020, foi definido que os programas P12 e P42 seriam preferencialmente implementados em conjunto com o Programa de P52 e nas mesmas áreas selecionadas para esse programa. Portanto, todo o planejamento foi feito para que, em conjunto, esses programas fossem implementados, inclusive contando com as duas fontes de recursos, União e Minas Gerais.

A estratégia proposta pelo IBiO para a implementação dos três programas de forma conjunta foi a de se dividir as ações em duas etapas: contratação de diagnósticos e projetos em imóveis rurais e, posteriormente, contratação da execução. O processo de implementação dos programas de forma conjunta recebeu o nome de “Rio Vivo” e foi iniciado nas UGRHs Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí.

Durante o ano de 2017 foram realizados os Atos Convocatórios para a contratação de empresas para a elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais. Além disso, tendo em vista o grande escopo do trabalho, o enorme quantitativo de produtos a serem analisados e a extensão territorial em que o trabalho está sendo executado, foi necessária a contratação de empresas fiscalizadoras. Essas empresas são responsáveis por acompanhar as ações em campo, além de analisar e validar os produtos entregues.

Nesse sentido, para a elaboração de diagnósticos e projetos e para a fiscalização desses serviços foram realizados 6 Atos Convocatórios no ano de 2017, os quais resultaram em 8 contratos. Esses contratos representam um investimento total de R\$ 9.604.169,87. Desse total, R\$ 2.023.621,98 foi realizado no ano de 2017 e o restante está previsto para ser pago no ano de 2018.

O Programa P52, da forma como previsto no PAP 2012-2015, encontra-se em andamento nos CBHs capixabas e no CBH-Caratinga. No CBH-Santo Antônio as ações foram concluídas em outubro de 2017. Nessas áreas, o Programa foi implementado de forma isolada, separadamente do “Rio Vivo”.

No que se refere aos Programas P11 e P41, sua priorização e o aporte significativo de recursos nos mesmos são coerentes, considerando que no PAP 2012-2015 foi priorizado o Programa de Universalização do Saneamento (P41) com a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) para todos os municípios da bacia do rio Doce que não possuíam o plano ou recursos para a sua elaboração.

No ano de 2017 ainda estavam em andamento contratações referentes aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) de 09 municípios da bacia. A elaboração do PMSB é primordial para o planejamento do saneamento dos municípios e pré-requisito para obtenção de recursos para o saneamento.

Nesse contexto, em 2017, foram realizadas as definições da estratégia de implementação dos programas P11 e P41 junto aos Comitês e a publicação do Edital de Chamamento Público para seleção e hierarquização dos municípios. Conforme relatado nos itens 2 e 3 do Anexo V deste Relatório, a etapa de definições junto ao CBH-Doce se estendeu por um tempo consideravelmente maior do que o previsto. Isso ocasionou atrasos na publicação do Edital de Chamamento, o que, conseqüentemente, tornou inviável iniciar o processo licitatório para contratação da elaboração dos projetos ainda em 2017.

Para os demais programas hidroambientais, P21 (Incremento da Disponibilidade Hídrica), P22 (Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura) e P24 (Produtor de Água), foram previstas ações pontuais em algumas UGRHs.

Para o programa P21, apenas as UGRHs do ES foram contempladas, conforme demandas apresentadas no PIRH/PARH. No entanto, durante o ano de 2017, os CBHs atuantes nas UGRHs da porção capixaba solicitaram a realocação dos recursos previstos para o P21. A intenção desses CBHs é direcionar esses recursos para a implementação do Rio Vivo (P12, P42 e P52). Esse processo de alteração ainda não foi concluído, estando pendente de aprovação do CBH-Doce.

Em se tratando do Programa P22, em 2017 foram encerrados dois contratos que contemplaram a instalação dos equipamentos “irrigâmetros” em 6 UGRHs e treinamento dos produtores irrigantes. No momento, estão sendo realizadas as discussões junto aos Comitês de bacia sobre o formato de implementação desse programa para os próximos anos.

No que se refere aos Programas Transversais, temos previstas as seguintes ações/programas:

- Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs
- P31 - Programa de Convivência com as Cheias
- P61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos - Subprograma P61.2
- P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)
- P71 - Programa de Comunicação Social
- P72 - Programa de Educação Ambiental
- P73 - Programa de Treinamento e Capacitação

A Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Doce - PIRH Doce e dos Planos de Ações de Recursos Hídricos das bacias afluentes – PARHs teve seu processo de discussão junto ao CBH-Doce iniciado no ano de 2017. No CBH-Doce foi definida a instância de acompanhamento da elaboração dos Planos. Optou-se pela CTI – Câmara Técnica de Integração, por essa ser composta por

conselheiros de todos os Comitês afluentes, o que torna o processo ainda mais participativo. Também foram iniciados alinhamentos junto aos técnicos da ANA, IGAM e AGERH, que apoiarão o processo de contratação e, posteriormente, de aprovação dos referidos planos. Atualmente, está sendo construída a proposta de elaboração dos Planos, a qual será levada à apreciação do CBH-Doce no primeiro semestre de 2018.

Para o Programa P31, estava prevista a contratação de serviços de topobatimetria para a bacia do Doce. No entanto, essa contratação foi incluída pela ANA entre os estudos a serem custeados por meio de recursos adicionais repassados ao IBiO pela ANA, em virtude da gravidade e da abrangência do evento ocorrido na bacia do rio Doce, a partir do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco em Mariana-MG. Em 2017 foi realizada a contratação da empresa e o trabalho encontra-se em andamento.

Para o Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1), apesar de haver recursos alocados nesse programa para o ano de 2017, o mesmo ainda não chegou a ser implementado. Foram iniciadas algumas discussões e alinhamentos necessários. Na porção capixaba da bacia, a AGERH já iniciou as ações para cadastramento e atualização do cadastro. Foram realizadas reuniões junto a esse órgão para verificar os moldes em que está sendo realizado o cadastro, na tentativa de executá-lo de forma semelhante na porção mineira. No entanto, ainda não foi definida nem aprovada a estratégia. Por tratar-se de uma ação bastante urgente na bacia, o cadastramento foi priorizado entre as contratações a serem realizadas no ano de 2018.

O Subprograma de fortalecimento dos comitês (P61.2) segue com suas ações contínuas, objetivando com que os comitês consigam cumprir com suas atribuições. Esse programa viabiliza a atuação dos comitês, inclusive quanto aos demais programas do PAP, pois propicia aos membros meios de participação nas reuniões e eventos necessários aos mesmos. Todo o recurso desembolsado em 2017 foi fruto das demandas geradas pelos Comitês, que estão relacionadas a viagens, promoção de eventos, realização de Reuniões Ordinárias e Câmaras Técnicas, entre outras atividades ligadas à gestão de recursos hídricos, no intuito de ampliar a visibilidade e alcance dos CBHs.

Com relação ao Programa P71 (Programa de Comunicação Social), a maior parte do recurso alocado foi utilizada para o pagamento da empresa contratada pelo IBiO para assessoria e consultoria de comunicação e para as viagens de seus funcionários no que se refere às coberturas das reuniões dos comitês e eventos realizados pelos comitês.

No que se refere ao Programa P72 (Programa de Educação Ambiental), no ano de 2017 foi realizado Seminário no CBH-Piracicaba, em que foram contratados moderador, relatoria, lanche e equipamentos de som.

Não houve avanços com os Seminários em outras UGRHs, devido à falta de definição do CBH-Doce sobre a estratégia de atuação com o Programa. Vale ressaltar que os CBH-Piranga, CBH-Piracicaba, CBH-Santo Antônio e CBH-Suaçuí aprovaram que as contratações referentes às ações de educação ambiental devem ser realizadas de forma integrada aos Programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 -

Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42). Dessa forma, as ações estão incluídas no escopo do “Rio Vivo”.

O Programa P73 (Programa de Capacitação e Treinamento) está previsto para ser implementado nos próximos anos, no âmbito do “Rio Vivo”. Está prevista a realização de capacitação e treinamento voltados aos objetos dos programas incluídos nessa iniciativa, como, por exemplo, cursos de manutenção de fossas sépticas para os proprietários rurais participantes. Juntos, os Programas Transversais possuem 15 % dos recursos previstos para o período de 2016 a 2020.

Apresentamos a seguir, na resumo do PAP 2016-2020, fazendo uma comparação entre o previsto e o realizado para o exercício de 2017:

Tabela 32 – Tabela Resumo do PAP 2016-2020. Previsto versus Realizado 2017

| RESUMO - RECURSOS DA UNIÃO E DE MG POR METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS | | | | | | |
|--|-------------------|---------------|-----------------------|------------|--------------|---------------|
| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | VALORES PREVISTOS | | VALORES DESEMBOLSADOS | | SALDO | |
| | (Mil R\$) | | (Mil R\$) | | (Mil R\$) | |
| | 2017 | | | | | |
| | ANA | IGAM | ANA | IGAM | ANA | IGAM |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 4.652 | 6.360 | 1.799 | 530 | 2.853 | 5.830 |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia: | 1.000 | 1.700 | - | - | 1.000 | 1.700 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 2.652 | 2.050 | 1.677 | 398 | 975 | 1.652 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 1.000 | 2.610 | 122 | 132 | 878 | 2.478 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 8.050 | 13.950 | 1.655 | 927 | 6.395 | 13.023 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 2.345 | 3.700 | 276 | 231 | 2.069 | 3.469 |
| P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica | 1.000 | - | - | - | 1.000 | - |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 900 | - | 226 | - | 674 | - |
| P24 - Programa Produtor de Água | - | 750 | - | - | - | 750 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 3.805 | 9.500 | 1.154 | 696 | 2.651 | 8.804 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 5.535 | 1.100 | 1.283 | 206 | 4.252 | 894 |
| Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs | 2.000 | - | - | - | 2.000 | - |
| P31 - Programa de Convivência com as Cheias | 1.000 | - | - | - | 1.000 | - |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | - | 500 | - | - | - | 500 |

Relatório de Gestão do Exercício de 2017 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2017

| | | | | | | |
|---|---------------|---------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 1.135 | 600 | 842 | 206 | 293 | 394 |
| P71 - Programa de Comunicação Social | 500 | - | 434 | - | 66 | - |
| P72 - Programa de Educação Ambiental | 500 | - | 7 | - | 493 | - |
| P73 - Programa de Treinamento e Capacitação | 400 | - | - | - | 400 | - |
| TOTAL | 18.237 | 21.410 | 4.737 | 1.662 | 13.500 | 19.748 |
| TOTAL ANA/IGAM | 39.647 | | 6.400 | | 33.247 | |

Dificuldades e entraves ocorridos em 2017

O IBiO enfrentou, no ano de 2017, algumas dificuldades no que se refere ao Contrato de Gestão IGAM nº 001/2017. O não repasse dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água no Estado de Minas Gerais comprometeu uma série de atividades da Entidade, como a participação em reuniões junto aos Comitês de bacia para discussão da implementação de alguns programas e projetos previstos no PAP.

Todos os entraves e dificuldades geradas pela situação do Contrato de Gestão IGAM, aliados à estrutura limitada de pessoal da Entidade Delegatária, são fatores que justificam a não implementação da totalidade dos programas definidos pelos CBHs no PAP 2016-2020 e que possuíam recursos alocados para o ano de 2017.

Além disso, vários outros fatores também dificultam e/ou atrasam a implementação dos Programas. Uma dessas questões está relacionada a indefinições e morosidade nas decisões de alguns Comitês acerca da implementação de programas, a exemplo do que ocorreu no P11 e P41, referente à contratação de projetos de água e esgoto. Na primeira reunião anual do CBH-Doce, foi apresentada pelo IBiO a estratégia de condução dos Programas, conforme relatado nos itens 2 e 3 do Anexo V deste Relatório, foram realizadas 4 reuniões do Comitê que terminaram sem um encaminhamento definitivo a respeito do assunto.

Ressalta-se que a estratégia apresentada pelo IBiO estava integralmente pautada nas definições estabelecidas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP 2016-2020), ou seja, a estratégia já havia sido aprovada pelo CBH-Doce quando da elaboração do PAP, no entanto, ainda assim, foi objeto de muita discussão e apresentação de estratégias inconsistentes levantadas por alguns conselheiros, o que acabou tumultuando o processo, e gerando atraso de aproximadamente 6 meses para a publicação do edital do P11 e P41. As exaustivas discussões desse tema culminaram em atrasos nas etapas seguintes, não tendo sido possível realizar o processo licitatório no ano de 2017.

Paralelamente ao desenvolvimento dos programas previstos no PAP, os Comitês de bacia apresentam outras demandas esporádicas relacionadas a esses programas. Nesse sentido, o tempo despendido pela equipe no planejamento e organização de eventos acaba por comprometer a implementação de ações e aplicação dos recursos previstos no PAP. Tais eventos, como Seminários

de Saneamento Básico e de Educação Ambiental, demandam um trabalho considerável para seu planejamento e organização, que inclui elaboração da programação e dinâmica do evento, contato com palestrantes e moderadores, mobilização dos convidados, agendamento de local, dentre outras atividades.

Por fim, ressalta-se que o tempo médio necessário à conclusão dos processos licitatórios no ano de 2017 foi maior do que o usual, o que acabou atrasando a execução de alguns programas. Isso ocorreu em função de diversas empresas terem apresentado propostas de preço abaixo do limite de exequibilidade previsto nos Atos Convocatórios.

Acredita-se que esse fato, que foi recorrente nos certames realizados em 2017, esteja relacionado à atual crise econômica vivida no país. No intuito de garantir a prestação do serviço, as empresas têm participado dos Atos prevendo, muitas vezes, uma margem de lucro mínima. As propostas abaixo do limite demandam a suspensão da sessão pública para análise das comprovações apresentadas pelas concorrentes, no que se refere à demonstração de cada preço, custo e insumo que compõe o valor da proposta ofertada.

Além do trabalho da Comissão Gestora de Licitação de Contratos (CGLC), a análise demanda apoio da equipe técnica e do setor contábil. Esse aumento de tempo nos processos acarretou atrasos na celebração de alguns contratos, o que, conseqüentemente, comprometeu o quantitativo de pagamentos realizados no ano.

Nesse contexto dos Atos Convocatórios realizados no ano de 2017, vários serviços foram, então, contratados por valores consideravelmente menores do que aqueles valores inicialmente orçados, que compõem o valor global máximo dos Atos Convocatórios. Dessa forma, verifica-se a utilização dos recursos da cobrança pelo uso da água de forma eficiente, o que é extremamente positivo. A economia no investimento dos recursos possibilita a ampliação das ações a serem implementadas para a recuperação da bacia.

Planejamento de ações e de desembolso para os próximos anos

Conforme descrito acima, são diversos os fatores que dificultam o trabalho da entidade e geram atrasos na implementação dos programas previstos no PAP. No entanto, cabe ressaltar que todo o trabalho de planejamento realizado nos anos de 2016 e 2017 será refletido em diversas contratações e desembolso expressivo nos próximos exercícios.

Passaremos a demonstrar, a seguir, a estimativa de recursos comprometidos, necessários para executar de forma satisfatória os Programas do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH), priorizados no PAP 2016-2020.

É importante frisar que os recursos previstos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos para os exercícios de 2018 a 2020, considerando também os recursos em conta, não serão suficientes para custear todas as ações planejadas, no horizonte do PAP 2016/2020, sendo necessário que essas ações perpassem para um novo período/PAP.

Como a atuação dos CBHs e do IBiO no período de 2016-2020 está focada nos Programas de Saneamento (P11 e P41) e na iniciativa chamada de Rio Vivo (P12, P42 e P52) e que, para esses programas, foram alocados 80% dos recursos previstos no PAP 2016-2020, demonstraremos abaixo os recursos comprometidos para estes programas.

✓ Valores comprometidos para os Programas de Saneamento (P11 e P41)

Conforme já descrito nos itens 2 e 3 do Anexo V deste Relatório, manifestaram interesse no Edital de Chamamento Público nº 01/2017, um total de 140 municípios, sendo 127 em MG e 13 no ES. Para os Programas de Saneamento (P11 e P41) estão previstos no PAP um montante de R\$ 27,3 milhões (já retirados os valores para conclusão dos PMSBs). Para o atendimento a todos os municípios que manifestaram interesse, com ao menos um projeto de água ou esgoto, seriam necessários o montante de R\$ 38,3 milhões. Portanto, os recursos da cobrança atualmente previstos para os Programas P11 e P41, considerando também os recursos em conta para estes programas, já estão, em sua totalidade, comprometidos para o atendimento ao Edital de chamamento Público nº 01/2017. Para o atendimento a todos os municípios que manifestaram interesse, seriam necessários recursos adicionais aos atualmente previstos com a cobrança, da ordem de R\$ 11 milhões, como demonstrado na .

Tabela 33 - Investimento para elaboração de projetos (municípios interessados)Edital de Chamamento Público nº 01/2017

| UGRH | Recurso alocado PAP 2016-2020 - Programas P11 e P41 | Número de municípios < 30 mil habitantes | Investimento necessário | Número de municípios > 30 mil habitantes | Investimento necessário | TOTAL |
|--------------------------------|---|--|-------------------------|--|-------------------------|----------------------|
| UGRH 1 - Piranga | 4.600.000 | 39 | 9.750.000,00 | 3 | 1.500.000,00 | 11.250.000,00 |
| UGRH 2 - Piracicaba | 7.490.000 | 9 | 2.250.000,00 | 5 | 2.500.000,00 | 4.750.000,00 |
| UGRH 3 - Santo Antônio | 1.750.000 | 18 | 4.500.000,00 | 0 | - | 4.500.000,00 |
| UGRH 4 - Suaçuí | 0 | 23 | 5.750.000,00 | 1 | 500.000,00 | 6.250.000,00 |
| UGRH 5 - Caratinga | 1.500.000 | 17 | 4.250.000,00 | 1 | 500.000,00 | 4.750.000,00 |
| UGRH 6 - Manhuaçu | 800.000 | 13 | 3.250.000,00 | 1 | 500.000,00 | 3.750.000,00 |
| UGRH 7, 8 e 9 - Doce ES | 0 | 8 | 2.000.000,00 | 2 | 1.000.000,00 | 3.000.000,00 |
| TOTAL MG | 16.140.000 | 127 | 31.750.000,00 | 13 | 6.500.000,00 | 38.250.000,00 |
| Recurso destinado à toda bacia | 11.159.000 | | | | | |
| RECURSO TOTAL | 27.299.000 | | | | | |

✓ Valores comprometidos para os Programas Hidroambientais (P12 e P52) e Programa de Saneamento Rural (P42) – Rio Vivo

Para os Programas Hidroambientais (P12 e P52) e Programa de Saneamento Rural (P42) – Rio Vivo, estão previstos no PAP um montante de R\$ 102,8 milhões, conforme apresentado na Tabela 34.

Tabela 34 - Recurso PAP 2016-2020 para Rio Vivo, investimento 1ª Etapa e estimativa de recursos para execução da 2ª Etapa

| UGRH | Recurso alocado PAP 2016-2020 (P12, P42 e P52) | Número de imóveis rurais | Investimento contratado/comprometido 1ª Etapa - Diagnósticos e Projetos | Investimento contratado/comprometido Fiscalização 1ª Etapa | Investimento total 1ª Etapa | Investimento total 1ª Etapa (%) | Estimativa recurso disponível para a execução (2ª etapa) |
|---|--|--------------------------|---|--|-----------------------------|---------------------------------|--|
| UGRH1 Piranga | R\$ 10.713.000 | 1560 | R\$ 2.032.028 | R\$ 285.987,00 | R\$ 2.318.015 | 22 | R\$ 8.394.985,08 |
| UGRH2 Piracicaba | R\$ 45.512.000 | 3000 | R\$ 3.981.363 | R\$ 338.011,20 | R\$ 4.319.375 | 9 | R\$ 41.192.625,33 |
| UGRH3 Santo Antônio | R\$ 12.809.000 | 1300 | R\$ 1.881.332 | R\$ 262.798,80 | R\$ 2.144.131 | 17 | R\$ 10.664.868,93 |
| UGRH4 Suaçuí | R\$ 9.675.000 | 540 | R\$ 770.408,73 | R\$ 324.000,00 | R\$ 1.094.409 | 11 | R\$ 8.580.591,27 |
| UGRH5 Caratinga | R\$ 6.561.000 | 600 | R\$ 1.640.250 | R\$ 360.000,00 | R\$ 2.000.250 | 30 | R\$ 4.560.750,00 |
| UGRH6 Manhuaçu | R\$ 7.203.000 | 600 | R\$ 1.800.750 | R\$ 360.000,00 | R\$ 2.160.750 | 30 | R\$ 5.042.250,00 |
| UGRH7, 8 e 9 - Guandu, Santa Maria do Doce e São José | R\$ 10.323.000 | 1500 | R\$ 2.580.750 | R\$ 465.000,00 | R\$ 3.045.750 | 30 | R\$ 7.277.250,00 |
| | R\$ 102.796.000 | 9100 | R\$ 14.686.882 | R\$ 2.395.797 | R\$ 17.082.679 | 17 | R\$ 85.713.320,61 |

* Em azul os valores efetivamente contratados. Em vermelho os valores comprometidos, conforme estimativa realizada baseando-se no quantitativo de imóveis e em serviços semelhantes já contratados.

• **1ª Etapa - Planejamento:**

Para a primeira etapa do Rio Vivo, cujo objetivo principal é a mobilização dos produtores rurais, elaboração de diagnósticos e projetos de adequação ambiental da propriedade rural, já estão contratadas empresas para as bacias dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí. Para as bacias do rio Caratinga e afluentes do rio Doce Capixaba, estamos em fase de discussão interna nos CBHs, sendo que o Rio Vivo já foi aprovado em todos os CBHs, estando o detalhamento das ações em discussão nas câmaras técnicas, com previsão de licitação para o primeiro semestre de 2018. Com relação ao CBH-Manhuaçu, estamos em tratativas com o comitê para aprovação da proposta.

Nesta primeira etapa, considerando os contratos já firmados (Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí), o quantitativo de imóveis rurais a serem contemplados nas demais bacias, e a contratação de empresa fiscalizadora dos serviços, temos comprometidos um montante de R\$ 17,1 milhões para conclusão desta etapa, sendo R\$ 9,6 milhões já contratados (valores em azul no quadro acima).

• **2ª Etapa – Execução:**

O objetivo da segunda etapa é a contratação de empresas para executar os projetos oriundos da primeira etapa, prevendo a contratação de serviços de cercamento e plantio em nascentes (P52), construção de barraginhas e caixas secas (P42) e a construção de unidades de tratamento de água e esgoto de baixo custo de instalação e manutenção, dentre outros.

Considerando o montante previsto no PAP 2016-2020, para o Rio Vivo (R\$ 102,8 milhões), e descontando os recursos necessários para a primeira etapa (R\$ 17,1 milhões), temos o montante de R\$ 85,7 milhões para executar a segunda etapa. A apresenta estimativa de recursos disponíveis para a execução da 2ª Etapa do Rio Vivo e investimento necessário considerando três cenários de execução, de acordo com os recursos disponíveis:

Tabela 35 - Estimativa de recursos disponíveis para a execução da 2ª Etapa do Rio Vivo (três cenários de execução).

| UGRH | Estimativa recurso disponível para a execução (2ª etapa) | Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 100% dos Projetos | Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 70% dos Projetos | Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 50% dos Projetos |
|---|--|---|--|--|
| UGRH1 Piranga | R\$ 8.394.985,08 | R\$ 35.770.800,00 | R\$ 25.039.560,00 | R\$ 17.885.400,00 |
| UGRH2 Piracicaba | R\$ 41.192.625,33 | R\$ 68.790.000,00 | R\$ 48.153.000,00 | R\$ 34.395.000,00 |
| UGRH3 Santo Antônio | R\$ 10.664.868,93 | R\$ 29.809.000,00 | R\$ 20.866.300,00 | R\$ 14.904.500,00 |
| UGRH4 Suaçuí | R\$ 8.580.591,27 | R\$ 12.382.200,00 | R\$ 8.667.540,00 | R\$ 6.191.100,00 |
| UGRH5 Caratinga | R\$ 4.560.750,00 | R\$ 13.758.000,00 | R\$ 9.630.600,00 | R\$ 6.879.000,00 |
| UGRH6 Manhuaçu | R\$ 5.042.250,00 | R\$ 13.758.000,00 | R\$ 9.630.600,00 | R\$ 6.879.000,00 |
| UGRH7, 8 e 9 - Guandu, Santa Maria do Doce e São José | R\$ 7.277.250,00 | R\$ 34.395.000,00 | R\$ 24.076.500,00 | R\$ 17.197.500,00 |
| | R\$ 85.713.320,61 | R\$ 208.663.000,00 | R\$ 146.064.100,00 | R\$ 104.331.500,00 |

* Para o levantamento dos recursos comprometidos com a 2ª Etapa, consideramos os seguintes valores para cálculo dos projetos por imóvel rural: Custo estimado por imóvel rural: 3 barraginhas (R\$ 1.800), 1 fossa séptica (R\$ 2.200), e 2 nascentes. Para o cálculo das nascentes consideramos o seguinte percentual sobre o total estimado: 15% das nascentes com plantio total + cercamento (R\$ 14.700/ha) / 35% das nascentes com enriquecimento + cercamento (R\$ 10.600/ha) / 50% das nascentes só cercamento (R\$7.100).

Como podemos observar, os recursos da cobrança atualmente previstos para o Rio Vivo (Programas P12, P42 e P52), considerando também os recursos em conta para estes programas, já estão, em sua totalidade, comprometidos para a execução dos projetos de adequação ambiental.

Para o atendimento com a execução de 100% dos projetos seria necessário o montante de R\$ 208,7 milhões, sendo necessário o aporte adicional aos recursos atualmente previstos com a cobrança, da ordem de R\$ 123 milhões. Com os recursos da cobrança atualmente previstos, seria possível, no máximo, a execução de 50 % dos projetos de adequação ambiental.

Portanto, o IBiO e os CBHs, durante os exercícios de 2016 e 2017, trabalharam para garantir um planejamento de ações estruturadas que garantirão, incluídas as questões relativas aos instrumentos de gestão, um desembolso considerável, com eficiência e qualidade, não só pensando em um único exercício, mas a curto e médio prazos.

Diante do exposto e apesar de todas as dificuldades enfrentadas, fruto de um processo inovador no país, que é a cobrança pelo uso da água, nota-se um ambiente muito favorável, no qual todas as partes envolvidas reconhecem a necessidade de melhoria contínua e constante amadurecimento.

As reuniões de alinhamento ocorridas entre as Entidades Delegatárias e Órgãos Gestores no ano de 2017 foram de fundamental importância e representam marcos de evolução nesse sentido. A sensibilização das partes para a necessidade de alinhamentos, consensos de entendimentos, bem

como resolução de questões pontuais é fundamental para o processo de evolução da gestão de bacias hidrográficas e da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Governador Valadares, 28 de fevereiro de 2018.



Ricardo Alcântara Valory
Diretor Geral
INSTITUTO BIOATLÂNTICA (IBIO)

ANEXOS

ANEXO I

Deliberação Normativa nº 02/2015 – PAP 2016-2020 (UGRH05 – Caratinga)

(Volume à parte)

ANEXO II

Plano Plurianual de Aplicação PAP 2016-2020

(Volume à parte)

ANEXO III

Plano de Trabalho – UGRH05 – Caratinga Exercício 2017

(Volume à parte)

ANEXO IV

Relatório Anual de Acompanhamento das Ações Executadas (UGRH05 – Caratinga)

(Volume à parte)

ANEXO V

Relatório de Avaliação da Execução das Ações Previstas no PIRH e PARH (UGRH05 – Caratinga)

(Volume à parte)

ANEXO VI

E-mail IGAM solicitando apoio na divulgação
do questionário de Avaliação

(Volume à parte)



DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 02/2015 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

Institui o Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Caratinga e ratifica o Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Doce, para o período de 2016 a 2020.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga - CBH Caratinga, criado pelo Decreto Estadual nº 40.591, de 13 de setembro de 1999, no uso de suas atribuições, definidas por lei e demais normas complementares, e considerando o disposto na Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, e na Deliberação Normativa CBH Caratinga nº 02, de 13 de dezembro de 2010, que estabelece o seu Regimento Interno,

Considerando o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce e o Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão DO1– PARH Caratinga, aprovados em 2010, com horizonte de planejamento até 2030;

Considerando a indicação do Instituto BioAtlântica – IBIO-AGB Doce como entidade delegatária e equiparada às funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce e também na bacia hidrográfica do rio Caratinga;

Considerando os indicadores estabelecidos nos respectivos Programas de Trabalho dos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO-AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;

Considerando a estimativa de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio Doce para o período 2016-2020, em rios de domínio da União e do Estado de Minas Gerais;

Considerando, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce compõe-se de um total de 228 municípios, sendo 200 em Minas Gerais e 28 no Espírito Santo;

Considerando, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce abrange um total de 211 sedes municipais, sendo 191 em Minas Gerais e 20 no Espírito Santo;

Considerando, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce contempla nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), sendo seis em Minas Gerais correspondentes às UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu; e três no Espírito Santo, correspondentes às UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José;

Considerando as discussões ocorridas na reunião da Câmara Técnica de Planejamento – CTPlano do CBH Caratinga, realizada no dia 29 de setembro de 2015 em Caratinga/MG;

Considerando os debates ocorridos e a aprovação da plenária durante a Reunião Extraordinária do CBH Caratinga, realizada no dia 28 de outubro de 2015 Caratinga /MG;

DELIBERA:

Art. 1º Fica instituído o Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Caratinga para o período de 2016 a 2020 – PAP Caratinga 2016-2020, conforme Anexo I.

Art. 2º Fica ratificado o Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Doce para o período de 2016 a 2020 – PAP Doce 2016-2020, conforme Anexo I.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser encaminhada ao IBIO-AGB Doce para as providências cabíveis.

Caratinga, 28 de outubro de 2015.



NÁDIA DE OLIVEIRA ROCHA
Presidente do CBH-Caratinga



DELIBERAÇÃO AD REFERENDUM Nº 48 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

Institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce¹ para o período de 2016 à 2020.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, criado pelo Decreto de 25 de janeiro de 2002, do Presidente da República, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que compete ao Presidente do CBH-Doce decidir *ad referendum* os casos de urgência ou inadiáveis, submetendo sua decisão à apreciação do Plenário, na reunião seguinte, nos termos do inciso VII do art. 11 do Regimento Interno do comitê;

CONSIDERANDO a prorrogação da delegação do Instituto BioAtlântica – IBIO AGB-Doce, como entidade delegatária para exercer funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce,

CONSIDERANDO os indicadores estabelecidos nos Programas de Trabalho dos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO AGB-Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM,

CONSIDERANDO o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, aprovados em 2010, com horizonte de planejamento até 2030,

CONSIDERANDO a arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos,

CONSIDERANDO, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce compõe-se de um total de 228 municípios², sendo 200 em Minas Gerais e 28 no Espírito Santo,

CONSIDERANDO, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce constitui-se de um total de 211 sedes municipais, sendo 191 em Minas Gerais e 20 no Espírito Santo,

CONSIDERANDO, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce contempla nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRHs), sendo

¹ Para fins dessa Deliberação, a área da bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.

² Segundo dados espaciais do PIRH Doce adaptados pela Gerência de Informações Geográficas (Gegeo) da ANA a partir dos limites municipais do último Censo 2010 do IBGE, sendo excluídos os municípios com valores percentuais de áreas inferiores a 2%.



seis em Minas Gerais correspondentes respectivamente às UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu; e três no Espírito Santo correspondentes respectivamente às UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José,

CONSIDERANDO, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que na bacia hidrográfica do rio Doce a região do Alto rio Doce compreende as UGRH1 Piranga, UGRH2 Piracicaba e UGRH3 Santo Antônio; a região do Médio rio Doce as UGRH4 Suaçuí, UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu; e o Baixo rio Doce as UGRH7 Guandu, UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José,

CONSIDERANDO os resultados das discussões ocorridas com os comitês da bacia durante os meses de setembro e outubro de 2015,

CONSIDERANDO as contribuições e manifestações favoráveis das Câmaras Técnicas de Integração – CTI Doce, do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CTPlano e Institucional e Legal – CTIL Doce,

DELIBERA:

Art. 1º Fica instituído o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020, conforme Anexo Único e seus Apêndices.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser encaminhada ao IBIO AGB-Doce para as providências cabíveis.

Governador Valadares/MG, 01 de dezembro de 2015.

LEONARDO DEPTULSKI

Presidente do CBH-Doce

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO

Secretário do CBH-Doce

ANEXO

Art. 1º Fica instituído o Plano de Aplicação Plurianual, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a bacia hidrográfica do rio Doce³, para o período de 2016 a 2020.

CAPÍTULO I

Das Premissas, Objetivos e Recursos

Art. 2º O Plano de Aplicação Plurianual se pauta pelas seguintes premissas:

- I. Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO - AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;
- II. As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- III. Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos.
- IV. As áreas com maior vulnerabilidade, definidas conforme critérios previstos no Art.14, devem ser priorizadas para implementação dos programas hidro ambientais⁴ previstos neste PAP. O mapa de vulnerabilidade da bacia hidrográfica do rio Doce (Apêndice III) e estudos complementares a serem realizados pelo IBIO, com base no melhor conhecimento técnico disponível sobre o território, terão como objetivo facilitar a tomada de decisão por parte dos comitês de bacia.

Art. 3º São objetivos do Plano de Aplicação Plurianual:

- I. Implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2016 a 2020;
- II. Aumentar a disponibilidade de água e reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia;
- III. Apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nascentes e de práticas de conservação de água e solo;
- IV. Fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Art. 4º São recursos para a implementação dos programas e ações previstos no PIRH/PARHs Doce:

- I. Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água;
- II. Investimentos do governo federal com recursos do Orçamento Geral da União, emendas parlamentares, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e outros programas de governo federal e estaduais;
- III. Recursos decorrentes de ações orçamentárias nas esferas estaduais e municipais;
- IV. Recursos provenientes de financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Caixa), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a outras instituições financeiras;

³ Para fins dessa Deliberação, a área da bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.

⁴ Para efeitos deste PAP Doce, os programas hidroambientais a serem efetivados nas áreas consideradas de vulnerabilidade da bacia compreendem: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12), Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21), Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22), Programa Produtor de Água (P24) e Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e Programa de Saneamento Rural (P42).

- V. Empréstimos internacionais contraídos junto a agências multilaterais de crédito, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD);
- VI. Recursos oriundos de fundos setoriais como os de recursos hídricos (CT-Hidro, Fhidro-MG e Fundágua-ES), de meio ambiente, entre outros;
- VII. Investimentos próprios por parte das concessionárias estaduais e dos prestadores de serviços de saneamento;
- VIII. Doações realizadas por entidades privadas e por usuários de recursos hídricos da bacia.

§ 1º. O Plano de Aplicação Plurianual disciplina a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água.

§ 2º. Os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água poderão ser complementados com recursos externos a serem identificados pelo IBIO, conforme incisos II a VIII deste artigo, para alavancar os programas previstos nesse PAP-Doce, assim como para executar ações de acordo com os demais programas do PIRH/PARHs.

§ 3º. Demais recursos, previstos e contratados, serão estruturados em um Sistema de Gerenciamento de Investimentos, a ser anualmente atualizado, de forma a monitorar o estágio dos estudos, projetos, ações e obras em andamento, bem como subsidiar a necessidade de investimentos na bacia.

CAPÍTULO II

Das Metas, Programas e Ações Prioritárias

Art. 5º É passível de investimentos para fins de execução no período de 2016 a 2020, a seguinte meta do Pacto das Águas:

I. Comunicação e Mobilização Social:

IV.1 Realizar Encontro Anual de Integração da bacia.

Parágrafo único. As demais metas do Pacto das Águas são de responsabilidade dos órgãos gestores ou integram os programas e ações do PIRH/PARHs Doce.

Art. 6º São considerados prioritários, para fins de execução no período de 2016 a 2020, os seguintes programas constantes do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs Doce:

I. Qualidade da Água/Enquadramento:

P11. Programa de Saneamento da Bacia: elaboração de projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais da bacia.

P12. Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos: elaboração de diagnóstico específico, com mapeamento, identificação a campo, caracterização de processos erosivos e proposta de remediação de áreas degradadas geradoras de sedimentos, especialmente os relativos às estradas vicinais e caminhos de serviço das propriedades rurais.

II. Disponibilidade de Águas/Balanco Hídrico:

P21. Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica: consiste no projeto, avaliação ambiental e de viabilidade de propostas de armazenamento, regularização e atendimento das demandas atuais e projetadas nas sub-bacias onde o balanço entre demanda atual e projetada e a oferta de água apresenta uma situação deficitária e que não pode ser corrigida com medidas não estruturais, devendo ser implantado prioritariamente nas sub-bacias dos rios Pancas, Santa Joana, São José, Santa Maria do Doce e região hidrográfica da Barra Seca e pontualmente nas sub-bacias do Piracicaba, Caratinga e Guandu.

P22. Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura: identificação de áreas irrigadas em trechos críticos e de áreas com potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos

agrícolas para o incentivo à adoção de práticas de conservação e uso racional de água na agricultura.

P24. Programa Produtor de Água: levantamento de áreas potenciais e identificação de parcerias para implantação do programa; elaboração de diagnóstico socioambiental das áreas com cálculo da valoração econômica do serviço ambiental a ser pago; levantamento detalhado das propriedades rurais das áreas selecionadas; elaboração dos projetos específicos das unidades rurais que aderirem ao projeto; celebração dos contratos com definição de metas; implantação das ações de investimentos previstas (tais como, cercas, barraginhas, plantio de mudas); pagamento pelos serviços ambientais após verificação do cumprimento de metas; monitoramento dos resultados atingidos pelo programa na qualidade e quantidade da água.

III. **Susceptibilidade a Enchentes:**

P31. Programa de Convivência com as Cheias: contempla o levantamento de dados físicos; a aquisição de imagens satélite; a modelagem hidrológica; e a concepção de um conjunto de intervenções estruturais (tais como, barragens de controle de cheias, diques, canais de desvio, retificações) e não estruturais (tais como, sistema de alerta contra enchentes, articulação entre os comitês de bacia e a Defesa Civil, diretrizes para planos diretores municipais, Planos Municipais de Saneamento Básico, planos de drenagem) na bacia.

IV. **Universalização do Saneamento:**

P41. Programa de Universalização do Saneamento: contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

P42. Programa de Expansão do Saneamento Rural: implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados.

V. **Incremento de Áreas Legalmente Protegidas:**

P52. Programa de Recomposição de APPs e Nascentes: levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto.

VI. **Implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos:**

P61. Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos: Subprograma Cadastramento e Manutenção do Cadastro dos Usos e dos Usuários de Recursos Hídricos da Bacia (P61.1). Subprograma que contempla o fortalecimento dos comitês da bacia segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2).

VII. **Implementação das Ações do PIRH Doce:**

P71. Programa de Comunicação Social: efetivação de um Plano de Comunicação Social para dar visibilidade às ações e conteúdos do PIRH/PARHs de forma a facilitar a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com a sociedade e criar um ambiente favorável ao atendimento das metas propostas.

P72. Programa de Educação Ambiental: efetivação de um programa com produção de informações, estratégias e materiais diversos, coordenados com ações e projetos de educação ambiental em execução e voltados à preservação dos recursos hídricos da bacia.

P73. Programa de Treinamento e Capacitação: efetivação de um programa para o nivelamento de informações e a capacitação para gestão dos recursos hídricos tendo como público alvo o conjunto de profissionais e técnicos relacionados com a gestão, acompanhamento e monitoramento da implementação do PIRH/PARHs Doce.

§ 1º. Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2016 e 2020, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação, bem como por meio da pactuação com os comitês de bacias hidrográficas com atuação na bacia do rio Doce.

§ 2º. Os programas do PIRH/PARHs Doce podem ter abrangência territorial em toda a bacia ou estarem distribuídos pelos 11 comitês ou pelas nove unidades de gestão de recursos hídricos (UGRHs) nos estados, sendo seis em Minas Gerais (UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu), as quais correspondem às áreas de atuação dos respectivos Comitês de Bacia e três no Espírito Santo⁵ (UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José).

§ 3º. Fica garantido o aporte de recursos da União e do Estado de Minas Gerais para o cumprimento dos contratos firmados durante a vigência do PAP-Doce 2012-2015 e que terão desembolso previsto para os demais anos, mantidas as mesmas regras e condições vigentes na época da contratação.

CAPÍTULO III

Da Alocação dos Recursos da União por Metas, Programas e Ações Prioritários

Art. 7º As metas dos Contratos de Gestão, bem como os programas e ações do PIRH/PARHs Doce priorizados para execução no período de 2016 a 2020 com a parcela oriunda da cobrança pelo uso da água arrecadada pela União, apresentam os seguintes montantes (em mil reais): [\(Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016\)](#)

| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | ESPACIALIZAÇÃO | VALORES (Mil R\$) | | | | | |
|--|---------------------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| | | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | | 6.794 | 4.652 | 3.000 | 3.000 | 2.612 | 20.058 |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia: | | | | | | | |
| <i>Elaborar projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos (SES).</i> | Toda a bacia | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 5.000 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | | 4.794 | 2.652 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 10.446 |
| <i>Apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).</i> | Para cada uma das 9 UGRHs | 3.270 | 1.017 | - | - | - | 4.287 |
| <i>Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).</i> | Toda a bacia e UGRH 1 | 1.524 | 1.635 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 6.159 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | Para cada uma das 9 UGRHs | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 612 | 4.612 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | | 6.650 | 8.050 | 8.050 | 7.671 | 5.488 | 35.909 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | Para cada uma das 9 UGRHs | 1.945 | 2.345 | 2.345 | 2.053 | 1.487 | 10.175 |
| P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica | Para as UGRHs 7 a 9 | - | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 3.000 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | Para as UGRHs 1, 4 a 9 | 900 | 900 | 900 | 819 | 819 | 4.337 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) | Para cada uma das 9 UGRHs | 3.805 | 3.805 | 3.805 | 3.799 | 3.183 | 18.398 |

⁵ A porção da bacia do rio Doce situada no Espírito Santo foi subdividida em três Unidades de Gestão de Recursos (UGRH), a saber: UGRH7 Guandu e UGRH8 Santa Maria do Doce, ambas situadas na margem direita, e UGRH9 São José, que abrange toda a margem esquerda. Na UGRH7, que compreende as bacias dos rios Guandu e Laje, o comitê existente é o CBH-Guandu. A UGRH8 compreende as bacias dos rios Santa Maria do Doce, Santa Joana, Pau Gigante, Baunilha, Lagos do Limão e Amarelo e outras pequenas bacias. O único Comitê existente nesta UGRH é o CBH - Santa Maria do Doce, sendo que as demais áreas estão sem atuação de Comitê, com exceção da região da foz do rio Doce, que está inserida na área do CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce. Na UGRH9, as principais as bacias são dos rios São José, Pancas, Barra Seca, Bananal, Mutum Preto e São João Pequeno; e os comitês existentes são CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce (que cobre todas as bacias compreendidas entre a divisa com Minas Gerais e a região da foz do rio Pequeno) e o CBH - Barra Seca e Foz do Rio Doce, que abrange toda a região do rio Barra Seca e ambas as margens da foz do Rio Doce. Fonte: AGERH/ES.

| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | | 4.015 | 5.535 | 5.600 | 3.600 | 2.600 | 21.350 |
|---|-----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs | | | 2.000 | 2.000 | | | 4.000 |
| P31 - Programa de Convivência com as Cheias | | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 4.000 |
| <i>Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.</i> | | 1.000 | - | | | | 1.000 |
| <i>Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Conjunto de Intervenções não estruturais de convivência com as cheias.</i> | Toda a bacia | | 1.000 | 1.000 | 1.000 | | 3.000 |
| <i>Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.</i> | | | | | | | |
| P61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos | | 1.655 | 1.135 | 1.200 | 1.200 | 1.200 | 6.390 |
| <i>Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)</i> | Para Calha e as UGRHs 7 a 9 | 350 | | | | | 350 |
| <i>Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2) (Comitê de Integração / Planejamento anual das atividades dos comitês / Encontro anual da bacia).</i> | 11 Comitês | 1.305 | 1.135 | 1.200 | 1.200 | 1.200 | 6.040 |
| P71 - Programa de Comunicação Social | | | | | | | |
| <i>Produção e divulgação de peças de comunicação (tais como, folders impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais), incluindo materiais específicos para divulgação dos programas do PAP considerando o público alvo de cada um.</i> | | | | | | | |
| <i>Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH/PARHs.</i> | Toda a bacia | 500 | 500 | 500 | 500 | 500 | 2.500 |
| <i>Sistema de avaliação sistemática do PIRH por meio de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos.</i> | | | | | | | |
| P72 - Programa de Educação Ambiental | | | | | | | |
| <i>Identificação e cadastramento das ações de educação ambiental existentes na bacia com avaliação das oportunidades de inserção dos temas de interesse do PIRH/PARHs.</i> | | | | | | | |
| <i>Realização de parcerias com órgãos de governo estaduais e municipais responsáveis pela política de educação ambiental na bacia e com instituições não governamentais atuantes nesta área.</i> | Toda a bacia | 460 | 500 | 500 | 500 | 500 | 2.460 |
| <i>Elaboração de estratégias e materiais em linguagem regional adequada.</i> | | | | | | | |
| P73 - Programa de Treinamento e Capacitação | | | | | | | |
| <i>Elaborar manuais de procedimentos e normas para a gestão de recursos hídricos, incluindo a legislação vigente.</i> | | | | | | | |
| <i>Estabelecer convênios e parcerias com instituições especializadas em atividades de ensino e capacitação.</i> | Toda a bacia | 400 | 400 | 400 | 400 | 400 | 2.000 |
| <i>Realizar oficinas de treinamento e capacitação com profissionais e técnicos voltados para as atividades de gestão de recursos hídricos.</i> | | | | | | | |
| TOTAL | | 17.459 | 18.237 | 16.650 | 14.271 | 10.701 | 77.317 |

§ 1º. Os montantes a serem alocados até 2020 correspondem aos valores efetivamente arrecadados e não gastos, mas contratados ou alocados no período de 2012 a 2015, e às estimativas dos valores a serem arrecadados com a cobrança em rios de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce no período de 2016 a 2020, excluindo-se a parcela de 7,5% destinada às despesas de manutenção e custeio do IBIO - AGB Doce, uma vez cumpridas as metas estabelecidas no Contrato de Gestão firmado com a ANA e desprezadas eventuais inadimplências.

§ 2º. Os recursos do Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) serão aplicados conforme critérios previstos no Art. 14, em áreas a serem selecionadas nas sete UGRHs localizadas no Alto, médio e baixo Doce, sendo as bacias afluentes mineiras correspondentes às UGRHs 1, 4, 5 e 6 (Piranga, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu), e as bacias afluentes capixabas, UGRHs 7, 8 e 9 (Guandu, Santa Maria do Doce e São José).

§ 3º. Até 2020 prevê-se a implantação do Programa Produtor de Água (P24) somente no Alto Doce, com recursos arrecadados pelo Estado de Minas Gerais na UGRH 1-Piranga e na UGRH 2-Piracicaba.

§ 4º. O componente Fortalecimento dos Comitês (P61.2), do Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61) prevê, por ano, no período de 2017 a 2020, a alocação de R\$ 200 (duzentos) mil e, para 2016, alocação de R\$ 240 (duzentos e quarenta) mil para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e R\$ 100 (cem) mil para cada um dos 10 (dez) CBHs de rios afluentes do rio Doce, mediante Plano de Trabalho anual aprovado pelos comitês. Excepcionalmente, para os comitês Piranga, Santo Antônio e Suaçuí, houve antecipação de parte dos recursos de 2017 para 2016, conforme quadro acima. ([Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016](#))

§ 5º. Os recursos dos Programas de Comunicação Social (P71), Educação Ambiental (P72) e Treinamento e Capacitação (P73) serão destinados para ações de comunicação e mobilização social, educação ambiental e treinamento e capacitação nos 11 comitês da bacia.

CAPÍTULO IV

Dos Critérios de Alocação dos Recursos da União nas Unidades Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos

Art. 8º Para os programas e ações, espacializados por comitês ou unidades estaduais de gestão de recursos hídricos, os recursos da União serão distribuídos de acordo com os seguintes critérios:

- I. Programa de Saneamento da Bacia (P11): para elaboração de projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais da bacia, será previsto um montante de recursos para toda a bacia do rio Doce, sem espacialização, onde serão atendidos os municípios prioritários conforme critérios de hierarquização constante no Art. 14.
- II. Programa de Universalização do Saneamento (P41): apoio na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e elaboração de projetos para otimização de sistema de abastecimento de água (SAA). Para elaboração dos PMSB, será previsto para 2016 e 2017, recursos para finalizar os contratos já em andamento e com conclusão prevista para 2016 e para atender aos municípios remanescentes que se manifestaram no último Edital de Chamamento publicado em 2015, com conclusão prevista para 2017. Para elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA), será previsto um montante de recursos para toda a bacia do rio Doce, sem espacialização, onde serão atendidos os municípios prioritários conforme critérios de hierarquização constante no Art. 14. Excepcionalmente, será contemplado o município de Viçosa-MG com projeto para otimização de sistema de abastecimento de água (SAA). Os recursos para atendimento aos municípios remanescentes com o PMSB e ao município de Viçosa-MG com projeto para otimização de sistema de abastecimento de água (SAA), foram remanejados de outros programas relacionados aos respectivos comitês cujos municípios serão beneficiados. ([Redação dada pela Deliberação nº 51/2016](#))
- III. Programa de Saneamento da Bacia (P11) e Programa de Universalização do Saneamento (P41): Fica garantida o atendimento de elaboração de pelo menos um projeto de saneamento básico (P41) ou (P11) para os municípios com população total acima de 50 mil habitantes (IBGE 2010), no médio e baixo Doce, atendidos os critérios obrigatórios e classificatórios constantes no Art. 14. Estes municípios

não serão contemplados novamente após a hierarquização geral dos municípios prevista para os Programas de Saneamento.

- IV. Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) e Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42): Visando a otimização das ações, estes programas serão preferencialmente implementados em conjunto com o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e nas mesmas áreas selecionadas para este programa. Portanto, os Programas P12 e P42 não possuirão critérios de hierarquização próprios.
- V. Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22): Recursos aplicados conforme critérios previstos no Art. 14, em áreas a serem selecionadas nas sete UGRHs localizadas no alto, médio e baixo Doce, sendo as bacias afluentes mineiras correspondentes às UGRHs 1, 4, 5 e 6 (Piranga, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu), e as bacias afluentes capixabas, UGRHs 7, 8 e 9 (Guandu, Santa Maria do Doce e São José), entre 2016 e 2020.
- VI. Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52): Recursos aplicados considerando o Mapa de Vulnerabilidade (Apêndice III), previsto para as nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos, no período 2016 a 2020.
- VII. Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no Componente Fortalecimento dos Comitês (P61.2): alocação, por ano, no período de 2017 a 2020, a alocação de R\$ 200 (duzentos) mil e, para 2016, alocação de R\$ 240 (duzentos e quarenta) mil para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e R\$ 100 (cem) mil para cada um dos 10 (dez) CBHs de rios afluentes do rio Doce, mediante Plano de Trabalho anual aprovado pelos comitês. Excepcionalmente, para os comitês Piranga, Santo Antônio e Suaçuí, houve antecipação de parte dos recursos de 2017 para 2016, conforme quadro acima. [\(Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016\)](#)

§ 1º. Os recursos da cobrança pelo uso da água somente poderão ser aplicados na porção do território integrante da bacia.

§ 2º. Os percentuais para distribuição dos recursos dos Programas P12, P42 e P52 nas UGRHs, encontram-se especificados no Apêndice IV. Para fins desse rateio, foram computadas área total da UGRH, área total da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, área crítica da UGRH, total de áreas críticas da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e o valor da cobrança pelo uso da água mineiro da UGRH, conforme detalhado no Apêndice IV.

Art. 9º Ficam assim distribuídos os recursos da União nas unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH) para os programas hidro ambientais P12, P21, P22 e P52, para os programas de saneamento P41 e P42, e para o programa de fortalecimento dos comitês P61.2: [\(Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016\)](#)

I. Por Meta, Programa e Ação Priorizados:

| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | VALORES (Mil R\$) | | | | | |
|---|-------------------|-------|-------|-------|------|-------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 4.694 | 2.652 | 1.000 | 1.000 | 612 | 9.958 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB. | 3.270 | 1.017 | - | - | - | 4.287 |
| UGRH1 Piranga | 128 | 234 | | | | 362 |
| UGRH2 Piracicaba | 55 | 122 | | | | 177 |
| UGRH3 Santo Antônio | 170 | 399 | | | | 569 |
| UGRH4 Suaçuí | 1.550 | | | | | 1.550 |
| UGRH5 Caratinga | 587 | 262 | | | | 849 |
| UGRH6 Manhuaçu | 393 | | | | | 393 |
| SUBTOTAL MG | 2.883 | 1.017 | - | - | - | 3.900 |
| UGRH7 Guandu | 83 | | | | | 83 |
| UGRH8 Santa Maria do Doce | | | | | | - |

| | | | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| UGRH9 São José | 304 | | | | | 304 |
| SUBTOTAL ES | 387 | - | - | - | - | 387 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de projetos de SAA. | 424 | 635 | - | - | - | 1.059 |
| UGRH1 Piranga | 424 | 635 | | | | 1.059 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 612 | 4.612 |
| UGRH1 Piranga | 124 | 124 | 124 | 124 | | 498 |
| UGRH2 Piracicaba | 56 | 56 | 56 | 56 | | 222 |
| UGRH3 Santo Antônio | 105 | 105 | 105 | 105 | | 420 |
| UGRH4 Suaçuí | 209 | 209 | 209 | 209 | 209 | 1.043 |
| UGRH5 Caratinga | 103 | 103 | 103 | 103 | | 412 |
| UGRH6 Manhuaçu | 112 | 112 | 112 | 112 | 112 | 558 |
| SUBTOTAL MG | 708 | 708 | 708 | 708 | 320 | 3.152 |
| UGRH7 Guandu | 68 | 68 | 68 | 68 | 68 | 339 |
| UGRH8 Santa Maria do Doce | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 | 376 |
| UGRH9 São José | 149 | 149 | 149 | 149 | 149 | 745 |
| SUBTOTAL ES | 292 | 292 | 292 | 292 | 292 | 1.460 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 6.650 | 8.050 | 8.050 | 7.671 | 5.488 | 35.909 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 1.945 | 2.345 | 2.345 | 2.053 | 1.487 | 10.175 |
| UGRH1 Piranga | 242 | 292 | 292 | | | 826 |
| UGRH2 Piracicaba | 108 | 130 | 130 | 130 | 34 | 533 |
| UGRH3 Santo Antônio | 204 | 246 | 246 | 246 | | 942 |
| UGRH4 Suaçuí | 406 | 489 | 489 | 489 | 489 | 2.363 |
| UGRH5 Caratinga | 200 | 241 | 241 | 241 | 17 | 941 |
| UGRH6 Manhuaçu | 217 | 262 | 262 | 262 | 262 | 1.263 |
| SUBTOTAL MG | 1.377 | 1.660 | 1.660 | 1.368 | 802 | 6.867 |
| UGRH7 Guandu | 132 | 159 | 159 | 159 | 159 | 767 |
| UGRH8 Santa Maria do Doce | 146 | 176 | 176 | 176 | 176 | 852 |
| UGRH9 São José | 290 | 350 | 350 | 350 | 350 | 1.688 |
| SUBTOTAL ES | 568 | 685 | 685 | 685 | 685 | 3.307 |
| P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica | - | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 3.000 |
| UGRH7 Guandu | - | 232 | 232 | 232 | - | 696 |
| UGRH8 Santa Maria do Doce | - | 258 | 258 | 258 | - | 773 |
| UGRH9 São José | - | 510 | 510 | 510 | - | 1.531 |
| SUBTOTAL ES | - | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 3.000 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 900 | 900 | 900 | 819 | 819 | 4.337 |
| UGRH1 Piranga | 81 | 81 | 81 | | | 244 |
| UGRH4 Suaçuí | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | 398 |
| UGRH5 Caratinga | 105 | 105 | 105 | 105 | 105 | 524 |
| UGRH6 Manhuaçu | 78 | 78 | 78 | 78 | 78 | 391 |
| SUBTOTAL MG | 344 | 344 | 344 | 262 | 262 | 1.556 |
| UGRH7 Guandu | 89 | 89 | 89 | 89 | 89 | 445 |
| UGRH8 Santa Maria do Doce | 161 | 161 | 161 | 161 | 161 | 807 |
| UGRH9 São José | 306 | 306 | 306 | 306 | 306 | 1.529 |
| SUBTOTAL ES | 556 | 556 | 556 | 556 | 556 | 2.781 |

| | | | | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) | 3.805 | 3.805 | 3.805 | 3.799 | 3.183 | 18.398 |
| UGRH1 Piranga | 474 | 474 | 474 | 468 | | 1.889 |
| UGRH2 Piracicaba | 211 | 211 | 211 | 211 | 211 | 1.057 |
| UGRH3 Santo Antônio | 399 | 399 | 399 | 399 | 251 | 1.847 |
| UGRH4 Suaçuí | 794 | 794 | 794 | 794 | 794 | 3.969 |
| UGRH5 Caratinga | 392 | 392 | 392 | 392 | 392 | 1.958 |
| UGRH6 Manhuaçu | 424 | 424 | 424 | 424 | 424 | 2.122 |
| SUBTOTAL MG | 2.694 | 2.694 | 2.694 | 2.688 | 2.072 | 12.842 |
| UGRH7 Guandu | 258 | 258 | 258 | 258 | 258 | 1.289 |
| UGRH8 Santa Maria do Doce | 286 | 286 | 286 | 286 | 286 | 1.431 |
| UGRH9 São José | 567 | 567 | 567 | 567 | 567 | 2.836 |
| SUBTOTAL ES | 1.111 | 1.111 | 1.111 | 1.111 | 1.111 | 5.556 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 1.315 | 935 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 5.250 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 250 | - | - | - | - | 250 |
| UGRH7 Guandu | 50 | | | | | 50 |
| UGRH8 Santa Maria do Doce | 50 | | | | | 50 |
| UGRH9 São José | 150 | | | | | 150 |
| SUBTOTAL ES | 250 | - | - | - | - | 250 |
| P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia | 1.065 | 935 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 5.000 |
| UGRH1 Piranga | 120 | 80 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| UGRH2 Piracicaba | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| UGRH3 Santo Antônio | 125 | 75 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| UGRH4 Suaçuí | 120 | 80 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| UGRH5 Caratinga | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| UGRH6 Manhuaçu | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL MG | 600 | 600 | 600 | 600 | 600 | 3.000 |
| UGRH7 Guandu | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| UGRH8 Santa Maria do Doce | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| UGRH9 São José | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 | 1.000 |
| SUBTOTAL ES | 400 | 400 | 400 | 400 | 400 | 2.000 |
| TOTAL | 12.659 | 11.637 | 10.050 | 9.671 | 7.101 | 51.117 |

II. Nas unidades de gestão de recursos hídricos de Minas Gerais:

| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | VALORES (Mil R\$) | | | | | |
|---|-------------------|------------|------------|------------|------|--------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
| UGRH1 Piranga | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 676 | 993 | 124 | 124 | - | 1.919 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 552 | 869 | - | - | - | 1.421 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 128 | 234 | - | - | - | 362 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 424 | 635 | - | - | - | 1.059 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 124 | 124 | 124 | 124 | - | 498 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 797 | 847 | 847 | 468 | - | 2.959 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 242 | 292 | 292 | - | - | 826 |

| | | | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 81 | 81 | 81 | - | - | 244 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) | 474 | 474 | 474 | 468 | - | 1.889 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 120 | 80 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia | 120 | 80 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 1 | 1.594 | 1.920 | 1.071 | 692 | 100 | 5.378 |
| UGRH2 Piracicaba | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 111 | 177 | 56 | 56 | - | 399 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento | 55 | 122 | - | - | - | 177 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 56 | 56 | 56 | 56 | - | 222 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 319 | 342 | 342 | 342 | 245 | 1.590 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 108 | 130 | 130 | 130 | 34 | 533 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) | 211 | 211 | 211 | 211 | 211 | 1.057 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 2 | 530 | 619 | 497 | 497 | 345 | 2.489 |
| UGRH3 Santo Antônio | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 275 | 504 | 105 | 105 | - | 989 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento | 170 | 399 | - | - | - | 569 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 105 | 105 | 105 | 105 | - | 420 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 603 | 645 | 645 | 645 | 251 | 2.789 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 204 | 246 | 246 | 246 | - | 942 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) | 399 | 399 | 399 | 399 | 251 | 1.847 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 125 | 75 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia | 125 | 75 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 3 | 1.003 | 1.224 | 850 | 850 | 351 | 4.278 |
| UGRH4 Suaçuí | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 1.759 | 209 | 209 | 209 | 209 | 2.593 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento | 1.550 | - | - | - | - | 1.550 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 209 | 209 | 209 | 209 | 209 | 1.043 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 1.279 | 1.363 | 1.363 | 1.363 | 1.363 | 6.729 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 406 | 489 | 489 | 489 | 489 | 2.363 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | 398 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) | 794 | 794 | 794 | 794 | 794 | 3.969 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 120 | 80 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia | 120 | 80 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 4 | 3.158 | 1.651 | 1.671 | 1.671 | 1.671 | 9.822 |
| UGRH5 Caratinga | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 690 | 365 | 103 | 103 | - | 1.261 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento | 587 | 262 | - | - | - | 849 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 103 | 103 | 103 | 103 | - | 412 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 697 | 738 | 738 | 738 | 513 | 3.423 |

| | | | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 200 | 241 | 241 | 241 | 17 | 941 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 105 | 105 | 105 | 105 | 105 | 524 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) | 392 | 392 | 392 | 392 | 392 | 1.958 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 5 | 1.486 | 1.203 | 941 | 941 | 613 | 5.184 |
| UGRH6 Manhuaçu | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 505 | 112 | 112 | 112 | 112 | 951 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento | 393 | - | - | - | - | 393 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 112 | 112 | 112 | 112 | 112 | 558 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 719 | 764 | 764 | 764 | 764 | 3.775 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 217 | 262 | 262 | 262 | 262 | 1.263 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 78 | 78 | 78 | 78 | 78 | 391 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) | 424 | 424 | 424 | 424 | 424 | 2.122 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 6 | 1.324 | 976 | 976 | 976 | 976 | 5.226 |
| TOTAL UNIÃO NAS UGRH MG | 9.095 | 7.593 | 6.006 | 5.627 | 4.056 | 32.377 |

III. Nas unidades de gestão de recursos hídricos do Espírito Santo:

| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | VALORES (Mil R\$) | | | | | |
|--|-------------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
| UGRH7 Guandu | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 151 | 68 | 68 | 68 | 68 | 422 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento | 83 | - | - | - | - | 83 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 68 | 68 | 68 | 68 | 68 | 339 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 478 | 737 | 737 | 737 | 506 | 3.196 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 132 | 159 | 159 | 159 | 159 | 767 |
| P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica | - | 232 | 232 | 232 | - | 696 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 89 | 89 | 89 | 89 | 89 | 445 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) | 258 | 258 | 258 | 258 | 258 | 1.289 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 150 | 100 | 100 | 100 | 100 | 550 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 50 | - | - | - | - | 50 |
| P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 7 | 779 | 905 | 905 | 905 | 673 | 4.168 |
| UGRH8 Santa Maria do Rio Doce | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 | 376 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 | 376 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 594 | 882 | 882 | 882 | 624 | 3.863 |

| | | | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 146 | 176 | 176 | 176 | 176 | 852 |
| P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica | - | 258 | 258 | 258 | - | 773 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 161 | 161 | 161 | 161 | 161 | 807 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) | 286 | 286 | 286 | 286 | 286 | 1.431 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 150 | 100 | 100 | 100 | 100 | 550 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 50 | - | - | - | - | 50 |
| P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 8 | 819 | 1.057 | 1.057 | 1.057 | 799 | 4.790 |
| UGRH9 São José | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 453 | 149 | 149 | 149 | 149 | 1.049 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento | 304 | - | - | - | - | 304 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 149 | 149 | 149 | 149 | 149 | 745 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 1.163 | 1.733 | 1.733 | 1.733 | 1.222 | 7.584 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 290 | 350 | 350 | 350 | 350 | 1.688 |
| P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica | - | 510 | 510 | 510 | - | 1.531 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 306 | 306 | 306 | 306 | 306 | 1.529 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) | 567 | 567 | 567 | 567 | 567 | 2.836 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 350 | 200 | 200 | 200 | 200 | 1.150 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 150 | - | - | - | - | 150 |
| P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 | 1.000 |
| SUBTOTAL 9 | 1.966 | 2.082 | 2.082 | 2.082 | 1.571 | 9.783 |
| TOTAL UNIÃO NAS UGRH ES | 3.564 | 4.044 | 4.044 | 4.044 | 3.044 | 18.741 |

| | | | | | | |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| TOTAL UNIÃO NAS UGRH MG E ES | 12.659 | 11.637 | 10.050 | 9.671 | 7.101 | 51.117 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|---------------|

CAPÍTULO V

Da Alocação dos Recursos do Estado de Minas Gerais

Art. 10 Os programas e ações do PIRH/PARHs Doce priorizados para execução no período de 2016 a 2020, com a parcela oriunda da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce, contarão com os seguintes valores (em mil reais):

| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | VALORES (Mil R\$) | | | | | |
|--|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
| UGRH1 Piranga | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 2.900 | 1.900 | 500 | 1.900 | 500 | 7.700 |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia | 600 | 700 | - | 700 | - | 2.000 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 2.300 | 700 | - | 700 | - | 3.700 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 1.100 | | - | - | - | 1.100 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 1.200 | 700 | - | 700 | - | 2.600 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | - | 500 | 500 | 500 | 500 | 2.000 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 500 | 1.750 | 1.250 | 1.750 | 1.250 | 6.500 |

| | | | | | | |
|--|--------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | - | 500 | - | 500 | - | 1.000 |
| P24 - Programa Produtor de Água | - | 250 | 250 | 250 | 250 | 1.000 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 500 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 4.500 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 600 | 100 | 100 | 100 | 100 | 1.000 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 500 | - | - | - | - | 500 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 1 | 4.000 | 3.750 | 1.850 | 3.750 | 1.850 | 15.200 |
| UGRH2 Piracicaba | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 1.800 | 3.000 | 3.000 | 3.000 | 1.000 | 11.800 |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia | 500 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 3.500 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 1.300 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 4.300 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 400 | - | - | - | - | 400 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 900 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 3.900 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | - | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 4.000 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 4.500 | 9.000 | 9.500 | 8.500 | 10.200 | 41.700 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | - | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 3.700 | 9.700 |
| P24 - Programa Produtor de Água | 500 | 500 | 1.000 | - | - | 2.000 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 4.000 | 6.500 | 6.500 | 6.500 | 6.500 | 30.000 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 100 | 600 | 100 | 100 | 100 | 1.000 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | - | 500 | - | - | - | 500 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 2 | 6.400 | 12.600 | 12.600 | 11.600 | 11.300 | 54.500 |
| UGRH3 Santo Antônio | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 2.210 | 1.310 | 1.310 | 1.310 | 1.310 | 7.450 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 1.250 | 350 | 350 | 350 | 350 | 2.650 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 900 | - | - | - | - | 900 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 350 | 350 | 350 | 350 | 350 | 1.750 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 960 | 960 | 960 | 960 | 960 | 4.800 |
| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | VALORES (Mil R\$) | | | | | |
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 960 | 960 | 960 | 960 | 960 | 4.800 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 960 | 960 | 960 | 960 | 960 | 4.800 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 600 | 100 | 100 | 100 | 100 | 1.000 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 500 | - | - | - | - | 500 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 3 | 3.770 | 2.370 | 2.370 | 2.370 | 2.370 | 13.250 |
| UGRH4 Suaçuí | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 800 | - | - | - | - | 800 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 500 | - | - | - | - | 500 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 500 | - | - | - | - | 500 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 300 | - | - | - | - | 300 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 1.000 | 1.000 | - | - | - | 2.000 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 500 | 500 | - | - | - | 1.000 |

| | | | | | | |
|--|--------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 500 | 500 | - | - | - | 1.000 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 250 | 100 | 100 | 100 | 100 | 650 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 150 | - | - | - | - | 150 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 4 | 2.050 | 1.100 | 100 | 100 | 100 | 3.450 |
| UGRH5 Caratinga | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 1.350 | 150 | 650 | 150 | 650 | 2.950 |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia | 250 | - | 250 | - | 250 | 750 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 950 | - | 250 | - | 250 | 1.450 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 700 | - | - | - | - | 700 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 250 | - | 250 | - | 250 | 750 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 150 | 150 | 150 | 150 | 150 | 750 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 500 | 500 | 500 | 500 | 500 | 2.500 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 250 | 250 | 250 | 250 | 250 | 1.250 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 250 | 250 | 250 | 250 | 250 | 1.250 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 400 | 100 | 100 | 100 | 100 | 800 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 300 | - | - | - | - | 300 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 5 | 2.250 | 750 | 1.250 | 750 | 1.250 | 6.250 |
| UGRH6 Manhuaçu | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 1.000 | - | - | - | - | 1.000 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 1.000 | - | - | - | - | 1.000 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 200 | - | - | - | - | 200 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 800 | - | - | - | - | 800 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 300 | 740 | 740 | 740 | 740 | 3.260 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 300 | 450 | 450 | 450 | 450 | 2.100 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | - | 290 | 290 | 290 | 290 | 1.160 |
| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | VALORES (Mil R\$) | | | | | |
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 220 | 100 | 100 | 100 | 100 | 620 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 120 | - | - | - | - | 120 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 6 | 1.520 | 840 | 840 | 840 | 840 | 4.880 |
| TOTAL MG | 19.990 | 21.410 | 19.010 | 19.410 | 17.710 | 97.530 |

§ 1º. Os recursos arrecadados nas bacias afluentes de Minas Gerais serão obrigatoriamente aplicados nas respectivas bacias geradoras dos recursos.

§ 2º. Os montantes de 2016 a 2020 correspondem aos valores relativos ao saldo de 2015 e às estimativas dos valores a serem arrecadados com a cobrança na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce no período de 2016 a 2010, excluindo-se a parcela de 7,5% destinada às despesas de manutenção e custeio da AGB-Doce, uma vez cumpridas as metas estabelecidas no Contrato de Gestão firmado com o IGAM e desprezadas eventuais inadimplências.

§ 3º. O Programa Produtor de Água (P24) irá contemplar uma área a ser selecionada na UGRH1-Piranga e a sub-bacia do ribeirão Candidópolis, em Itabira-MG, na área da UGRH2-Piracicaba, com recursos arrecadados pelo Estado de Minas Gerais nestas unidades.

CAPÍTULO VI Da Alocação Total dos Recursos

Art. 11 A totalidade dos recursos previstos para serem desembolsados em 2016 a 2020 para a bacia hidrográfica do rio Doce pode ser assim sintetizada: (Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016)

I. Em toda a bacia hidrográfica do rio Doce: (Redação dada pela Deliberação nº 52/2016)

| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | VALORES (Mil R\$) | | | | | |
|--|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 2.100 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 10.100 |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 5.000 |
| Elaboração de projetos para otimização de SES. | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 5.000 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 1.100 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 5.100 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 1.100 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 5.100 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 2.700 | 4.600 | 4.600 | 2.600 | 1.600 | 16.100 |
| Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs | - | 2.000 | 2.000 | - | - | 4.000 |
| P31 - Programa de Convivência com as Cheias | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 4.000 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 100 | | | | | 100 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 240 | 200 | 200 | 200 | 200 | 1.040 |
| P71 - Programa de Comunicação Social | 500 | 500 | 500 | 500 | 500 | 2.500 |
| P72 - Programa de Educação Ambiental | 460 | 500 | 500 | 500 | 500 | 2.460 |
| P73 - Programa de Treinamento e Capacitação | 400 | 400 | 400 | 400 | 400 | 2.000 |
| TOTAL UNIÃO BACIA DOCE (Não espacializado) | 4.800 | 6.600 | 6.600 | 4.600 | 3.600 | 26.200 |

II. Nas unidades de gestão de recursos hídricos de Minas Gerais:

| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | VALORES (Mil R\$) | | | | | |
|--|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
| UGRH1 Piranga | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 3.576 | 2.893 | 624 | 2.024 | 500 | 9.619 |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia | 600 | 700 | - | 700 | - | 2.000 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 2.852 | 1.569 | - | 700 | - | 5.121 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 1.228 | 234 | - | - | - | 1.462 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 1.624 | 1.335 | - | 700 | - | 3.659 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 124 | 624 | 624 | 624 | 500 | 2.498 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 1.297 | 2.597 | 2.097 | 2.218 | 1.250 | 9.459 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 242 | 792 | 292 | 500 | - | 1.826 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 81 | 81 | 81 | - | - | 244 |
| P24 - Programa Produtor de Água | - | 250 | 250 | 250 | 250 | 1.000 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 974 | 1.474 | 1.474 | 1.468 | 1.000 | 6.389 |

| | | | | | | |
|--|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 720 | 180 | 200 | 200 | 200 | 1.500 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 500 | - | - | - | - | 500 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 220 | 180 | 200 | 200 | 200 | 1.000 |
| SUBTOTAL 1 | 5.594 | 5.670 | 2.921 | 4.442 | 1.950 | 20.578 |
| UGRH2 Piracicaba | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 1.911 | 3.177 | 3.056 | 3.056 | 1.000 | 12.199 |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia | 500 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 3.500 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 1.355 | 1.122 | 1.000 | 1.000 | - | 4.477 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 455 | 122 | - | - | - | 577 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 900 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 3.900 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 56 | 1.056 | 1.056 | 1.056 | 1.000 | 4.222 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 4.819 | 9.342 | 9.842 | 8.842 | 10.445 | 43.290 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 108 | 2.130 | 2.130 | 2.130 | 3.734 | 10.233 |
| P24 - Programa Produtor de Água | 500 | 500 | 1.000 | - | - | 2.000 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 4.211 | 6.711 | 6.711 | 6.711 | 6.711 | 31.057 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 200 | 700 | 200 | 200 | 200 | 1.500 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | - | 500 | - | - | - | 500 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 | 1.000 |
| SUBTOTAL 2 | 6.930 | 13.219 | 13.097 | 12.097 | 11.645 | 56.989 |
| UGRH3 Santo Antônio | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 2.485 | 1.814 | 1.415 | 1.415 | 1.310 | 8.439 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 1.420 | 749 | 350 | 350 | 350 | 3.219 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 1.070 | 399 | - | - | - | 1.469 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 350 | 350 | 350 | 350 | 350 | 1.750 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 1.065 | 1.065 | 1.065 | 1.065 | 960 | 5.220 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 1.563 | 1.605 | 1.605 | 1.605 | 1.211 | 7.589 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 204 | 246 | 246 | 246 | - | 942 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 1.359 | 1.359 | 1.359 | 1.359 | 1.211 | 6.647 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 725 | 175 | 200 | 200 | 200 | 1.500 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 500 | - | - | - | - | 500 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 225 | 175 | 200 | 200 | 200 | 1.000 |
| SUBTOTAL 3 | 4.773 | 3.594 | 3.220 | 3.220 | 2.721 | 17.528 |
| UGRH4 Suaçuí | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 2.559 | 209 | 209 | 209 | 209 | 3.393 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 2.050 | - | - | - | - | 2.050 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 2.050 | - | - | - | - | 2.050 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 509 | 209 | 209 | 209 | 209 | 1.343 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 2.279 | 2.363 | 1.363 | 1.363 | 1.363 | 8.729 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 906 | 989 | 489 | 489 | 489 | 3.363 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | 398 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 1.294 | 1.294 | 794 | 794 | 794 | 4.969 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 370 | 180 | 200 | 200 | 200 | 1.150 |

| | | | | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 150 | - | - | - | - | 150 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 220 | 180 | 200 | 200 | 200 | 1.000 |
| SUBTOTAL 4 | 5.208 | 2.751 | 1.771 | 1.771 | 1.771 | 13.272 |
| UGRH5 Caratinga | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 2.040 | 515 | 753 | 253 | 650 | 4.211 |
| P11 - Programa de Saneamento da Bacia | 250 | - | 250 | - | 250 | 750 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 1.537 | 262 | 250 | - | 250 | 2.299 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 1.287 | 262 | - | - | - | 1.549 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 250 | - | 250 | - | 250 | 750 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 253 | 253 | 253 | 253 | 150 | 1.162 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 1.197 | 1.238 | 1.238 | 1.238 | 1.013 | 5.923 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 450 | 491 | 491 | 491 | 267 | 2.191 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 105 | 105 | 105 | 105 | 105 | 524 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 642 | 642 | 642 | 642 | 642 | 3.208 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 500 | 200 | 200 | 200 | 200 | 1.300 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 300 | - | - | - | - | 300 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 | 1.000 |
| SUBTOTAL 5 | 3.736 | 1.953 | 2.191 | 1.691 | 1.863 | 11.434 |
| UGRH6 Manhuaçu | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 1.505 | 112 | 112 | 112 | 112 | 1.951 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 1.393 | - | - | - | - | 1.393 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 593 | - | - | - | - | 593 |
| Elaboração de projetos para otimização de SAA. | 800 | - | - | - | - | 800 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 112 | 112 | 112 | 112 | 112 | 558 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 1.019 | 1.504 | 1.504 | 1.504 | 1.504 | 7.035 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 517 | 712 | 712 | 712 | 712 | 3.363 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 78 | 78 | 78 | 78 | 78 | 391 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 424 | 714 | 714 | 714 | 714 | 3.282 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 320 | 200 | 200 | 200 | 200 | 1.120 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia | 120 | - | - | - | - | 120 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 | 1.000 |
| SUBTOTAL 6 | 2.844 | 1.816 | 1.816 | 1.816 | 1.816 | 10.106 |
| TOTAL MG | 29.085 | 29.003 | 25.016 | 25.037 | 21.766 | 129.907 |

III. Nas unidades de gestão de recursos hídricos do Espírito Santo:

| METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS | VALORES (Mil R\$) | | | | | |
|--|-------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
| UGRH7 Guandu | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 151 | 68 | 68 | 68 | 68 | 422 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 83 | - | - | - | - | 83 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 83 | - | - | - | - | 83 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 68 | 68 | 68 | 68 | 68 | 339 |

| | | | | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 478 | 737 | 737 | 737 | 506 | 3.196 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 132 | 159 | 159 | 159 | 159 | 767 |
| P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica | - | 232 | 232 | 232 | - | 696 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 89 | 89 | 89 | 89 | 89 | 445 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 258 | 258 | 258 | 258 | 258 | 1.289 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 150 | 100 | 100 | 100 | 100 | 550 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1) | 50 | - | - | - | - | 50 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 7 | 779 | 905 | 905 | 905 | 673 | 4.168 |
| UGRH8 Santa Maria do Rio Doce | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 | 376 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 | 376 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 594 | 882 | 882 | 882 | 624 | 3.863 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 146 | 176 | 176 | 176 | 176 | 852 |
| P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica | - | 258 | 258 | 258 | - | 773 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 161 | 161 | 161 | 161 | 161 | 807 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 286 | 286 | 286 | 286 | 286 | 1.431 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 150 | 100 | 100 | 100 | 100 | 550 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1) | 50 | - | - | - | - | 50 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| SUBTOTAL 8 | 819 | 1.057 | 1.057 | 1.057 | 799 | 4.790 |
| UGRH9 São José | | | | | | |
| PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 453 | 149 | 149 | 149 | 149 | 1.049 |
| P41 - Programa de Universalização do Saneamento: | 304 | - | - | - | - | 304 |
| Apoio na elaboração de PMSB. | 304 | - | - | - | - | 304 |
| P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural | 149 | 149 | 149 | 149 | 149 | 745 |
| PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS | 1.163 | 1.733 | 1.733 | 1.733 | 1.222 | 7.584 |
| P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos | 290 | 350 | 350 | 350 | 350 | 1.688 |
| P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica | - | 510 | 510 | 510 | - | 1.531 |
| P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura | 306 | 306 | 306 | 306 | 306 | 1.529 |
| P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes | 567 | 567 | 567 | 567 | 567 | 2.836 |
| PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS | 350 | 200 | 200 | 200 | 200 | 1.150 |
| P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1) | 150 | - | - | - | - | 150 |
| P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 | 1.000 |
| SUBTOTAL 9 | 1.966 | 2.082 | 2.082 | 2.082 | 1.571 | 9.783 |
| TOTAL ES | 3.564 | 4.044 | 4.044 | 4.044 | 3.044 | 18.741 |
| TOTAL TODA BACIA DOCE | 37.449 | 39.647 | 35.660 | 33.681 | 28.411 | 174.847 |

CAPÍTULO VII

Dos Critérios para Hierarquização dos Estudos, Planos, Projetos e Ações

Art. 12 Os estudos, planos, projetos e ações decorrentes da implementação dos programas de saneamento P11 (Programa de Saneamento da Bacia) e P41 (Programa de Universalização do Saneamento) do PIRH/PARHs Doce deverão ser contratados por meio de edital de chamamento público.

Art. 13 O IBIO - AGB Doce é responsável pela pré-seleção das propostas apresentadas durante o chamamento público e a lista de hierarquização deverá ser submetida à homologação de Comissão Gestora de Licitação e Contratos, previamente à sua contratação.

§ 1º. A Comissão Gestora, a ser constituída por no máximo 5 (cinco) servidores da AGB-Doce, sendo presidida por um destes membros, será responsável pela condução dos processos licitatórios, hierarquização das propostas selecionadas, adjudicação, homologação da listagem com as propostas hierarquizadas e análise de recursos e pedidos de impugnação em licitações, para fins de contratação com recursos da cobrança.

§ 2º. Para os programas P12, P22, P24 e P52 a Comissão Gestora de Licitação e Contratos deverá se articular, no âmbito das unidades estaduais de gestão de recursos hídricos em 2016, com representantes dos comitês e dos órgãos gestores para fins de elaboração de edital de chamamento público, seleção das áreas a serem beneficiadas, bem como para detalhamento dos critérios dos respectivos editais de contratação.

Art. 14 Para a hierarquização dos estudos, planos, projetos e ações priorizados do PIRH/PARHs Doce, com espacialização por unidade de gestão de recursos hídricos, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

| PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS | CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DAS PROPOSTAS |
|--|---|
| Programa de Saneamento da Bacia (P11) | <p>Critérios obrigatórios para projetos de sistemas de coleta e tratamento de esgotos:</p> <ul style="list-style-type: none">– Município com situação da outorga regularizada ou em regularização;– Município adimplente em relação à cobrança pelo uso da água; e– Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado. <p>Municípios que contemplem o maior número dos seguintes critérios classificatórios:</p> <ul style="list-style-type: none">– Municípios com DBO remanescente superior a 5 ton./dia [Ouro Preto e Viçosa (DO1); Ipatinga, Coronel Fabriciano e Itabira (DO2); Santana do Paraíso (DO3); Governador Valadares (DO4); Caratinga (DO5); Manhuaçu (DO6); Linhares (São José); Itaguaçu (Santa Maria do Doce) e Baixo Guandu (Guandu)];– IDH-M 2010 inferior a 0,600;– Índice de internação por doenças de veiculação hídrica no município superior à média dos estados de MG e ES;– Percentual de domicílios urbanos com saneamento adequado menor que a média da bacia nos estados de MG e ES;– Índice de cobertura de coleta de esgotos inferior à média dos estados de MG e ES;– Índice de tratamento dos esgotos coletados inferior à média dos estados de MG e ES;– Lançam esgotos a montante de captação (Atlas ANA 2010);– Não contemplados com investimentos para estudos e projetos. |
| Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21) | <ul style="list-style-type: none">– Áreas onde o saldo hídrico foi impactado, essencialmente, pelos usos da irrigação, prioritariamente nas sub-bacias dos rios Pancas, Santa Joana, São José, Santa Maria do Doce e região hidrográfica da Barra Seca. |
| Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) | <ul style="list-style-type: none">– Áreas onde a demanda por irrigação constitui uma importante parcela da demanda total na bacia e o balanço hídrico, atual ou projetado, mostra-se desfavorável.– Áreas que apresentam potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos agrícolas. |
| Programa Produtor de Água (P24) | <ul style="list-style-type: none">– Áreas onde há conflitos pelo uso múltiplo da água, com municípios que requerem novo manancial ou ampliação do sistema de abastecimento de água até 2015 segundo Atlas ANA, e que apresentem condições críticas de |

| | |
|---|--|
| | <p>degradação (elevados processos erosivos, redução da cobertura vegetal e alto deflúvio superficial instantâneo) e inadequação do uso das terras, da cobertura vegetal e das APPs (topo de morro, declividade e faixa ciliar).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Área de drenagem inferior a 20 mil hectares e população atendida superior a 5.000 habitantes. - Áreas com suscetibilidade à erosão classificadas como Forte a Muito Forte (PIRH Doce). - Áreas com produção de sedimentos superior a 70 ton./km²/ano (SIGEL-Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico). - Áreas com cobertura vegetal natural inferior a 20% (PIRH Doce). - Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias necessárias ao desenvolvimento do programa. - Áreas com iniciativas do programa em andamento. - Visita a campo para confirmação das condições previstas e análise da possibilidade de intervenção. |
| <p>Programa de Universalização do Saneamento (P41)</p> | <p>Critérios obrigatórios para projetos de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Município com situação da outorga regularizada ou em regularização; - Município adimplente em relação à cobrança pelo uso da água; e - Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado. <p>Municípios que contemplem o maior número dos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IDH-M 2010 inferior a 0,600; - Índice de internação por doenças de veiculação hídrica no município superior à média dos estados de MG e ES; - Percentual de domicílios urbanos com saneamento adequado menor que a média da bacia nos estados de MG e ES; - Índice de cobertura de abastecimento de água inferior à média dos estados de MG e ES; - Necessidade de ampliação do SAA (Atlas ANA 2010); - Necessidade de novo manancial até 2015 (Atlas ANA 2010); - Índice de cobertura de coleta urbana de resíduos sólidos inferior à média dos estados de MG e ES; - Disposição final inadequada de resíduos sólidos; - Potencialidade para solução da disposição final dos resíduos consorciada com outros municípios; - Ocorrência de inundações ou enchentes nos últimos 5 anos (PNSB 2008); - Não contemplados com investimentos para estudos e projetos. |
| <p>Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Áreas onde há intensa erosão do solo. - Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público. - Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz. - Áreas no entorno de unidades de conservação. - Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia. - Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa. - Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação. |

Parágrafo Único – Previamente ao lançamento dos editais de chamamento públicos para os Programas de Saneamento (P11 e P41), serão discutidos em cada UGRH outros critérios de hierarquização oriundos dos Seminários de Saneamento.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 15 Com vistas ao cumprimento das metas do Plano de Aplicação Plurianual no período 2016-2020 compete aos comitês deliberarem anualmente sobre seu Plano de Trabalho e calendário de reuniões de suas Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e reuniões Plenárias.

Art. 16 Para fins de avaliar a eficiência e eficácia da execução do Plano de Aplicação Plurianual serão elaborados relatórios anuais de acompanhamento, conforme estabelecido nos Contratos de Gestão.

Parágrafo único. Revisões ou atualizações decorrentes da aplicação dos recursos poderão ser anualmente efetuadas, com aprovação dos Comitês.

Art. 17 Para fins do Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a expressão Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH) para o Estado de Minas Gerais equivale às Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH); e, para o Estado do Espírito Santo a expressão Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH) equivale às Unidades de Análise estabelecidas no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH-Doce), aprovado no ano de 2010.

Art. 18 Para fins de implementação dos programas previstos neste PAP-Doce, o IBIO poderá contratar com recursos provenientes da parcela da cobrança pelo uso de recursos hídricos da União e do Estado de Minas Gerais, consultoria (física ou jurídica) para análise e validação técnica dos produtos e serviços a serem contratados para todos os programas.

APÊNDICE I

| UNIDADE DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS | Nº TOTAL DE MUNICÍPIOS | Nº DE SEDES MUNICIPAIS | POPULAÇÃO TOTAL ESTIMADA NA BACIA (IBGE Censo 2010) | % POP TOTAL NA BACIA | ÁREA DOS MUNICÍPIOS NA UNIDADE (Km ²) | % ÁREA NA BACIA | MÉDIA FINAL (ÁREA + POP TOTAL) |
|--|------------------------|------------------------|---|----------------------|---|-----------------|--------------------------------|
| UGRH1 Piranga | 77 | 62 | 701.842 | 20,5 | 17.580 | 20,3 | 20,4 |
| UGRH2 Piracicaba | 21 | 17 | 754.085 | 22,0 | 5.684 | 6,6 | 14,3 |
| UGRH3 Santo Antônio | 29 | 23 | 187.488 | 5,5 | 10.759 | 12,4 | 8,9 |
| UGRH4 Suaçuí | 48 | 41 | 604.250 | 17,6 | 21.549 | 24,8 | 21,2 |
| UGRH5 Caratinga | 29 | 25 | 284.347 | 8,3 | 6.684 | 7,7 | 8,0 |
| UGRH6 Manhuaçu | 28 | 23 | 321.094 | 9,4 | 9.191 | 10,6 | 10,0 |
| UGRH7 Guandu | 7 | 4 | 81.155 | 2,4 | 2.474 | 2,9 | 2,6 |
| UGRH8 Santa Maria do Doce | 9 | 3 | 109.243 | 3,2 | 3.066 | 3,5 | 3,4 |
| UGRH9 São José | 17 | 13 | 387.169 | 11,3 | 9.750 | 11,2 | 11,3 |
| TOTAL | 228 | 211 | 3.430.673 | 100,0 | 86.736 | 100,0 | 100,0 |

APENDICE II

| Nº | CÓDIGO IBGE | MUNICÍPIO | UF | UGRH | SEDE NA UGRH | ÁREA (Km²) | % da área do município na UGRH | Área do município na UGRH (Km²) | População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010) | | |
|-----------------------------|-------------|------------------------|----|--------|--------------|------------|--------------------------------|---------------------------------|---|----------------|----------------|
| | | | | | | | | | Urbana na sede | Rural | Total |
| TOTAL UGRH 1 PIRANGA | | | | | 62 | | | 17.580 | 404.820 | 297.022 | 701.842 |
| 1 | 310030 | Abre Campo | MG | UGRH 1 | SIM | 471 | 100,00 | 471 | 6.677 | 6.634 | 13.311 |
| 2 | 310040 | Acaiaca | MG | UGRH 1 | SIM | 102 | 100,00 | 102 | 2.553 | 1.367 | 3.920 |
| 3 | 310210 | Alto Rio Doce | MG | UGRH 1 | SIM | 518 | 100,00 | 518 | 3.813 | 8.346 | 12.159 |
| 4 | 310230 | Alvinópolis | MG | UGRH 1 | SIM | 599 | 44,43 | 266 | 8.403 | 3.047 | 11.450 |
| 5 | 310250 | Amparo do Serra | MG | UGRH 1 | SIM | 146 | 100,00 | 146 | 2.518 | 2.535 | 5.053 |
| 6 | 310370 | Araponga | MG | UGRH 1 | SIM | 304 | 100,00 | 304 | 2.116 | 6.036 | 8.152 |
| 7 | 310570 | Barra Longa | MG | UGRH 1 | SIM | 384 | 100,00 | 384 | 2.254 | 3.889 | 6.143 |
| 8 | 310780 | Bom Jesus do Galho | MG | UGRH 1 | SIM | 592 | 84,69 | 502 | 5.884 | 8.029 | 13.913 |
| 9 | 310870 | Brás Pires | MG | UGRH 1 | SIM | 223 | 100,00 | 223 | 2.223 | 2.414 | 4.637 |
| 10 | 311020 | Cajuri | MG | UGRH 1 | SIM | 83 | 100,00 | 83 | 2.096 | 1.951 | 4.047 |
| 11 | 311170 | Canaã | MG | UGRH 1 | SIM | 175 | 100,00 | 175 | 1.859 | 2.769 | 4.628 |
| 12 | 311220 | Capela Nova | MG | UGRH 1 | SIM | 111 | 100,00 | 111 | 2.132 | 2.623 | 4.755 |
| 13 | 311290 | Caputira | MG | UGRH 1 | SIM | 188 | 100,00 | 188 | 3.779 | 5.251 | 9.030 |
| 14 | 311310 | Caranaíba | MG | UGRH 1 | SIM | 160 | 100,00 | 160 | 1.176 | 2.112 | 3.288 |
| 15 | 311540 | Carandaí | MG | UGRH 1 | | 486 | 8,50 | 41 | | 622 | 622 |
| 16 | 311630 | Caratinga | MG | UGRH 1 | | 1.259 | 14,29 | 180 | | 3.407 | 3.407 |
| 17 | 311670 | Catas Altas da Noruega | MG | UGRH 1 | SIM | 142 | 100,00 | 142 | 1.429 | 2.033 | 3.462 |
| 18 | 312000 | Cipotânea | MG | UGRH 1 | SIM | 154 | 100,00 | 153 | 3.014 | 3.533 | 6.547 |
| 19 | 312150 | Coimbra | MG | UGRH 1 | SIM | 107 | 100,00 | 107 | 5.156 | 1.898 | 7.054 |
| 20 | 312170 | Conselheiro Lafaiete | MG | UGRH 1 | | 370 | 2,83 | 10 | | 168 | 168 |
| 21 | 312180 | Córrego Novo | MG | UGRH 1 | SIM | 205 | 100,00 | 205 | 2.038 | 1.089 | 3.127 |
| 22 | 312190 | Cristiano Ottoni | MG | UGRH 1 | | 133 | 7,06 | 9 | | 63 | 63 |
| 23 | 312270 | Desterro do Melo | MG | UGRH 1 | SIM | 142 | 80,05 | 114 | 1.390 | 1.301 | 2.691 |
| 24 | 312330 | Diogo de Vasconcelos | MG | UGRH 1 | SIM | 165 | 100,00 | 165 | 1.099 | 2.749 | 3.848 |
| 25 | 312400 | Dionísio | MG | UGRH 1 | SIM | 344 | 100,00 | 344 | 4.210 | 4.529 | 8.739 |
| 26 | 312820 | Divinésia | MG | UGRH 1 | SIM | 117 | 66,95 | 78 | 2.175 | 749 | 2.924 |
| 27 | 313390 | Dom Silvério | MG | UGRH 1 | SIM | 195 | 100,00 | 195 | 4.058 | 1.138 | 5.196 |
| 28 | 312330 | Dores do Turvo | MG | UGRH 1 | SIM | 231 | 100,00 | 231 | 2.030 | 2.432 | 4.462 |

| Nº | CÓDIGO IBGE | MUNICÍPIO | UF | UGRH | SEDE NA UGRH | ÁREA (Km²) | % da área do município na UGRH | Área do município na UGRH (Km²) | População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010) | | |
|----|-------------|-------------------------|----|--------|--------------|------------|--------------------------------|---------------------------------|---|--------|--------|
| | | | | | | | | | Urbana na sede | Rural | Total |
| 29 | 312385 | Entre Folhas | MG | UGRH 1 | | 85 | 48,95 | 42 | | 629 | 629 |
| 30 | 312400 | Ervália | MG | UGRH 1 | SIM | 358 | 84,71 | 303 | 9.470 | 7.180 | 16.650 |
| 31 | 312820 | Guaraciaba | MG | UGRH 1 | SIM | 349 | 100,00 | 349 | 3.218 | 7.005 | 10.223 |
| 32 | 313390 | Itaverava | MG | UGRH 1 | SIM | 284 | 93,98 | 267 | 1.607 | 3.940 | 5.547 |
| 33 | 313500 | Jaguaraçu | MG | UGRH 1 | | 164 | 34,38 | 56 | | 540 | 540 |
| 34 | 313550 | Jequeri | MG | UGRH 1 | SIM | 548 | 100,00 | 548 | 4.717 | 8.131 | 12.848 |
| 35 | 313790 | Lamim | MG | UGRH 1 | SIM | 119 | 100,00 | 119 | 1.511 | 1.941 | 3.452 |
| 36 | 313940 | Manhuaçu | MG | UGRH 1 | | 628 | 31,22 | 196 | | 9.016 | 9.016 |
| 37 | 314000 | Mariana | MG | UGRH 1 | SIM | 1.194 | 89,11 | 1.064 | 37.706 | 14.715 | 52.421 |
| 38 | 314030 | Marliéria | MG | UGRH 1 | | 546 | 85,20 | 465 | | 2.636 | 2.636 |
| 39 | 314090 | Matipó | MG | UGRH 1 | SIM | 267 | 100,00 | 267 | 12.042 | 5.597 | 17.639 |
| 40 | 314160 | Mercês | MG | UGRH 1 | | 348 | 13,11 | 46 | | 408 | 408 |
| 41 | 314585 | Oratórios | MG | UGRH 1 | SIM | 89 | 100,00 | 89 | 3.241 | 1.252 | 4.493 |
| 42 | 314590 | Ouro Branco | MG | UGRH 1 | | 259 | 41,25 | 107 | | 1.509 | 1.509 |
| 43 | 314610 | Ouro Preto | MG | UGRH 1 | SIM | 1.246 | 40,86 | 509 | 40.214 | 12.285 | 52.499 |
| 44 | 314830 | Paula Cândido | MG | UGRH 1 | SIM | 268 | 100,00 | 268 | 4.261 | 5.010 | 9.271 |
| 45 | 314875 | Pedra Bonita | MG | UGRH 1 | SIM | 174 | 100,00 | 174 | 1.807 | 4.866 | 6.673 |
| 46 | 314880 | Pedra do Anta | MG | UGRH 1 | SIM | 163 | 100,00 | 163 | 2.192 | 1.173 | 3.365 |
| 47 | 315020 | Piedade de Ponte Nova | MG | UGRH 1 | SIM | 84 | 100,00 | 84 | 3.178 | 884 | 4.062 |
| 48 | 315053 | Pingo-d'Água | MG | UGRH 1 | SIM | 67 | 100,00 | 67 | 4.035 | 385 | 4.420 |
| 49 | 315080 | Piranga | MG | UGRH 1 | SIM | 659 | 100,00 | 659 | 5.384 | 11.848 | 17.232 |
| 50 | 315210 | Ponte Nova | MG | UGRH 1 | SIM | 471 | 100,00 | 471 | 49.668 | 7.722 | 57.390 |
| 51 | 315230 | Porto Firme | MG | UGRH 1 | SIM | 285 | 100,00 | 285 | 4.831 | 5.586 | 10.417 |
| 52 | 315310 | Presidente Bernardes | MG | UGRH 1 | SIM | 237 | 100,00 | 237 | 1.642 | 3.895 | 5.537 |
| 53 | 315400 | Raul Soares | MG | UGRH 1 | SIM | 763 | 100,00 | 763 | 13.070 | 10.748 | 23.818 |
| 54 | 315440 | Ressaquinha | MG | UGRH 1 | | 185 | 24,00 | 44 | | 531 | 531 |
| 55 | 315490 | Rio Casca | MG | UGRH 1 | SIM | 384 | 100,00 | 384 | 10.871 | 3.330 | 14.201 |
| 56 | 315500 | Rio Doce | MG | UGRH 1 | SIM | 112 | 100,00 | 112 | 1.653 | 812 | 2.465 |
| 57 | 315520 | Rio Espera | MG | UGRH 1 | SIM | 239 | 100,00 | 239 | 1.760 | 4.310 | 6.070 |
| 58 | 315740 | Santa Cruz do Escalvado | MG | UGRH 1 | SIM | 259 | 100,00 | 259 | 1.177 | 3.815 | 4.992 |
| 59 | 315790 | Santa Margarida | MG | UGRH 1 | SIM | 256 | 100,00 | 256 | 6.034 | 8.977 | 15.011 |
| Nº | CÓDIGO IBGE | MUNICÍPIO | UF | UGRH | SEDE NA UGRH | ÁREA (Km²) | % da área do município na | Área do município na | População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010) | | |

| | | | | | | | UGRH | UGRH (Km²) | Urbana na sede | Rural | Total |
|--------------------------------|-------------|------------------------|----|--------|--------------|-------------------------|--------------------------------|--|---|----------------|----------------|
| 60 | 315910 | Santana dos Montes | MG | UGRH 1 | SIM | 197 | 100,00 | 197 | 1.941 | 1.881 | 3.822 |
| 61 | 316010 | Santo Antônio do Grama | MG | UGRH 1 | SIM | 130 | 100,00 | 130 | 3.365 | 720 | 4.085 |
| 62 | 316100 | São Domingos do Prata | MG | UGRH 1 | | 744 | 26,91 | 200 | | 2.274 | 2.274 |
| 63 | 316150 | São Geraldo | MG | UGRH 1 | | 186 | 23,25 | 43 | | 840 | 840 |
| 64 | 316340 | São José do Goiabal | MG | UGRH 1 | SIM | 185 | 100,00 | 185 | 3.689 | 1.947 | 5.636 |
| 65 | 316380 | São Miguel do Anta | MG | UGRH 1 | SIM | 152 | 100,00 | 152 | 3.746 | 3.014 | 6.760 |
| 66 | 316400 | São Pedro dos Ferros | MG | UGRH 1 | SIM | 403 | 100,00 | 403 | 5.777 | 2.579 | 8.356 |
| 67 | 316556 | Sem-Peixe | MG | UGRH 1 | SIM | 177 | 100,00 | 177 | 1.329 | 1.518 | 2.847 |
| 68 | 316570 | Senador Firmino | MG | UGRH 1 | SIM | 167 | 100,00 | 167 | 4.683 | 2.547 | 7.230 |
| 69 | 316600 | Senhora de Oliveira | MG | UGRH 1 | SIM | 171 | 100,00 | 171 | 3.256 | 2.427 | 5.683 |
| 70 | 316620 | Senhora dos Remédios | MG | UGRH 1 | SIM | 238 | 100,00 | 238 | 2.792 | 7.404 | 10.196 |
| 71 | 316630 | Sericita | MG | UGRH 1 | SIM | 166 | 100,00 | 166 | 3.193 | 3.935 | 7.128 |
| 72 | 316850 | Teixeiras | MG | UGRH 1 | SIM | 167 | 100,00 | 167 | 7.623 | 3.732 | 11.355 |
| 73 | 316870 | Timóteo | MG | UGRH 1 | | 144 | 34,75 | 50 | | 3.735 | 3.735 |
| 74 | 316990 | Ubá | MG | UGRH 1 | | 408 | 20,53 | 84 | | 1.935 | 1.935 |
| 75 | 317050 | Urucânia | MG | UGRH 1 | SIM | 139 | 100,00 | 139 | 5.748 | 4.543 | 10.291 |
| 76 | 317115 | Vermelho Novo | MG | UGRH 1 | SIM | 115 | 100,00 | 115 | 1.852 | 2.837 | 4.689 |
| 77 | 317130 | Viçosa | MG | UGRH 1 | SIM | 299 | 100,00 | 299 | 56.455 | 15.765 | 72.220 |
| TOTAL UGRH 2 PIRACICABA | | | | | 17 | | | 5.684 | 541.746 | 212.339 | 754.085 |
| 1 | 310230 | Alvinópolis | MG | UGRH 2 | | 599 | 55,57 | 333 | | 3.811 | 3.811 |
| 2 | 310300 | Antônio Dias | MG | UGRH 2 | SIM | 787 | 85,69 | 675 | 3.448 | 5.242 | 8.690 |
| 3 | 310540 | Barão de Cocais | MG | UGRH 2 | SIM | 341 | 100,00 | 341 | 24.007 | 4.435 | 28.442 |
| 4 | 310600 | Bela Vista de Minas | MG | UGRH 2 | SIM | 109 | 100,00 | 109 | 9.378 | 626 | 10.004 |
| 5 | 310770 | Bom Jesus do Amparo | MG | UGRH 2 | SIM | 196 | 100,00 | 196 | 2.516 | 2.975 | 5.491 |
| 6 | 311535 | Catas Altas | MG | UGRH 2 | SIM | 240 | 100,00 | 240 | 3.531 | 1.315 | 4.846 |
| 7 | 311940 | Coronel Fabriciano | MG | UGRH 2 | SIM | 221 | 100,00 | 221 | 47.382 | 56.312 | 103.694 |
| 8 | 313130 | Ipatinga | MG | UGRH 2 | SIM | 165 | 100,00 | 165 | 148.687 | 90.781 | 239.468 |
| 9 | 313170 | Itabira | MG | UGRH 2 | SIM | 1.254 | 36,02 | 452 | 98.554 | 4.045 | 102.599 |
| 10 | 313500 | Jaguaraçu | MG | UGRH 2 | SIM | 164 | 65,62 | 108 | 1.419 | 1.031 | 2.450 |
| 11 | 313620 | João Monlevade | MG | UGRH 2 | SIM | 99 | 100,00 | 99 | 73.277 | 333 | 73.610 |
| 12 | 314000 | Mariana | MG | UGRH 2 | | 1.194 | 10,89 | 130 | | 1.798 | 1.798 |
| Nº | CÓDIGO IBGE | MUNICÍPIO | UF | UGRH | SEDE NA UGRH | ÁREA (Km ²) | % da área do município na UGRH | Área do município na UGRH (Km ²) | População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010) | | |
| | | | | | | | | | Urbana na sede | Rural | Total |

| 13 | 314030 | Marliéria | MG | UGRH 2 | SIM | 546 | 14,80 | 81 | 918 | 458 | 1.376 |
|-----------------------------------|-------------|---------------------------|----|--------|--------------|------------|--------------------------------|---------------------------------|---|----------------|----------------|
| 14 | 314470 | Nova Era | MG | UGRH 2 | SIM | 362 | 100,00 | 362 | 13.203 | 4.325 | 17.528 |
| 15 | 314610 | Ouro Preto | MG | UGRH 2 | | 1.246 | 3,33 | 42 | | 1.001 | 1.001 |
| 16 | 315570 | Rio Piracicaba | MG | UGRH 2 | SIM | 373 | 100,00 | 373 | 9.567 | 4.582 | 14.149 |
| 17 | 315720 | Santa Bárbara | MG | UGRH 2 | SIM | 684 | 100,00 | 684 | 21.809 | 6.067 | 27.876 |
| 18 | 315895 | Santana do Paraíso | MG | UGRH 2 | | 276 | 26,81 | 74 | | 4.883 | 4.883 |
| 19 | 316100 | São Domingos do Prata | MG | UGRH 2 | SIM | 744 | 73,09 | 544 | 8.905 | 6.178 | 15.083 |
| 20 | 316190 | São Gonçalo do Rio Abaixo | MG | UGRH 2 | SIM | 364 | 100,00 | 364 | 4.649 | 5.128 | 9.777 |
| 21 | 316870 | Timóteo | MG | UGRH 2 | SIM | 144 | 65,26 | 94 | 70.496 | 7.013 | 77.509 |
| TOTAL UGRH 3 SANTO ANTÔNIO | | | | | | 23 | | 10.759 | 85.387 | 102.101 | 187.488 |
| 1 | 310050 | Açucena | MG | UGRH 3 | SIM | 815 | 43,17 | 352 | 2.535 | 3.342 | 5.877 |
| 2 | 310240 | Alvorada de Minas | MG | UGRH 3 | SIM | 374 | 100,00 | 374 | 947 | 2.599 | 3.546 |
| 3 | 310300 | Antônio Dias | MG | UGRH 3 | | 787 | 14,31 | 113 | | 875 | 875 |
| 4 | 310630 | Belo Oriente | MG | UGRH 3 | SIM | 335 | 100,00 | 335 | 6.809 | 16.588 | 23.397 |
| 5 | 310880 | Braúnas | MG | UGRH 3 | SIM | 378 | 100,00 | 378 | 1.593 | 3.437 | 5.030 |
| 6 | 311380 | Carmésia | MG | UGRH 3 | SIM | 259 | 100,00 | 259 | 1.311 | 1.135 | 2.446 |
| 7 | 311750 | Conceição do Mato Dentro | MG | UGRH 3 | SIM | 1.727 | 76,82 | 1.327 | 10.172 | 5.943 | 16.115 |
| 8 | 311810 | Congonhas do Norte | MG | UGRH 3 | | 399 | 10,87 | 43 | | 255 | 255 |
| 9 | 312260 | Dom Joaquim | MG | UGRH 3 | SIM | 399 | 100,00 | 399 | 2.620 | 1.915 | 4.535 |
| 10 | 312310 | Dores de Guanhanes | MG | UGRH 3 | SIM | 382 | 100,00 | 382 | 1.622 | 3.601 | 5.223 |
| 11 | 312590 | Ferros | MG | UGRH 3 | SIM | 1.089 | 100,00 | 1.089 | 3.141 | 7.696 | 10.837 |
| 12 | 312800 | Guanhanes | MG | UGRH 3 | | 1.075 | 33,45 | 360 | | 2.808 | 2.808 |
| 13 | 313170 | Itabira | MG | UGRH 3 | | 1.254 | 63,98 | 802 | | 7.184 | 7.184 |
| 14 | 313280 | Itambé do Mato Dentro | MG | UGRH 3 | SIM | 380 | 100,00 | 380 | 908 | 1.375 | 2.283 |
| 15 | 313610 | Joanésia | MG | UGRH 3 | SIM | 233 | 100,00 | 233 | 2.062 | 3.363 | 5.425 |
| 16 | 314060 | Materlândia | MG | UGRH 3 | | 281 | 18,93 | 53 | | 489 | 489 |
| 17 | 314170 | Mesquita | MG | UGRH 3 | SIM | 275 | 100,00 | 275 | 3.401 | 2.668 | 6.069 |
| 18 | 314370 | Morro do Pilar | MG | UGRH 3 | SIM | 478 | 100,00 | 478 | 2.581 | 818 | 3.399 |
| 19 | 314435 | Naque | MG | UGRH 3 | SIM | 127 | 34,94 | 44 | 5.961 | 133 | 6.094 |
| 20 | 314750 | Passabém | MG | UGRH 3 | SIM | 94 | 100,00 | 94 | 1.012 | 754 | 1.766 |
| 21 | 315680 | Sabinópolis | MG | UGRH 3 | SIM | 920 | 58,95 | 542 | 9.227 | 3.818 | 13.045 |
| Nº | CÓDIGO IBGE | MUNICÍPIO | UF | UGRH | SEDE NA UGRH | ÁREA (Km²) | % da área do município na UGRH | Área do município na UGRH (Km²) | População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010) | | |
| | | | | | | | | | Urbana na sede | Rural | Total |
| 22 | 315800 | Santa Maria de Itabira | MG | UGRH 3 | SIM | 597 | 100,00 | 597 | 6.088 | 4.464 | 10.552 |

| 23 | 315895 | Santana do Paraíso | MG | UGRH 3 | SIM | 276 | 73,19 | 202 | 9.051 | 13.331 | 22.382 |
|----------------------------|-------------|-----------------------------|----|--------|--------------|------------|--------------------------------|---------------------------------|---|----------------|----------------|
| 24 | 316020 | Santo Antônio do Itambé | MG | UGRH 3 | SIM | 306 | 100,00 | 306 | 1.230 | 2.905 | 4.135 |
| 25 | 316050 | Santo Antônio do Rio Abaixo | MG | UGRH 3 | SIM | 107 | 100,00 | 107 | 888 | 889 | 1.777 |
| 26 | 316480 | São Sebastião do Rio Preto | MG | UGRH 3 | SIM | 128 | 100,00 | 128 | 876 | 737 | 1.613 |
| 27 | 316610 | Senhora do Porto | MG | UGRH 3 | SIM | 381 | 100,00 | 381 | 856 | 2.641 | 3.497 |
| 28 | 316650 | Serra Azul de Minas | MG | UGRH 3 | | 219 | 28,50 | 62 | | 715 | 715 |
| 29 | 316710 | Serro | MG | UGRH 3 | SIM | 1.218 | 54,38 | 662 | 10.496 | 5.622 | 16.118 |
| TOTAL UGRH 4 SUAÇUÍ | | | | | 41 | | | 21.549 | 422.039 | 182.211 | 604.250 |
| 1 | 310050 | Açucena | MG | UGRH 4 | | 815 | 56,83 | 463 | | 4.399 | 4.399 |
| 2 | 310060 | Água Boa | MG | UGRH 4 | SIM | 1.320 | 100,00 | 1.320 | 4.951 | 10.244 | 15.195 |
| 3 | 310110 | Aimorés | MG | UGRH 4 | | 1.349 | 11,64 | 157 | | 1.224 | 1.224 |
| 4 | 311080 | Campanário | MG | UGRH 4 | SIM | 442 | 100,00 | 442 | 2.651 | 913 | 3.564 |
| 5 | 311205 | Cantagalo | MG | UGRH 4 | SIM | 142 | 100,00 | 142 | 2.479 | 1.716 | 4.195 |
| 6 | 311680 | Coluna | MG | UGRH 4 | SIM | 348 | 100,00 | 348 | 3.814 | 5.210 | 9.024 |
| 7 | 311840 | Conselheiro Pena | MG | UGRH 4 | | 1.484 | 42,72 | 634 | | 3.568 | 3.568 |
| 8 | 311920 | Coroaci | MG | UGRH 4 | SIM | 576 | 100,00 | 576 | 3.690 | 6.580 | 10.270 |
| 9 | 312083 | Cuparaque | MG | UGRH 4 | SIM | 227 | 100,00 | 227 | 2.989 | 1.691 | 4.680 |
| 10 | 312210 | Divino das Laranjeiras | MG | UGRH 4 | SIM | 342 | 100,00 | 342 | 2.231 | 2.706 | 4.937 |
| 11 | 312220 | Divinolândia de Minas | MG | UGRH 4 | SIM | 133 | 100,00 | 133 | 5.760 | 1.264 | 7.024 |
| 12 | 312675 | Franciscópolis | MG | UGRH 4 | SIM | 717 | 100,00 | 717 | 2.060 | 3.740 | 5.800 |
| 13 | 312690 | Frei Inocência | MG | UGRH 4 | SIM | 470 | 100,00 | 470 | 6.764 | 2.156 | 8.920 |
| 14 | 312695 | Frei Lagonegro | MG | UGRH 4 | SIM | 168 | 100,00 | 167 | 618 | 2.711 | 3.329 |
| 15 | 312730 | Galliléia | MG | UGRH 4 | SIM | 720 | 100,00 | 720 | 5.071 | 1.880 | 6.951 |
| 16 | 312737 | Goiabeira | MG | UGRH 4 | SIM | 112 | 100,00 | 112 | 2.473 | 580 | 3.053 |
| 17 | 312750 | Gonzaga | MG | UGRH 4 | SIM | 209 | 100,00 | 209 | 2.842 | 3.079 | 5.921 |
| 18 | 312770 | Governador Valadares | MG | UGRH 4 | SIM | 2.342 | 92,35 | 2.163 | 244.716 | 17.522 | 262.238 |
| 19 | 312800 | Guanhães | MG | UGRH 4 | SIM | 1.075 | 66,55 | 716 | 22.866 | 5.588 | 28.454 |
| 20 | 313270 | Itambacuri | MG | UGRH 4 | SIM | 1.419 | 91,27 | 1.295 | 14.490 | 7.593 | 22.083 |
| 21 | 313410 | Itueta | MG | UGRH 4 | | 453 | 63,96 | 290 | | 2.956 | 2.956 |
| 22 | 313507 | Jampruca | MG | UGRH 4 | SIM | 517 | 100,00 | 517 | 2.938 | 2.129 | 5.067 |
| Nº | CÓDIGO IBGE | MUNICÍPIO | UF | UGRH | SEDE NA UGRH | ÁREA (Km²) | % da área do município na UGRH | Área do município na UGRH (Km²) | População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010) | | |
| | | | | | | | | | Urbana na sede | Rural | Total |
| 23 | 313655 | José Raydan | MG | UGRH 4 | SIM | 181 | 100,00 | 181 | 1.568 | 2.808 | 4.376 |
| 24 | 313920 | Malacacheta | MG | UGRH 4 | SIM | 728 | 73,71 | 536 | 10.300 | 6.248 | 16.548 |

| 25 | 314010 | Marilac | MG | UGRH 4 | SIM | 159 | 100,00 | 159 | 3.423 | 796 | 4.219 |
|-------------------------------|-------------|---------------------------|----|--------|--------------|------------|--------------------------------|---------------------------------|---|---------------|----------------|
| 26 | 314060 | Materlândia | MG | UGRH 4 | SIM | 281 | 81,07 | 227 | 2.011 | 2.095 | 4.106 |
| 27 | 317150 | Mathias Lobato | MG | UGRH 4 | SIM | 172 | 100,00 | 172 | 3.060 | 310 | 3.370 |
| 28 | 314420 | Nacip Raydan | MG | UGRH 4 | SIM | 233 | 100,00 | 233 | 1.979 | 1.175 | 3.154 |
| 29 | 314435 | Naque | MG | UGRH 4 | | 127 | 65,06 | 83 | | 247 | 247 |
| 30 | 314840 | Paulistas | MG | UGRH 4 | SIM | 221 | 100,00 | 221 | 2.303 | 2.615 | 4.918 |
| 31 | 314860 | Peçanha | MG | UGRH 4 | SIM | 997 | 100,00 | 997 | 8.901 | 8.359 | 17.260 |
| 32 | 314995 | Periquito | MG | UGRH 4 | SIM | 229 | 100,00 | 229 | 3.504 | 3.532 | 7.036 |
| 33 | 315430 | Resplendor | MG | UGRH 4 | | 1.082 | 88,51 | 958 | | 5.665 | 5.665 |
| 34 | 315600 | Rio Vermelho | MG | UGRH 4 | SIM | 987 | 95,42 | 941 | 4.912 | 8.333 | 13.245 |
| 35 | 315680 | Sabinópolis | MG | UGRH 4 | | 920 | 41,05 | 378 | | 2.659 | 2.659 |
| 36 | 315750 | Santa Efigênia de Minas | MG | UGRH 4 | SIM | 132 | 100,00 | 132 | 3.053 | 1.547 | 4.600 |
| 37 | 315820 | Santa Maria do Suaçuí | MG | UGRH 4 | SIM | 624 | 100,00 | 624 | 8.776 | 5.619 | 14.395 |
| 38 | 316160 | São Geraldo da Piedade | MG | UGRH 4 | SIM | 152 | 100,00 | 152 | 1.054 | 3.335 | 4.389 |
| 39 | 316165 | São Geraldo do Baixo | MG | UGRH 4 | SIM | 281 | 100,00 | 281 | 2.288 | 1.198 | 3.486 |
| 40 | 316280 | São João Evangelista | MG | UGRH 4 | SIM | 478 | 100,00 | 478 | 8.934 | 6.619 | 15.553 |
| 41 | 316300 | São José da Safira | MG | UGRH 4 | SIM | 214 | 100,00 | 214 | 2.945 | 1.130 | 4.075 |
| 42 | 316350 | São José do Jacuri | MG | UGRH 4 | SIM | 345 | 100,00 | 345 | 2.006 | 4.547 | 6.553 |
| 43 | 316410 | São Pedro do Suaçuí | MG | UGRH 4 | SIM | 308 | 100,00 | 308 | 2.302 | 3.268 | 5.570 |
| 44 | 316450 | São Sebastião do Maranhão | MG | UGRH 4 | SIM | 518 | 100,00 | 518 | 2.577 | 8.070 | 10.647 |
| 45 | 316550 | Sardoá | MG | UGRH 4 | SIM | 142 | 100,00 | 142 | 1.997 | 3.597 | 5.594 |
| 46 | 316650 | Serra Azul de Minas | MG | UGRH 4 | SIM | 219 | 71,50 | 156 | 1.710 | 1.795 | 3.505 |
| 47 | 317180 | Virginópolis | MG | UGRH 4 | SIM | 440 | 100,00 | 440 | 6.208 | 4.364 | 10.572 |
| 48 | 317190 | Virgolândia | MG | UGRH 4 | SIM | 281 | 100,00 | 281 | 2.825 | 2.833 | 5.658 |
| TOTAL UGRH 5 CARATINGA | | | | | | 25 | | 6.684 | 189.780 | 94.567 | 284.347 |
| 1 | 310180 | Alpercata | MG | UGRH 5 | SIM | 167 | 100,00 | 167 | 3.882 | 3.290 | 7.172 |
| 2 | 310220 | Alvarenga | MG | UGRH 5 | | 278 | 3,82 | 11 | | 89 | 89 |
| 3 | 310780 | Bom Jesus do Galho | MG | UGRH 5 | | 592 | 15,31 | 91 | | 1.451 | 1.451 |
| 4 | 310925 | Bugre | MG | UGRH 5 | SIM | 162 | 100,00 | 162 | 1.531 | 2.461 | 3.992 |
| Nº | CÓDIGO IBGE | MUNICÍPIO | UF | UGRH | SEDE NA UGRH | ÁREA (Km²) | % da área do município na UGRH | Área do município na UGRH (Km²) | População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010) | | |
| | | | | | | | | | Urbana na sede | Rural | Total |
| 5 | 311265 | Capitão Andrade | MG | UGRH 5 | SIM | 279 | 100,00 | 279 | 3.573 | 1.352 | 4.925 |
| 6 | 311340 | Caratinga | MG | UGRH 5 | SIM | 1.259 | 46,39 | 584 | 61.397 | 11.060 | 72.457 |
| 7 | 311840 | Conselheiro Pena | MG | UGRH 5 | SIM | 1.484 | 42,81 | 635 | 13.890 | 3.575 | 17.465 |

| 8 | 312250 | Dom Cavati | MG | UGRH 5 | SIM | 60 | 100,00 | 60 | 4.607 | 602 | 5.209 |
|------------------------------|-------------|------------------------|----|--------|--------------|------------|--------------------------------|---------------------------------|---|----------------|----------------|
| 9 | 312370 | Engenheiro Caldas | MG | UGRH 5 | SIM | 187 | 100,00 | 187 | 6.530 | 3.750 | 10.280 |
| 10 | 312385 | Entre Folhas | MG | UGRH 5 | SIM | 85 | 51,05 | 44 | 3.889 | 657 | 4.546 |
| 11 | 312580 | Fernandes Tourinho | MG | UGRH 5 | SIM | 152 | 100,00 | 152 | 1.791 | 1.239 | 3.030 |
| 12 | 312770 | Governador Valadares | MG | UGRH 5 | | 2.342 | 7,65 | 179 | | 1.451 | 1.451 |
| 13 | 312930 | Iapu | MG | UGRH 5 | SIM | 341 | 100,00 | 341 | 6.490 | 3.825 | 10.315 |
| 14 | 313055 | Imbé de Minas | MG | UGRH 5 | SIM | 197 | 100,00 | 197 | 2.046 | 4.378 | 6.424 |
| 15 | 313090 | Inhapim | MG | UGRH 5 | SIM | 858 | 80,33 | 689 | 10.644 | 10.965 | 21.609 |
| 16 | 313115 | Ipaba | MG | UGRH 5 | SIM | 113 | 100,00 | 113 | 13.568 | 3.140 | 16.708 |
| 17 | 313320 | Itanhomi | MG | UGRH 5 | SIM | 489 | 100,00 | 489 | 7.926 | 3.930 | 11.856 |
| 18 | 315015 | Piedade de Caratinga | MG | UGRH 5 | SIM | 109 | 100,00 | 109 | 4.602 | 2.508 | 7.110 |
| 19 | 315430 | Resplendor | MG | UGRH 5 | | 1.082 | 1,41 | 15 | | 90 | 90 |
| 20 | 315725 | Santa Bárbara do Leste | MG | UGRH 5 | SIM | 107 | 100,00 | 107 | 3.974 | 3.708 | 7.682 |
| 21 | 315935 | Santa Rita de Minas | MG | UGRH 5 | SIM | 68 | 100,00 | 68 | 4.774 | 1.773 | 6.547 |
| 22 | 316095 | São Domingos das Dores | MG | UGRH 5 | SIM | 61 | 100,00 | 61 | 2.578 | 2.830 | 5.408 |
| 23 | 316260 | São João do Oriente | MG | UGRH 5 | SIM | 120 | 100,00 | 120 | 5.581 | 2.293 | 7.874 |
| 24 | 316447 | São Sebastião do Anta | MG | UGRH 5 | SIM | 81 | 100,00 | 81 | 4.210 | 1.529 | 5.739 |
| 25 | 316770 | Sobrália | MG | UGRH 5 | SIM | 207 | 100,00 | 207 | 3.507 | 2.323 | 5.830 |
| 26 | 316840 | Tarumirim | MG | UGRH 5 | SIM | 732 | 100,00 | 732 | 5.345 | 8.948 | 14.293 |
| 27 | 316950 | Tumiritinga | MG | UGRH 5 | SIM | 500 | 100,00 | 500 | 3.238 | 3.055 | 6.293 |
| 28 | 317005 | Ubaporanga | MG | UGRH 5 | SIM | 189 | 100,00 | 189 | 5.436 | 6.604 | 12.040 |
| 29 | 317057 | Vargem Alegre | MG | UGRH 5 | SIM | 117 | 100,00 | 117 | 4.771 | 1.690 | 6.461 |
| TOTAL UGRH 6 MANHUAÇU | | | | | | 23 | | 9.191 | 171.983 | 149.111 | 321.094 |
| 1 | 310110 | Aimorés | MG | UGRH 6 | SIM | 1.349 | 88,36 | 1.192 | 14.447 | 9.288 | 23.735 |
| 2 | 315350 | Alto Jequitibá | MG | UGRH 6 | SIM | 152 | 100,00 | 152 | 3.887 | 4.431 | 8.318 |
| 3 | 310220 | Alvarenga | MG | UGRH 6 | SIM | 278 | 96,18 | 268 | 2.119 | 2.236 | 4.355 |
| 4 | 311340 | Caratinga | MG | UGRH 6 | | 1.259 | 39,31 | 495 | | 9.372 | 9.372 |
| 5 | 311600 | Chalé | MG | UGRH 6 | SIM | 213 | 100,00 | 213 | 2.421 | 3.224 | 5.645 |
| Nº | CÓDIGO IBGE | MUNICÍPIO | UF | UGRH | SEDE NA UGRH | ÁREA (Km²) | % da área do município na UGRH | Área do município na UGRH (Km²) | População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010) | | |
| | | | | | | | | | Urbana na sede | Rural | Total |
| 6 | 311740 | Conceição de Ipanema | MG | UGRH 6 | SIM | 254 | 100,00 | 254 | 1.523 | 2.933 | 4.456 |
| 7 | 311840 | Conselheiro Pena | MG | UGRH 6 | | 1.484 | 14,47 | 215 | | 1.209 | 1.209 |
| 8 | 312352 | Durandé | MG | UGRH 6 | SIM | 217 | 100,00 | 217 | 2.481 | 4.942 | 7.423 |
| 9 | 313090 | Inhapim | MG | UGRH 6 | | 858 | 19,67 | 169 | | 2.685 | 2.685 |

| 10 | 313120 | Ipanema | MG | UGRH 6 | SIM | 457 | 100,00 | 457 | 14.200 | 3.970 | 18.170 |
|---|-------------|------------------------|----|--------|--------------|------------|--------------------------------|---------------------------------|---|---------------|----------------|
| 11 | 313410 | Itueta | MG | UGRH 6 | SIM | 453 | 36,04 | 163 | 1.208 | 1.666 | 2.874 |
| 12 | 313770 | Lajinha | MG | UGRH 6 | SIM | 432 | 92,38 | 399 | 10.394 | 8.513 | 18.907 |
| 13 | 313867 | Luisburgo | MG | UGRH 6 | SIM | 145 | 100,00 | 145 | 1.836 | 4.398 | 6.234 |
| 14 | 313940 | Manhuaçu | MG | UGRH 6 | SIM | 628 | 68,78 | 432 | 50.694 | 19.864 | 70.558 |
| 15 | 313950 | Manhumirim | MG | UGRH 6 | SIM | 183 | 100,00 | 183 | 17.043 | 4.339 | 21.382 |
| 16 | 314053 | Martins Soares | MG | UGRH 6 | SIM | 113 | 100,00 | 113 | 1.993 | 5.180 | 7.173 |
| 17 | 314400 | Mutum | MG | UGRH 6 | SIM | 1.251 | 100,00 | 1.251 | 10.575 | 16.086 | 26.661 |
| 18 | 315190 | Pocrane | MG | UGRH 6 | SIM | 691 | 100,00 | 691 | 4.283 | 4.703 | 8.986 |
| 19 | 315415 | Reduto | MG | UGRH 6 | SIM | 152 | 100,00 | 152 | 3.648 | 2.921 | 6.569 |
| 20 | 315430 | Resplendor | MG | UGRH 6 | SIM | 1.082 | 10,08 | 109 | 10.689 | 645 | 11.334 |
| 21 | 315950 | Santa Rita do Itueto | MG | UGRH 6 | SIM | 485 | 100,00 | 485 | 1.383 | 4.314 | 5.697 |
| 22 | 315890 | Santana do Manhuaçu | MG | UGRH 6 | SIM | 347 | 100,00 | 347 | 3.766 | 4.816 | 8.582 |
| 23 | 316255 | São João do Manhuaçu | MG | UGRH 6 | SIM | 143 | 100,00 | 143 | 4.806 | 5.439 | 10.245 |
| 24 | 316360 | São José do Mantimento | MG | UGRH 6 | SIM | 55 | 100,00 | 55 | 1.449 | 1.143 | 2.592 |
| 25 | 316760 | Simonésia | MG | UGRH 6 | SIM | 487 | 100,00 | 487 | 5.733 | 12.565 | 18.298 |
| 26 | 316805 | Taparuba | MG | UGRH 6 | SIM | 193 | 100,00 | 193 | 1.405 | 1.732 | 3.137 |
| 27 | 320245 | Ibatiba | ES | UGRH 6 | | 241 | 12,04 | 29 | | 1.082 | 1.082 |
| 28 | 320300 | Íluna | ES | UGRH 6 | | 461 | 39,61 | 183 | | 5.415 | 5.415 |
| TOTAL UGRH 7 GUANDU | | | | | 4 | | | 2.473 | 37.723 | 43.432 | 81.155 |
| 1 | 320010 | Afonso Cláudio | ES | UGRH 7 | SIM | 955 | 94,87 | 906 | 13.128 | 17.041 | 30.169 |
| 2 | 320080 | Baixo Guandu | ES | UGRH 7 | SIM | 918 | 71,70 | 658 | 20.972 | 5.814 | 26.786 |
| 3 | 320115 | Brejetuba | ES | UGRH 7 | SIM | 343 | 100,00 | 343 | 1.989 | 9.926 | 11.915 |
| 4 | 320150 | Colatina | ES | UGRH 7 | | 1.423 | 2,09 | 30 | | 328 | 328 |
| 5 | 320270 | Itaguaçu | ES | UGRH 7 | | 530 | 14,90 | 79 | | 1.090 | 1.090 |
| 6 | 320290 | Itarana | ES | UGRH 7 | | 299 | 0,59 | 2 | | 40 | 40 |
| 7 | 320316 | Laranja da Terra | ES | UGRH 7 | SIM | 457 | 100,00 | 457 | 1.634 | 9.192 | 10.826 |
| Nº | CÓDIGO IBGE | MUNICÍPIO | UF | UGRH | SEDE NA UGRH | ÁREA (Km²) | % da área do município na UGRH | Área do município na UGRH (Km²) | População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010) | | |
| | | | | | | | | | Urbana na sede | Rural | Total |
| TOTAL UGRH 8 SANTA MARIA DO DOCE | | | | | 3 | | | 3.066 | 63.953 | 45.290 | 109.243 |
| 1 | 320010 | Afonso Cláudio | ES | UGRH 8 | | 955 | 5,13 | 49 | | 922 | 922 |
| 2 | 320150 | Colatina | ES | UGRH 8 | | 1.423 | 43,61 | 621 | 48.037 | 6.853 | 54.890 |
| 3 | 320250 | Ibiraçu | ES | UGRH 8 | | 200 | 3,65 | 7 | | 104 | 104 |
| 4 | 320270 | Itaguaçu | ES | UGRH 8 | SIM | 530 | 85,10 | 451 | 6.818 | 6.226 | 13.044 |

| | | | | | | | | | | | |
|------------------------------|--------|-----------------------|----|--------|-----|------------|--------|---------------|------------------|------------------|------------------|
| 5 | 320290 | Itarana | ES | UGRH 8 | SIM | 299 | 99,41 | 297 | 4.095 | 6.746 | 10.841 |
| 6 | 320313 | João Neiva | ES | UGRH 8 | | 273 | 64,95 | 177 | | 3.170 | 3.170 |
| 7 | 320320 | Linhares | ES | UGRH 8 | | 3.502 | 18,35 | 643 | | 5.899 | 5.899 |
| 8 | 320460 | Santa Teresa | ES | UGRH 8 | | 695 | 68,81 | 478 | | 9.101 | 9.101 |
| 9 | 320495 | São Roque do Canaã | ES | UGRH 8 | SIM | 342 | 100,00 | 342 | 5.003 | 6.270 | 11.273 |
| TOTAL UGRH 9 SÃO JOSÉ | | | | | | 13 | | 9.750 | 246.644 | 140.525 | 387.169 |
| 1 | 320013 | Águia Branca | ES | UGRH 9 | SIM | 450 | 100,00 | 450 | 2.812 | 6.707 | 9.519 |
| 2 | 320035 | Alto Rio Novo | ES | UGRH 9 | SIM | 228 | 100,00 | 228 | 3.503 | 3.814 | 7.317 |
| 3 | 320080 | Baixo Guandu | ES | UGRH 9 | | 918 | 28,30 | 260 | | 2.295 | 2.295 |
| 4 | 320150 | Colatina | ES | UGRH 9 | SIM | 1.423 | 54,29 | 773 | 48.037 | 8.531 | 56.568 |
| 5 | 320225 | Governador Lindenberg | ES | UGRH 9 | SIM | 360 | 100,00 | 360 | 2.406 | 8.463 | 10.869 |
| 6 | 320305 | Jaguaré | ES | UGRH 9 | SIM | 656 | 96,74 | 635 | 13.255 | 11.051 | 24.306 |
| 7 | 320320 | Linhares | ES | UGRH 9 | SIM | 3.502 | 72,52 | 2.539 | 109.157 | 23.314 | 132.471 |
| 8 | 320330 | Mantenópolis | ES | UGRH 9 | | 321 | 42,44 | 136 | | 3.180 | 3.180 |
| 9 | 320335 | Marilândia | ES | UGRH 9 | SIM | 309 | 100,00 | 309 | 5.316 | 5.791 | 11.107 |
| 10 | 320390 | Nova Venécia | ES | UGRH 9 | | 1.448 | 11,02 | 160 | | 1.763 | 1.763 |
| 11 | 320400 | Pancas | ES | UGRH 9 | SIM | 823 | 100,00 | 824 | 7.390 | 14.158 | 21.548 |
| 12 | 320435 | Rio Bananal | ES | UGRH 9 | SIM | 646 | 100,00 | 646 | 5.906 | 11.624 | 17.530 |
| 13 | 320465 | São Domingos do Norte | ES | UGRH 9 | SIM | 300 | 100,00 | 300 | 3.437 | 4.564 | 8.001 |
| 14 | 320470 | São Gabriel da Palha | ES | UGRH 9 | SIM | 433 | 100,00 | 433 | 24.012 | 7.847 | 31.859 |
| 15 | 320490 | São Mateus | ES | UGRH 9 | | 2343 | 27,40 | 642 | | 11.162 | 11.162 |
| 16 | 320501 | Sooretama | ES | UGRH 9 | SIM | 593 | 100,00 | 593 | 16.873 | 6.970 | 23.843 |
| 17 | 320517 | Vila Valério | ES | UGRH 9 | SIM | 464 | 100,00 | 464 | 4.540 | 9.290 | 13.830 |
| TOTAL BACIA DO DOCE | | | | | | 211 | | 86.736 | 2.164.075 | 1.266.598 | 3.430.673 |

FONTE: Dados espaciais do PIRH Doce adaptados pela ANA/Gegeo a partir dos limites municipais do último Censo 2010 do IBGE.

NOTAS:

- 1) Para o contorno da integralidade da bacia do rio Doce bem como para os limites internos das Unidades de Gestão de Recursos Hídricos (UGRHs) foram adotados os polígonos constantes do PIRH, cuja escala foi considerada de compatibilidade adequada a esse trabalho.
- 2) Em relação aos contornos municipais foi feita atualização para os limites definidos pelo IBGE no último Censo 2010.
- 3) Foram considerados integrantes da bacia os municípios cujo percentual corresponde ao valor mínimo de 2% da área de seu território. Internamente na bacia foram mantidos todos os valores dos percentuais por UGRH.
- 4) Para fins da aplicação dos recursos da cobrança, a bacia hidrográfica do rio Doce contempla 9 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRHs), sendo 6 em MG correspondentes respectivamente às UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu; e 3 no ES correspondentes respectivamente às UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José.

- 5) Para fins de cálculo, foi contabilizada para a UGRH a população urbana da sede do município e a população rural, computada proporcionalmente à área do município em cada unidade.
- 6) Quando localizada em mais de uma UGRH, a sede municipal foi posicionada de acordo com a informação geográfica disponibilizada pelo IBGE.
- 7) No caso de Resplendor, cuja sede municipal é cortada em partes praticamente iguais pelo rio Doce, a população urbana foi igualmente dividida entre as UGRHs 4 Suaçuí e 6 Manhuaçu, sendo a sede locada na UGRH 6 de acordo com a posição geográfica do IBGE.
- 8) No caso de Colatina, cuja sede municipal é cortada em partes praticamente iguais pelo rio Doce, a população urbana foi igualmente dividida entre as UGRHs 8 Santa Maria do Doce e 9 São José, sendo a sede locada na UGRH 8 de acordo com a posição geográfica do IBGE.

APÊNDICE III

ANÁLISE DA VULNERABILIDADE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE

Na bacia do Rio Doce, a modelagem de vulnerabilidade indicou áreas com alta e média vulnerabilidade, as quais totalizam 15 mil km² (17% da área total), representadas na Figura 1.

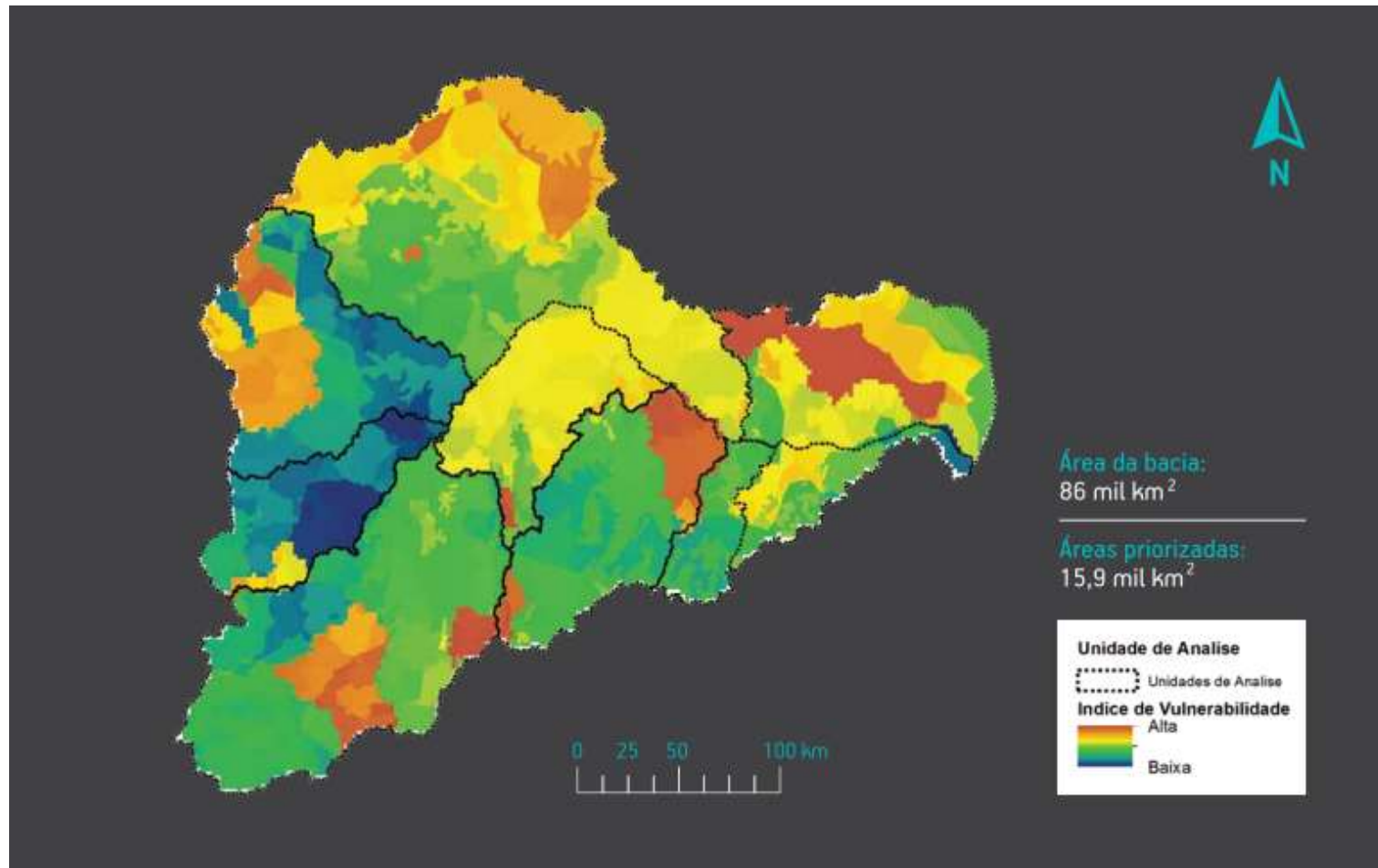
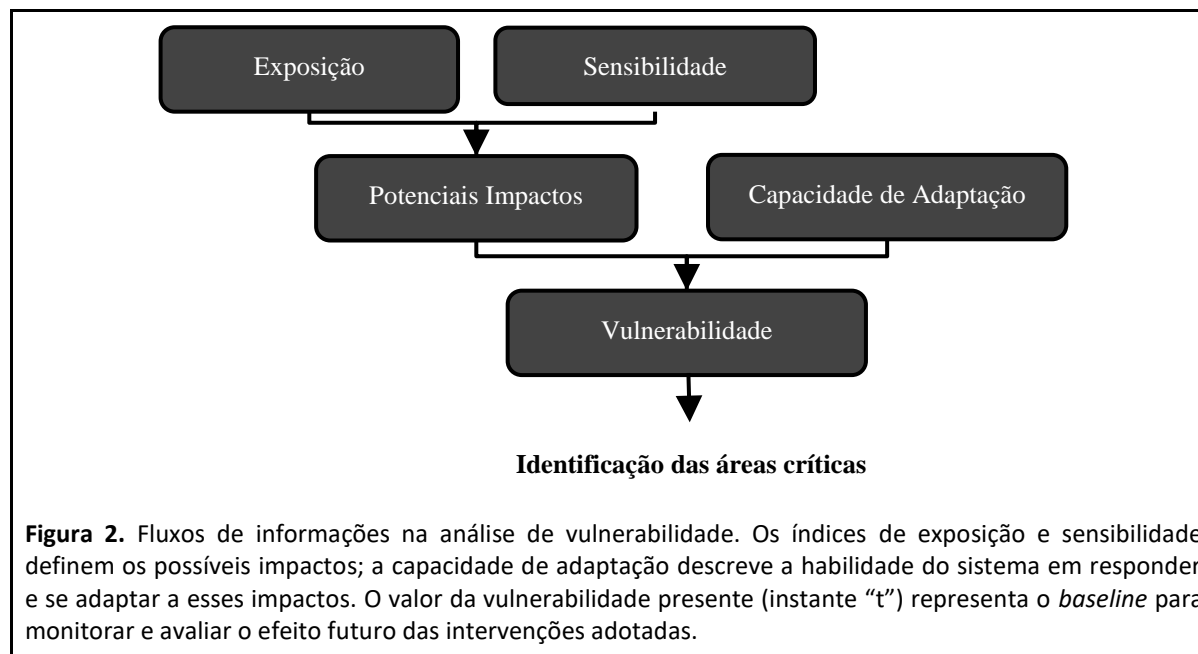


Figura 1. Mapa de vulnerabilidade da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A análise de vulnerabilidade para a Bacia do Rio Doce considerou a metodologia adotada pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC. Nesta metodologia, o índice de vulnerabilidade de um sistema integra todas as informações contidas nos índices de exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação (Figura 2).



Aplicando-se a metodologia do IPCC no contexto de uma bacia hidrográfica, busca-se compreender o efeito das variações climáticas, do uso e ocupação do solo e das dinâmicas socioeconômicas na disponibilidade de água da Bacia, permitindo assim a identificação de áreas prioritárias.

Uma vez definidas as áreas prioritárias, as políticas públicas e os investimentos do setor privado podem ser estabelecidos e dimensionados, com base em parâmetros técnicos monitoráveis, com o objetivo de aumentar a resiliência destas áreas.

A tabela abaixo apresenta os componentes utilizados na análise de vulnerabilidade da bacia do Rio Doce.

Tabela 1 - Componentes da Análise de Vulnerabilidade da Bacia do Rio Doce

| Componente | Indicador | Unidade | Fonte |
|------------------------------|---|-------------------|---------------------------------|
| Exposição | Precipitação | mm/ano | INMET, INPE-CPTEC |
| Sensibilidade | Uso e cobertura do solo | ha | PIRH Doce |
| | Demanda hídrica (outorgas) | m ³ /s | ANA, IGAM (MG), AGERH (ES) |
| | Vazão de referência (Q _{7,10} em MG e Q ₉₀ em ES) | m ³ /s | IGAM (MG), AGERH (ES) |
| | Biodiversidade (unidades de conservação) | ha | MMA |
| Impactos | Déficit hídrico | m ³ /s | Calculado por IBIO ⁶ |
| | Índice de secas | meses por ano | INMET |
| | Suscetibilidade à erosão | ha | PIRH Doce |
| | Desertificação | ha | Programa PAN BRASIL |
| Capacidade Adaptativa | IDH - Índice de Desenvolvimento Humano | - | IBGE |
| | Cobrança pelo Uso da Água | % total da bacia | ANA, IGAM |

Importante ressaltar que as componentes da análise de vulnerabilidade estão alinhadas com os critérios de priorização de áreas do PAP, conforme indicado na tabela abaixo:

⁶ Balanço considerado negativo quando valor outorgado supera 50% da vazão de referência do trecho do qual se capta água.

| Critérios de priorização do PAP | Componentes da Análise de Vulnerabilidade |
|--|--|
| Áreas onde há intensa erosão do solo. | Suscetibilidade à erosão Desertificação |
| Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público. | Déficit Hídrico |
| Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz. | Déficit Hídrico |
| Áreas no entorno de unidades de conservação. | Unidades de Conservação |
| Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia. | Déficit Hídrico Índice de Secas |
| Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa. | IDH Recursos da Cobrança do Uso da Água |
| Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação. | - |

Assim como o PIRH-Doce, o resultado da análise de vulnerabilidade não apresenta uma escala apropriada para o planejamento de ações e programas específicos. Deve-se complementar a análise de vulnerabilidade com outras avaliações territoriais mais finas, como as que o IBIO já vem realizando para algumas das áreas priorizadas.

Entretanto, o mapa de vulnerabilidade da Bacia do Rio Doce se apresenta como um documento de grande potencial para construção de arranjos institucionais capazes de mobilizar os principais atores da bacia e canalizar a aplicação de instrumentos financeiros e técnicos para as áreas priorizadas.

APÊNDICE IV

DISTRIBUIÇÃO DO RECURSO DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA (UNIÃO) PARA OS PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS P12 E P52 E PARA O PROGRAMA DE SANEAMENTO P42, POR UGRH

| UGRH | Opções de Distribuição do Recurso da Cobrança pelo Uso da Água (Federal) | | | | | |
|--------------------|--|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | equitativa (eq) | latu | lacu | lm | lcn | 50% eq + 50% lcn |
| 1. Piranga | 11,11% | 20,27% | 15,60% | 17,93% | 13,79% | 12,45% |
| 2. Piracicaba | 11,11% | 6,55% | 0,81% | 3,68% | 0,00% | 5,56% |
| 3. Sto Antônio | 11,11% | 12,40% | 9,44% | 10,92% | 9,86% | 10,49% |
| 4. Suaçuí | 11,11% | 24,84% | 29,90% | 27,37% | 30,61% | 20,86% |
| 5. Caratinga | 11,11% | 7,71% | 10,26% | 8,98% | 9,47% | 10,29% |
| 6. Manhuaçu | 11,11% | 10,60% | 10,21% | 10,40% | 11,19% | 11,15% |
| 7. Guandu | 11,11% | 2,85% | 1,17% | 2,01% | 2,44% | 6,77% |
| 8. Sta Maria do Do | 11,11% | 3,53% | 2,97% | 3,25% | 3,93% | 7,52% |
| 9. São José | 11,11% | 11,24% | 19,65% | 15,45% | 18,70% | 14,90% |
| TOTAL | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

latu = Índice área total da UGRH = (área da UGRH / área da Bacia Rio Doce)

lacu = Índice área crítica da UGRH = (área crítica ponderada da UGRH / área crítica ponderada da Bacia do Rio Doce)

lm = Índice média áreas e crítica = (latu + lacu) / 2

Ves = valor da cobrança pelo uso da água Estadual da UGRH

Vemax = valor da cobrança pelo uso da água Estadual Máximo entre as UGRHs

lcobest = Índice cobrança estadual = 1 - (Ves / Vemax)

lc = Índice composto = lm * lacobest

lcn = Índice composto normalizado = lc * (1 / (Somatório de todos lc))

| PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES DO CBH-CARATINGA - JANEIRO A DEZEMBRO/2017 | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------------|---|
| | 2017 | | | | | | | | | | | | Observações | |
| | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | | |
| DIRETORIA DO CBH-CARATINGA | | | | | | | | | | | | | | |
| Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias). | x | | x | | x | | x | | x | | x | | | Previsão de 6 reuniões no período, uma a cada dois meses. As reuniões ordinárias serão sempre nas últimas quintas-feiras. |
| Participação nas Reuniões do Fórum Mineiro de CBH. | | | | | | | | | | | | | | As reuniões geralmente ocorrem a cada dois meses. Ainda não foi divulgado o calendário para 2017. |
| Participação no ENCOB. | | | | | | | | | | x | | | | O ENCOB será realizado em Brasília/DF, em outubro de 2017. |
| Participação no VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. | | | | | | | | | | | | | | Encontro previsto no Pacto das Águas e de responsabilidade da CTI. Não foram definidos o local e data para o evento em 2017. |
| Viabilização da participação dos membros na CTI. | | | | | | | | | | | | | | As reuniões da CTI geralmente são realizadas trimestralmente. O calendário de 2017 ainda não foi definido. |
| Participação na articulação junto aos Governos Federal e de Minas Gerais para tratar de temas relacionados à gestão de recursos hídricos e captação de recursos adicionais à cobrança para implementação dos Programas do PAP-Doce. | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | Ação contínua da Diretoria. |
| Acompanhamento e discussão do Programa de Comunicação, com ênfase na implementação do plano de comunicação. | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | Ação entre CBH, IBIO - AGB Doce, IGAM e Prefácio |
| Realização de Eventos/Seminários. | | | | | | x | | | | | | | | Os seminários e eventos serão promovidos pelo CBH-Caratinga, conforme demanda. Proposta: seminários sobre questão de nascentes e proteção no alto, médio e baixo caratinga (03 seminários ao longo do ano - proposta no mês de junho na semana do meio ambiente) |
| Estruturação Física, Administrativa e Técnica do Comitê e Normatização de suas Atividades; | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | Ação contínua e articulação com instituições da bacia com vistas ao apoio na estruturação do Comitê |
| Treinamento dos membros do Comitê, junto ao IBIO, sobre os procedimentos administrativos da entidade, em especial relacionados à concessão de diárias conforme DN 46 e capacitação para os conselheiros sobre gestão de recursos hídricos. | | | | | | | | | | | | | | Ação entre CBH, IGAM e IBIO - AGB Doce. |
| Ações de mobilização e articulação da Diretoria relacionadas às competências do CBH. | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | Ação contínua da Diretoria. |
| Acompanhamento da implementação dos programas previstos no Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga. | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | Ação contínua OBS: Dentre as ações, o CBH destaca: 1) Continuidade do Projeto de Recuperação das Nascentes do Ribeirão do Lage, em parceria com IEF, COPASA, Polícia Militar Ambiental, Prefeitura de Caratinga e PresERVE Muriqui. 2) Implantação do Projeto de Recuperação das Nascentes do Rio Caratinga em Santa Bárbara do Leste (Plão de Cima) 3) Acompanhamento da implementação dos PMSBs (Planos Municipais de Saneamento Básico) no âmbito dos 23 municípios da bacia contemplados pelo Programa e aprovação do PMSB em mais 2 municípios. 4) Realização da Expedição do Rio Caratinga |
| CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL - CTIL | | | | | | | | | | | | | | |
| Reuniões | | x | | | | x | | | | | | | x | Reunião conforme demanda ou antes de cada Plenária. |
| Eleição Presidente e Relator | | | | | | | | | | | | | | O mandato da presidência e relatoria das CTs é de 1 ano. Verificar calendário. |
| Acompanhamento da implementação dos programas prioritários do PIRH no Plano de Aplicação Plurianual. | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | Ação contínua. |
| CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS - CTOC | | | | | | | | | | | | | | |
| Reuniões | | x | | | | x | | | | | | | x | Reunião conforme demanda ou antes de cada Plenária. |
| Análise de procedimento para análise de pedidos de outorga encaminhados aos CBHs | | | | | | | | | | | | | | Ação que será realizada junto ao IBIO. |
| Eleição Presidente e Relator | | x | | | | | | | | | | | | O mandato da presidência e relatoria das CTs é de 1 ano. Verificar calendário. |
| Acompanhamento da implementação dos programas prioritários do PIRH no Plano de Aplicação Plurianual. | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | Ação contínua. |
| CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO - CTPLANO | | | | | | | | | | | | | | |
| Reuniões | | x | | x | | x | | x | | x | | x | | Reunião conforme demanda ou antes de cada Plenária. |
| Análise de editais de chamamento e termos de referência para contratação dos serviços para atendimento aos programas do PAP. | | x | | x | | x | | x | | x | | x | | Discussão de critérios de hierarquização, seleção de áreas e especificações técnicas. |
| Eleição Presidente e Relator | | x | | | | | | | | | | | | O mandato da presidência e relatoria das CTs é de 1 ano. Verificar calendário. |
| Acompanhamento da implementação dos programas prioritários do PIRH no Plano de Aplicação Plurianual. | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | Ação contínua. |
| CÂMARA TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO, NIVELAMENTO E INFORMAÇÃO - CTCNI | | | | | | | | | | | | | | |
| Reuniões | | x | | | | x | | | | | | | x | Reunião conforme demanda ou antes de cada Plenária. |
| Eleição Presidente e Relator | | x | | | | | | | | | | | | O mandato da presidência e relatoria das CTs é de 1 ano. Verificar calendário. |
| Acompanhamento da implementação dos programas prioritários do PIRH no Plano de Aplicação Plurianual. | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | Ação contínua. Programas prioritários do PIRH. |

**RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES
EXECUTADAS COM OS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO
DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
CARATINGA**

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2017

FEVEREIRO DE 2018

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| SUMÁRIO | 2 |
| LISTA DE FIGURAS | 4 |
| LISTA DE TABELAS | 5 |
| LISTA DE SIGLAS | 6 |
| 1. APRESENTAÇÃO | 7 |
| 2. QUALIDADE DA ÁGUA | 8 |
| 2.1. PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA (P11) | 8 |
| 2.2. <i>Descrição</i> | 8 |
| 2.3. <i>Contratações e Resultados</i> | 8 |
| 2.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i> | 8 |
| 2.5. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i> | 10 |
| 3. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO | 11 |
| 3.1. PROGRAMA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO (P41)..... | 11 |
| 3.2. <i>Descrição</i> | 11 |
| 3.3. <i>Contratações e Resultados</i> | 12 |
| 3.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i> | 13 |
| 3.5. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i> | 18 |
| 4. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS | 19 |
| 4.1. FORTALECIMENTO DOS COMITÊS (P61.2) | 19 |
| 4.2. <i>Descrição</i> | 19 |
| 4.3. <i>Contratações e Resultados</i> | 19 |
| 4.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual - PAP</i> | 19 |
| 4.5. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i> | 22 |
| 5. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE | 25 |
| 5.1. PROGRAMA COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÕES (P71) | 25 |
| 5.2. <i>Descrição</i> | 25 |
| 5.3. <i>Contratações e Resultados</i> | 25 |
| 5.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i> | 39 |
| 5.5. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i> | 40 |
| 6. AÇÃO TRANSVERSAL | 41 |
| 6.1. LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (COM E SEM MOTORISTA) | 41 |
| 6.1.1. <i>Descrição</i> | 41 |
| 6.1.2. <i>Contratações e Resultados</i> | 41 |
| 6.1.3. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i> | 42 |
| 6.2. EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS | 43 |
| 6.2.1. <i>Descrição</i> | 43 |
| 6.2.2. <i>Contratações e Resultados</i> | 43 |
| 6.2.3. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i> | 45 |

| | | |
|--------|---|----|
| 6.3. | ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS | 45 |
| 6.3.1. | <i>Descrição</i> | 45 |
| 6.3.2. | <i>Contratações e Resultados</i> | 46 |
| 6.3.3. | <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i> | 49 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Municípios atendidos pelo Programa P41..... | 12 |
| Figura 2 - Reunião Ordinária CBH-Caratinga - Santa Bárbara do Leste/MG | 23 |
| Figura 3 - Comemoração do Dia do Rio, promovida pelo CBH-Caratinga..... | 24 |
| Figura 4 - Membros do CBH-Caratinga durante o Encontro de Integração 2017 | 24 |
| Figura 5 – Boletim de ações de Comunicação..... | 27 |
| Figura 6 – Boletim Fique Por Dentro | 28 |
| Figura 7 – Boletim IBIO Informa..... | 29 |
| Figura 8 - Parte da <i>Fanpage</i> CBH-Caratinga | 30 |
| Figura 9 - Template criado em comemoração ao “Dia do Rio”, celebrado em 24/11. | 31 |
| Figura 10 - Template para divulgação do processo eleitoral do CBH-Caratinga..... | 31 |
| Figura 11 - Arte criada para divulgação de Programa..... | 32 |
| Figura 12 - Arte criada para divulgar o 6º Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce | 32 |
| Figura 13 - Arte criada para divulgar evento do CBH-Caratinga | 33 |
| Figura 14 - Folder criado para divulgar as ações do Rio Vivo..... | 33 |
| Figura 15 - Stand do CBH-Doce durante o Encob 2017..... | 34 |
| Figura 16 - Layout desenvolvido pela Prefácio para o stand do Encob..... | 34 |
| Figura 17 - Capa da Agenda 2018..... | 35 |
| Figura 18 - 3ª Edição da Revista Rio Doce..... | 35 |
| Figura 19 - Presidente do CBH-Caratinga e representante da Prefácio durante entrevista à imprensa. | 36 |
| Figura 20 - Vice-Presidente do CBH-Caratinga durante entrevista à imprensa | 36 |
| Figura 21 - Peça utilizada no Facebook com aplicação da logo da campanha..... | 37 |
| Figura 22 - Página principal do Site do CBH-Caratinga..... | 39 |
| Figura 23 - Representantes do CBH-Caratinga no Encob 2017 – Aracaju/SE..... | 44 |
| Figura 24 - Conselheiros do CBH-Doce e CBHs afluentes em seminário, promovido pelo IBAMA – Brasília/DF. | 45 |
| Figura 25 - Membros dos comitês durante o VI Encontro de Integração, em 2017 | 48 |
| Figura 26 - Lanche servido durante reunião do CBH-Caratinga | 48 |
| Figura 27 - Dia do Rio – evento promovido pelo CBH-Caratinga | 49 |
| Figura 28 - Folders sobre os comitês e os programas distribuídos no Encob 2017 | 49 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Recursos Repassados pela ANA alocado ao P11 | 8 |
| Tabela 2 - Recursos Repassados pelo IGAM alocado ao P11 | 9 |
| Tabela 3 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P41 | 13 |
| Tabela 4 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P41 (PMSB) | 14 |
| Tabela 5 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado do Espírito Santo – P41 (PMSB) | 15 |
| Tabela 6 – Recursos Repassado pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P41 (SAA)..... | 15 |
| Tabela 7 – Recurso Repassado pelo IGAM para o estado de Minas Gerais – P41 (PMSB) | 16 |
| Tabela 8 - Recurso Repassado pelo IGAM para o estado de Minas Gerais – P41 (SAA) | 17 |
| Tabela 9 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no Programa P61.2 | 20 |
| Tabela 10 – Recursos repassados pela ANA alocado no estado de Minas Gerais - P61.2 | 20 |
| Tabela 11 – Recursos repassados pela ANA alocado no estado do Espírito Santo - P61.2..... | 21 |
| Tabela 12 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.2 | 22 |
| Tabela 13 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Caratinga no ano de 2017:..... | 23 |
| Tabela 14 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH- Caratinga em 2017: | 24 |
| Tabela 15 - Reuniões promovidas pelo CBH-Caratinga em 2017:..... | 24 |
| Tabela 16 - Reuniões com a participação do CBH- Caratinga em 2017: | 24 |
| Tabela 17 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no Programa P71..... | 40 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------|---|
| ANA | Agência Nacional de Águas |
| APP | Área de Preservação Permanente |
| CAR | Cadastro Ambiental Rural |
| CBH | Comitê de Bacia Hidrográfica |
| DBO | Demanda biológica de oxigênio |
| ENCOB | Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas |
| ES | Espírito Santo |
| ETA | Estação de Tratamento de Água |
| GAT | Grupo de Acompanhamento Técnico |
| IGAM | Instituto de Gestão das Águas |
| MG | Minas Gerais |
| PAP | Plano de Aplicação Plurianual |
| PARH | Plano de Ação de Recursos Hídricos |
| PGIRS | Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos |
| PIRH | Plano Integrado de Recursos Hídricos |
| PMSB | Plano Municipal de Saneamento Básico |
| SAA | Sistemas de Abastecimento de Água |
| SES | Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Doméstico |
| SIG | Sistema de Informações Geográficas |
| UGRH | Unidade de Gestão de Recursos Hídricos |

1. APRESENTAÇÃO

Neste relatório são apresentadas informações sobre cada um dos programas de investimentos previsto para a Bacia Hidrográfica do **Rio Caratinga** a serem realizados com os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia.

Estes programas estão previstos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - PIRH e foram priorizados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce no documento chamado Plano de Aplicação Plurianual - PAP.

Os programas estão agrupados por temas, assim como proposto no PIRH. Para cada programa é apresentada uma breve descrição sobre os objetivos de cada um, assim como a motivação para incluir este programa como um dos principais a serem executados na bacia. Também são apresentadas as contratações realizadas em cada um destes programas, os resultados gerados por estas contratações, uma análise sobre os recursos financeiro inicialmente previstos para cada um dos programas do PAP e os investimentos realizados pelo IBIO. Esta análise faz um comparativo entre os investimentos previsto e realizados em 2017.

Apresentamos as principais dificuldades que encontramos para executar cada programa para que possamos entender como podemos melhorar a atuação do IBIO para os próximos anos e alguma deficiência que identificamos na forma como inicialmente se pensou que cada programa poderia ser executado.

2. QUALIDADE DA ÁGUA

2.1. Programa de Saneamento da Bacia (P11)

2.2. Descrição

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da bacia do rio Doce diz respeito aos lançamentos de esgotos, nesse sentido, o Programa de Saneamento envolve ações de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais que causam impacto mais significativo sobre a qualidade das águas dos principais cursos d'água da bacia, considerando a população atingida e, principalmente, a vazão de diluição da carga orgânica lançada.

As UGRHs 1 e 2 representam metade da DBO produzida na bacia, seguidas em importância da UGRH4. As UGRHs com menor participação são as do Espírito Santo e, na parte mineira da bacia, a UGRH3. Além disso, em determinados trechos, a bacia apresenta altos índices de coliformes termotolerantes, indicando a contaminação por efluentes não tratados. Quanto à cobertura com sistemas de esgotamento sanitário, várias bacias apresentam índices inferiores à média estadual. De maneira geral, o Programa é composto por projetos e implantação de estruturas de coleta e tratamento do esgoto doméstico nos núcleos urbanos, com o de melhoria gradativa da qualidade da água na bacia, com redução de índices de DBO e de coliformes fecais e totais.

2.3. Contratações e Resultados

No exercício de 2017 não houveram contratações para o Programa de Saneamento da Bacia – P11.

2.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os programas hidroambientais, programas de saneamento e para programas transversais.

Na Tabela 1 e Tabela 2 apresentamos os valores previstos no PAP 2016/2020 para o Programa de Saneamento na Bacia (P11).

Tabela 1 - Recursos Repassados pela ANA alocado ao P11

| Recursos Repassados pela ANA | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) |
| Programa de Saneamento da Bacia (P11) | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 5.000 |
| Investimento Realizado | - | - | - | - | - | - |

Tabela 2 - Recursos Repassados pelo IGAM alocado ao P11

| Recursos Repassados pela IGAM | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|--------------|
| | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) |
| Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH01 Piranga | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 600 | 700 | - | 700 | - | 2.000 |
| Investimento Realizado | - | - | - | - | - | - |
| Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH02 Piracicaba | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 500 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 3.500 |
| Investimento Realizado | - | - | - | - | - | - |
| Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH03 Santo Antônio | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | - | - | - | - | - | - |
| Investimento Realizado | - | - | - | - | - | - |
| Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH04 Suaçuí | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | - | - | - | - | - | - |
| Investimento Realizado | - | - | - | - | - | - |
| Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH05 Caratinga | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 250 | - | 250 | - | 250 | 750 |
| Investimento Realizado | - | - | - | - | - | - |
| Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH06 Manhauçu | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | - | - | - | - | - | - |
| Investimento Realizado | - | - | - | - | - | - |
| Total de Investimentos Previstos | 1.350 | 1.700 | 1.250 | 1.700 | 250 | 6.250 |
| Total de Investimentos Realizados | - | - | - | - | - | - |

Conforme apresentado nas tabelas acima, ainda não foi realizado nenhum investimento no âmbito do Programa P11. A implementação do referido programa, por meio da contratação da elaboração de projetos de esgotamento sanitário, se dará de forma conjunta com a contratação dos projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água, previstos no P41.

Conforme detalhado no item 3.6 - Ações do IBIO, no ano de 2017 foram realizadas as discussões com os CBHs acerca da estratégia de condução do Programa e da realização de Edital de Chamamento Público para manifestação de interesse dos Municípios. Em função de atrasos nessa etapa preliminar junto aos CBH Doce e também da necessidade de informações de instituições externas para a conclusão do resultado do Edital de Chamamento Público, não foi possível realizar o processo

licitatório para contratação dos projetos ainda no ano de 2017, ficando referida contratação planejada para o ano de 2018.

2.5. Principais Deficiências e Dificuldades

As principais dificuldades encontradas durante o ano de 2017 para a realização do Programa de Saneamento na Bacia (P11) foram:

- A morosidade do CBH Doce para aprovar a publicação do Edital de Chamamento Público;
- A necessidade de informações de instituições externas para a conclusão do resultado do Edital de Chamamento Público;
- A falta de repasse dos recursos da cobrança pelo IGAM, que fragilizam e afetam todo o planejamento e andamento das atividades.

3. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

3.1. Programa Universalização do Saneamento (P41)

3.2. Descrição

Segundo o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce), a bacia do rio Doce encontra-se em situação muito precária quanto aos serviços de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos. Mesmo quanto aos serviços de abastecimento de água que embora disponham de índices de atendimento elevados, o cumprimento de questões elementares de gestão fica abaixo dos padrões considerados satisfatórios, como o controle de perdas e o cumprimento da Portaria nº 2.914/2011 dos padrões de portabilidade. O PIRH-Doce indica ainda altos índices de DBO, com prejuízo para a qualidade da água e restrição ao enquadramento, além da existência de doenças de veiculação hídrica. Quanto à drenagem urbana, a deficiência das estruturas e projetos é frequente nas cidades brasileiras. A universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social é um desafio que o poder público municipal, como titular destes serviços, deve encarar como um dos mais significativos.

Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) se constitui em importante ferramenta de planejamento e gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população. A Lei Federal nº 11.445/2007 dispõe sobre a necessidade da elaboração dos PMSB de forma a garantir à população o acesso global ao saneamento básico, através da constituição de diretrizes e propostas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas superficiais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. O PMSB é assim o instrumento da Política de Saneamento Básico do município, onde são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os aspectos econômicos, sociais e técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

O Programa de Universalização do Saneamento contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

O CBH-Doce, em articulação com os CBH's estaduais, considerando o fato de que poucos municípios possuíam o PMSB ou recursos para sua elaboração e que o Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2010, condicionou à existência de PMSB para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico, entendeu como necessária a previsão no PAP do apoio na elaboração dos PMSB. Conforme detalhado no Relatório de Gestão de 2016, ao longo do PAP 2012-2015 foram abertos Editais de Chamamento Público e elaborados os PMSB de diversos municípios ao longo da bacia.

Nesse período do PAP, nem todos os municípios haviam sido contemplados ainda com os PMSB e outros manifestaram interesse após a licitação das empresas de apoio à elaboração dos PMSB, então o PAP 2016-2020 também alocou recursos para tal fim, de forma a contemplar o maior número possível de municípios. No ano de 2016, 156 PMSB já haviam sido concluídos e foi iniciada a elaboração do PMSB de mais 9 municípios, intitulados como “remanescentes”.

Durante o ano de 2017 foram realizadas as atividades de elaboração dos PMSB desses 9 municípios, estando em fase de conclusão. Cabe ressaltar que a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) pelos municípios brasileiros. Uma vez atendidas às solicitações da referida Lei e do Decreto nº 7.404/2010 que a regulamenta, o PGIRS pode ser incorporado ao PMSB. Dessa forma, esclarecemos que o conteúdo da Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos dos PMSB contratados pelo IBIO na bacia hidrográfica do rio Doce contempla o conteúdo mínimo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de acordo com as determinações legais.

Ainda no que se refere ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), o PAP 2016-2020 prevê investimentos em projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água. Nesse sentido, estão sendo elaborados dois projetos para o município de Viçosa-MG e foi aberto Edital de Chamamento Público para a contratação de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água em outros municípios.

3.3. Contratações e Resultados

Na Figura 1 estão ilustrados os municípios onde houveram ações relacionadas ao Programa de Universalização do Saneamento – P41.

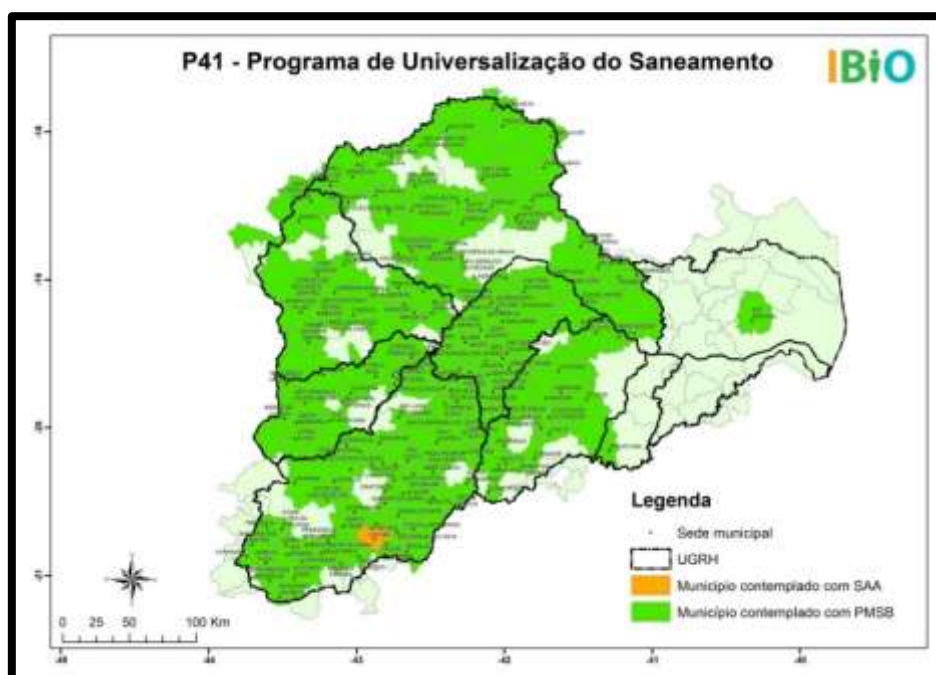


Figura 1 – Municípios atendidos pelo Programa P41.

Todos os contratos apresentados neste item podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

Principais Resultados: As contratações deste programa estão relacionadas à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico e elaboração de Projetos para otimização de Sistemas de Abastecimento de Água para os municípios contemplados.

Para a contratação das empresas para elaboração dos PMSB, o IBIO agrupou os municípios contemplados em lotes, com a finalidade de diminuir os custos por município, tornar as contratações mais atrativas para os interessados e alcançar maior eficiência no processo de gerenciamento. Até o momento, 165 municípios de toda a bacia do rio Doce foram contemplados com PMSB e 1 município com Projetos para otimização de Sistemas de Abastecimento de Água.

No ano de 2017, totalizou-se 156 municípios com PMSB finalizados, aprovados e quitados, tendo seus Contratos já encerrados. Os 9 municípios remanescentes contemplados com PMSB estão com os PMSB em andamento, com previsão de conclusão em maio de 2018.

Os projetos para otimização de Sistemas de Abastecimento de Água de Viçosa-MG estão em elaboração, com previsão de conclusão para março de 2018. A seguir são apresentadas as informações relacionadas à execução de cada um dos contratos assinados no âmbito do programa P41.

3.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os programas hidro ambientais P12, P21, P22 e P52, para os programas de saneamento P41 e P42, e para o programa de fortalecimento dos comitês P61.2.

Na Tabela 3 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA).

Tabela 3 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P41

| Recursos Repassados pela ANA | 2016 (mil R\$) | 2017 (mil R\$) | 2018 (mil R\$) | 2019 (mil R\$) | 2020 (mil R\$) | Total (mil R\$) |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| Programa de Universalização do Saneamento (P41) - PMSB | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 3270 | 1017 | 0 | 0 | 0 | 4287 |
| Investimento Realizado | 4.392 | 1.322 | 0 | 0 | 0 | 4392 |
| Programa de Universalização do Saneamento (P41) - Projeto SAA | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 1524 | 1635 | 1000 | 1000 | 1000 | 6159 |
| Investimento Realizado | - | 355 | - | - | - | - |

No ano de 2017, para o Programa de Universalização do Saneamento (P41), referente à elaboração de PMSB, o investimento realizado com o recurso da união foi de R\$ 1.322 mil. Com esse investimento foi realizado o pagamento dos Produtos dos PMSB de diversos municípios da bacia hidrográfica do rio Doce, conforme já descrito no item anterior.

O valor realizado foi superior ao previsto no PAP, pois alguns pagamentos que inicialmente foram previstos para serem realizados no final do ano de 2016 foram efetivamente realizados em 2017, conforme já relatado nos itens anteriores, que apresentam os atrasos ocorridos nos Contratos.

A mesma situação foi verificada no ano de 2016, em que o investimento realizado também supera o investimento previsto no PAP para aquele ano. Isso ocorreu em função de parte dos pagamentos realizados nos anos de 2016 e 2017 serem ainda referentes aos valores alocados no PAP 2012-2015. Para o período 2012-2015, o valor total alocado no P41 (Elaboração de PMSB) foi R\$ 7.847 mil, sendo que, até o final do ano de 2015, apenas R\$ 1.597 mil foram gastos. Isso ocorreu em função de atrasos nos contratos de elaboração de PMSB celebrados nos anos de 2014 e 2015.

Já no que se refere à elaboração de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água (Projetos SAA), houve um investimento de R\$ 355 mil no ano de 2017. Tal investimento refere-se a pagamentos de produtos referentes aos contratos de dois projetos para o município de Viçosa.

Apresentamos na Tabela 4 logo abaixo o detalhamento dos Recursos ANA alocado para apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) no estado de Minas Gerais. E na Tabela 5 os Recursos ANA alocado para apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) no estado do Espírito Santo.

Tabela 4 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P41 (PMSB)

| Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais) | 2016 (mil R\$) | 2017 (mil R\$) | 2018 (mil R\$) | 2019 (mil R\$) | 2020 (mil R\$) | Total (mil R\$) |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH01 Piranga | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 128 | 234 | - | - | - | 362 |
| Investimento Realizado | 142 | 157 | 0 | 0 | 0 | 299 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH02 Piracicaba | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 55 | 122 | - | - | - | 177 |
| Investimento Realizado | 32 | 79 | 0 | 0 | 0 | 111 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH03 Santo Antônio | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 170 | 399 | - | - | - | 569 |
| Investimento Realizado | 108 | 274 | 0 | 0 | 0 | 381 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH04 Suaçuí | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 1.550 | - | - | - | - | 1.550 |
| Investimento Realizado | 2.239 | 632 | 0 | 0 | 0 | 2871 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH05 Caratinga | | | | | | |

| | | | | | | |
|--|--------------|--------------|----------|----------|----------|--------------|
| Investimento Previsto no PAP | 587 | 262 | - | - | - | 849 |
| Investimento Realizado | 1.112 | 174 | 0 | 0 | 0 | 1286 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH06 Manhuaçu | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 393 | - | - | - | - | 393 |
| Investimento Realizado | 458 | 5 | 0 | 0 | 0 | 462 |
| Total de Investimentos Previstos | 2.883 | 1.017 | - | - | - | 3.900 |
| Total de Investimentos Realizados | 4.090 | 1.321 | 0 | 0 | 0 | 5.411 |

Tabela 5 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado do Espírito Santo – P41 (PMSB)

| Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo) | 2016 (mil R\$) | 2017 (mil R\$) | 2018 (mil R\$) | 2019 (mil R\$) | 2020 (mil R\$) | Total (mil R\$) |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH07 Guandu | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 83 | - | - | - | - | 83 |
| Investimento Realizado | 136 | 2 | 0 | 0 | 0 | 138 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH08 Santa Maria do Rio Doce | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | - | - | - | - | - | - |
| Investimento Realizado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH09 Pontões e Lagoas do Doce | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 304 | - | - | - | - | 304 |
| Investimento Realizado | 166 | 0 | 0 | 0 | 0 | 166 |
| Total de Investimentos Previstos | 387 | - | - | - | - | 387 |
| Total de Investimentos Realizados | 302 | 2 | 0 | 0 | 0 | 303 |

Na Tabela 6 apresentamos o recurso ANA alocado para elaboração de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).

Tabela 6 – Recursos Repassado pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P41 (SAA)

| Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais) | 2016 (mil R\$) | 2017 (mil R\$) | 2018 (mil R\$) | 2019 (mil R\$) | 2020 (mil R\$) | Total (mil R\$) |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH01 Piranga | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 424 | 635 | 0 | 0 | 0 | 1.059 |
| Investimento Realizado | 0 | 355 | 0 | 0 | 0 | 355 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - DOCE | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 1100 | 1000 | 1000 | 1000 | 1000 | 5100 |

| | | | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Investimento Realizado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total de Investimentos Previstos | 1524 | 1635 | 1000 | 1000 | 1000 | 6159 |
| Total de Investimentos Realizados | 0 | 355 | 0 | 0 | 0 | 355 |

Na Tabela 7 é apresentada a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), para a elaboração de PMSB, nas 6 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), do estado de Minas Gerais, com os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce.

Tabela 7 – Recurso Repassado pelo IGAM para o estado de Minas Gerais – P41 (PMSB)

| Recursos Repassados pelo IGAM | 2016 (mil R\$) | 2017 (mil R\$) | 2018 (mil R\$) | 2019 (mil R\$) | 2020 (mil R\$) | Total (mil R\$) |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH01 Piranga | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 1.100 | - | - | - | - | 1.100 |
| Investimento Realizado | 1.350 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.350 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH02 Piracicaba | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 400 | - | - | - | - | 400 |
| Investimento Realizado | 933 | 0 | 0 | 0 | 0 | 933 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH03 Santo Antônio | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 900 | - | - | - | - | 900 |
| Investimento Realizado | 1.126 | 166 | 0 | 0 | 0 | 1.292 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH04 Suaçuí | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 500 | - | - | - | - | 500 |
| Investimento Realizado | 275 | 231 | 0 | 0 | 0 | 506 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH05 Caratinga | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 700 | - | - | - | - | 700 |
| Investimento Realizado | 750 | 0 | 0 | 0 | 0 | 750 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH06 Manhuaçu | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 200 | - | - | - | - | 200 |
| Investimento Realizado | 378 | 0 | 0 | 0 | 0 | 378 |
| Total de Investimentos Previstos | 3.800 | - | - | - | - | 3.800 |
| Total de Investimentos Realizados | 4.812 | 398 | 0 | 0 | 0 | 5.209 |

Conforme verifica-se na Tabela acima, no ano de 2017, apesar de não haver previsão no PAP para o Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos PMSB, foi investido um total de R\$ 397 mil, sendo R\$ 166 mil na UGRH Santo Antônio e R\$ 231mil na UGRH Suaçuí.

Tal situação ocorreu pelo fato de alguns pagamentos, referentes aos últimos produtos dos PMSB de municípios das duas UGRH, que inicialmente foram previstos para serem realizados no final do ano de 2016, foram efetivamente realizados no início do ano de 2017, conforme já relatado nos itens anteriores, que apresentam os atrasos ocorridos nos Contratos.

Na Tabela 8 apresentamos os valores previstos no PAP 2016/2020 alocados ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), para a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA), nas 6 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), do estado de Minas Gerais, com os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce.

Tabela 8 - Recurso Repassado pelo IGAM para o estado de Minas Gerais – P41 (SAA)

| Recursos Repassados pelo IGAM | 2016 (mil R\$) | 2017 (mil R\$) | 2018 (mil R\$) | 2019 (mil R\$) | 2020 (mil R\$) | Total (mil R\$) |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH01 Piranga | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 1.200 | 700 | - | 700 | - | 2.600 |
| Investimento Realizado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH02 Piracicaba | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 900 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | - | 3.900 |
| Investimento Realizado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH03 Santo Antônio | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 350 | 350 | 350 | 350 | 350 | 1.750 |
| Investimento Realizado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH04 Suaçuí | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | - | - | - | - | - | - |
| Investimento Realizado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH05 Caratinga | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 250 | - | 250 | - | 250 | 750 |
| Investimento Realizado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH06 Manhuaçu | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 800 | - | - | - | - | 800 |
| Investimento Realizado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total de Investimentos Previstos | 3.500 | 2.050 | 1.600 | 2.050 | 600 | 9.800 |
| Total de Investimentos Realizados | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

3.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Com o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Programa de Universalização de Saneamento (P41) foi possível elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico para 165 municípios, do total de 211 municípios com sede na bacia do rio Doce, sendo que dentre esses, 156 já tiveram o PMSB concluído. Já os outros 9 estão em elaboração. Além da elaboração de Projetos de SAA, com um município sendo contemplado e abertura de Edital de Chamamento Público para contemplar mais municípios. Acredita-se que até em 2018, com a conclusão dos 165 PMSB com recursos da cobrança, todos os municípios da bacia do rio Doce tenham seu PMSB, que é um instrumento imprescindível para continuidade da implementação dos Programas de Saneamento (P11 e P41).

A principal dificuldade encontrada no âmbito dos PMSB remanescentes em elaboração é com relação às prefeituras, que possuem limitada capacidade técnica, sendo um obstáculo para a compreensão e validação dos Produtos. De maneira geral, os envolvidos na elaboração do PMSB, por parte das prefeituras, não têm dedicação exclusiva a tal tarefa.

Dessa forma, muitas vezes as atividades relacionadas ao PMSB não são tratadas com a devida importância. Além disso, a deficiência na integração entre as secretarias e departamentos, a não disponibilização de dados ou até mesmo a sua ausência durante as atividades de elaboração do PMSB são também desafios a serem vencidos. O envolvimento da sociedade nos eventos que ocorrem durante a elaboração do PMSB e a sua divulgação são pontos de fragilidade encontrados. A questão do saneamento ainda é muito incipiente e a sociedade não dá o devido valor ao tema.

No que se refere aos projetos de abastecimento de água em elaboração no Município de Viçosa-MG, as principais dificuldades foram nos entraves junto à UFV para definição do traçado do projeto; a dificuldade das empresas adequarem os Produtos nas exigências do Termo de Referência; e a demora no repasse de informações do SAAE às empresas e na análise dos Produtos.

Já quanto ao Edital de Chamamento Público nº 01/2017, para contratação de novos projetos de abastecimento de água, as principais dificuldades foram a morosidade do CBH Doce para aprovar a publicação do Edital de Chamamento Público; a necessidade de informações de instituições externas para a conclusão do resultado do Edital de Chamamento Público; a falta de repasse dos recursos da cobrança pelo IGAM, que fragilizam e afetam todo o planejamento e andamento das atividades.

4. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

4.1. Fortalecimento dos Comitês (P61.2)

4.2. Descrição

A lógica descentralizada do sistema de gerenciamento de recursos hídricos necessita de uma participação consciente, efetiva e representativa da população e das instituições nos comitês de bacia, o que não ocorre na maioria das vezes. O papel institucional dos comitês assume cada vez mais importância à medida que o sistema vai sendo consolidado e pelo aumento da exigência da observância das leis referentes. No entanto, se a participação da população e das instituições não for efetiva ou representativa, as decisões do sistema poderão não ser compreendidas ou aceitas pelos usuários, dificultando a consolidação do sistema.

O objetivo do programa é promover ações institucionais para ampliar a visibilidade e alcance dos Comitês de Bacia Hidrográfica que compõe da bacia do Rio Doce, além de viabilizar a realização de reuniões plenárias, de câmaras técnicas e eventos de interesse dos Comitês. O IBIO, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da bacia, tem como papel a efetivação de tais objetivos.

Entre 2012 e 2017 foram realizadas atividades, planejamento e contratações para atender aos objetivos do sistema. O objetivo é promover a divulgação, o fortalecimento e ampliação da visibilidade da ação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, objetivando uma maior participação da sociedade e das instituições no sistema e uma melhor identificação do papel institucional dos Comitês, favorecendo o diálogo e as articulações institucionais.

4.3. Contratações e Resultados

Todas as contratações realizadas para atendimentos às demandas dos Comitês estão relacionadas a dois tipos de serviços específicos. Um deles relacionados a serviços considerados transversais, que são aqueles que atendem a mais de um programa do PAP ao mesmo tempo, assim como às demandas administrativas do IBIO. São contratos relacionados à aquisição de passagens aéreas, locação de veículos, serviços de motorista, realização de eventos, etc. Os serviços considerados transversais são apresentados no item 6 deste relatório.

Outro tipo de serviço contratado está relacionado ao fortalecimento da imagem dos Comitês com ações de divulgação e comunicação. Todas as contratações realizadas podem ser acompanhadas no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

4.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual - PAP

A execução das ações deste programa está diretamente relacionada ao plano de trabalho dos Comitês, elaborado com apoio do IBIO e das demandas que surgem ao longo do ano. Desta forma,

todo o recurso desembolsado em 2017 foi fruto de demandas geradas pelos Comitês, que estão relacionadas a viagens, promoção de eventos, realização de Reuniões Plenárias e Câmaras Técnicas, entre outras atividades ligadas à gestão de recursos hídricos, etc. Ações que estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento dos demais programas do PAP, tendo em vista que custeiam as reuniões em que os comitês deliberam sobre as ações que serão realizadas em prol da revitalização da Bacia.

Nas tabelas (Tabela 9, Tabela 10, Tabela 11, Tabela 12) apresentamos a comparação entre o previsto no PAP 2016/2020 e o realizado pelo IBIO.

Tabela 9 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no Programa P61.2

| Recursos Repassados pela ANA | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
|-------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 1.305 | 1.135 | 1.200 | 1.200 | 1.200 | 6.040 |
| Investimento Realizado | 1.173 | 842 | 0 | 0 | 0 | 2.015 |

Tabela 10 – Recursos repassados pela ANA alocado no estado de Minas Gerais - P61.2

| Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais) | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Doce | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 240 | 200 | 200 | 200 | 200 | 1.040 |
| Investimento Realizado | 230 | 179 | 0 | 0 | 0 | 409 |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piranga | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 120 | 80 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 117 | 67 | 0 | 0 | 0 | 184 |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piracicaba | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 98 | 94 | 0 | 0 | 0 | 192 |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santo Antônio | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 125 | 75 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 104 | 95 | 0 | 0 | 0 | 200 |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Suaçuí | | | | | | |

| | | | | | | |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Investimento Previsto no PAP | 120 | 80 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 107 | 87 | 0 | 0 | 0 | 194 |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Caratinga | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 99 | 75 | 0 | 0 | 0 | 174 |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Manhuaçu | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 98 | 57 | 0 | 0 | 0 | 154 |
| Total de Investimentos Previstos | 905 | 735 | 800 | 800 | 800 | 4.040 |
| Total de Investimentos Realizados | 854 | 653 | 0 | 0 | 0 | 1507 |

Tabela 11 – Recursos repassados pela ANA alocado no estado do Espírito Santo - P61.2

| Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo) | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Guandu | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 99 | 39 | 0 | 0 | 0 | 138 |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santa Maria do Doce | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 100 | 26 | 0 | 0 | 0 | 125 |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Pontões e Lagoas do Doce, CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 | 1.000 |
| Investimento Realizado | 120 | 124 | 0 | 0 | 0 | 244 |
| Total de Investimentos Previstos | 400 | 400 | 400 | 400 | 400 | 2.000 |
| Total de Investimentos Realizados | 319 | 189 | 0 | 0 | 0 | 508 |

Tabela 12 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.2

| Recursos Repassados pela IGAM | 2016 (mil R\$) | 2017 (mil R\$) | 2018 (mil R\$) | 2019 (mil R\$) | 2020 (mil R\$) | Total (mil R\$) |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piranga | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 19 | 50 | 0 | 0 | 0 | 69 |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piracicaba | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 1 | 27 | 0 | 0 | 0 | 27 |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santo Antônio | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 6 | 17 | 0 | 0 | 0 | 23 |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Suaçuí | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 16 | 40 | 0 | 0 | 0 | 56 |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Caratinga | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 7 | 42 | 0 | 0 | 0 | 49 |
| Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Manhuaçu | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 500 |
| Investimento Realizado | 10 | 29 | 0 | 0 | 0 | 39 |
| Total de Investimentos Previstos | 600 | 600 | 600 | 600 | 600 | 3000 |
| Total de Investimentos Realizados | 58 | 206 | 0 | 0 | 0 | 264 |

4.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Entendemos que a insuficiência dos recursos alocados para despesas administrativas (7,5% dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos) para custeio das sedes dos Comitês, assim como para arcar com despesas equipe de apoio e de escritório é a principal

deficiência e limitação para implementar as ações de fortalecimento dos comitês. É sabido que os Comitês, em sua maioria, entendem que o processo de fortalecimento passa pela estruturação de uma sede para que seja mais fácil realizar algumas atividades de divulgação, mobilização e apoio às Reuniões Plenárias e de Câmaras Técnicas, assim como na realização de alguns eventos. Com a limitação financeira vivenciada pela Entidade Delegatária/Equiparada, não há possibilidade de realizarmos tais investimentos, o que compromete, em alguns casos, o fortalecimento dos Comitês. Desta forma, as ações de fortalecimento têm como foco de investimento o custeio de despesas de viagem dos membros e convidados dos comitês, ações de comunicação e realização de Reuniões Plenárias, de Câmaras Técnicas e alguns eventos demandados pelos Comitês. Após o ano de 2016, em que a equipe da entidade delegatária foi ampliada, houve melhoria na agilidade e qualidade do atendimento nas ações relacionadas ao fortalecimento dos comitês. No entanto a equipe ainda tem a capacidade operacional limitada frente ao volume de demandas apresentado pelos comitês. Seguem abaixo as informações e fotos sobre as principais reuniões e eventos realizados pelo CBH-Caratinga no ano de 2017:

Tabela 13 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Caratinga no ano de 2017:

| Data | Município | Reuniões |
|---------------------------------|---------------------------|---|
| Reuniões Ordinárias | | |
| 03/02/2017 | Santa Bárbara do Leste/MG | Reunião Ordinária do CBH-Caratinga |
| 30/03/2017 | Caratinga/MG | Reunião Ordinária do CBH-Caratinga |
| 25/05/2017 | São Sebastião do Anta/MG | Reunião Ordinária do CBH-Caratinga |
| 27/07/2017 | Caratinga/MG | Reunião Ordinária do CBH-Caratinga |
| 28/09/2017 | Caratinga/MG | Reunião Ordinária do CBH-Caratinga |
| Reuniões Extraordinárias | | |
| 03/02/2017 | Santa Bárbara do Leste/MG | Reunião Extraordinária do CBH-Caratinga |
| 01/06/2017 | Caratinga/MG | Reunião Extraordinária do CBH-Caratinga |



Figura 2 - Reunião Ordinária CBH-Caratinga - Santa Bárbara do Leste/MG

Tabela 14 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH- Caratinga em 2017:

| Data | Município | Reuniões |
|------------|----------------|-------------------------------------|
| 16/02/2017 | Caratinga/MG | Reunião da CTPlano do CBH-Caratinga |
| 19/04/2017 | Gov. Valadares | Reunião da CTIL do CBH-Caratinga |
| 05/09/2017 | Caratinga/MG | Reunião da CTPlano do CBH-Caratinga |

Tabela 15 - Reuniões promovidas pelo CBH-Caratinga em 2017:

| Data | Município | Reuniões |
|------------|--------------|--|
| 01/06/2017 | Caratinga/MG | 1º Seminário de Saneamento Básico do CBH-Caratinga |
| 24/11/2017 | Caratinga/MG | Comemoração do Dia do Rio pelo CBH-Caratinga |

Tabela 16 - Reuniões com a participação do CBH- Caratinga em 2017:

| Data | Município | Reuniões |
|-----------------|-------------|--|
| 18 e 19/10/2017 | Linhares/ES | VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce |
| 07 a 10/11/2017 | Aracaju/SE | Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob) |
| Bimestralmente | Diversos | Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês |



Figura 3 - Comemoração do Dia do Rio, promovida pelo CBH-Caratinga.



Figura 4 - Membros do CBH-Caratinga durante o Encontro de Integração 2017

5. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE

5.1. Programa Comunicação do Programa de Ações (P71)

5.2. Descrição

O programa de comunicação tem por objetivo dar visibilidade às ações implementadas no âmbito do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH) e seus respectivos planos de ação (PARHs), sobretudo no que se refere aos programas hierarquizados no plano de aplicação plurianual dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia (PAP-Doce).

A execução eficiente do programa de comunicação cria um ambiente favorável, que permite a ampliação da visibilidade e o consequente fortalecimento institucional dos comitês e do IBIO, reforçando a importância destes na sociedade e possibilitando a formação de importantes parcerias para uma gestão eficiente dos recursos hídricos.

5.3. Contratações e Resultados

✓ Contrato 06/2013

| | | | | |
|-------------------------|--|-------------------|----------------------------|-------------------------|
| Contrato 06/2013 | Programa | P71 / | Recursos | ANA / IGAM |
| Alocação | Transversal / / | | | |
| Objeto | Contratação de empresa especializada para planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce. | | | |
| Valor | R\$ 1.440.608,13 | Contratado | Prefácio Comunicação Ltda. | |
| Pago | R\$ 1.330.691,28 | Data | 25/03/2013 | Prazo 29/03/2018 |
| Saldo | R\$ 109.916,85 | Gestor | Juliana | Aditivos 6 |

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

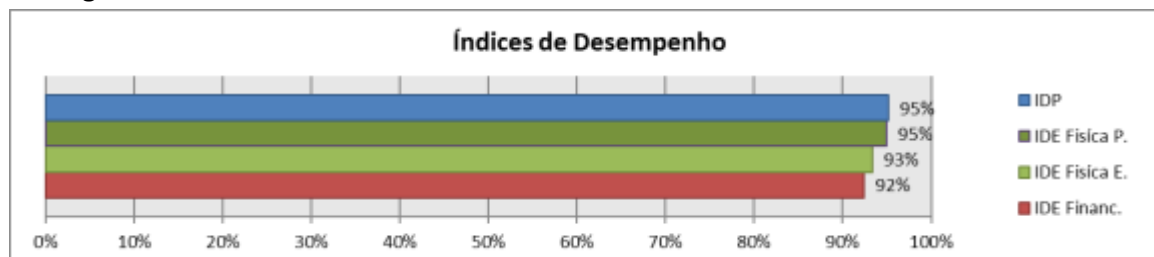
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Prazos Planejados e Realizados:

| Etapas | Prazos Previstos | Prazos Realizados |
|--------------------------------|------------------|-------------------------|
| Elaboração do Ato Convocatório | 2 meses | 3 meses |
| Processo de Seleção | 45 dias | 3 meses |
| Assinatura do Contrato | 1 mês | 1 semana |
| Início das Atividades | Imediato | Imediato |
| Entrega dos Produtos | 12 meses | 57 meses (em andamento) |

Cronograma Físico-Financeiro:



A seguir são apresentados os principais resultados gerados a partir da contratação da empresa especializada em planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce.

Releases: Para divulgar as ações dos comitês, realizadas ao longo do ano, foram elaborados diversos releases, encaminhados aos conselheiros, imprensa, parceiros, órgãos gestores e postados nos sites dos CBHs e IBIO. Segue abaixo link no site do CBH-Doce para acesso aos principais releases produzidos ao longo do ano de 2017: <http://www.cbhdoce.org.br/category/releases>

Estruturação e manutenção de mailing list: A Prefácio reuniu e manteve os contatos de e-mail atualizados a fim de assegurar a disseminação da informação. Estão estruturados para envio de informações, conforme a demanda, os seguintes *mailings*.

- ✓ Membros dos comitês por comitê.
- ✓ Membros de Câmaras Técnicas por comitê.
- ✓ Comunidade – pessoas chave (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Órgãos gestores.
- ✓ Prefeituras (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Usuários (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Escolas (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Imprensa mineira.
- ✓ Imprensa capixaba.
- ✓ Imprensa regional (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Imprensa Estadual e Nacional
- ✓ Outras listas de acordo com a necessidade e a estratégia.

Clipping: A fim de repercutir as aparições na imprensa são divulgados os clippings de todo o conteúdo publicado relacionado aos Comitês e ao IBIO. Segue abaixo exemplo de clipping encaminhado para a lista de contatos que a empresa de comunicação mantém atualizada. Todo o material também está publicado no site do CBH-Doce e pode ser acessado no seguinte link: <http://www.cbhdoce.org.br/category/clipping>

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Boletim Comunique-se: newsletter com informações a respeito do trabalho de comunicação executado para os Comitês e IBIO. O boletim é enviado mensalmente ao mailing atualizado. Todas as edições podem ser acessadas no site do CBH-Doce: <http://www.cbhdoce.org.br/comunicacao/boletim-comunique-se>

Abaixo segue exemplo de boletim “Comunique-se”, veiculado em 2017:

Outubro e Novembro/2017

Comunique-se

Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Boletim de ações de Comunicação

Presidentes dos CBHs mineiros visitam imprensa local

Em novembro, os presidentes Flávio Guerra, Carlos Eduardo Silva e Ronevon Huebra, dos CBHs Piracicaba, Piranga e Caratinga, respectivamente, visitaram veículos de comunicação de municípios importantes das bacias para apresentar as atividades desenvolvidas pelos colegiados e estreitar o relacionamento com os jornalistas.

Veja como foram as visitas

Figura 5 – Boletim de ações de Comunicação

Fique Por Dentro: newsletter com ações dos Comitês e da agência, voltada para membros de todos os CBH's, parceiros, órgãos gestores e colaboradores do IBIO. O link contendo todos os boletins Fique Por Dentro está disponível no site do CBH-Doce: <http://www.cbhdoce.org.br/comunicacao/boletim-fique-por-dentro>

Na figura abaixo está ilustrada parte do boletim Fique por Dentro, veiculado em abril/2017.

Abril/2017

Fique Por Dentro

Boletim on-line informativo da Bacia do Rio Doce

CBH-Piracicaba promove seminário de Saneamento

A segunda edição do Seminário de Saneamento Básico do CBH-Piracicaba, realizada nos dias 28 e 29 de março, em Itabira, reuniu representantes de municípios da bacia, especialistas, órgãos reguladores e entidades financiadoras para sanar uma dúvida frequente entre gestores municipais: o que fazer para implantar efetivamente as ações previstas no PMSB.

[Veja a cobertura completa](#)

CBH-Piracicaba/MG promove seminário sobre educação ambiental

[Confira](#)

CBH-Doce apresenta proposta para Fundação Renova

[Confira](#)

Figura 6 – Boletim Fique Por Dentro

IBIO Informa: newsletter com informações acerca das ações do IBIO, no exercício das funções de agência de água. O conteúdo é destinado a todos os comitês, órgãos gestores, parceiros e colaboradores do IBIO. Neste link estão disponíveis todas as do boletim. <http://www.cbhdoce.org.br/comunicacao/boletim-ibio-agb-informa>

Na figura abaixo está exemplo de parte de um boletim IBIO Informa produzido no ano de 2017.



Figura 7 – Boletim IBIO Informa

Sites: Em 2013 foram criados os sites para os nove Comitês afluentes. Já em 2014 foram reformulados os sites do CBH-Doce e IBiO. Ao longo de 2017, as páginas virtuais foram atualizadas periodicamente conforme demanda, sendo inserido, além das notícias, todo o conteúdo legal exigido nos Contratos de Gestão e documentos diversos relacionados à gestão de recursos hídricos. O site do CBH-Caratinga pode ser acessado no seguinte endereço: www.cbhcaratinga.org.br

Redes Sociais: *Fan page* ou página de fãs é uma página específica dentro do Facebook direcionada para empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos, autônomos, ou seja, qualquer organização com ou sem fins lucrativos que desejem interagir com os seus respectivos públicos na rede social. As páginas são atualizadas periodicamente com informações referentes aos comitês e assuntos relacionados aos recursos hídricos e ao meio ambiente. A *fanpage* do CBH-Caratinga pode ser acessada no seguinte link: <https://www.facebook.com/CBH-Caratinga-680323438671587/?fref=ts>

Abaixo, como exemplo, *print* de parte da *fanpage* do CBH-Caratinga:



Figura 8 - Parte da *Fanpage* CBH-Caratinga

Criação de Templates: A fim de dinamizar e tornar mais atrativas as postagens, especialmente aquelas relacionadas a alguma data ou evento especial, foram desenvolvidos diversos *templates*. Também foram criadas peças para incentivo ao uso racional da água e para divulgar a história das cidades que integram a região. O material foi periodicamente publicado nos sites e nas *fan pages*, conforme figuras abaixo:



Figura 9 - Template criado em comemoração ao “Dia do Rio”, celebrado em 24/11.



Figura 10 - Template para divulgação do processo eleitoral do CBH-Caratinga

Divulgação dos programas: A fim de divulgar os programas que estão sendo desenvolvidos pelo IBIO, por meio dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água foram criadas artes especiais para publicação nos sites e nas redes sociais, além de envio de e-mail marketings. Segue abaixo, como exemplo, arte criada para divulgar edital de chamamento relacionado ao Programa de Universalização do Saneamento (P41).



Figura 11 - Arte criada para divulgação de Programa

Artes para eventos: Ao longo do ano, os Comitês demandaram a criação de diversas artes para peças relacionadas aos eventos realizados em 2017. Foram desenvolvidas artes para crachás, blocos, canetas, canecas, banners, certificados, entre outros. Todas as peças foram criadas levando em consideração a temática dos eventos e visando dar visibilidade à imagem dos CBHs. Seguem abaixo alguns exemplos de materiais produzidos pela Prefácio ao longo do exercício.



Figura 12 - Arte criada para divulgar o 6º Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce



Figura 13 - Arte criada para divulgar evento do CBH-Caratinga

Arte e textos para materiais institucionais: Foram desenvolvidas artes e elaborados textos para materiais institucionais produzidos pelos comitês, tais como: banners institucionais, folders institucionais, folders sobre os programas que estão sendo implementados na bacia, entre outras peças. Segue como exemplo parte da arte de folder produzido para divulgar as ações do “Rio Vivo”.



Figura 14 - Folder criado para divulgar as ações do Rio Vivo

Stand ENCOB: A Prefácio desenvolveu o layout da do stand do CBH-Doce durante o XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), realizado no mês de novembro de 2017, em Aracaju/SE. O evento, que reuniu mais de 1.000 participantes de todo o país, sendo uma excelente oportunidade para divulgar a marca e as ações dos comitês em âmbito nacional. A Prefácio também realizou a cobertura e divulgação das informações sobre a participação dos representantes dos CBHs da Bacia do Rio Doce no evento.



Figura 15 - Stand do CBH-Doce durante o Encob 2017

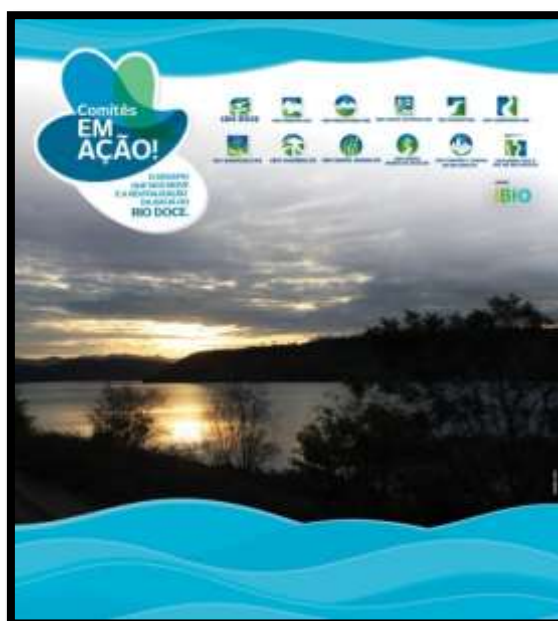


Figura 16 - Layout desenvolvido pela Prefácio para o stand do Encob

Arte para Agenda 2018: A empresa elaborou a arte da agenda diária para os comitês e o IBIO para o ano de 2018. A agenda é unificada para os comitês e traz, a cada mês um pouco sobre cada um dos CBHs que integram a bacia. Este ano também foram incluídos depoimentos sobre os resultados referentes aos programas que estão sendo executados. Abaixo, a capa da agenda, que será distribuída aos conselheiros e demais públicos de interesse.



Figura 17 - Capa da Agenda 2018

Revista Rio Doce – 3ª Edição: Em 2017 foi lançada a terceira edição da revista rio Doce. A publicação, criada com o objetivo de discutir e divulgar os principais assuntos, projetos e programas de interesse na gestão dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, teve como tema principal os projetos em execução e os benefícios que os mesmos trarão às comunidades da região. Abaixo, como ilustração, a capa da 3ª Edição da Revista Rio Doce.



Figura 18 - 3ª Edição da Revista Rio Doce

Assessoria de imprensa: A Prefácio também realizou o trabalho de assessoria de imprensa, através da elaboração de estratégias de divulgação das informações dos Comitês e do IBIO junto à imprensa. O trabalho de assessoria de imprensa consiste em fazer a ponte entre os comitês, o IBIO e a imprensa, por meio da divulgação de informações importantes e estratégicas e do relacionamento com os jornalistas, produtores e editores de rádio, televisão, jornais, revistas, sites e blogs. O objetivo é lançar mão da credibilidade que o jornalismo possui para formar a opinião do público. Os principais instrumentos são: sugestão de pauta, releases, contato com a imprensa, agendamento e acompanhamento de entrevistas e clipagem. Em 2017, a fim de estreitar o relacionamento com a imprensa e impulsionar a divulgação das ações foram feitas visitas *in loco* a órgãos de imprensa dos CBHs: Piranga, Piracicaba e Caratinga. Abaixo, segue foto de representante do CBH-Caratinga durante entrevista acompanhada pela equipe de comunicação.



Figura 19 - Presidente do CBH-Caratinga e representante da Prefácio durante entrevista à imprensa.



Figura 20 - Vice-Presidente do CBH-Caratinga durante entrevista à imprensa

Coberturas de eventos e reuniões: A equipe da Prefácio esteve presente nos principais eventos e reuniões promovidas pelos CBHs. Foi feita a cobertura fotográfica e jornalística dos encontros e redigidos textos que foram encaminhados aos membros, imprensa, parceiros, colaboradores do IBIO e postados no site e nas fan pages.

Campanha Comitês em Ação: Em 2017 foi lançada a campanha “Comitês em Ação”, com o slogan: “O desafio que nos move é a revitalização do Doce”. O objetivo é falar dos projetos, valorizar o trabalho dos comitês em prol do rio, mostrar os investimentos que estão sendo feitos. Segue abaixo peça criada como parte das ações da campanha, cuja logo foi aplicada em diversas peças.



Figura 21 - Peça utilizada no Facebook com aplicação da logo da campanha

Atualização de mailing: A Prefácio também é responsável por organizar o *mailing* dos contatos da imprensa. Manter esses dados sempre sistematizados e organizar é fundamental para o relacionamento com os jornalistas e a ampliação da visibilidade dos CBHs na mídia.

Em suma, a Prefácio é responsável pelo planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, produção de conteúdo para os comitês que compõem a bacia hidrográfica do rio doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

➤ **Contrato nº 11/2014**

| | | | | | |
|---|---------------|-------------------|---------------------------|------------------|------------|
| Contrato 11/2014 | | Programa | P71 / Custeio | Recursos | ANA / IGAM |
| Alocação | | Transversal / / | | | |
| Objeto | | | | | |
| Criação, implantação e suporte dos sites do IBIO AGB Doce e dos comitês da Bacia do Rio Doce, conforme as especificações técnicas contidas no Ato Convocatório nº 010/2014, que deu origem a presente contratação, da seguinte forma: a) Criação dos sites do IBIO AGB – DOCE e CBH – DOCE; b) Hospedagem dos sites IBIO AGB DOCE e COMITÊS; c) Implantação dos sites do IBIO – AGB DOCE e COMITÊS; d) Suporte dos sites IBIO AGB DOCE e COMITÊS. | | | | | |
| Valor | R\$ 72.599,61 | Contratado | Prefácio Comunicação Ltda | | |
| Pago | R\$ 61.484,94 | Data | 01/07/2014 | Prazo | 02/08/2017 |
| Saldo | R\$ 11.114,67 | Gestor | Gustavo | Aditivo 3 | |

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

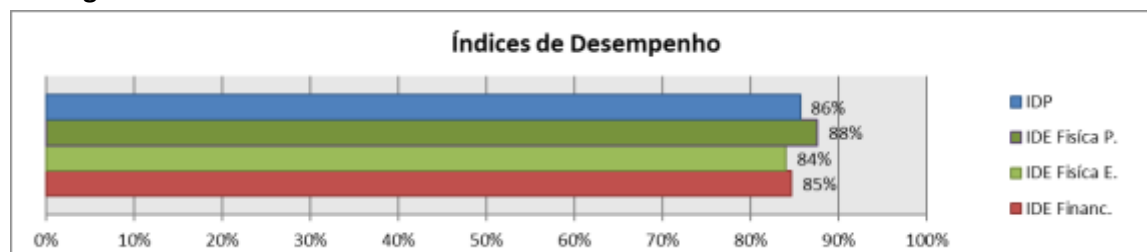
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Previstos e Realizados:

| Etapas | Prazos Previstos | Prazos Realizados |
|--------------------------------|------------------|-------------------------|
| Elaboração do Ato Convocatório | 2 meses | 2 meses |
| Processo de Seleção | 45 dias | 1 mês |
| Assinatura do Contrato | 1 mês | 1 mês |
| Início das Atividades | Imediato | Imediato |
| Entrega dos Produtos | 49 meses | 41 meses (em andamento) |

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Os sites, criados a partir do Contrato nº 11/2014, constituem importantes ferramentas para a divulgação das ações dos comitês, informações sobre a gestão de recursos hídricos e, sobretudo, dão transparência a todos os processos realizados com recursos da cobrança pelo uso da água. Segue abaixo, como modelo, *print* do site do CBH-Caratinga:

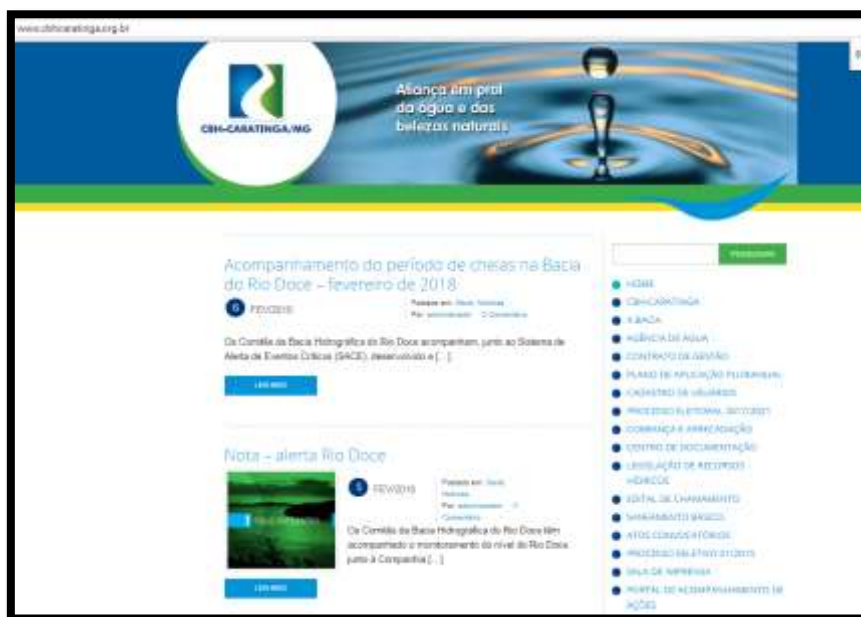


Figura 22 - Página principal do Site do CBH-Caratinga

5.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

A maior parte do recurso alocado no Programa de Comunicação (P71) foi utilizada para o pagamento da empresa contratada para assessoria e consultoria de comunicação, a Prefácio Comunicação, e para as viagens de seus funcionários no que se refere às coberturas das reuniões dos comitês e eventos realizados pelos comitês.

O início do contrato de comunicação foi marcado pela produção do diagnóstico e elaboração do planejamento, visando dar mais visibilidade aos comitês e estruturar os canais de comunicação. Em 2017 foi possível realizar um trabalho mais especializado focando, por exemplo, no aprimoramento dos sites e redes sociais, ferramentas essenciais para dar visibilidade às ações do comitê. Ao longo do ano foram feitos textos e materiais institucionais dando ênfase aos programas que vem sendo desenvolvidos a partir dos recursos arrecadados com a cobrança, com ênfase no Rio Vivo e nas ações de saneamento.

Também foram realizadas ações visando o estreitamento da relação com a imprensa, sendo que, na região, o comitê já está consolidado como fonte de informações sobre assuntos relacionados à gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Doce. A

Tabela 17 apresenta os valores alocados com o Programa P71 no PAP 2016/2010 com recursos do Contrato de Gestão ANA.

Apesar de não haver previsão com recurso IGAM para o programa P71, e mesmo não havendo pagamentos com recurso IGAM, a contratação gera benefícios para todos os comitês estaduais. Vale ressaltar que apesar do Contrato nº 06/2013 ter como fonte de recurso o Contrato de Gestão ANA e Contrato de Gestão IGAM, não existe nenhum pagamento com recurso estadual.

Tabela 17 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no Programa P71

| Recursos Repassados pela ANA | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
|--------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) | (mil R\$) |
| Programa de Comunicação Social (P71) | | | | | | |
| Investimento Previsto no PAP | 500 | 500 | 500 | 500 | 500 | 2.500 |
| Investimento Realizado | 508 | 434 | 0 | 0 | 0 | 943 |

5.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Tornar os Comitês de Bacias Hidrográficas conhecidos pela sociedade em geral é um dos principais desafios dentro do Programa de Comunicação. Por se tratar de um modelo recente, grande parte da população desconhece o papel destes órgãos na gestão de recursos hídricos. A empresa contratada para realizar as atividades de comunicação na bacia juntamente com o IBIO têm traçado estratégias para ampliar a visibilidade dos comitês e suas ações através do estreitamento da relação com a imprensa, elaboração e distribuição de materiais institucionais, inserção dos mesmos nas redes sociais, reformulação dos sites, entre outras ações. Outra dificuldade é encontrar empresas especializadas a desenvolver certos tipos de serviço ou de fornecer determinados tipos de produto, o que dificulta o andamento dos atos de dispensa ou atos convocatórios, atrasando a produção dos materiais.

6. AÇÃO TRANSVERSAL

6.1. Locação de Veículos (com e sem motorista)

6.1.1. Descrição

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce é um território amplo e diversificado, que abrange 228 municípios e onde há a atuação de 12 (doze) Comitês de Bacia Hidrográfica, sendo 01 (um) Comitê Federal, 06 (seis) Comitês Estaduais em Minas Gerais e 05 (cinco) Comitês Estaduais no Espírito Santo, todos atendidos pelo IBIO, no exercício das funções de Agência de Água. Considerando a necessidade expressa pelos membros destes Comitês em realizar deslocamentos frequentes para participar de reuniões, eventos, plenárias, reuniões de câmaras técnicas, etc. e a necessidade do IBIO em se deslocar para acompanhar a execução dos diversos contratos realizados, bem como as ações que envolvem os Comitês de Bacia, optamos por realizar a contratação de empresa especializada em locação de veículos pequenos e vans, assim como serviço de motorista, quando necessário.

6.1.2. Contratações e Resultados

➤ Contrato nº 24/2016

| | | | | |
|-------------------------|---|-------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| Contrato 24/2016 | Programa | Transversal / | Recursos | ANA / ANA RA / IGAM |
| Alocação | Transversal / / | | | |
| Objeto | Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, destinados ao Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), entidade delegatária e equiparada de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como à sua equipe e convidados, membros e convidados dos Comitês com atuação na bacia do Rio Doce e prestadores de serviço. | | | |
| Valor | R\$ 1.283.181,06 | Contratado | Locadora de veículos Locavip Ltda | |
| Pago | R\$ 552.803,39 | Data | 01/08/2016 | Prazo 02/08/2018 |
| Saldo | R\$ 1.981.265,90 | Gestor | Juliana | Aditivos 2 |

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Ação Transversal

Subprograma: Ação Transversal

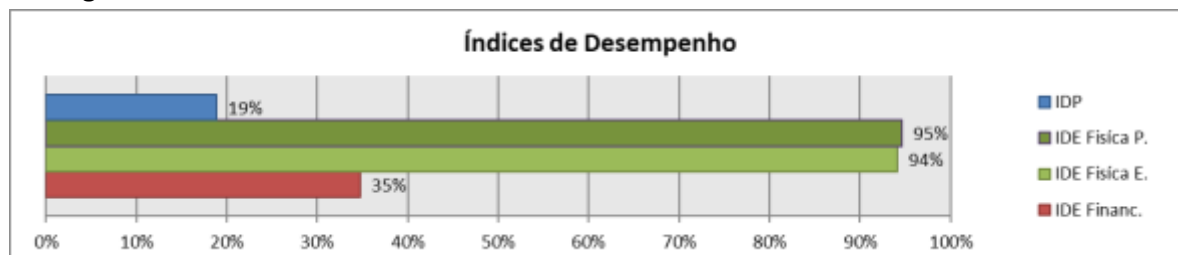
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

| Etapas | Prazos Previstos | Prazos Realizados |
|--------------------------------|------------------|-------------------------|
| Elaboração do Ato Convocatório | 2 meses | 2 meses |
| Processo de Seleção | 45 dias | 1 mês |
| Assinatura do Contrato | 1 mês | 1 semana |
| Início das Atividades | Imediato | Imediato |
| Entrega dos Produtos | 24 meses | 16 meses (em andamento) |

Cronograma Físico-Financeiro:



O contrato celebrado com a empresa Locavip Locadora de Veículos têm por objeto a prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, destinados ao Instituto BioAtlântica (IBIO), entidade delegatária e equiparada às funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como à sua equipe e convidados, membros e convidados dos Comitês com atuação na Bacia do Rio Doce e prestadores de serviço. A partir dos veículos disponibilizados, é possível viabilizar a participação nas reuniões e demais eventos, essenciais para o efetivo desenvolvimento dos programas previstos no Plano de Recursos Hídricos.

O primeiro contrato referente à prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULO foi assinado em 2013, abrangendo os seguintes serviços: Veículo popular; Veículo executivo; Veículo mensal; Van; Motorista.

No entanto, a partir de 2015, houve um aumento intenso da demanda de viagens, sobretudo após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, que impactou diretamente o trabalho dos Comitês da Bacia do Rio Doce. Diante desse cenário, houve necessidade de ampliar emergencialmente o número de locações. Foi celebrado um contrato emergencial e, paralelamente, elaborado um novo termo de referência para a realização de uma nova licitação, em que foram alterados os quantitativos, a fim de atender à nova realidade. Além disso, foram inseridas novas modalidade de serviços: Veículo popular; Veículo executivo; Veículo intermediário; Caminhonete; Veículo mensal; Van; Motorista.

Atualmente está vigente o Contrato nº 24/2016, cujo processo foi realizado através do Ato Convocatório nº 04/2016. Este contrato abrange todos os serviços acima listados, visando atender à atual demanda dos comitês e da agência.

6.1.3. Principais Deficiências e Dificuldades

As dificuldades ligadas à locação de veículos começam desde a contratação da empresa para a prestação do serviço até o atendimento das demandas dos CBHs. Tendo em vista a extensão territorial da bacia e o número elevado de veículos que precisam estar à disposição, foi difícil conseguir empresas interessadas em participar do certame. Após a contratação, existe a dificuldade de gerenciamento do contrato, pois há grande volume de demanda e, muitas vezes, devido à urgência de realizar as atividades, os pedidos são recebidos com pouca antecedência. Soma-se isso à dificuldade de sublocação de veículos nas cidades de pequeno porte, o que torna a logística de atendimento ainda mais complexa e, ainda, a morosidade dos conselheiros em reunir os documentos comprobatórios e preencher corretamente os comprovantes de viagem. O processo de conferência

após cada locação, visando dar transparência e garantir o bom uso do recurso público, é feito de forma detalhada, juntando toda a documentação necessária à correta prestação de contas.

6.2. Emissão de Passagens Aéreas

6.2.1. Descrição

Eventualmente, os conselheiros que compõem os Comitês de Bacias Hidrográficas, assim como os funcionários da agência e convidados, precisam realizar viagens de longa distância, sendo, em muitos casos, necessária a aquisição de passagens aéreas. Estas viagens ocorrem para a participação em eventos como o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), realizado anualmente; reuniões com órgãos gestores (ANA, IGAM e AGERH); participação em eventos do Comitê Interfederativo – instância criada após o rompimento da Barragem de Fundão; entre outras atividades inerentes à gestão de recursos hídricos. Diante desta necessidade, foi realizado Ato Convocatório para contratação de empresa especializada, cujo objeto consiste em serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, revalidação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, destinados à equipe e convidados do IBIO, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço.

6.2.2. Contratações e Resultados

➤ Contrato nº 25/2016

| Contrato 25/2016 | Programa | Transversal / | Recursos | ANA / ANA RA / IGAM |
|------------------|---|--------------------------------------|------------|---------------------|
| Alocação | Transversal / / | | | |
| Objeto | Este Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de aquisição e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, por meio de atendimento presencial ou por atendimento remoto (e-mail, sistema e telefone), destinados à equipe e convidados do IBIO – AGB Doce, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do Rio Doce. | | | |
| Valor | R\$ 620.203,49 | Contratada Leste Turismo Ltda | | |
| Pago | R\$ 340.896,93 | Data | 02/09/2016 | Prazo |
| Saldo | R\$ 279.306,56 | Gestor | Juliana | Aditivo 1 |

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Ação Transversal

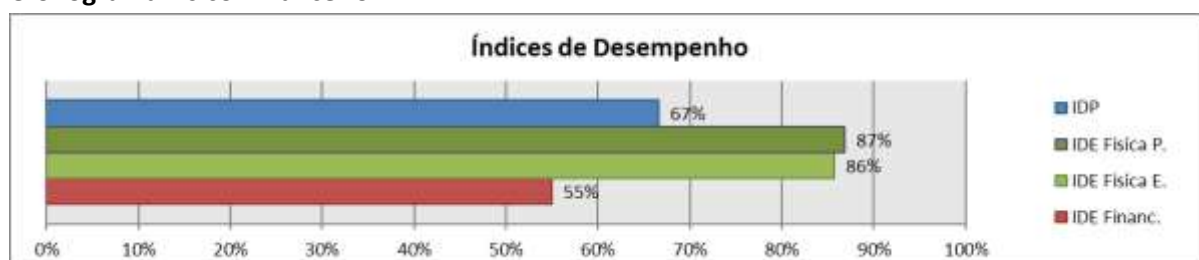
Subprograma: Ação Transversal

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

| Etapas | Prazos Previstos | Prazos Realizados |
|--------------------------------|------------------|-------------------------|
| Elaboração do Ato Convocatório | 2 meses | 2 meses |
| Processo de Seleção | 45 dias | 1 mês |
| Assinatura do Contrato | 1 mês | 1 semana |
| Início das Atividades | Imediato | Imediato |
| Entrega dos Produtos | 24 meses | 15 meses (em andamento) |

Cronograma Físico-Financeiro:

O primeiro contrato referente à emissão de passagens áreas foi firmado em 2012, época em que a agência e os comitês estavam iniciando a estruturação dos trabalhos. Em 2016, tendo em vista a necessidade de aprimoramentos e ajustes nos quantitativos, foi realizado um novo Ato Convocatório. Ambas as concorrências foram vencidas pela empresa LESTE TURISMO.

A aquisição de passagens possibilita o deslocamento dos membros de comitê, convidados e funcionários do IBIO para eventos importantes ligados às questões ambientais e hídricas, realizados em cidades mais distantes, como, por exemplo, o Encob, em 2017 realizado na cidade de Aracaju; Reuniões do Comitê Interfederativo e outros eventos envolvendo a Fundação Renova, realizados, na maioria das vezes, em Brasília; atividades na sede do IBIO Institucional, localizada Rio de Janeiro), reuniões com a ANA (Brasília), IGAM (Belo Horizonte), AGERH (Vitória) entre outras.

Abaixo, seguem fotos de conselheiros e convidados em eventos cuja compra das passagens aéreas foi feita pela Leste Turismo.



Figura 23 - Representantes do CBH-Caratinga no Encob 2017 – Aracaju/SE



Figura 24 - Conselheiros do CBH-Doce e CBHs afluentes em seminário, promovido pelo IBAMA – Brasília/DF.

6.2.3. Principais Deficiências e Dificuldades

Entre os principais entraves encontrados na gestão deste contrato, está a disponibilidade de voos, tendo em vista que muitas das cidades não possuem aeroporto e, aquelas que possuem, não dispõem de muitos horários. Desta forma, é necessária uma complexa logística para viabilizar o deslocamento da cidade de origem até o aeroporto mais próximo, compatibilizando os horários dos voos e eventos, de forma a garantir, ainda, o melhor custo benefício. Outro problema, que dificulta o atendimento, são as reuniões agendadas com pouco prazo, que demandam a aquisição de passagens imediatas, nem sempre disponíveis.

6.3. Organização e Execução de Eventos

6.3.1. Descrição

Esta ação está relacionada à contratação de empresa especializada na execução de organização de eventos demandados pelos comitês, assim como apoio à realização de plenárias, reuniões de câmaras técnicas ou qualquer outra demanda que surgir como na divulgação de um programa do PAP. O termo de referência é bastante amplo e foi feito a fim de contemplar quatro eixos principais:

- ITEM 1: Fornecimento de estrutura organizacional e de apoio;
- ITEM 2: Fornecimento de Hospedagem;
- ITEM 3: Fornecimento de alimentação;
- ITEM 4: Fornecimento de serviços gráficos.

São contemplados os seguintes produtos/serviços:

- Locação de espaço para eventos com capacidade para 200 e para 50 pessoas;
- Profissionais para fazer a moderação e relatoria do evento;
- Recepcionistas para eventos; Operador de som, que ficará responsável também pela gravação do evento em meio digital;
- Operador de equipamento de informática, que ficará responsável pela operação do equipamento audiovisual;
- Sistema de sonorização e gravação;
- Equipamento do tipo Datashow com resolução mínima de 1.500 lúmenes e microcomputador;
- Microcomputador a ser locado em eventos quando necessário;
- Serviços de degravação dos registros digitais (gravações) oriundas das discussões feitas durante o evento;
- Serviços de relatório consubstanciado feito pelo moderador;
- Diárias de stands compostos de tenda tipo Gazebo;
- Serviços de hospedagens para convidados dos comitês em eventos realizados;
- Serviços de alimentação, lanche ou almoço em eventos ou reuniões plenários e câmaras técnicas;
- Serviços gráficos relacionados à realização dos eventos como confecção de crachás, canetas, blocos de anotações, bolsas ecológicas, pastas, certificados de participação, folders, cartazes e banners.

6.3.2. Contratações e Resultados

✓ Contrato nº 19/2013

| | | | | |
|-------------------------|--|-------------------|-------------------------------------|-------------------------|
| Contrato 19/2013 | Programa | Transversal / | Recursos | ANA / IGAM |
| Alocação | Transversal / / | | | |
| Objeto | Eventual aquisição de serviços necessários à organização e execução de eventos dos comitês com atuação na bacia hidrográfica do rio Doce e do IBIO - AGB Doce. | | | |
| Valor | R\$ 5.285.206,39 | Contratado | Completa Consultoria Política Ltda. | |
| Pago | R\$ 1.625.345,64 | Data | 02/09/2013 | Prazo 06/09/2018 |
| Saldo | R\$ 3.659.860,75 | Gestor | Juliana | Aditivos 5 |

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Ação Transversal

Subprograma: Ação Transversal

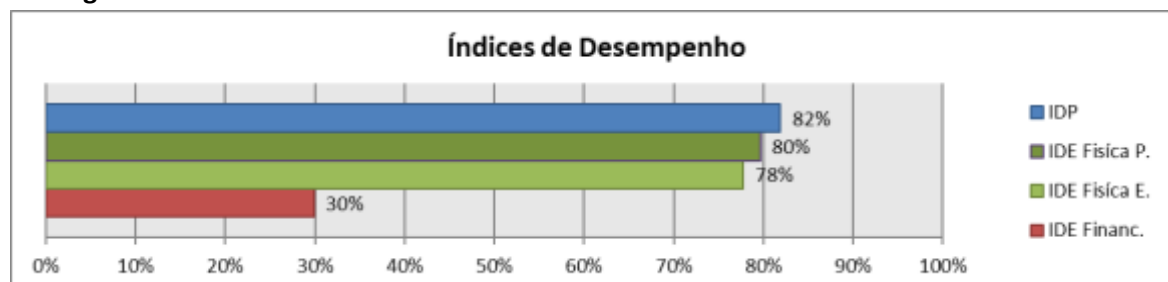
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

| Etapas | Prazos Previstos | Prazos Realizados |
|--------------------------------|------------------|-------------------------|
| Elaboração do Ato Convocatório | 2 meses | 2 meses |
| Processo de Seleção | 45 dias | 1 mês |
| Assinatura do Contrato | 1 mês | 1 semana |
| Início das Atividades | Imediato | Imediato |
| Entrega dos Produtos | 60 meses | 51 meses (em andamento) |

Cronograma Físico-Financeiro:



O Contrato nº 19/2013, firmado entre o IBIO e a empresa Completa Consultoria Política, dá suporte aos eventos e reuniões realizados pelos comitês, ocasiões em que são deliberados temas relevantes relacionados à gestão de recursos hídricos e a utilização dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, conforme os programas previstos nos Planos de Recursos Hídricos.

Os serviços são solicitados de acordo com as demandas apresentadas pelos comitês, em atendimento aos planos de trabalho anuais, cujo objetivo é deliberar assuntos pertinentes à execução dos programas do PAP. Após a prestação do serviço, o comitê atesta se o mesmo foi realizado de acordo as especificações do contrato e a equipe da secretaria executiva de apoio aos comitês, providenciando os documentos e comprovações necessárias ao pagamento. Seguem abaixo exemplos e fotos de eventos realizados com o apoio da Completa, bem como materiais impressos pela empresa.

VI Encontro de Integração: Este evento é realizado anualmente e reúne todos os comitês que integram a Bacia do Rio Doce. Para a realização do encontro, a empresa de eventos é acionada e presta serviços como: fornecimento de lanche e almoço; locação de espaço físico; locação de computador e data show; disponibilização de sistema de sonorização e operador de som; impressão de banners, fornecimento de galões de água e café, entre outros serviços. Este ano o encontro foi na cidade de Linhares, no mês de outubro e reuniu cerca de 80 participantes.



Figura 25 - Membros dos comitês durante o VI Encontro de Integração, em 2017

Reuniões plenárias: Ao longo do ano são realizadas diversas reuniões plenárias, ordinárias e extraordinárias. Nestes encontros, os conselheiros se reúnem para analisar e deliberar sobre as ações que serão realizadas ao longo do ano. O suporte da empresa de eventos também é importante. As principais demandas são a infraestrutura para a realização dos encontros (computador, datashow, som) e o lanche, servido aos participantes.



Figura 26 - Lanche servido durante reunião do CBH-Caratinga

Reuniões diversas: Além das reuniões ordinárias, os comitês realizam diversas atividades, tais como: seminário de educação ambiental, seminários de saneamento, encontros de mobilização, reuniões de câmaras técnicas e grupos de trabalho.



Figura 27 - Dia do Rio – evento promovido pelo CBH-Caratinga

Materiais institucionais: A empresa também é responsável pela impressão de materiais como, por exemplo, folders e banners utilizados para a divulgação dos comitês e da agência. Além de certificados, convites e outras peças gráficas.



Figura 28 - Folders sobre os comitês e os programas distribuídos no Encob 2017

6.3.3. Principais Deficiências e Dificuldades

A proposta de uma única empresa de eventos para atendimento a toda a bacia apresenta vantagens e desvantagens. A existência de um contrato único facilita o gerenciamento do IBIO, porém dificulta a prestação do serviço nas cidades mais distantes de Governador Valadares, tendo em vista a extensão territorial da Bacia do Rio Doce. Além disso, o contrato contempla uma ampla variedade de serviços. A fim de otimizar a prestação do serviço está prevista para o ano de 2018 a realização de novos atos convocatórios, distribuindo o gerenciamento de eventos em quatro contratações: infraestrutura, alimentação, brindes e serviços gráficos. Desta forma, será possível abranger mais serviços e buscar empresas especializadas, aprimorando a qualidade do atendimento prestado.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PIRH E PARH – CBH-CARATINGA

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2017

FEVEREIRO DE 2018

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| SUMÁRIO | 2 |
| LISTA DE FIGURAS | 3 |
| LISTA DE TABELAS | 5 |
| LISTA DE SIGLAS | 6 |
| 1. APRESENTAÇÃO | 7 |
| 2. QUALIDADE DA ÁGUA | 7 |
| 2.1. PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA (P11) | 8 |
| 2.2. <i>Descrição</i> | 8 |
| 2.3. <i>Ações do IBIO</i> | 8 |
| 2.4. <i>Identificação no PIRH/PARH</i> | 14 |
| 3. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO | 15 |
| 3.1. PROGRAMA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO (P41)..... | 15 |
| 3.2. <i>Descrição</i> | 15 |
| 3.3. <i>Ações do IBIO</i> | 16 |
| 3.4. <i>Identificação no PIRH/PARH</i> | 28 |
| 4. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS | 29 |
| 4.1. FORTALECIMENTO DOS COMITÊS (P61.2) | 29 |
| 4.2. <i>Descrição</i> | 29 |
| 4.3. <i>Ações do IBIO</i> | 29 |
| 4.4. <i>Identificação no PIRH/PARH</i> | 34 |
| 5. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE | 35 |
| 5.1. PROGRAMA COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÕES (P71) | 35 |
| 5.2. <i>Descrição</i> | 35 |
| 5.3. <i>Ações do IBIO</i> | 35 |
| 5.4. <i>Identificação no PIRH/PARH</i> | 35 |
| 6. OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA – ATIVIDADES RELACIONADAS AOS PROGRAMAS PREVISTOS NO TTAC | 37 |
| 6.1. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE NASCENTES..... | 37 |
| 6.1.1. <i>Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO</i> | 37 |
| 6.2. PROGRAMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PREVISTO NO TTAC | 44 |
| 7. PROCESSOS DE OUTORGA | 46 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Reuniões com o CBH Doce para discussão do Edital de Projetos P11 e P41 | 9 |
| Figura 2 - Divulgação do Edital de Projetos por e-mail | 10 |
| Figura 3 - Divulgação do Edital de Projetos em rede social | 11 |
| Figura 4 - Divulgação do Edital de Projetos em entrevista no jornal MG-TV | 11 |
| Figura 5 - Layout do formulário online para manifestação de interesse do Edital de Projetos..... | 12 |
| Figura 6 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para o Programa P11 | 12 |
| Figura 7 - Reunião com a Funasa..... | 13 |
| Figura 8 - Reunião com a Fundação Renova | 13 |
| Figura 9 - Reunião de alinhamento com a consultora Ana Raquel | 17 |
| Figura 10 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio e reunião da CTPlan do CBH Suaçuí | 18 |
| Figura 11 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio e reunião da CTPlan do CBH Suaçuí | 18 |
| Figura 12 - Layout do questionário sobre a implantação do PMSB enviado aos municípios | 19 |
| Figura 13 - Gráfico que ilustra o resultado de uma das perguntas do questionário do CBH Piranga... .. | 19 |
| Figura 14 - Seminário de Saneamento do CBH Piranga | 20 |
| Figura 15 - Seminário de Saneamento do CBH Piranga | 20 |
| Figura 16 - Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba | 21 |
| Figura 17 - Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba | 21 |
| Figura 18 - Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio | 22 |
| Figura 19 - Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio | 22 |
| Figura 20 - Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí | 23 |
| Figura 21 - Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí | 23 |
| Figura 22 - Seminário de Saneamento do CBH Caratinga | 24 |
| Figura 23 - Seminário de Saneamento do CBH Caratinga | 24 |
| Figura 24 - Reunião da Equipe Gestora de Contrato..... | 26 |
| Figura 25 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG | 26 |
| Figura 26 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG | 26 |
| Figura 27 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG | 27 |
| Figura 28 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG | 27 |
| Figura 29 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para o Programa P41 | 28 |
| Figura 30 - Reunião da diretoria colegiada com participação da secretaria executiva do IBIO..... | 31 |
| Figura 31 - Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social..... | 31 |
| Figura 32 - VI Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce, em Linhares/ES | 32 |
| Figura 33 - Reunião Ordinária CBH-Caratinga - Santa Bárbara do Leste/MG | 33 |
| Figura 34 - Comemoração do Dia do Rio, promovida pelo CBH-Caratinga..... | 34 |
| Figura 35 - Membros do CBH-Caratinga durante o Encontro de Integração 2017 | 34 |
| Figura 36 – Reunião da CTGEC, em 14/03/2017. | 38 |
| Figura 37 – Plenária CBH-Doce, em 24/03/2017..... | 38 |
| Figura 38 – Reunião da CTFlor, em 12/04/2017 | 39 |
| Figura 39 – Reunião da CTFlor, em 12/04/2017. | 39 |
| Figura 40 – Reunião da CTPlan do CBH-Suaçuí, em 08/06/2017. | 40 |

| | |
|---|----|
| Figura 41 – Reunião Plenária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce, em 14/07/2017 | 41 |
| Figura 42 - Reunião da CTPP e plenária do CBH-Piranga, em 10 e 11/07/2017. | 42 |
| Figura 43 - Reunião da CTPP e plenária do CBH-Piranga, em 10 e 11/07/2017. | 42 |
| Figura 44 - Reunião da CTPP do CBH Piranga, dia 25/10/2017, em Ponte Nova/MG, contou com participação de representantes da Fundação Renova e Município de Coimbra | 43 |
| Figura 45 - Reunião ordinária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, dia 26/10/2017, em São Domingos do Norte/ES, contou com participação de representantes do CBH, do IBIO, da Fundação Renova e dos Municípios de Colatina, Marilândia e Pancas. | 43 |
| Figura 46 - Reunião ordinária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, dia 26/10/2017, em São Domingos do Norte/ES, contou com participação de representantes do CBH, do IBIO, da Fundação Renova e dos Municípios de Colatina, Marilândia e Pancas. | 43 |
| Figura 47 - Reunião com os municípios para discussão dos investimentos em resíduos sólidos..... | 44 |
| Figura 48 - Reunião com os municípios para discussão dos investimentos em resíduos sólidos..... | 45 |
| Figura 49 - Reunião com representantes da Fundação Renova..... | 45 |
| Figura 50 - Reunião da CTOC da CBH Piranga | 47 |
| Figura 51 - Reunião plenária do CBH Piranga..... | 48 |
| Figura 52 - Reunião plenária do CBH Santo Antônio..... | 49 |
| Figura 53 – Reunião Extraordinária do CBH Suaçuí..... | 51 |
| Figura 54 – Reunião Extraordinária do CBH Suaçuí..... | 51 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Doce no ano de 2017:..... | 30 |
| Tabela 2 - Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH Doce realizadas no ano de 2017: | 30 |
| Tabela 3 - Reuniões de Câmara Técnicas e Grupos de Trabalho do Comitê, realizadas no ano de 2017: | 31 |
| Tabela 4 - Eventos promovidos pelo CBH Doce em 2017: | 32 |
| Tabela 5 - Eventos com participação de membros do CBH Doce em 2017: | 32 |
| Tabela 6 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Caratinga no ano de 2017:..... | 32 |
| Tabela 7 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH- Caratinga em 2017: | 33 |
| Tabela 8 - Reuniões promovidas pelo CBH-Caratinga em 2017:..... | 33 |
| Tabela 9 - Reuniões com a participação do CBH- Caratinga em 2017: | 33 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|--|
| ANA | Agência Nacional de Águas |
| APP | Área de Preservação Permanente |
| CAR | Cadastro Ambiental Rural |
| CBH | Comitê de Bacia Hidrográfica |
| CIF | Comitê Interfederativo |
| CTGEC | Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos |
| CTFlor | Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água |
| CTPlan | Câmara Técnica de Planejamento |
| DBO | Demanda biológica de oxigênio |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| ENCOB | Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas |
| ES | Espírito Santo |
| ETA | Estação de Tratamento de Água |
| FUNASA | Fundação Nacional de Saúde |
| GAT | Grupo de Acompanhamento Técnico |
| IGAM | Instituto de Gestão das Águas |
| MG | Minas Gerais |
| NT | Nota Técnica |
| PAP | Plano de Aplicação Plurianual |
| PARH | Plano de Ação de Recursos Hídricos |
| PGIRS | Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos |
| PIRH | Plano Integrado de Recursos Hídricos |
| PMSB | Plano Municipal de Saneamento Básico |
| SAA | Sistemas de Abastecimento de Água |
| SES | Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Doméstico |
| SIG | Sistema de Informações Geográficas |
| SUPPRI | Superintendência de Projetos Prioritários |
| TTAC | Termo de Transação de Ajustamento de Conduta |
| UGRH | Unidade de Gestão de Recursos Hídricos |

1. APRESENTAÇÃO

Neste relatório apresentaremos as providências adotadas pelo Instituto BioAtlântica que envolvem sua estrutura administrativa, corpo técnico e mobilização utilizando 7,5% dos recursos federais e estaduais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A utilização dos recursos estaduais se deve pelo fato de que possuímos corpo técnico único para execução dos programas previstos no Plano de Aplicação Plurianual e parte deste corpo técnico ser contratado com os recursos federais e parte com recursos estaduais.

As recomendações de ações com vista na aceleração da implementação do PIRH – Doce serão apresentadas para todos os programas e subprogramas em um único tópico. Consideramos ser a melhor forma de apresentarmos as recomendações, uma vez que a maioria delas visam acelerar a implementação do PIRH – Doce e PARH's como um todo e não um programa ou subprograma específico.

Para elaboração deste relatório, as providências adotadas pelo IBIO para execução as ações previstas no PIRH-Doce foram agrupadas por Programa e Subprograma do PIRH-Doce. Em cada programa, estão descritas as ações relacionadas à elaboração de documentação e processos administrativos para contratação de bens e serviços; articulação e mobilização realizada; processos seletivos realizados; e as providências adotadas durante a execução das contratações realizadas pelo IBIO.

Para cada Programa e Subprograma do PIRH-Doce descrito neste relatório serão identificados o seu correspondente direto no Plano de Aplicação Plurianual. Ou seja, além da identificação das providências adotadas pelo IBIO no PIRH-Doce, também constará a identificação no PAP.

2. QUALIDADE DA ÁGUA

2.1. Programa de Saneamento da Bacia (P11)

2.2. Descrição

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da bacia do rio Doce diz respeito aos lançamentos de esgotos, nesse sentido, o Programa de Saneamento envolve ações de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais que causam impacto mais significativo sobre a qualidade das águas dos principais cursos d'água da bacia, considerando a população atingida e, principalmente, a vazão de diluição da carga orgânica lançada.

As UGRHs 1 e 2 representam metade da DBO produzida na bacia, seguidas em importância da UGRH4. As UGRHs com menor participação são as do Espírito Santo e, na parte mineira da bacia, a UGRH3. Além disso, em determinados trechos, a bacia apresenta altos índices de coliformes termotolerantes, indicando a contaminação por efluentes não tratados. Quanto à cobertura com sistemas de esgotamento sanitário, várias bacias apresentam índices inferiores à média estadual. De maneira geral, o Programa é composto por projetos e implantação de estruturas de coleta e tratamento do esgoto doméstico nos núcleos urbanos, com o de melhoria gradativa da qualidade da água na bacia, com redução de índices de DBO e de coliformes fecais e totais.

2.3. Ações do IBIO

O Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2016-2020 prevê que os municípios a serem contemplados com a elaboração de projetos de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários deverão atender alguns critérios obrigatórios e classificatórios, sendo que um dos critérios obrigatórios é o município ter o Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado.

Tendo em vista essa obrigatoriedade estabelecida no PAP, que para ser contemplado com o projeto o município precisa ter o PMSB aprovado, e que a maioria dos municípios da bacia ainda não atendia essa exigência em 2016, esse ano foi dedicado ao levantamento de informações, planejamento para a realização dos projetos e a finalização dos PMSB já contratados, conforme detalhado no Relatório de Gestão de 2016.

No ano de 2017, estava prevista a discussão com os CBH da estratégia de condução do Programa, a realização de Edital de Chamamento Público para manifestação de interesse dos Municípios que anseiem ser contemplados com projetos e a realização de processo licitatório para contratação de empresas especializadas para a elaboração de tais projetos.

Para tanto, logo na primeira reunião da Diretoria Colegiada do CBH Doce, em 23/03/17, o IBIO solicitou um ponto de pauta para definir algumas questões para a publicação do Edital de Chamamento Público, das quais podem ser destacadas:

- realizar um Edital único para toda a bacia, sem realizar processos separados em cada um dos CBHs afluentes e CBH Doce, considerando que o PAP já apresenta várias definições e otimizaria o processo;

- realizar um Edital único para os Programas P11 (projetos de esgoto) e P41 (projetos de água) já que possuem muitas similaridades;
- definir como será a atuação nos municípios em que serão realizados projetos e obras pela Fundação Renova, no Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos, previsto no TTAC.

Nessa reunião, um dos membros do CBH Doce trouxe a proposta de não investir mais em Programas de Saneamento e alocar o recurso para os Programas Hidroambientais, sendo necessária uma revisão do PAP. Além disso, foi pontuado o não repasse de recursos pelo IGAM, que poderia frustrar as expectativas dos municípios futuramente caso não regularizasse a situação.

Essa nova proposta gerou muitas discussões, que se estenderam nas reuniões seguintes do CBH Doce e de CBHs afluentes (Figura 1), conforme a seguir:

- Reunião da Diretoria Colegiada do CBH Doce (março/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reunião da Diretoria Colegiada do CBH Doce (abril/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reunião da Diretoria Colegiada do CBH Doce (junho/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reunião da Câmara Técnica de Integração - CTI do CBH Doce em (junho/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reuniões da CTPP e Plenária do CBH Piranga (julho/17): aprovado manter no PAP os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.
- Reuniões da CTPP e Plenária do CBH Piracicaba (julho/17): aprovado manter no PAP os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.
- Reuniões da CTPP e Plenária (julho/17) do CBH Santo Antônio: aprovado manter no PAP os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.
- Reunião da CTPP do CBH Suaçuí (julho/17): aprovado manter no PAP os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.



Figura 1 - Reuniões com o CBH Doce para discussão do Edital de Projetos P11 e P41

O histórico de reuniões apresentado, em que o tema dos projetos de saneamento foi exaustivamente discutido, mas que por fim definiu-se pelo formato original aprovado no PAP, ocasionou em atraso para a publicação do Edital de Chamamento Público.

Vale ressaltar que os recursos alocados para os Programas P11 e P41 no PAP não são distribuídos para cada UGRH, como ocorre nos Programas Hidroambientais. Esse é um recurso da bacia do rio Doce como um todo, que deve ser destinado aos municípios que apresentam situações mais precárias quanto ao saneamento básico, independente de ser de uma UGRH ou outra.

Dessa forma, sem uma definição do CBH Doce, os CBHs estaduais não possuem como utilizar esses recursos. Com isso, CBHs que não possuem recursos próprios ou são escassos para realizar tais ações, como ocorre na região do médio e baixo Doce, não conseguem avançar com esses Programas.

Por fim, o Edital de Chamamento Público nº 01/2017 foi publicado no dia 22/08/2017 e teve seu encerramento em 06/10/2017, sendo um processo único e conjunto para o CBH Doce e os CBHs afluentes. Nesse período, o Edital foi amplamente divulgado aos municípios da bacia, por meio de envios constantes de e-mail (Figura 2), divulgação em redes sociais (Figura 3), entrevista em jornais da região (Figura 4) e durante todas as plenárias e reuniões junto aos CBHs, que ocorreram no período. No intuito de facilitar o envio de informações para os municípios, todo o envio de informações do Edital foi realizado de forma online (Figura 5).



Figura 2 - Divulgação do Edital de Projetos por e-mail

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Projetos para Sistemas Municipais de Esgotamento Sanitário (Programa P11)
e
Projetos para Sistemas Municipais de Abastecimento de Água (Programa P41)

Este formulário é parte integrante do Edital de Chamamento Público 01/2017 dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Doce e suas bacias afluentes.

O Edital de Chamamento pode ser acessado **AQUI** ou nos sites dos CBHs e IBIO.

Abaixo deverão ser informados os dados do Município e de um técnico que será o principal contato para a elaboração do(s) Projeto(s).

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Nome completo do Prefeito:

Município (sem abreviações):

Figura 5 - Layout do formulário online para manifestação de interesse do Edital de Projetos

Os municípios apresentaram bastante interesse no Edital, sendo que ao todo 140 municípios enviaram os documentos para manifestação de interesse e 134 especificamente com interesse em Projetos de Esgotamento Sanitário. A distribuição dos municípios interessados em Projetos de Esgotamento Sanitário (P11) ao longo de toda a bacia pode ser observada na Figura 6.



Figura 6 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para o Programa P11

Após período de análise da grande quantidade de documentos enviados pelos Municípios e obtenção de informações junto à outras instituições, que influenciavam os critérios do Edital, como ANA, IGAM, FUNASA, Ministério das Cidades e Fundação Renova, no dia 21/12/2017 foi publicado o Resultado Preliminar do Edital de Projetos, com informações sobre os critérios obrigatórios previstos no Edital e a situação de cada um dos Municípios que manifestaram interesse. Em 2018 prevê-se a conclusão do Edital e contratação de empresas especializadas para a elaboração dos projetos.

Além das atividades que envolveram a aprovação no CBH Doce e publicação do Edital, ressalta-se que ocorreram outras ações do IBIO quanto ao Programa P11 e P41, podendo ser destacadas:

- Discussões e alinhamentos realizados com a FUNASA (Figura 7) para a busca das melhores práticas de projetos de esgotamento sanitário e projetos de abastecimento de água e obter informações necessárias para a publicação do resultado do Edital de Projetos.



Figura 7 - Reunião com a Funasa

- Obtenção de informações com o Ministério das Cidades e Fundação Renova (Figura 8) sobre projetos já em andamento, necessárias para a publicação do resultado do Edital de Projetos.



Figura 8 - Reunião com a Fundação Renova

- Obtenção de informações junto ao IGAM e à ANA referentes a situação dos Municípios quanto à adimplência da cobrança pelo uso da água, para a publicação do resultado do Edital de Projetos.
- Realização dos Seminários de Saneamento Básico, que tiveram como objetivo apoiar os municípios na implantação dos Planos Municipais de Saneamento (PMSB), incluindo os serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água. Essas ações foram melhor detalhadas no item 3 – Universalização do Saneamento (3.3 – Ações do IBIO) deste Relatório.

2.4. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Qualidade de Água

Subprograma: P11 - Programa de Saneamento na Bacia

Objeto: Projetos e obras de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais de toda a bacia.

Valor Estimado: R\$ 916.592.923,00

3. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

3.1. Programa Universalização do Saneamento (P41)

3.2. Descrição

Segundo o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce), a bacia do rio Doce encontra-se em situação muito precária quanto aos serviços de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos. Mesmo quanto aos serviços de abastecimento de água que embora disponham de índices de atendimento elevados, o cumprimento de questões elementares de gestão fica abaixo dos padrões considerados satisfatórios, como o controle de perdas e o cumprimento da Portaria nº 2.914/2011 dos padrões de portabilidade. O PIRH-Doce indica ainda altos índices de DBO, com prejuízo para a qualidade da água e restrição ao enquadramento, além da existência de doenças de veiculação hídrica. Quanto à drenagem urbana, a deficiência das estruturas e projetos é frequente nas cidades brasileiras. A universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social é um desafio que o poder público municipal, como titular destes serviços, deve encarar como um dos mais significativos.

Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) se constitui em importante ferramenta de planejamento e gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população. A Lei Federal nº 11.445/2007 dispõe sobre a necessidade da elaboração dos PMSB de forma a garantir à população o acesso global ao saneamento básico, através da constituição de diretrizes e propostas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas superficiais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. O PMSB é assim o instrumento da Política de Saneamento Básico do município, onde são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os aspectos econômicos, sociais e técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

O Programa de Universalização do Saneamento contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

O CBH-Doce, em articulação com os CBH's estaduais, considerando o fato de que poucos municípios possuíam o PMSB ou recursos para sua elaboração e que o Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2010, condicionou à existência de PMSB para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico, entendeu como necessária a previsão no PAP do apoio na elaboração dos PMSB. Conforme detalhado no Relatório de

Gestão de 2016, ao longo do PAP 2012-2015 foram abertos Editais de Chamamento Público e elaborados os PMSB de diversos municípios ao longo da bacia.

Nesse período do PAP, nem todos os municípios haviam sido contemplados ainda com os PMSB e outros manifestaram interesse após a licitação das empresas de apoio à elaboração dos PMSB, então o PAP 2016-2020 também alocou recursos para tal fim, de forma a contemplar o maior número possível de municípios. No ano de 2016, 156 PMSB já haviam sido concluídos e foi iniciada a elaboração do PMSB de mais 9 municípios, intitulados como “remanescentes”.

Durante o ano de 2017 foram realizadas as atividades de elaboração dos PMSB desses 9 municípios, estando em fase de conclusão. Cabe ressaltar que a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) pelos municípios brasileiros. Uma vez atendidas às solicitações da referida Lei e do Decreto nº 7.404/2010 que a regulamenta, o PGIRS pode ser incorporado ao PMSB. Dessa forma, esclarecemos que o conteúdo da Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos dos PMSB contratados pelo IBIO na bacia hidrográfica do rio Doce contempla o conteúdo mínimo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de acordo com as determinações legais.

Ainda no que se refere ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), o PAP 2016-2020 prevê investimentos em projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água. Nesse sentido, estão sendo elaborados dois projetos para o município de Viçosa-MG e foi aberto Edital de Chamamento Público para a contratação de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água em outros municípios.

3.3. Ações do IBIO

Para uma melhor compreensão das ações realizadas pelo IBIO, no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), as mesmas foram divididas em ações referente:

- Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Projetos de Abastecimento de Água.

4.3.1 Planos Municipais de Saneamento Básico

Ao longo de 2017, diversas atividades e discussões foram realizadas no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), tendo em vista os vários municípios contemplados com PMSB. Ao todo, já foram contratados 165 PMSB na bacia do rio Doce, sendo 156 já finalizados e 9 em elaboração. Ao longo de todo o ano de 2017 ocorreu efetivamente a elaboração dos PMSB de 9 municípios, sendo que os demais 156 já tinham sido concluídos ou estavam em fase de encerramento no início do ano.

Algumas atividades principais relacionadas a esses PMSB podem ser destacadas, como reuniões para acompanhamento da elaboração dos PMSB; acompanhamento de consultores; estratégia de acompanhamento da implantação dos PMSB; realização de seminários de saneamento; relação com o Ministério Público de Minas Gerais.

Reuniões e alinhamentos para acompanhamento da elaboração dos PMSB e acompanhamento de consultores

Ao longo do ano de 2017 foram realizados alinhamentos com a empresa que estava elaborando os 9 PMSBs remanescentes, bem como com a consultora contratada (Figura 9), por meio de reuniões, e-mails e telefonemas. Além disso, buscou-se sempre entrar em contato com representantes dos municípios para ter feedback sobre o trabalho realizado pela empresa e consultora, além de sanar dúvidas que surgiram ao longo das atividades.



Figura 9 - Reunião de alinhamento com a consultora Ana Raquel

Buscou-se também, sempre manter os CBHs envolvidos na contratação dos PMSBs remanescentes, informando as datas de eventos, realizando reuniões de alinhamentos e sugestões, informando o andamento das atividades nas reuniões de plenárias e câmaras técnicas. Além disso, ao longo do contrato alguns municípios precisaram de apoio junto ao Ministério Público para esclarecimentos referentes aos serviços de saneamento. Dessa forma, foram elaborados ofícios informando a situação dos PMSBs e até acompanhando os municípios em reuniões com Promotores.

Estratégia de acompanhamento da implantação dos PMSB e Seminários de Saneamento Básico

Como já informado, ao final de 2016, 156 municípios tinham seus PMSBs aprovados e 9 em elaboração. Diante disso, já durante o ano de 2016, foi discutido como continuar apoiando os municípios na implantação dos seus PMSBs nos próximos anos. Foram realizadas diversas reuniões para discussões das estratégias no CBH Piranga e CBH Piracicaba ainda naquele ano. Em 2017 as discussões também foram realizadas nas Câmaras Técnicas e Plenárias dos CBH Santo Antônio, CBH Suaçuí, CBH Caratinga e CBH Manhuaçu, conforme ilustrado na Figura 10 e na Figura 11.



Figura 10 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio e reunião da CTPlan do CBH Suaçuí



Figura 11 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio e reunião da CTPlan do CBH Suaçuí

Nos CBH's em que os PMSBs haviam sido elaborados há mais tempo, que são os CBH-Piranga, CBH-Piracicaba e CBH-Manhuaçu, foi aprovada a estratégia de primeiramente enviar um questionário online para os municípios, que levantariam as reais dificuldades para a implantação das ações previstas nos PMSBs, para que a partir delas fossem previstos treinamentos e discussões. O questionário abrangia perguntas sobre a elaboração e aprovação do PMSB, prestação dos serviços, saneamento rural, regulação, sustentabilidade econômica, controle social, execução e acompanhamento de ações.

Além de divulgar os questionários nas reuniões dos CBH's, os mesmos foram enviados juntamente com um ofício explicativo, por e-mail, para cada um dos municípios. Diversas tentativas foram efetivadas por e-mail e ainda realizadas ligações para ressaltar a importância da resposta aos questionários. A Figura 12 ilustra o questionário enviado.

Acompanhamento da implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico

ÁGUA, RESERVA, EMISSÃO, URBANA

CBH-DOCE, CBH-PIRANGA, CBH-PIRACICABA, CBH-ARINÓPOLIS, CBH-BOQUEIRÃO

CBH-CARVALHO, CBH-MANHUAÇU, CBH-GUARULOS, CBH-SANTA MARIA DO OESTE, CBH-POÇOS E LARANJEIROS, CBH-SÃO JOÃO E SÃO JOSÉ DO

O questionário tem como objetivos:

- 1) Levantar as dificuldades e os avanços dos municípios da bacia do rio Doce no que se refere à implantação do PMSB.
- 2) Possibilitar que o "2º Seminário de Saneamento" (em data ainda a ser definida e divulgada) tenha um conteúdo focado nas necessidades atuais dos municípios e seja útil para o avanço do saneamento na bacia. Por isso, é importante que suas respostas correspondam exatamente ao que ocorre no município.

Tempo para responder: aproximadamente 10 minutos

Responsável pelo preenchimento:

Município:

Nome:

Figura 12 - Layout do questionário sobre a implantação do PMSB enviado aos municípios

Foi obtida uma grande adesão dos municípios nas respostas aos questionários, sendo:

- CBH Piranga: de 42 municípios que receberam o questionário, 32 responderam.
- CBH Piracicaba: de 17 municípios que receberam o questionário, 13 responderam.
- CBH Manhuaçu: de 23 municípios que receberam o questionário, 13 responderam.

Os resultados obtidos com a pesquisa foram interessantes, pois demonstraram que, no geral, as maiores necessidades dos municípios estavam associadas a três grandes áreas: saneamento rural, fontes de recursos e regulação dos serviços. A título de ilustração, a Figura 13 apresenta o resultado da pergunta "Há cobrança pelo serviço de abastecimento de água no município?", constante do questionário do CBH Piranga.

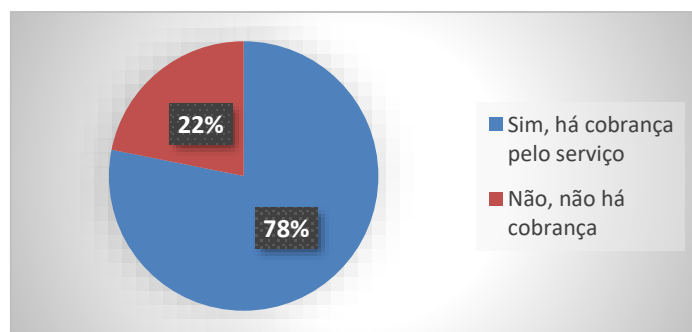


Figura 13 - Gráfico que ilustra o resultado de uma das perguntas do questionário do CBH Piranga

Dessa forma, a partir dessas principais dificuldades foram convidadas instituições e profissionais para apresentarem nos Seminários de Saneamento Básico realizados nas bacias. A seguir são descritos cada um dos Seminários de Saneamento realizados, sendo que em 2017 ocorreram nas bacias do rio Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí e Caratinga.

Vale comentar que todos os Seminários foram organizados pelo IBIO, incluindo a divulgação, convite e mobilização dos participantes, infraestrutura dos eventos, convite dos palestrantes, entre outros. Além disso, em alguns Seminários o IBIO também participou como palestrante, tendo em vista o conhecimento sobre o saneamento da bacia.

- **2º Seminário de Saneamento do CBH Piranga:** ocorreu no dia 03/05/2017, em Ponte Nova e contou com apresentações de representantes da Funasa, Cisab Zona da Mata, ARSAE, Emater, IBIO e CBH. A Figura 14 e a Figura 15 ilustram a realização do Seminário.



Figura 14 - Seminário de Saneamento do CBH Piranga



Figura 15 - Seminário de Saneamento do CBH Piranga

- **2º Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba:** ocorreu nos dias 28 e 29/03/2017, em Itabira e contou com apresentações de representantes da Funasa, Caixa Econômica, Ministério Público, ARSAE, UFMG, UNIFEI, IBIO e CBH. A Figura 16 e a Figura 17 ilustram a realização do Seminário.



Figura 16 - Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba



Figura 17 - Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba

- **1º Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio:** ocorreu no dia 31/08/2017, em Itabira e contou com apresentações de representantes da Funasa, Funec, Emater, IBIO e CBH. A Figura 18 e a Figura 19 ilustra a realização do Seminário.



Figura 18 - Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio



Figura 19 - Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio

- **1º Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí:** ocorreu no dia 12/07/2017, em Governador Valadares e contou com apresentações de representantes da Funasa, Funec, Arsae, Ardoce, IBIO e CBH. A Figura 20 e a Figura 21 ilustram a realização do Seminário.



Figura 20 - Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí



Figura 21 - Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí

- **1º Seminário de Saneamento do CBH Caratinga:** ocorreu no dia 01/06/2017, em Caratinga e contou com apresentações de representantes da Funasa, Funec, Arsa, SAAE-GV, IBIO e CBH. A Figura 22 e a Figura 23 ilustram a realização do Seminário.



Figura 22 - Seminário de Saneamento do CBH Caratinga



Figura 23 - Seminário de Saneamento do CBH Caratinga

Relação com o Ministério Público de Minas Gerais

Ainda em 2015, a Coordenadoria Regional das Promotorias de Meio Ambiente da Bacia do Rio Doce do Ministério Público de Minas Gerais solicitou informações sobre o conteúdo dos PMSBs, no que se refere aos serviços de limpeza urbana e manejo e resíduos sólidos. Mais especificamente, a requisição consistiu em informar se o PMSB apresentava o conteúdo mínimo necessário de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) e se esse conteúdo havia sido objeto de contratação.

Considerando que os Atos Convocatórios para a contratação do PMSB previam que o conteúdo dos produtos dos PMSBs deveriam contemplar os requisitos mínimos exigidos no artigo 19 da Lei nº 12.305/2010 e no artigo 51 do Decreto nº 7.404/2010, que corresponde ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), foram iniciadas diversas análises, pareceres e reuniões junto ao Ministério Público, empresas e consultores envolvidos para definir uma complementação dos PMSBs.

A partir disso, as empresas Engecorps Engenharia S.A. e Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda elaboraram produtos complementares para os municípios de Bom Jesus do Amparo e Rio Casca, respectivamente, intitulados como “Produto 9 – Plano simplificado de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos”. Ao todo, 55 Municípios receberão o Produto 9 com as complementações necessárias.

Em 2017, foram concluídos os Produtos 9 de 10 municípios ao todo, estando o restante em suas revisões finais. Vale ressaltar que os consultores que haviam sido contratados na época do PMSB também foram acionados e envolvidos na validação dos Produtos 9.

Além dos questionamentos realizados sobre o conteúdo de resíduos sólidos, o Ministério Público solicitou informações sobre diversos municípios da bacia do rio Doce, principalmente aqueles que elaboraram os PMSBs por meio dos CBH’s e IBIO, como prazos, abrangência na área rural, andamento dos Produtos, entre outros. Vale comentar ainda que o Ministério Público esteve presente em alguns dos Seminários de Saneamento Básico realizados na bacia do rio Doce, na mesa de abertura e em palestras.

4.3.2 Projetos de Abastecimento de Água

Ao longo de 2017, diversas atividades e discussões foram realizadas no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos Projetos de Abastecimento de Água, tendo em vista os contratos já celebrados e o Edital de Chamamento Público para novos projetos que foram abertos em 2017, já detalhado no item 2.3 - Ações do IBIO, deste Relatório.

Como mencionado nos itens anteriores, encontra-se em elaboração dois projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água no Município de Viçosa-MG. Para o acompanhamento e validação dos Produtos foi formada a Equipe Gestora do Contrato, composta por representantes da Prefeitura Municipal de Viçosa-MG, SAAE Viçosa, CISAB - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico e da Universidade Federal de Viçosa – UFV, além do IBIO.

Durante o ano de 2017 diversas reuniões foram realizadas entre o IBIO, as empresas e a Equipe Gestora do Contrato para discussão e aprovação do conteúdo dos Produtos, alinhamento com as empresas e apreciação da população, visando a transparência e controle social do processo de elaboração dos projetos.

Ressalta-se que todos os Produtos elaborados pela empresa são aprovados pela Equipe Gestora de Contratos e apreciados pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG. As Figura 24, Figura 25, Figura 26, Figura 27, e Figura 28 ilustram algumas das reuniões realizadas.



Figura 24 - Reunião da Equipe Gestora de Contrato



Figura 25 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG



Figura 26 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG



Figura 27 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG



Figura 28 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG

Ainda no que se refere aos Projetos de Abastecimento de Água, é importante comentar sobre o Edital de Chamamento Público nº 01/2017, publicado em 22/08/2017, após um longo período de discussões junto ao CBH Doce e CBHs afluentes para aprovação do Edital. O Edital foi um processo único e conjunto para o CBH Doce e os CBHs afluentes, para contemplar os municípios com Projetos de Abastecimento de Água, no âmbito do P41, e Projetos de Esgotamento Sanitário, no que se refere ao P11.

Todas as informações referentes à aprovação do Edital junto aos CBHs, divulgação aos municípios, principais resultados, alinhamentos com outras instituições, entre outros, foram detalhados item 2.3 - Ações do IBIO, deste Relatório.

Ao todo, 140 Municípios manifestaram interesse no Edital, sendo que 106 pleitearam projetos de abastecimento de água. A distribuição dos municípios interessados em Projetos de Abastecimento de Água (P41) ao longo de toda a bacia pode ser observada na Figura 29.

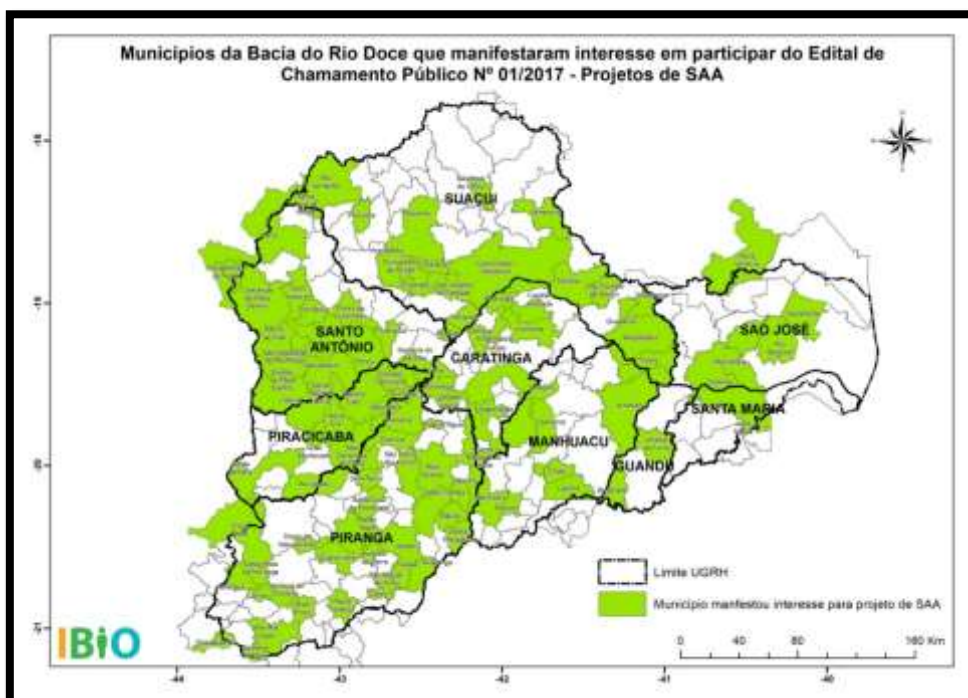


Figura 29 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para o Programa P41

Após período de análise da grande quantidade de documentos enviados pelos Municípios e obtenção de informações junto às outras instituições, que influenciavam os critérios do Edital, como ANA, IGAM, FUNASA, Ministério das Cidades e Fundação Renova, no dia 21/12/2017 foi publicado o Resultado Preliminar do Edital de Projetos, com informações sobre os critérios obrigatórios previstos no Edital e a situação de cada um dos Municípios que manifestaram interesse. Em 2018 prevê-se a conclusão do Edital e contratação de empresas especializadas para a elaboração dos projetos.

3.4. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P41 - Programa de Universalização do Saneamento

Objeto: Atendimento universal da população urbana com água, coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e estudos sobre alternativas para a drenagem urbana.

Valor: R\$ 182.627.150,00

4. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

4.1. Fortalecimento dos Comitês (P61.2)

4.2. Descrição

A lógica descentralizada do sistema de gerenciamento de recursos hídricos necessita de uma participação consciente, efetiva e representativa da população e das instituições nos comitês de bacia, o que não ocorre na maioria das vezes. O papel institucional dos comitês assume cada vez mais importância à medida que o sistema vai sendo consolidado e pelo aumento da exigência da observância das leis referentes. No entanto, se a participação da população e das instituições não for efetiva ou representativa, as decisões do sistema poderão não ser compreendidas ou aceitas pelos usuários, dificultando a consolidação do sistema.

O objetivo do programa é promover ações institucionais para ampliar a visibilidade e alcance dos Comitês de Bacia Hidrográfica que compõe da bacia do Rio Doce, além de viabilizar a realização de reuniões plenárias, de câmaras técnicas e eventos de interesse dos Comitês. O IBIO, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da bacia, tem como papel a efetivação de tais objetivos.

Entre 2012 e 2017 foram realizadas atividades, planejamento e contratações para atender aos objetivos do sistema. O objetivo é promover a divulgação, o fortalecimento e ampliação da visibilidade da ação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, objetivando uma maior participação da sociedade e das instituições no sistema e uma melhor identificação do papel institucional dos Comitês, favorecendo o diálogo e as articulações institucionais.

4.3. Ações do IBIO

O IBIO, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da Bacia do Rio Doce, dá apoio aos CBHs na realização de reuniões plenárias dos Comitês, reuniões de Câmaras Técnicas, realização e participação em eventos e as demais atividades realizadas pelos CBHs. Tal suporte demanda do IBIO uma série de contratações e gerenciamento destas, como serviços de realização e apoio a eventos, reserva e compra de passagens aéreas, locação de veículos, etc.

A seguir são apresentadas as principais atividades desenvolvidas pela secretaria executiva de apoio aos CBHs, setor da agência que acompanha diretamente as atividades dos comitês. É importante destacar que a equipe foi ampliada em 2016, visando aprimorar o atendimento às demandas dos CBH. Diante disso, em 2017, houve significativa celeridade e aumento da qualidade da prestação do serviço.

- Elaboração de ata das diversas reuniões, ofícios diversos de acordo com as solicitações;
- Auxílio ao IBIO e Comitês de Bacias Hidrográficas em reuniões, eventos e demais demandas como apoio técnico e organizacional;
- Análise, redação e revisão de processos, correspondências e documentos diversos; controlar arquivos de documentos em geral dos comitês;

- Monitoramento e apoio à organização das agendas dos comitês;
- Participação em processos de compras de materiais e serviços demandas pelo comitê, bem como suporte apoio nos processos de licitações, compras, contratos administrativos ou outras atividades relacionadas à área administrativa, financeira e contábil; acompanhamento destes contratos deliberados;
- Atendimento ao público interno e externo em geral.
- Conferência de documentação relacionada às empresas de eventos, locação de veículos e aquisição de passagens aéreas;
- Apoio na elaboração de prestação de contas;
- Confecção, pagamento e juntada de toda a documentação relacionada às diárias de viagens dos membros e convidados de Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e seus afluentes - CBHs, assim como dos funcionários e convidados do IBIO;
- Auxílio no controle de documentação administrativa do IBIO e CBH;
- Auxílio nas logísticas das viagens realizadas pelos CBHs e IBIO;
- Desenvolvimento de projetos de comunicação integrada dos CBHs e do IBIO;
- Apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de assessoria de imprensa, relações públicas, media training, organização de eventos e produção de conteúdos e mídias customizadas como: jornais, revistas institucionais, boletins, jornal mural e newsletters.
- Composição de comissões de trabalho, para as quais tenha sido nomeado por ato administrativo;
- Identificação, proposição e implementação de melhoria contínua nos processos administrativos;

Abaixo, seguem as principais reuniões e os eventos realizados pelos comitês em 2017. Todas as atividades tiveram o suporte do IBIO.

- **CBH DOCE**

Tabela 1 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Doce no ano de 2017:

| Data | Município | Reuniões Ordinárias |
|-------------|-------------------------|--|
| 24/03/2017 | Governador Valadares/MG | 23ª Reunião Ordinária do CBH-Doce |
| Data | Município | Reuniões Extraordinárias |
| 15/08/2017 | Governador Valadares/MG | 32ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce |
| 15/08/2017 | Governador Valadares/MG | 33ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce |
| 31/10/2017 | Governador Valadares/MG | 34ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce |
| 07/12/2017 | Governador Valadares/MG | 35ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce |

Tabela 2 - Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH Doce realizadas no ano de 2017:

| Data | Município | Diretoria Colegiada |
|-------------|-------------------------|---|
| 17/02/2017 | Governador Valadares/MG | 5ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce |
| 23/03/2017 | Governador Valadares/MG | 6ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce |
| 18/04/2017 | Governador Valadares/MG | 7ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce |
| 12/06/2017 | Governador Valadares/MG | 8ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce |
| 14/08/2017 | Governador Valadares/MG | 9ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce |



Figura 30 - Reunião da diretoria colegiada com participação da secretaria executiva do IBIO

Tabela 3 - Reuniões de Câmara Técnicas e Grupos de Trabalho do Comitê, realizadas no ano de 2017:

| Data | Município | Câmara Técnica |
|------------|----------------|---|
| 16/02/2017 | Gov. Valadares | Reunião do GACG + Dir. Executiva do CBH-Doce |
| 16/02/2017 | Gov. Valadares | Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social |
| 29/06/2017 | Gov. Valadares | Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social |
| 14/09/2017 | Gov. Valadares | Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social |
| 14/03/2017 | Gov. Valadares | Reunião da Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) |
| 22/03/2017 | Gov. Valadares | Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) |
| 06/07/2017 | Gov. Valadares | Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) |
| 28/07/2017 | Gov. Valadares | Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) |
| 29/06/2017 | Gov. Valadares | Reunião da Câmara Técnica de Integração (CTI) |



Figura 31 - Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social

Tabela 4 - Eventos promovidos pelo CBH Doce em 2017:

| Data | Município | Evento |
|-----------------|-------------|---|
| 18 e 19/10/2017 | Linhares/ES | VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce |

Tabela 5 - Eventos com participação de membros do CBH Doce em 2017:

| Data | Município | Evento |
|-----------------|--------------------|---|
| 07 a 10/11/2017 | Aracaju/SE | Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob) |
| 11 e 12/04/2017 | Gov. Valadares/MG | Reunião da CTFlor do Comitê Interfederativo (CIF) |
| 29/09/2017 | Mariana/MG | Visita a Mariana (Renova +CBHs) |
| 05/07/2017 | Belo Horizonte/ MG | Conselho Consultivo – Renova |
| 04/09/2017 | Mariana/MG | Conselho Consultivo – Renova |
| 06/10/2017 | Belo Horizonte/ MG | Conselho Consultivo – Renova |



Figura 32 - VI Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce, em Linhares/ES

- CBH – CARATINGA**

Tabela 6 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Caratinga no ano de 2017:

| Data | Município | Reuniões |
|---------------------------------|---------------------------|---|
| Reuniões Ordinárias | | |
| 03/02/2017 | Santa Bárbara do Leste/MG | Reunião Ordinária do CBH-Caratinga |
| 30/03/2017 | Caratinga/MG | Reunião Ordinária do CBH-Caratinga |
| 25/05/2017 | São Sebastião do Anta/MG | Reunião Ordinária do CBH-Caratinga |
| 27/07/2017 | Caratinga/MG | Reunião Ordinária do CBH-Caratinga |
| 28/09/2017 | Caratinga/MG | Reunião Ordinária do CBH-Caratinga |
| Reuniões Extraordinárias | | |
| 03/02/2017 | Santa Bárbara do Leste/MG | Reunião Extraordinária do CBH-Caratinga |
| 01/06/2017 | Caratinga/MG | Reunião Extraordinária do CBH-Caratinga |



Figura 33 - Reunião Ordinária CBH-Caratinga - Santa Bárbara do Leste/MG

Tabela 7 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH- Caratinga em 2017:

| Data | Município | Reuniões |
|------------|----------------|-------------------------------------|
| 16/02/2017 | Caratinga/MG | Reunião da CTPlano do CBH-Caratinga |
| 19/04/2017 | Gov. Valadares | Reunião da CTIL do CBH-Caratinga |
| 05/09/2017 | Caratinga/MG | Reunião da CTPlano do CBH-Caratinga |

Tabela 8 - Reuniões promovidas pelo CBH-Caratinga em 2017:

| Data | Município | Reuniões |
|------------|--------------|--|
| 01/06/2017 | Caratinga/MG | 1º Seminário de Saneamento Básico do CBH-Caratinga |
| 24/11/2017 | Caratinga/MG | Comemoração do Dia do Rio pelo CBH-Caratinga |

Tabela 9 - Reuniões com a participação do CBH- Caratinga em 2017:

| Data | Município | Reuniões |
|-----------------|-------------|--|
| 18 e 19/10/2017 | Linhares/ES | VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce |
| 07 a 10/11/2017 | Aracaju/SE | Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob) |
| Bimestralmente | Diversos | Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês |



Figura 34 - Comemoração do Dia do Rio, promovida pelo CBH-Caratinga.



Figura 35 - Membros do CBH-Caratinga durante o Encontro de Integração 2017

4.4. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

Subprograma: P61.2 Subprograma Fortalecimento dos Comitês na Bacia Segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Objeto: Ações de fortalecimento dos comitês de bacia junto à sociedade e às instituições, visando a consolidação do sistema nacional e dos sistemas estaduais de gerenciamento dos recursos hídricos.

Valor Estimado: R\$ 6.000.000,00

5. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE

5.1. Programa Comunicação do Programa de Ações (P71)

5.2. Descrição

O programa de comunicação tem por objetivo dar visibilidade às ações implementadas no âmbito do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH) e seus respectivos planos de ação (PARHs), sobretudo no que se refere aos programas hierarquizados no plano de aplicação plurianual dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia (PAP-Doce).

A execução eficiente do programa de comunicação cria um ambiente favorável, que permite a ampliação da visibilidade e o consequente fortalecimento institucional dos comitês e do IBIO, reforçando a importância destes na sociedade e possibilitando a formação de importantes parcerias para uma gestão eficiente dos recursos hídricos.

5.3. Ações do IBIO

Para a implementação do Programa de Comunicação Social (P71), o IBIO contratou a Prefácio Comunicação, selecionada através do Ato Convocatório nº 14/2012. A empresa, que iniciou as atividades em 2013, elaborou um Diagnóstico de Comunicação com o objetivo de mapear e compreender os gargalos existentes nos Comitês no que diz respeito ao trabalho de Comunicação, a fim de propor um planejamento alinhado com as expectativas e as necessidades de cada Comitê e do IBIO, e em consonância com as metas traçadas do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) e seus respectivos Planos de Ação (PARHs).

A empresa também é responsável pelo planejamento das ações de comunicação interna e externa e relacionamento estratégico com seus respectivos públicos. Para atendimento ao contrato, a Prefácio disponibiliza dois funcionários que respondem exclusivamente às demandas dos comitês e do IBIO, além do apoio dos demais profissionais da equipe técnica. O IBIO, através de um gestor designado para o acompanhamento do contrato, monitora e avalia os produtos elaborados pela Prefácio Comunicação.

A empresa encaminha mensalmente um relatório contendo a síntese das principais atividades desenvolvidas durante o mês, divididas por comitê. A Prefácio e o IBIO estão em constante articulação visando aprimorar sistematicamente o atendimento às demandas de comunicação.

5.4. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: P71 - Programa Comunicação do Programa de Ações

Objeto: Concepção e discussão do Plano de Comunicação Social do PIRH do rio Doce. Elaboração, implementação e manutenção do sítio eletrônico do PIRH. Estruturação e atualização do cadastro de públicos alvo. Segmentação do cadastro e estabelecimento de estratégias próprias para cada

segmento. Estruturação e operação da Ouvidoria. Produção e divulgação de peças de comunicação (folder impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais, etc.). Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH. Elaboração de pesquisa de opinião. Sistema de Avaliação Sistemática do PIRH através de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos do Plano

Valor Estimado: R\$ 2.500.000,00

6. OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA – ATIVIDADES RELACIONADAS AOS PROGRAMAS PREVISTOS NO TTAC

O Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) foi firmado em 2 de março de 2016, entre Samarco Mineração, com o apoio de suas acionistas, Vale e BHP Billiton, e Governo Federal, Governos Estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, e outros órgãos governamentais em decorrência do rompimento da barragem de fundão, em Mariana. A Fundação Renova, fruto do TTAC, foi constituída em 30 de junho de 2016 e iniciou suas operações em 2 de agosto do mesmo ano.

O Termo define a Fundação como o ente responsável pela criação, gestão e execução dos programas socioambientais e socioeconômicos que têm o objetivo de reparar, restaurar e reconstruir as comunidades impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Alguns Programas previstos no TTAC estão intrinsecamente relacionados aos CBHs e atividades desenvolvidas pelo IBIO, diante disso, ao longo de 2017 diversas atividades foram realizadas para dar apoio à atuação dos CBHs nos Programas desenvolvidos pela Fundação Renova. A seguir são descritas as principais atividades.

6.1. Programa de Recuperação de Nascentes

Dentre os Programas Socioambientais, previstos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), tem-se o Programa de Recuperação de Nascentes, inserido no eixo temático Restauração Florestal e Produção de Água. O Programa prevê a recuperação de 5000 nascentes em um período máximo de 10 anos, com uma taxa de 500 nascentes a serem recuperadas por ano. Conforme Cláusula 163 do TTAC, o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Doce (CBH Doce) definira as áreas a serem contempladas.

Conforme solicitado pela Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do CBH Doce, o IBIO realizou a elaboração da Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO para subsidiar as definições deste CBH quanto ao Programa de Recuperação de Nascentes do TTAC, baseando-se em critérios técnicos e coerentes com a realidade da bacia.

6.1.1. Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO

A Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO, solicitada pela Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do CBH Doce, apresenta uma análise multicriterial para subsidiar a tomada de decisão do CBH Doce quanto às áreas a serem contempladas pelo Programa de Recuperação de Nascentes, previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC.

Esta nota foi apresentada à CTGEC em reunião realizada no auditório da prefeitura municipal de Governador Valadares, no dia 14 de março de 2017 (Figura 36). Nesta reunião foi aprovada a simulação de distribuição, entre as UGRHs, do número de nascentes a serem recuperadas durante os anos estabelecidos para o programa, considerando ainda as informações levantadas pelos membros.



Figura 36 – Reunião da CTGEC, em 14/03/2017.

A NT Nº 01/2017/IBIO foi apresentada (Figura 37) e aprovada em Plenária do CBH Doce em 24 de março de 2017, no auditório da ARDOCE, em Governador Valadares, resultando assim na Deliberação de Nº 59.



Figura 37 – Plenária CBH-Doce, em 24/03/2017.

Em 12 de abril de 2017, a NT, até então aprovada pelo CBH Doce, foi apresentada, em Governador Valadares, em reunião da Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água – CTFlor, a qual solicitou adequações e anexo de memorial de cálculo. No dia 16 de maio de 2017, a NT com as devidas adequações foi apresentada mais uma vez à CTFlor, em reunião ocorrida em Brasília, onde foi aprovada e encaminhada para o Comitê Interfederativo – CIF.



Figura 38 – Reunião da CTFlor, em12/04/2017

A reunião do CIF ocorreu nos dias 24 e 25 de maio em Brasília. A NT foi apresentada e a metodologia de distribuição das nascentes entre as UGRHs foi aprovada, sendo solicitado apenas realizar nova simulação do cronograma de distribuição anual de nascentes, considerando o horizonte dos próximos 9 anos e a taxa de recuperação de 500 nascentes/ano. A simulação ocorreu junto com os membros do CIF que aprovaram o cronograma para até o ano 5, com recuperação de nascentes nas 3 UGRHs mais vulneráveis, Suaçuí, São José e Piranga, concomitantemente, ficando a cargo da CTFlor discutir e propor a programação para os anos subsequentes.

A Deliberação CIF nº 68, de 25 de maio de 2017, aprova os critérios de distribuição, cronograma e recomendações para escolha das áreas para recuperação das 4500 nascentes dentre as 5000 previstas no Programa de Recuperação de Nascentes do TTAC e se encontra publicada no site do IBAMA (<http://www.ibama.gov.br/recuperacao-ambiental/rompimento-da-barragem-de-fundao-desastre-da-samarco/comite-interfederativo-cif#deliberacoes>).



Figura 39 – Reunião da CTFlor, em12/04/2017.

A NT considerou os seguintes critérios para análise: tamanho de área e área crítica/de vulnerabilidade ponderada das UGRHs e as captações alternativas para as localidades afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão. A recuperação das nascentes irá contribuir para a recarga do lençol freático ao proporcionar o aumento da taxa de infiltração de água no solo, contribuirá também para o controle do carreamento de sedimentos para os corpos d'água. Essas ações contribuem para a melhoria da qualidade e o aumento da quantidade de água disponível para consumo humano.

As ações de recuperação previstas pelo TTAC somarão forças com as ações prevista e já em andamento dos CBHs. No ano de 2017, conforme consta na Deliberação do CIF nº 68 de 25 de maio de 2017, 250 nascentes receberão ações de recuperação na UGRH Suaçuí, 150 no São José e 100 no Piranga. Dentro das áreas das UGRHs a serem contempladas este ano, cabe ao CBH Doce, em articulação com os CBHs afluentes, considerarem as recomendações da NT Nº 01/2017/IBIO para definição dos locais a receberem as ações de recuperação de nascentes. Diante disso, foram realizadas reuniões com os CBHs afluentes das UGRHs Suaçuí, São José e Piranga para definição das áreas, dentro de suas respectivas bacias, a receberem ações de recuperação de nascentes.

➤ **Definições do CBH-Suaçuí:**

A Câmara Técnica de Planejamento (CTPlan) do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí (CBH-Suaçuí), realizou nos dias 08 de junho e 07 de julho, em Governador Valadares/MG, reuniões para discutir sobre as áreas a serem definidas para serem contempladas com as ações de recuperação de 250 nascentes. A definição foi encaminhada à Plenária do CBH-Suaçuí que, no dia 13/07/2017, aprovou as seguintes áreas e quantitativos de nascentes:

- 40 nascentes nas bacias do ribeirão Saião e do córrego do Cemitério, para contribuir com a captação subterrânea alternativa do Distrito de Pedra Corrida, do município de Periquito/MG;
- 105 nascentes na bacia do ribeirão Santa Helena, para contribuir com a captação subterrânea alternativa do Distrito de São Vitor, município de Governador Valadares/MG;
- 105 nascentes nas bacias do Córrego São Tomé e do ribeirão Laranjeiras, para contribuir com a captação subterrânea alternativa da Sede do município de Galiléia/MG.



Figura 40 – Reunião da CTPlan do CBH-Suaçuí, em 08/06/2017.

➤ **Definições do CBH-São José:**

A Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP) do Comitê de Bacia Hidrográfica Pontões e Lagoas do Rio Doce (CBH- Pontões e Lagoas do Rio Doce), realizou no dia 14/07/17 no período da manhã, em São Domingos do Norte/ES, reunião para discutir sobre as áreas a serem definidas para serem contempladas com as ações de recuperação de 150 nascentes. A definição foi encaminhada à Plenária do CBH- Pontões e Lagoas do Rio Doce que, no dia 14/07/2017 no período da tarde, aprovou as seguintes áreas e quantitativos de nascentes:

- 50 nascentes na bacia do rio Liberdade, para contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação subterrânea alternativo do Distrito de Bonisenha, do município de Marilândia/ES;
- 50 nascentes na bacia do rio Graça Aranha, para contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação superficial alternativo da Sede do município de Colatina/ES;
- 50 nascentes na bacia do Alto Ribeirão Panquinhas, para contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação superficial alternativo da Sede do município de Colatina/ES



Figura 41 – Reunião Plenária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce, em 14/07/2017

➤ **Definições do CBH-Piranga:**

A Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP) do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga (CBH-Piranga), realizou no dia 10 de julho, em Ponte Nova/MG, reunião para discutir sobre as áreas a serem definidas para serem contempladas com as ações de recuperação de 100 nascentes. A definição foi encaminhada à Plenária do CBH-Piranga que, no dia 11/07/2017, aprovou a bacia do Córrego do Grama, no município de Coimbra, que é onde ocorre a captação de água do município, para ser contemplado com as 100 nascentes.

O município de Coimbra encontra-se à montante de alguns municípios da bacia do rio Piranga que são reconhecidos como mais vulneráveis ambientalmente e com maiores problemas quanto à segurança hídrica, como Viçosa-MG. Essa região de maior vulnerabilidade é a da Unidade Territorial Estratégica (UTE) do Rio Turvo.



Figura 42 - Reunião da CTPP e plenária do CBH-Piranga, em 10 e 11/07/2017.



Figura 43 - Reunião da CTPP e plenária do CBH-Piranga, em 10 e 11/07/2017.

Após a definição das áreas a serem abrangidas pelo Programa, a Fundação Renova realizou reuniões, em cada um dos comitês afluentes a receberem ações de cercamento de nascentes, para definir estratégias de mobilização para que as ações de campo pudessem ser iniciadas. As figuras (Figura 44, Figura 45, Figura 46) ilustram as reuniões.



Figura 44 - Reunião da CTPP do CBH Piranga, dia 25/10/2017, em Ponte Nova/MG, contou com participação de representantes da Fundação Renova e Município de Coimbra



Figura 45 - Reunião ordinária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, dia 26/10/2017, em São Domingos do Norte/ES, contou com participação de representantes do CBH, do IBIO, da Fundação Renova e dos Municípios de Colatina, Marilândia e Pancas.



Figura 46 - Reunião ordinária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, dia 26/10/2017, em São Domingos do Norte/ES, contou com participação de representantes do CBH, do IBIO, da Fundação Renova e dos Municípios de Colatina, Marilândia e Pancas.

6.2. Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos previsto no TTAC

Dentre os Programas estabelecidos no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado entre a União, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton, há o Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos. O Programa prevê a disponibilização de recursos financeiros no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) aos Municípios da Área Ambiental 2, com finalidade de custear ações de esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, que podem contemplar desde planos, até obras.

As Deliberações CIF nº 43/2017 e nº 75/2017 defiram critérios para priorização de municípios destinatários dos recursos financeiros e aprovaram a priorização realizada, respectivamente. Ao todo, 39 Municípios serão contemplados com o Programa. No período para pleitos dos municípios ao Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos os Municípios tiveram diversas dúvidas e pediram auxílio aos CBH e IBIO, já que dos 39 Municípios, 29 elaboraram os PMSB com o apoio dos CBH e IBIO.

No que se refere aos investimentos em resíduos sólidos, ocorreram reuniões com os municípios da região, em que foram discutidas alternativas para a gestão dos resíduos, por meio de consórcio. As reuniões contaram com a participação de representantes da FEAM e SECIR. O IBIO também participou das reuniões, apoiando os Municípios e divulgando também as ações do CBH. A Figura 47 e Figura 48 ilustram as reuniões realizadas.



Figura 47 - Reunião com os municípios para discussão dos investimentos em resíduos sólidos



Figura 48 - Reunião com os municípios para discussão dos investimentos em resíduos sólidos

Além disso, diversas vezes esse Programa foi discutido nas reuniões junto aos CBH, já que impactam diretamente no Edital de Chamamento de Projetos de Água e Esgoto, que foi detalhado no item 2.3 deste relatório. Para o Edital, também houve a necessidade de solicitar informações à Fundação Renova, de forma que não sejam aplicados recursos em duplicidade nos Municípios envolvidos.

Por fim, vale comentar que a Fundação Renova, ciente da atuação dos CBH's e IBIO junto aos municípios da bacia, no apoio à universalização dos serviços de saneamento básico, entrou em contato visando firmar uma parceria para dar apoio técnico e institucional aos Municípios a serem contemplados com o Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos. Já ocorreram reuniões sobre o tema, como ilustrado na Figura 49, mas ainda sem uma definição.



Figura 49 - Reunião com representantes da Fundação Renova

7. PROCESSOS DE OUTORGA

A atuação do IBIO como agência de água dos Comitês de Bacia não se restringe apenas à execução dos Programas, havendo diversas atividades ao longo do ano que são demandadas pelos CBH's, no que se refere à apoio técnico, jurídico e administrativo. Uma dessas demandas são as análises dos processos de outorga, que conforme a Deliberação Normativa do CERH-MG nº 31/2009:

Art. 2º - Os processos de requerimento de outorga para empreendimentos de grande porte e com potencial poluidor serão encaminhados aos comitês de bacias hidrográficas pelo IGAM ou pela SUPRAM, devidamente acompanhados dos respectivos pareceres técnicos e jurídicos conclusivos.

Parágrafo único. Os técnicos responsáveis pelos pareceres conclusivos, ou aqueles outros designados pelo IGAM, deverão acompanhar o processo de aprovação nos comitês, estando presentes em todas as instâncias de decisão, para os devidos esclarecimentos.

Art. 3º - Os pareceres sobre a outorga solicitada serão analisados pela Agência de Bacia ou entidade a ela equiparada, que encaminhará suas conclusões para decisão do comitê de bacia hidrográfica.

§1º Na inexistência da Agência de Bacia ou entidade a ela equiparada, a análise do parecer de outorga poderá ser realizada pela Câmara Técnica competente do respectivo comitê, que encaminhará suas conclusões para decisão em plenário.

§2º A critério do comitê de bacia hidrográfica, a Câmara Técnica poderá ser a instância final deliberativa relativa à decisão sobre a aprovação das outorgas.

A Deliberação prevê ainda que os CBH's terão prazo de até 60 dias corridos para deliberar sobre a aprovação das outorgas. Logo, assim que os processos são protocolados junto aos CBH's, é necessário rapidamente iniciar o processo de análise ou contratação de especialista no IBIO, levar para discussão da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) e para deliberação da plenária do respectivo CBH. Tal prazo, muitas vezes inviabiliza a manifestação dos CBH's.

No ano de 2017, ao todo foram protocolados juntos aos CBH's mineiros (a Deliberação é referente ao Estado de Minas Gerais apenas) 6 processos de outorga, sendo:

- CBH Piranga: processo nº 44.381/2016
- CBH Santo Antônio: processos nº 3962/2017, nº 3963/2017 e nº 3964/2017
- CBH Suaçuí: processos nº 20343/2017 e nº 8479/2011

A seguir descrevemos como ocorreram as análises dos processos em cada um dos CBH.

Processo de outorga - CBH Piranga

• Análise dos processos pelo IBIO

Para o cadastramento de Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGH) no Leilão de energia da ANEL, previsto para dezembro de 2017, era necessária a apresentação de Licença Ambiental Compatível e de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica até 13 de setembro de 2017. Devido a urgência, na 18ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga, realizada no dia 05/09/2017, em Ponte Nova-MG,

representantes da Energia Limpa Participações Ltda. realizaram apresentação sobre o processo em questão e houve sinalização positiva da plenária quanto à aprovação, ocorrendo à aprovação do presidente do CBH *ad referendum* ao Processo de outorga nº 44.381/2016, conforme Deliberação *ad referendum* do CBH-Piranga nº 21/2017.

Posteriormente, visando seguir o procedimento previsto na Deliberação Normativa do CERH nº 31/2009 e os regimentos do CBH Piranga, a SUPRAM ZM enviou ao comitê, com data de recebimento em 11/09/2017, todo o processo nº 44.381/2016, referente ao pleito de outorga de direito de uso das águas da CGH Nova Ponte Queimada II, da empresa Energia Limpa Participações Ltda, localizada no Rio Casca em Urucânia, para serem realizadas as análises e discussões necessárias para manter a Deliberação *ad referendum* ou não. De posse do processo, o CBH Piranga, encaminhou os mesmos ao IBIO, para proceder à análise e emissão do parecer técnico.

Após o recebimento e análise do processo, o IBIO elaborou o Parecer Técnico nº 12/2017, no qual recomenda ao CBH Piranga o deferimento à solicitação de outorga.

• Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança

Os processos em questão foram objeto de apreciação por parte da CTOC do CBH Piranga, em reunião realizada no dia 24/10/2017, em Ponte Nova-MG. Na ocasião, além do IBIO e dos membros da Câmara, estiveram presentes o representante do empreendimento requerente dos processos de outorga e os analistas ambientais da SUPRAM-ZM, que foram responsáveis pelos pareceres conclusivos do processo. Após as apresentações do empreendedor, dos analistas da SUPRAM-ZM e do Parecer Técnico do IBIO, a Câmara deliberou pela recomendação do deferimento do processo.



Figura 50 - Reunião da CTOC da CBH Piranga

• Reunião Extraordinária do CBH Piranga

Após análise pela CTOC, o processo foi inserido na pauta da plenária do CBH Piranga, em Reunião Extraordinária do Comitê, realizada no dia 06/11/2017, em Ponte Nova (Figura 51). Os representantes da SUPRAM-ZM, empreendimento e IBIO estavam presentes para realizar as

apresentações e esclarecimentos necessários, porém não foi atingido o quórum mínimo para deliberações da plenárias e por isso, o processo não foi colocado em discussão.



Figura 51 - Reunião plenária do CBH Piranga

Dessa forma, considerando os prazos definidos na DN CERH-MG nº 31/2009, o CBH Piranga retornou a SUPRAM-ZM o processo de outorga, acompanhada de toda a documentação gerada nas análises do CBH e IBIO, inclusive a DN CBH-Piranga nº 21/2017, que aprova *ad referendum* da plenária o referido processo de outorga.

Processos de outorga - CBH Santo Antônio

• Análise dos processos pelo IBIO

O CBH-Santo Antônio recebeu da SUPRAM, no dia 25/07/2017, os processos de outorga nº 3962/2017, nº 3963/2017 e nº 3964/2017. Os processos têm como finalidade a canalização e/ou retificação de curso de água e fazem parte de um conjunto de 3 estruturas independentes, denominadas “pilhas de deposição de estéril” (PDE), do empreendedor Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. Tanto as estruturas da PDE quanto o empreendimento relacionado à extensão da mina como um todo estão localizados no distrito de São Sebastião do Bonsucesso, no município de Conceição do Mato Dentro.

De posse dos processos, o CBH-Santo Antônio, em cumprimento à Deliberação Normativa CERH-MG nº 31/2009, encaminhou os mesmos ao IBIO, que logo após o recebimento dos mesmos, iniciou o processo de dispensa de licitação para contratação de profissional para elaboração de pareceres técnicos sobre os referidos processos de outorga, tendo em vista que os empreendimentos a serem analisados exigem conhecimentos específicos.

No dia 16/08/2017, o Engenheiro Civil Marle José Ferrari Júnior, vencedor da dispensa de licitação realizada pelo IBIO, emitiu os pareceres técnicos para cada um dos processos de outorga em

questão, nos quais recomenda ao CBH-Santo Antônio o deferimento das solicitações de outorga, com a inclusão de condicionantes.

• Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança

Os processos em questão foram objeto de apreciação por parte da CTOC do CBH-Santo Antônio, em reunião realizada no dia 18/08/2017, em Itabira. Na ocasião, além dos membros da Câmara, estiveram presentes o representante do empreendimento requerente dos processos de outorga e o consultor contratado pelo IBIO para a emissão dos pareceres técnicos. Após as apresentações e discussões realizadas, a Câmara deliberou pela recomendação do deferimento das outorgas, gerando parecer específico, o qual foi encaminhado aos membros da plenária.

• Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio

Foi realizada a 49ª Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio no dia 31/08/2017, tendo como pauta os referidos processo de outorga. Os processos foram amplamente discutidos na reunião, havendo ainda apresentações de representantes do empreendimento, da empresa de consultoria contratada pelo empreendimento, da analista da SUPRAM e do consultor contratado pelo IBIO.



Figura 52 - Reunião plenária do CBH Santo Antônio

Os representantes do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográficas (FONASC) e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) solicitaram vista sobre os processos. Entretanto, o regimento interno do CBH-Santo Antônio prevê o prazo máximo de 15 dias úteis para o envio de documento de vistas, que no caso seria o dia 22/09/2017. Nesse mesmo dia 22/09/2017, findava o prazo de até 60 dias corridos para o CBH deliberar sobre a aprovação das outorgas, estabelecido na DN CERH-MG nº 31/2009. Dessa forma, o CBH-Santo Antônio convocou a sua 16ª Reunião Extraordinária para o dia 25/09/2017, com pauta única referente aos processos de outorga em análise, visando não perder a possibilidade de manifestar sobre os processos.

Após convocada a 16ª Reunião Extraordinária, a FONASC solicitou ao CBH- Santo Antônio que a reunião fosse adiada, tendo em vista a necessidade de prazo para a apreciação dos conselheiros do CBH dos documentos de vistas da FONASC e FIEMG enviados no dia 22/09/2017.

Tal solicitação da FONASC foi acatada e a Reunião Extraordinária foi adiada para o dia 05/10/2017, mantendo-se como pauta única a deliberação sobre os processos de outorga em análise. Para tanto, o CBH-Santo Antônio enviou o ofício nº 118/2017 à SUPRAM, em 21/09/2017, solicitando a dilação do prazo para deliberação sobre os processos de outorga, tendo em vista todo o exposto. Porém a SUPRAM enviou ofício ao CBH não autorizando a dilação de prazo para deliberação sobre os processos de outorga e requerendo a imediata devolução dos processos.

Infelizmente, os documentos dos processos foram devolvidos para a SUPRAM, mesmo após todo o esforço do IBIO e CBH-Santo Antônio para que fosse possível a plenária manifestar sobre os processos de outorga. A impossibilidade de manifestação foi devido ao prazo extremamente pequeno previsto na DN CERH-MG nº 31/2009, que não é coerente com os prazos previstos nos regimentos dos CBH e para análises e/ou contratações no IBIO.

Processos de outorga - CBH Suaçuí

• Análise dos processos pelo IBIO

O CBH Suaçuí recebeu da Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI) da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, em 05/09/2017 e 06/09/2017, os Processos Administrativos nº 20343/2017 e nº 8479/2011, respectivamente. Os processos são referentes aos pleitos de outorga de direito de reserva de recursos hídricos (Declaração de Direito de Reserva de Disponibilidade Hídrica) das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Canastra e Fumaça, ambas localizadas no Rio Suaçuí Grande, nos municípios de São João Evangelista e Coluna (MG).

De posse dos Processos, o CBH Suaçuí, em cumprimento à Deliberação Normativa CERH-MG nº 31/2009, encaminhou os mesmos ao IBIO, entidade delegatária e equiparada às funções de agência de águas da bacia do rio Doce, para proceder à análise e emissão dos pareceres técnicos.

Após o recebimento e análise dos dois Processos, o IBIO elaborou os Pareceres Técnicos nº 10 e 11/2017, nos quais recomenda ao CBH Suaçuí o deferimento das solicitações de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH, com a inclusão de uma condicionante.

• Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança

Os processos em questão foram objeto de apreciação por parte da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) do CBH Suaçuí, em reunião realizada no dia 16/10/2017, em Governador Valadares. Na ocasião, além do IBIO e dos membros da Câmara, estiveram presentes o representante do empreendimento requerente dos processos de outorga e as analistas ambientais da SUPPRI, que foram responsáveis pelos pareceres conclusivos dos processos.

Após as apresentações do empreendedor, das analistas da SUPPRI e dos Pareceres Técnicos do IBIO, a Câmara deliberou pela recomendação do deferimento das DRDH dos dois processos. Nesse sentido, foi elaborado o Parecer nº 01/2017/CTOC, o qual foi encaminhado aos membros da plenária.

- **Reunião Extraordinária do CBH Suaçuí**

Após análise pela CTOC, os processos foram objeto de apreciação por parte dos membros da plenária do CBH Suaçuí, em Reunião Extraordinária do Comitê, realizada no dia 01/11/2017, em Governador Valadares (Figura 53, Figura 54).



Figura 53 – Reunião Extraordinária do CBH Suaçuí



Figura 54 – Reunião Extraordinária do CBH Suaçuí

Foram apresentados à plenária os Pareceres Técnicos do IBIO e o Parecer nº 01/2017/CTOC. Após a solicitação de alguns esclarecimentos, que foram prestados pelo IBIO e pelas analistas da SUPPRI, a plenária deliberou pelo deferimento da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica de ambos os processos, observadas as condicionantes constantes dos Pareceres Técnicos da SUPPRI e da condicionante recomendada nos Pareceres Técnicos do IBIO. Sendo assim, as Deliberações Normativas nºs 60 e 61/2017 do CBH Suaçuí, referentes aos Processos nº 20343/2017 e nº 8479/2011, foram encaminhadas à Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI) no dia 01/11/2017.



Juliana Vilela <juliana@ibio.org.br>

ENC: Avaliação pelos membros do Comitê sobre a atuação da Entidade Equiparada

1 mensagem

IBIO AGB-Doce <ibioagbdoce@ibio.org.br>

17 de outubro de 2017 14:50

Para: Taísa Gonçalves Batista <taisa.batista@ibio.org.br>, Thayra Roberta Mendes <thayra.mendes@ibio.org.br>, juliana@ibio.org.br, Luana da Silva Freitas <luana.freitas@ibio.org.br>, Fabiano Alves <fabiano@ibio.org.br>, Ricardo Valory <valory@ibio.org.br>

Prezados, boa tarde!

Segue mensagem do IGAM que encaminha questionário para fins de Avaliação do IBIO pelos membros dos Comitês, conforme previsto no indicador 5A do Contrato de Gestão.

Prazo para preenchimento: 08/12/2017

Atenciosamente,



Marisa Soares Pacheco
Analista Administrativo Financeiro

+55 (33) 3212-4350 / (33) 98426-3936

Rua Afonso Pena, nº 2590 - Centro

Governador Valadares - MG - CEP: 35010-000

www.ibioagbdoce.org.br



De: Emanuelle Arruda Narcizo [mailto:emanuelle.arruda@meioambiente.mg.gov.br]

Enviada em: terça-feira, 17 de outubro de 2017 11:13

Para: contato@cbhpiranga.org.br; contato@cbhpiracicabamg.org.br; contato@cbhsantoantonio.org.br; cbhsuacui@gmail.com; cbhcaratinga@gmail.com; manhuacucbh@gmail.com; ibioagbdoce@ibio.org.br

Assunto: Avaliação pelos membros do Comitê sobre a atuação da Entidade Equiparada

Prioridade: Alta

Prezados,

Em cumprimento ao Contrato de Gestão celebrado entre o Igam e o IBIO, que contém indicadores de acompanhamento das atividades do IBIO como Agência de Bacia, o indicador 5A prevê a “**Avaliação pelos membros do Comitê sobre a atuação da Entidade Equiparada**”, no caso o IBIO.

A avaliação do IBIO é mensurada através do questionário (anexo) disponibilizado pelo Igam. É de suma importância que todos os membros do Comitê de Bacia, tanto Titulares quanto Suplentes, participem deste processo.

O resultado do processo de avaliação do indicador 5A do Contrato de Gestão será disponibilizado ao IBIO e publicado no Relatório de Gestão.

Contamos com a sua colaboração para divulgação destes questionários a fim de estimular a participação de todos e nos colocamos a disposição para esclarecimentos e qualquer dúvida.

Prazo para preenchimento: 08/12/2017

Obs.: A auto avaliação do CBH exigida pela Deliberação Normativa nº 41/2012, e a Avaliação da Agência de Bacia, no caso IBIO, exigido no Contrato de Gestão são instrumentos distintos, sendo necessário a participação em ambos.







Atenciosamente,

Emanuelle Arruda Narcizo



Emanuelle Arruda Narcizo
Gerência de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – Analista Ambiental
Diretoria de Gestão e Apoio ao SEGRH/MG
31 3915 1687 - cobranca.agua@meioambiente.mg.gov.br
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sisema
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam
www.meioambiente.mg.gov.br

6 anexos

-  **Questionário IBIO - CBH Caratinga.pdf**
206K
-  **Questionário IBIO - CBH Manhuaçu.pdf**
206K
-  **Questionário IBIO - CBH Piracicaba.pdf**
206K
-  **Questionário IBIO - CBH Piranga.pdf**
206K
-  **Questionário IBIO - CBH Santo Antônio.pdf**
206K
-  **Questionário IBIO - CBH Suaçuí.pdf**
206K